



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Daniel Washington Evangelista

Patrulheiros das Estradas:

Condições de Trabalho e Saúde na Polícia Rodoviária Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019

Daniel Washington Evangelista

Patrulheiros das Estradas:

Condições de Trabalho e Saúde na Polícia Rodoviária Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Violência e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Cosme Marcelo Furtado Passos da Silva.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Edinilsa Ramos de Souza.

Rio de Janeiro

2019

Título do trabalho em inglês: Highway patrollers: working and health conditions in the Federal Highway Police in Rio de Janeiro State.

E92p Evangelista, Daniel Washington.
Patrolheiros das estradas: condições de trabalho e saúde na Polícia Rodoviária Federal do Estado do Rio de Janeiro / Daniel Washington Evangelista. -- 2019.
208 f. : il.color.

Orientador: Cosme Marcelo Furtado Passos da Silva.
Coorientadora: Edinilsa Ramos de Souza.
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.
Bibliografia: f. 161-177.

1. Saúde Mental. 2. Trabalho. 3. Polícia. 4. Segurança Pública. 5. Sofrimento Psíquico. I. Título.

CDD 362.2

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Cláudia Menezes Freitas - CRB-7-5348
Biblioteca de Saúde Pública

Daniel Washington Evangelista

Patrulheiros das Estradas:

Condições de Trabalho e Saúde na Polícia Rodoviária Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Violência e Saúde.

Aprovada em: 07 de maio de 2018.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Cleber Nascimento do Carmo
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a Dra. Patrícia Constantino
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a Dra. Edinilsa Ramos de Souza (Coorientadora)
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof. Dr. Cosme Marcelofurtado Passos da Silva (Orientador)
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2019

Á memória de Pedro Lucas de Sousa Evangelista e Antônia Maria de Sousa Evangelista por me educarem para a vida.

AGRADECIMENTOS

A Roberta da Silva Ferreira, chefe da Delegacia de Itajaí/SC pelo apoio e defesa desse estudo.

Ao Rafael Pinto Alvim, Superintendente da PRF do Rio de Janeiro no período da pesquisa, pela receptividade e apoio prestado.

A Polícia Rodoviária Federal pelo apoio recebido, sem o qual a pesquisa não ocorreria.

Aos policiais rodoviários federais por confiarem e compartilharem suas experiências.

Aos professores da ENSP/Fiocruz, que intensificaram meu encanto com a Saúde Pública.

Aos professores do Claves/Fiocruz por expandirem meu conhecimento e metodologia para a pesquisa.

Aos meus colegas e amigos de turma do mestrado, pelos debates enriquecedores, pelos risos e companheirismo ao longo desse processo.

Aos meus orientadores Cosme Marcelo Furtado Passos da Silva e Edinilsa Ramos de Souza por me ensinarem a difícil tarefa de aprender a pesquisar.

Aos meus amigos Leandro, Whérones, Eduardo, Juliana pelo apoio e por dividir comigo suas experiências.

A minha esposa Rute Brasil Costa Evangelista por acreditar, sem seu apoio tudo isso seria impossível.

- No que acreditar? (...)

- Acredite em tudo.

(GAIMAN, 2004, p. 122)

RESUMO

A Polícia Rodoviária Federal, responsável pela segurança das rodovias, é uma instituição pouco estudada no Brasil e carece de dados sobre sua realidade. **Objetivos.** A presente pesquisa buscou identificar o perfil sociodemográfico dos policiais rodoviários federais (PRF) e analisar suas condições de saúde e de trabalho na Polícia Rodoviária Federal do Estado do Rio de Janeiro. Investigou ainda a relação entre essas condições de trabalho e o sofrimento psíquico desses trabalhadores. **Materiais e métodos.** Para alcançar os objetivos propostos foi aplicado um questionário, de livre participação e anônimo, que após autorização da PRF e aprovação do comitê de ética em pesquisa da Fiocruz, foram enviados ao correio eletrônico dos 821 policiais rodoviários federais do Rio de Janeiro entre agosto a novembro de 2019. Desses, 214 responderam questões sobre o perfil sociodemográfico e profissional, as condições de trabalho e de saúde, além das escalas de apoio social e de sofrimento psíquico. Foram realizadas análises de frequências, medidas de resumo e associações através da regressão logística. As variáveis de p -valor $< 20,0\%$ foram selecionadas para o modelo de regressão logística, através do método *backward* até restarem as variáveis que compuseram o modelo final, cuja variável resposta era o sofrimento psíquico. **Resultados.** Observou-se o predomínio de policiais do sexo masculino, de cor da pele branca, casados, com idade entre 36 a 45 anos e com formação superior. A maioria desempenha funções operacionais, trabalha em escala de 24 horas, 38,8% trabalham de 11 a 15 anos na polícia. e 35,0% gostariam de iniciar nova carreira. Em termos materiais, itens como banco de dados, qualidade da munição, colete e máscara de gás foram bem avaliados, com notas entre 6,0 a 7,0 em 10,0. Enquanto o material de fiscalização de trânsito e a qualidade da arma de fogo receberam as piores avaliações, cujas notas foram abaixo de 3,1. A ausência de equipamentos (91,0%), falta de apoio do poder público (89,1%), o salário (82,6%) e a legislação (80,2%), são os principais obstáculos identificados pelos policiais para o seu desempenho no trabalho. Os principais agravos à saúde dos policiais foram as dores no pescoço e coluna (64,9%), dificuldades visuais (59,1%), rinite alérgica (46,4%), cefaleia (37,1%), sinusite (36,7%), doenças musculares (35,5%), hérnia de disco (32,2%), torção/luxação (24,8%), dor nervo ciático (21,7%), hipertensão (21,3%), doenças ósseas (19,3%) e indigestão (17,6%). Para os policiais o risco à sua integridade é total (100,0%) e se estende às suas famílias (92,4%). As principais vitimizações não letais foram a agressão verbal (33,0%), quedas (18,0%) e tentativas de homicídio (13,3%). O sofrimento psíquico atinge 36,6% dos policiais participantes. Os fatores associados ao sofrimento psíquico no modelo final foram a presença de filhos, possuir médio ou baixo apoio social, sentir-se insatisfeito ou nem satisfeito, nem insatisfeito com o trabalho, sentir dores de cabeça frequente ou enxaquecas e hérnia de disco ou dor ciática. Os resultados comprovaram a necessidade da PRF direcionar seu olhar para seus policiais, na criação e manutenção de elementos avaliativos da estrutura e controle do processo de trabalho, além da saúde dos policiais. Para tal fim, o estímulo e apoio a pesquisa é essencial aprofundar o debate dos achados dessa pesquisa.

Palavras-chave: polícia rodoviária federal; trabalho; processo de trabalho; saúde; violência; segurança pública; risco; vitimização; apoio social; sofrimento psíquico.

ABSTRACT

The Federal Highway Police (PRF), responsible for the safety of highways and roads, is an institution scarcely studied in Brazil and very little is known about its reality. **Objectives** - The present research aimed to identify the sociodemographic profile of federal highway policemen (PRF) and analyze health and work conditions within the Federal Highway Police of Rio de Janeiro State. Still, investigated the relationship between these work conditions and the psychic suffering of these workers. **Materials and methods** - In order to achieve the proposed objectives, a questionnaire was applied, anonymous and exempt from participation, which after the authorization from (PRF) and the approval from the Committee of Ethics in Research of FIOCRUZ, was sent by electronic mail to 821 federal highway policemen from Rio de Janeiro between August and November of 2019. From which, 214 answered questions about the professional and sociodemographic profile, work and health conditions, as well as social support scales and psychic suffering. Frequency analysis, summary statistics and associations were performed through logistic regression. The p-value variables <20.0% were selected for the modelo of logistic regression through the 'backward' method until the remaining variables of the final model, which variable answer was psychic suffering. **Results** - As a result, it was observed the predominancy of male policemen, pale-skinned, married, aged between 36 to 45, with post-secondary education. Most of these policemen have operational duties, working on 24-hour shifts, 38.8% have worked from 11 to 15 years in the corporation and 35.0% would like to start a new career. In material terms, items such as databases, ammunition quality, vests and gas masks were well evaluated, ranking 6.0 to 7.0 out of 10.0. While traffic monitoring materials and firearms quality received the worst evaluations with grades below 3.1. The lack of equipment (91.0%), the absence of government support (89.1%), wages (82.6%) and the legislation (80.2%) are the main obstacles identified by the policemen to do their work. The main damages to physical and mental health of the policemen are neck and spine pain (64.9%), visual impairment (59.1%), rhinitis (46.4%), headache (37.1%), sinusitis (36.7%), muscle diseases (35.5%), herniated disc (32.2%), dislocation/luxation (24.8%), sciatica (21.7%), hypertension (21.3%), bone diseases (19.3%) and indigestion (17.6%). As to the policemen, the risk to their integrity is total (100.0%) and this situation extends to their families (92.4%). The principal non-lethal victimizations were verbal aggressions (33.0%), falls (18.0%) and attempted murder (13.3%). Psychic Suffering reaches 36.6% of the participant policemen. The factors associated to psychic suffering in the final model were the presence of offspring, having medium to poor social assistance, feeling dissatisfied or not even satisfied, neither unsatisfied with their work, having frequent headaches or migraine, herniated disk or sciatica. The results proved the necessity of Federal Highway Police to guide its policemen through the creation and maintenance of structural evaluative elements and work process control, besides their health. For this reason, the motivation and support to research is essential to deepen the debate over the findings in this research.

Keywords: federal highway police, work, work process, health, violence, public safety, risk, victimization, social support, psychic suffering.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo o tipo de atividade desenvolvida.....	80
Gráfico 2 -	Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo jornada de trabalho na polícia.....	84
Gráfico 3 -	Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo redução de jornada de trabalho.....	87
Gráfico 4 -	Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo trabalho além do horário.....	88
Gráfico 5 -	Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo as razões para ter trabalhado além do horário.....	89
Gráfico 6 -	Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo o tempo de serviço.....	90
Gráfico 7 -	Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais, segundo suas escolhas de possíveis recomeços da vida profissional.....	92
Gráfico 8 -	Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo a satisfação com alguns aspectos do trabalho policial.....	97
Gráfico 9 -	Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo avaliação do Curso de Formação oferecido quanto a carga horária.....	99
Gráfico 10 -	Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo avaliação do Curso de Formação oferecido quanto o conteúdo programático das disciplinas.....	99
Gráfico 11 -	Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo capacitações oferecidas após curso de formação profissional.....	100
Gráfico 12 -	Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo o tipo de capacitação desejada pelos policiais.....	101
Gráfico 13 -	Notas médias dadas pelos policiais rodoviários federais para os equipamentos utilizados no trabalho.....	104
Gráfico 14 -	Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo as condições que afetam o bom trabalho policial.....	107
Gráfico 15 -	Notas médias dadas pelos policiais rodoviários federais para grau de satisfação com componentes do trabalho.....	109

Gráfico 16 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo a frequência das situações vividas no trabalho.....	110
Gráfico 17 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo a avaliação do ambiente de trabalho pelos policiais.....	111
Gráfico 18 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo a frequência das atividades físicas.....	113
Gráfico 19 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo doenças do Sistema Respiratório, nos últimos 12 meses.....	114
Gráfico 20 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo doenças do Sistema Circulatório nos últimos 12 meses.....	115
Gráfico 21 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo doenças do Sistema Digestivo nos últimos 12 meses.....	116
Gráfico 22 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo doenças do sistema locomotor e tegumentar nos últimos 12 meses.....	118
Gráfico 23 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo as doenças do Sistema Nervoso e Glandular nos últimos 12 meses.....	120
Gráfico 24 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo as doenças do Sistema Reprodutivo masculino nos últimos 12 meses.....	121
Gráfico 25 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo as doenças do Sistema Reprodutivo feminino nos últimos 12 meses.....	121
Gráfico 26 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo os casos de Doenças transmissíveis nos últimos 12 meses.....	122
Gráfico 27 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo desordens na visão, audição ou fala apresentadas nos últimos 12 meses.....	124
Gráfico 28 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo a presença de lesões permanentes.....	125
Gráfico 29 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo o atendimento de saúde utilizado.....	126
Gráfico 30 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo o último atendimento Odontológico e Oftalmológico em anos.....	127

Gráfico 31 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo Risco percebido.....	129
Gráfico 32 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo os tipos de riscos possíveis de ocorrer.....	131
Gráfico 33 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo o momento de maior risco.....	132
Gráfico 34 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo vitimizações no trabalho policial, em número de ocorrências, nos últimos 12 meses.....	136
Gráfico 35 - Distribuição proporcional das vitimizações de policiais na Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Militar (PM) ² e Polícia Civil (PC) ¹	138
Gráfico 36 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo as atividades desempenhadas durante a folga.....	140
Gráfico 37 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo a satisfação com componentes sociais.....	142
Gráfico 38 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo Perspectivas para o futuro.....	143
Gráfico 39 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo o apoio social.....	145
Gráfico 40 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais segundo sintomas físicos e mentais.....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil Sociodemográfico na Polícia Rodoviária Federal.....	79
Tabela 2 - Associação entre variáveis selecionadas e a presença de sofrimento na Polícia Rodoviária Federal.....	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPRF	Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
BAT	Boletim de Acidente de Trânsito
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CG	Corregedoria-Geral
CGA	Coordenação-Geral de Administração
CGO	Coordenação-Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Rodoviária
CGRH	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CID 10	Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
CIOP	Central de Informações Operacionais
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DELPRF	Delegacia de Polícia Rodoviária Federal
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DF	Distrito Federal
DRPRF	Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
ESCA	Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MGO	Manual de Gestão Operacional
MJ	Ministério da Justiça
OMS	Organização Mundial da Saúde
PC	Polícia Civil
PRF	Policia Rodoviário Federal
PM	Polícia Militar
5ª SRPRF	Quinta Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SNT	Sistema Nacional de Trânsito
SRPRF	Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal
UOP	Unidades Operacionais
VIVA SUS	Vigilância de Violência e Acidentes do Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	JUSTIFICATIVA	19
3	OBJETIVOS	24
3.1	OBJETIVO GERAL	24
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	24
4	MARCO TEÓRICO	25
4.1	TRABALHO	25
4.2	PROCESSO DE TRABALHO	26
4.3	TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍCIA	30
4.4	TRABALHO, VIOLÊNCIA E SAÚDE	40
5	A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	44
5.1	BREVE HISTÓRIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	44
5.2	ESTRUTURA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	46
5.3	PROCESSO DE TRABALHO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	49
5.4	PROGRAMA DE SAÚDE DO SERVIDOR – PROSSERV	59
6	MATERIAIS E MÉTODOS	63
6.1	ÁREA DO ESTUDO.....	63
6.2	ESTRATÉGIA DE ESTUDO.....	65
7	ASPECTOS ÉTICOS	75
8	RESULTADO E DISCUSSÃO	76
8.1	PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E PROFISSIONAL.....	76
8.2	CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	90
8.3	CONDIÇÕES DE SAUDE.....	111
8.4	RISCO PERCEBIDO E VITIMIZAÇÃO.....	127
8.5	QUALIDADE DE VIDA.....	139
8.6	APOIO SOCIAL.....	144
8.7	SOFRIMENTO PSÍQUICO.....	146
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
	REFERÊNCIAS	161
	ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	178
	ANEXO II – QUESTIONÁRIO	180

ANEXO III – MEMORANDO N° 603/2018/DISAS.....	194
ANEXO IV – MEMORANDO N° 995/2018/CGRH.....	195
ANEXO V - DESPACHO INFORMATIVO N° 7/2018 - SRPRF-RJ.....	196
ANEXO VI – VARIÁVEIS SIGNIFICATIVAS UTILIZADAS NO MODELO FINAL.....	197

1 INTRODUÇÃO

A compreensão da relação entre Polícia e Sociedade passa, necessariamente, pelo conhecimento das instituições e seus atores. Nessa perspectiva, conhecer a o trabalho e a saúde dos profissionais da segurança pública é uma importante contribuição para o processo laboral dos profissionais desse setor.

Em estudo pioneiro sobre vitimização dos quadros de segurança pública do Rio de Janeiro, Muniz e Soares (1998) observaram que os acidentes de trânsito foram a principal causa da vitimização de policiais militares e de policiais civis.

Esse olhar para a saúde dos policiais estendeu-se com as pesquisas realizadas pelo Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde/CLAVES Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ, sobre condições de trabalho, de saúde, vitimizações e risco, que englobaram a polícia militar, polícia civil e guardas municipais do Rio de Janeiro (MINAYO e SOUZA, 2003; SOUZA e MINAYO, 2005; MINAYO et al, 2007; CARMO e CONSTANTINO, 2007; MINAYO et al, 2008; SOUZA, 2010; CONSTANTINO, 2011; CONSTANTINO e CORREA, 2013).

Ainda assim, índices de morbidade e condições de saúde dos quadros policiais existentes no Brasil ainda são bastante escassos. Alguns autores, apontam a dificuldade e inconsistência dos dados sobre a vitimização de policiais, o que prejudica o conhecimento sobre a morbimortalidade desses profissionais (SOUZA e MINAYO, 2013).

Há estudos sobre impactos na saúde, como o realizado sobre o estresse e os resultados dessa condição na atividade da Polícia Militar de Minas Gerais (DANTAS, *et al*, 2010). Bezerra et al (2013) avaliaram o estresse em policiais mulheres, percebendo que as oficiais são as mais afetadas. Paulino e Lourinho (2014) estudaram o impacto na saúde psicológica de policiais militares do Ceará, demonstrando preocupação com a prevenção. Entretanto, a Polícia Rodoviária Federal - PRF não foi amplamente analisada nem contemplada em grande parte dos estudos.

Minayo *et al.* (2007) perceberam, pela natureza ostensiva da instituição, maior vitimização da Polícia Militar comparativamente a Polícia Civil, ambas do Rio de Janeiro. Em outros estudos sobre as condições de trabalho e a saúde de policiais civis e militares, Minayo *et al.* (2003, 2008) perceberam quão precárias são aquelas e o quanto afetam essa última. O risco de morte por suicídio entre policiais militares, chega a ser sete vezes maior que o do restante da população (MIRANDA, 2016).

Com efeito, percebe-se a escassez de estudos que abordam amplamente a saúde da Polícia Rodoviária Federal. Não obstante, em investigação inicial, encontraram-se algumas pesquisas envolvendo a saúde desses agentes rodoviários, como o artigo sobre o impacto psicológico de policiais rodoviários federais em idade de aposentadoria (FELIX e CATÃO, 2013). Foi também discutido o uso da reflexologia para o alívio de dores lombares de policiais da PRF (CENCI e MEDEIROS, 2012). Em outra pesquisa foram observados distúrbios de sono, estresse e ansiedade, chegando a atingir 100% do efetivo da delegacia de Chapecó/SC (BECK et al, 2009). Paiva *et al.* (2016) mencionam o risco da profissão, a ameaça constante de lesão ou morte por situações que acentuam o estresse do PRF, como o confronto ocasional com cidadãos embriagados e/ou agressivos, os atendimentos a acidentes graves e, ainda, o confronto direto com criminosos. Lopes *et al.* (2015) em pesquisa sobre a tensão de policiais rodoviários federais no Rio Grande do Sul, observam que 26,9% deles apresentam alto nível de estresse.

As classes de servidores públicos que compõem os diferentes órgãos policiais, necessitam de uma análise dos dados disponíveis sobre os impactos na saúde e na mortalidade em decorrência da natureza da sua atuação. Diante desse quadro e na ausência de estudos específicos, este projeto busca identificar e analisar de que adoecem os agentes da Polícia Rodoviária Federal, que à luz da Constituição da República, em seu artigo 144, II, parágrafo segundo, fazem parte da segurança pública e são responsáveis pelo patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais e por ações de natureza civil. Portanto, esta pesquisa busca focar este objeto de estudo e ampliar o leque de discussão acadêmica.

Entre as atividades rotineiras da PRF encontra-se o patrulhamento ostensivo, o levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas e demais ocorrências na circunscrição de atuação da PRF (Lei Nº 9.503/1997). Outra atribuição a ser destacada é a atuação contra os mais diversos crimes mencionados no artigo 1º do decreto nº 1655/1995, que prevê a colaboração e atuação na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis, definindo assim, a competência da Polícia Rodoviária Federal.

Cabe mencionar que em razão da fiscalização de trânsito, o policial rodoviário federal, pela própria natureza da sua atuação, estar suscetível às diferentes formas de violência do trânsito brasileiro, como atropelamentos e colisões, responsáveis pela morte de 43075 pessoas/ano (DATASUS/2014).

A violência social, aliada às precárias condições de trabalho, tem vitimizado esta categoria de trabalhadores, lesionando-os e levando-os à morte. E ainda tem causado impactos físicos e emocionais nas suas famílias e amigos, mostrando que esta cadeia de eventos, que gera sofrimento, adoecimento e morte, também tem um custo institucional e social.

Assim, realizou-se um estudo sobre as condições de trabalho e de saúde dos policiais rodoviários federais do Rio de Janeiro. Buscando-se, assim, contribuir para o conhecimento sobre esses eventos no seio dessa classe de trabalhadores policiais, ainda pouco pesquisada. O estudo pretendeu também subsidiar ações preventivas para a redução dos problemas de saúde encontrados, inclusive em relação às situações de violência que os policiais rodoviários federais estão expostos.

2 JUSTIFICATIVA

Ainda são poucos os estudos sobre a saúde dos policiais. Possivelmente, essa lacuna de informações deve-se ao sombrio papel desempenhado pelas instituições policiais durante a ditadura militar e às práticas que ferem princípios de direitos humanos já no período do regime democrático. Assim, a aproximação ao tema da saúde do policial sofreu um distanciamento da pesquisa acadêmica (SILVA e VIEIRA, 2008).

Nesse cenário negligente envolvendo a saúde policial, a Polícia Rodoviária Federal é ainda mais ignorada. Mesmo diante de pesquisas que tratem da PRF, essas são insuficientes para traçar um panorama da saúde desses policiais. Em vista disso, uma revisão envolvendo outras forças policiais foi fundamental para comparar com os resultados dessa pesquisa.

Silva e Vieira (2008) ao se debruçarem sobre o processo de trabalho do policial militar de São Paulo e a sua saúde mental decorrente da atividade desempenhada, perceberam que esse agente sofre pressões decorrentes da organização laboral, pelos fenômenos que ocorrem em sua rotina e pelo trabalho precarizado na forma de baixos salários e condições materiais insuficientes.

A precarização do trabalho policial promove a procura por fontes de renda extra para complementação da renda familiar (SENJO, 2011; OLIVEIRA e SANTOS, 2010), comprometendo o tempo dedicado ao lazer e à família (SILVA e VIEIRA, 2008).

A fragilização das condições de trabalho pode ser traduzida na ausência, insuficiência e inadequação dos recursos materiais, como instrumentos e equipamentos de proteção, além das restrições orçamentárias que comprometem a execução do trabalho e o baixo salário (SILVA e VIEIRA, 2008). Para pensar a saúde dos policiais há de se levar em consideração aspectos da organização do trabalho. Em estudo, Ferreira *et al.* (2012) demonstraram que três em cada dez policiais militares consideram o trabalho como fator de risco para desenvolver doenças e sofrimento psíquico, levando a pensar sobre a necessidade de alterações na organização do mesmo.

A categoria policial sofre, por razões históricas, com o baixo apoio da sociedade e a ausência de reconhecimento do seu trabalho, o que teria relação com a ideação suicida (SMITH *et al.*, 2016). Alves *et al.* (2015) observaram elevado risco de depressão entre policiais. Jock (2008) constatou uma incidência significativa de profissionais da segurança pública com o uso abusivo de álcool, drogas e quadros psicóticos. Essas pesquisas corroboram com o resultado encontrado de 20,8% de intencionalidade de suicídio entre policiais militares de São Paulo (OLIVEIRA e SANTOS, 2010).

A ausência do reconhecimento social e a percepção negativa da sociedade perante essas instituições acabam por invisibilizar a vitimização desses trabalhadores da segurança pública, naturalizando-a e legitimando-a (SOUZA e MINAYO, 2005).

Southwick *et al.* (1993) ao estudarem o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) de veteranos de guerra constataram quatro principais sintomas: resposta aumentada; vigilante ou em guarda; distúrbios do sono e irritabilidade. A realidade do trabalho da Polícia no Estado do Rio de Janeiro, possui contornos tão dramáticos quanto os desses territórios de guerra, apesar da inadequação do uso do termo guerra para caracterizar a situação de segurança pública do Rio de Janeiro.

Nesse contexto social de violência e vitimização, o policial, por vezes, muda o seu comportamento, ora minimizando o risco, ora encobrindo a identidade policial (MINAYO et al, 2007).

Como o sofrimento decorrente de suas atividades enquanto policial é presente, as instituições devem atentar para esses dados e experiências na implementação de programas de apoio ao policial, em suas necessidades psicológicas, sociais e jurídicas (CECARECHI e SCATOLIN, 2017). Em análise sobre efeitos de um programa de apoio foram encontrados resultados positivos em relação a saúde mental de policiais (ALLEGRETTI, 2011).

A necessidade do policial em diferentes tipos de apoio torna-se de alta relevância em situações de alto risco, que envolvam acontecimentos trágicos. Esses eventos de maior risco deveriam ser acompanhados por uma rede de apoio, preventivamente, e não apenas quando ocorre mudança no padrão comportamental do indivíduo (CECARECHI, e SCATOLIN, 2017).

Os policiais sofrem bastante com o cansaço físico e com o esgotamento emocional o que pode levá-los a cometerem atos de proporções irracionais diante de crises, nas quais o equilíbrio emocional do agente de segurança pública é crucial para a resolução dos conflitos (OLIVEIRA e SANTOS, 2010).

Em estudo sobre a Polícia Militar de Pernambuco, o trabalho policial foi avaliado como insatisfatório quanto às demandas psicológicas e físicas. O suporte social dos superiores hierárquicos (oficiais) em relação aos comandados foi considerado insatisfatório, contrapondo o resultado satisfatório para o suporte social entre colegas de trabalho e, também, a alguns elementos de autonomia (habilidade e autoridade decisória). Aproximadamente três em cada dez policiais militares tiveram o trabalho classificado como de alta exigência; para esses os riscos de sofrimento psíquico e de doenças são maiores, necessitando mudanças na organização do trabalho (FERREIRA *et al.*, 2012).

A privação do sono, situação comum em quem trabalha no regime de plantão, pode provocar fadiga durante o serviço, comprometendo a qualidade na execução das tarefas durante a jornada de trabalho. Em estudo sobre a distribuição dos acidentes de trânsito com os Policiais Rodoviários na Itália, Zucconi (2011) verificou que os acidentes com esses policiais durante o dia seriam reflexo da intensidade do trânsito em determinados horários e, no período da noite, estariam vinculados ao ciclo circadiano e homeostático (relacionado ao ciclo biológico do indivíduo), provocando sonolência no período da noite. A redução do número de acidentes no período noturno foi diminuída com a utilização de pequenos intervalos de sono aos policiais durante a noite, no plantão (ZUCCONI, 2001).

Pesquisa de Oliveira e Santos (2010) encontrou níveis de 50% de sonolência e de irritabilidade durante o serviço em 79,2% dos policiais, alcançando 81,8% nos grupos táticos.

Outros eventos comuns que atingem incisivamente o policial rodoviário federal são a exposição aos ruídos, à radiação solar e a materiais diversos que são inalados no trânsito.

Há uma grande exposição aos ruídos de motores, buzinas, sirenes e de rádio comunicador que podem diminuir a concentração e provocar irritação nos deslocamentos que esses policiais precisam fazer no trânsito, o que aumentaria o número de acidentes (LIMA e SILVA, 2014).

Durante o exercício do patrulhamento policial, o uso do rádio comunicador é imprescindível ao longo do serviço, expondo-os ao ruído de natureza ocupacional, somado aos demais elementos sonoros da atividade de policial, o que pode provocar desordens auditivas. Entre os sintomas encontrados estão: cefaleia constante; insônia; prurido no canal auditivo e zumbido, onde é possível perceber que o ruído ocupacional está acima dos valores de normalidade (LIMA, 2015).

Outros pesquisadores relataram uma série de resultados que revelam o comprometimento da saúde na Polícia. Um achado foi o estudo sobre Policiais Rodoviários nos Estados Unidos, no qual avaliou-se a exposição a elementos como cobre, enxofre, cálcio e cromo nas viaturas e a relação desses com doenças inflamatórias, coagulantes e cardíacas (RIEDIKER, 2007; RIEDIKER *et al.*, 2004).

Filho e D'Oliveira (2013) encontraram prevalência de mais de 50% de hipertensão em amostra de policiais na Bahia; 74,64 % desses indivíduos tinham sobrepeso ou obesidade, o que não só compromete a saúde, mas os expõe a maior risco pelas demandas que a profissão exige.

Em relação ao comportamento sexual, um estudo com a Polícia Militar de Ponta Grossa, Paraná verificou que a maioria dos policiais (75,6%) não utilizava preservativo (PINHEIRO *et al.*, 2011), ato que contribui para maior exposição às doenças sexualmente transmissíveis.

O hábito do tabagismo foi estudado por Resende *et al.* (2012) na Polícia Militar de Gurupi em Tocantins, onde perceberam que o uso do tabaco servia como fonte de alívio para situações estressantes no ambiente do trabalho. A pesquisa apontou, portanto, que o ambiente de trabalho era a principal causa no hábito de fumar.

Entre outras morbidades, Ferreira *et al.* (2012) encontraram como os mais frequentes problemas de saúde na Polícia Militar de Recife, Pernambuco: problemas de visão (32,6%), pressão arterial elevada (25%), gastrite (13,9%), depressão (11,8%) e varizes (11,1%).

Na polícia civil do Espírito Santo, pesquisa destacou os distúrbios ósteo-articulares, gastrointestinais e distúrbios mentais como principais agravos dessa instituição (BOURGUIGNON *et al.*, 1998). Estudo com patrulha aérea da polícia militar de São Paulo revelou alta taxa (60,0%) de desconforto musculoesquelético relacionado ao trabalho atingindo, principalmente, ombros e região lombar (DINIZ *et al.*, 2006).

A exposição ao risco é uma constante no trabalho policial. Porém, um elemento a ser considerado é o risco percebido. Estudos com policiais civis do interior do estado do Rio de Janeiro encontraram percepções de risco semelhantes às dos policiais da capital, embora esses últimos possuam maior exposição ao risco. Esses resultados corroboram a hipótese de que a identidade policial e a percepção de risco não estão limitadas pelo território (CARMO & CONSTANTINO, 2007; CONSTANTINO, 2011; CONSTANTINO *et al.*, 2013).

Em relação à vitimização verificou-se que, na Polícia Militar da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1997, o número médio de praças vítimas de agravos que exigiram afastamento foi mais de vinte vezes o de oficiais (MINAYO *et al.* 2007). Os traumatismos foram responsáveis por 50,2% das licenças para tratamento de saúde e 42,8% das incapacidades físicas parciais. Os problemas psiquiátricos responderam por 5,6% das licenças para tratamento de saúde e 16,9% das incapacidades físicas parciais (MINAYO *et al.*, 2007). Ainda nessa mesma pesquisa encontrou-se o resultado estarrecedor de que entre os 4.518 policiais mortos e feridos por todas as causas, de 2000 a 2004, 56,1% foram vitimados durante as folgas, contra 43,9%, em serviço (MINAYO *et al.*, 2007).

Ao traçar os principais fatores de risco para sofrer violências, encontram-se diferenças entre a Polícia Militar e Polícia Civil. Entre os militares os principais fatores de risco foram o tempo de serviço, policiais mais jovens com maior exposição ao risco, deficiências auditivas e nevralgias e as condições de trabalho existentes. Na Polícia Civil as variáveis relacionadas ao risco de sofrer violências foram outras: o treinamento insuficiente, a dupla jornada e o estresse intenso (MINAYO *et al.*, 2007).

Ferreira *et al.* (2012) analisando a morbidade na Polícia Militar encontrou o maior tempo de serviço e a ausência de folgas semanais como fatores condicionantes da morbidade policial.

A vitimização da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, investigada no período de 1994 a 2004, mostrou que 1.150 guardas municipais foram feridos em acidentes de trabalho e, por serem regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), não possuem apoio institucional ao serem vitimados em folga (SOUZA e MINAYO, 2005).

Os estudos das diferentes Polícias demonstram haver semelhanças, mas também especificidades nos processos e organização do trabalho policial, assim como nas suas experiências de violência e agravos à saúde no desempenho das atividades policiais (MINAYO et al, 2007).

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Investigar as condições de trabalho e saúde dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o perfil sociodemográfico dos policiais rodoviários federais do estado do Rio de Janeiro;
- Analisar as condições de trabalho desses policiais rodoviários federais;
- Conhecer as condições de saúde desses policiais rodoviários federais;
- Analisar os fatores associados ao sofrimento psíquico dos policiais rodoviários federais.

4 MARCO TEÓRICO

O trabalho, mesmo com todas as contradições que carrega, é central no desenvolvimento humano. A saúde relaciona-se intimamente com o trabalho, pelas condições materiais que ausentes ou presentes irão implicar na saúde do indivíduo. A forma com que o trabalho e saúde se relacionam é vital na presente pesquisa.

4.1 TRABALHO

Marx (2013, p. 242) define força de trabalho como “capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade (...), na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. Assim, a força de trabalho só pode ser considerada mercadoria ao ser colocada à venda, e para isso é preciso ser possuidor dela. Porém, essa condição permanece se o indivíduo não possui outras mercadorias a serem vendidas e se não possui meios de produção, além das necessidades materiais de subsistência. Para se dispor da força de trabalho como mercadoria, é necessário ser possuidor dela, assim não cabe venda da força de trabalho em regime de servidão ou escravidão (MARX, 2013; HARVEY, 2015).

Proprietário da força de trabalho a venda apenas por um determinado período, pois, se ele a vende inteiramente, de uma vez por todas, vende a si mesmo, transforma-se de um homem livre num escravo.
(MARX, 2013, p. 242)

Harvey (2015, p. 102) traduz o conceito de força de trabalho como “capacidades físicas, mentais e humanas de incorporar valor às mercadorias”. Dessa forma, dentro do sistema capitalista não há posse sobre o indivíduo, mas sim sobre sua capacidade em trabalhar. Já o valor da força de trabalho, de acordo com Marx (2013) e corroborado por Harvey (2015) é o valor do meio de subsistência do trabalhador para sobreviver em uma condição de vida suficiente para execução do trabalho. Esse valor varia de acordo com o contexto histórico e social.

Os indivíduos que compõem o serviço público atendem as condições marxistas sobre o trabalho, pois vendem sua força de trabalho e não possuem os meios de produção, inseridos assim, na categoria de trabalhadores cuja força de trabalho é mercantilizada. A atividade policial não seria diferente, por serem funcionários públicos, os Policiais Rodoviários Federais, enquanto classe trabalhadora, também possuem sua força de trabalho mercantilizada. Porém, essa condição não é amplamente reconhecida pelos próprios policiais. Braverman (1998)

considera que no monopólio moderno do capitalismo os trabalhadores do setor de serviços também estão submetidos ao capital e à exploração, “quase toda a população foi transformada em funcionários de capital” (BRAVERMAN, 1998, p. 280, tradução nossa) na qual se dá a relação compra e venda de trabalho.

A transformação de dinheiro em capital, para Marx (2013) requer que o possuidor do dinheiro encontre a pessoa livre, com sua força de trabalho disponível para a venda e não possua outra coisa para vender a não ser seu trabalho, o que caracteriza a mercantilização na relação de trabalho. Situação onde o servidor público também se insere. Essas condições apontadas por Marx não seriam naturais e determinísticas, mas sim fruto de um desenvolvimento histórico (HOBSBAWM, 2015).

Mesmo o funcionário público não produzindo diretamente Mais Valor¹ o que na concepção marxista é considerado como trabalho improdutivo, não podendo ser confundido com trabalho inútil, mas significando que não se produz o Mais Valor que gera lucro ao capital (MARX, 2013). O trabalho do funcionário público policial segue esse mesmo entendimento, ou seja, seu trabalho de manutenção do sistema, seja por meio da segurança de indivíduos ou patrimônio, seja para assegurar a ordem pública, contribui para a acumulação capitalista.

4.2 PROCESSO DE TRABALHO

Marx (2013) discute o processo de trabalho com a natureza do humano. O trabalho seria um fenômeno resultante do metabolismo dialético entre o humano e a natureza, sendo impossível separar os dois componentes. Dialeticamente, não há transformação da natureza sem a transformação do homem.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 255)

¹ Para Marx (2013, p.289), o Mais Valor ou Mais Valia, em traduções antigas, corresponde ao “excedente do valor do produto sobre a soma de valor de seus elementos de produção”. O Capital se decompõe em duas partes, o dinheiro gasto com os meios de produção e a quantia gasta com a força de trabalho e com o fim do processo produtivo há, como resultante, a mercadoria, cujo valor é soma do dinheiro dos meios de produção, força de trabalho e mais valor.

Assim, é possível perceber que o homem transforma a natureza e nesse processo transforma-se a si próprio.

A dialética do homem e natureza não é exclusiva dos seres humanos e está presente em todos os seres (MARX, 2013; HARVEY, 2015), porém o homem possui uma intencionalidade na transformação:

No final do processo do trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade.
(MARX, 2013, p. 256)

Marx, de forma expressa, cita os elementos que compõem o processo de trabalho, que seriam: 1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho (MARX, 2013).

O objeto é o que será metabolizado na interação homem-natureza, existe na intencionalidade, na mente como resultado do trabalho. Por natureza, compreende-se não somente a natureza propriamente dita, mas toda a infraestrutura já existente que permite a criação do produto. Como argumenta Harvey (2015)², o processo de trabalho transforma uma coisa em outra coisa.

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito”
(MARX, 2013, p. 256)

Marx (2013) destaca o processo de trabalho como ponto principal do trabalho, como observado a seguir.

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto.
(MARX, 2013, p. 258)

² Segundo Harvey (2015) há um olhar crítico de Marx em perceber que os seres humanos poderiam ser escravizados pelos seus produtos e projetos e não haveria uma transformação da natureza de forma neutra, isenta. O instrumento de trabalho e sua transformação traz mudanças também sociais. Essa transformação é reflexo da interação tecnológica com as relações na coletividade com influência mútua.

O trabalho se incorporou ao objeto. Ele está subjetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio. (MARX, 2013, p. 258)

Tais categorias teóricas ajudam a refletir sobre o objeto empírico do presente projeto de pesquisa e, assim, pensar em relação ao processo de trabalho do policial rodoviário federal e a saúde.

Dejours diferenciou condição e organização do trabalho. Condição do trabalho levaria em consideração o ambiente físico, químico, biológico, higiene, segurança e “características antropométricas do posto de trabalho” (DEJOURS, 1992, p. 25). Já a organização do trabalho observaria a divisão do trabalho, além do “conteúdo da tarefa (...), o sistema hierárquico, modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade” (DEJOURS, 1992, p. 25).

Ao discutir sobre o sofrimento e sua relação com o trabalho, Dejours (1992), percebeu que:

Via de regra, quanto mais a organização do trabalho é rígida, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores são as possibilidades de muda-lo. Correlativamente, o sofrimento aumenta. (DEJOURS, 1992, p. 52)

Desse modo, os trabalhadores desenvolvem estratégias individuais ou coletivas com objetivo de proteção frente as mudanças do mundo do trabalho. Essas mudanças na organização do trabalho, podem promover sofrimento e as estratégias elaboradas fornecem meios de suportar o sofrimento laboral. (DEJOURS, 1992; 2011)

(...) conflito específico entre os constrangimentos provenientes da organização do trabalho e o funcionamento psíquico dos trabalhadores. Algumas formas de organização do trabalho revelaram-se desta forma mais nocivas do que outras para o funcionamento psíquico. (DEJOURS, 2011, p. 13)

Areosa (2013) ao estudar o suicídio, percebe a influência dos colegas de trabalho nessa conduta, pelo silêncio e abandono, reflexo da organização de trabalho fruto da perda da solidariedade entre os pares. Com o rompimento dos laços que ligam os trabalhadores e o papel que se exercia no apoio mútuo diante do sofrimento psíquico, há um incremento a partir da década de 80 de casos de suicídio no ambiente de trabalho. O isolamento no trabalho é cada vez maior e as formas de avaliação do trabalho contribuem para isso, pois não há isenção uma vez que a avaliação sofre as mais diversas influências como empatias e rejeições. Dejours (2011) de forma expressa se coloca diante da organização do trabalho.

(...) a introdução e rápida generalização dos novos métodos de avaliação individual do desempenho levada a cabo pelas ciências da gestão tem um papel de primeiro plano na destruição das possibilidades de trabalho coletivo, de cooperação e de solidariedade. Sendo assim, estes métodos de organização do trabalho estão implicados nos processos de servidão voluntária e de deterioração da saúde mental no trabalho. No lugar da entreaajuda e da solidariedade, a solidão e o medo invadem o mundo do trabalho. Face à dominação, à injustiça, ao assédio, à ameaça de despedimento, cada qual se encontra doravante sozinho. (DEJOURS, 2011, p. 15)

Uma dimensão é o impacto que o trabalho promove no tempo livre do indivíduo, pois a pessoa pode ser condicionada pela organização do trabalho, ocorrendo uma “contaminação involuntária do tempo fora do trabalho” (DEJOURS, 1992, p. 46), onde o trabalho e a folga constituem um tempo indissociável. Essa situação parece se aplicar à organização do trabalho policial, cujo tempo em serviço se confunde com o tempo em folga.

Policiais se queixam por serem cobrados a serem policiais 24h todos os dias pela sociedade. Porém, esses policiais acreditam que a condição policial valida prerrogativas que os demais indivíduos não possuem, exercem, assim, a função integral de policiamento. (MOREIRA *et al.*, 1999; LOPES e LEITE, 2015)

Outra dimensão relevante seria o medo³, presente em todas as categorias profissionais, mesmo aquelas não expostas diretamente a um risco. O risco relaciona-se ao corpo do indivíduo, que pode ser exterior (inerente ao trabalho), coletivo (quando atingem vários trabalhadores), ou personalizado. Para prevenir o risco, lança-se mão de medidas protetivas coletivas, porém o risco residual⁴ não é eliminado pela organização do trabalho. Dessa forma, o medo no trabalho é fruto da “oposição entre a natureza coletiva e material do risco residual e a natureza individual e psicológica da prevenção a cada instante de trabalho” (DEJOURS, 1992, p. 64). A elaboração de defesas surge como mecanismo de combate ao medo, que, quando completas, retira o medo da fala dos trabalhadores. A negação desse medo é comum no discurso de trabalhadores policiais.

O trabalho exerce influência sobre a saúde mental. Seu impacto pode ser positivo, ao promover prazer e satisfação em sua execução, mas também negativo, ao provocar sofrimento e desgaste.

³ O medo não se confunde com angústia, pois essa é individual e resultante de um conflito intrapsíquico, enquanto o medo “responde por um aspecto concreto da realidade exige sistemas defensivos específicos” (DEJOURS, p.63, 1992).

⁴ O risco residual ocorre diante de limitações materiais na implementação de medidas protetivas, assim como desconhecimento das manifestações do risco na organização do trabalho, que, às vezes, só se revela diante de um acidente (DEJOURS, 1992).

O trabalho não gera unicamente sofrimento psíquico ou doenças mentais. Pode, dentro de certas formas de organização do trabalho, tornar-se num mediador importante da gênese do prazer no trabalho e da construção da saúde mental. Ou, dizendo de outra forma, o trabalho nunca é neutro relativamente à saúde mental. Pode gerar aquilo que há de pior, como o suicídio ou a crise clástica, mas também aquilo que existe de melhor: a realização pessoal através do trabalho, a sublimação, a contribuição para as obras da cultura e da civilização. (DEJOURS, 2011, p.14)

No estudo da relação do trabalho com aparelho psíquico, o trabalho pode ser considerado fatigante ou equilibrante, a depender se permite ou não a diminuição da carga psíquica “se um trabalho permite a diminuição da carga psíquica, ele é equilibrante. Se ele se opõe a essa diminuição, ele é fatigante”. (DEJOURS, 2009, p. 25a)

Mesmo diante do risco à integridade, o trabalhador pode desenvolver o orgulho por justamente ser aquele que enfrenta o perigo (DEJOURS, 1992), tal como o herói que enfrenta o mal. Assim, o profissional da segurança pública pode ter grande satisfação ao se identificar com esse ideal heroico.

Diante das características das atividades que exerce, o Policial Rodoviária Federal pode sentir grande satisfação no cumprimento de sua missão institucional de salvar e preservar vidas e transitar para outro espectro dessa relação com o sofrimento causado pela constância do contato com a morte, pressões de produção laboral, jornada exaustiva. Esses fatores que causam dor e prazer e que são intercambiáveis provocam a necessidade de estudos sobre como os policiais, enquanto trabalhadores, criam suas estratégias de defesa e como a mortalidade e morbidade traduz o resultado dessa equação.

Para tanto, é possível inferir que os profissionais da segurança pública, mesmo diante dos conflitos inerentes a atividade e ao enfrentamento de eventos complexos, podem desenvolver uma realização profissional. (OLIVEIRA e SANTOS, 2010)

Essa condição está de acordo com a percepção de que o trabalho não é neutro, podendo ser a gênese das condições que provocam um suicídio ou o nascimento do prazer pelo reconhecimento da atividade laboral realizada em prol de outros indivíduos. (DEJOURS, 2011)

A montante da descompensação, a normalidade representa o resultado de um compromisso, de uma luta entre o sofrimento provocado pelos constrangimentos organizacionais e as estratégias de defesa inventadas pelos trabalhadores para conter esse sofrimento e evitar a descompensação. (DEJOURS, 2011, p. 14)

4.3 TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍCIA

Foucault, trabalhou algumas questões como a “descoberta do corpo como objeto e alvo do poder” (FOUCAULT, 2012, p. 132), na transformação do corpo em algo dócil, fácil de ser moldado, ou seja, um corpo disciplinado.

O soldado é, antes de tudo, alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia: e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas - essencialmente lutando - (...). (Foucault, 2012, p.131)

Porém, o poder disciplinar não tem por objetivo a destruição do indivíduo, mas sim a sua construção. “A disciplina implica um registro contínuo de conhecimento. Ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber” (FOUCAULT, 2016, p. 23).

Percebe-se, que a disciplina não possui o corpo humano como alvo a ser destruído, mas algo a ser adestrado, “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 2012, p. 133; 2016) aumentando sua força para ser melhor aproveitado e diminuindo essa mesma força em termos políticos “a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 2012, p. 134). Disciplina como fator de otimização do tempo, constituindo-o em “tempo integralmente útil” (FOUCAULT, 2012, p. 145). Diante desse olhar, observa-se as estruturas do Estado e suas instituições policiais, no caso do estudo em questão, a Polícia Rodoviária Federal.

Foucault (2016) afirmou que a disciplina porta um discurso, que não passa pelo direito obrigatoriamente, mas sim, funciona como veículo de naturalização da regra, “definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização” (FOUCAULT, 2016, p. 293) e traz uma inquietante indagação “de que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade?” (FOUCAULT, 2016, p. 278). Assim, olha-se os discursos e os símbolos que auxiliam a construção discursiva na PRF, para se aproximar dessa identidade profissional.

Ribeiro (2014) entende por polícia moderna a organização que garante a vigilância e a segurança dos cidadãos e que operacionaliza o uso legítimo da violência e do poder disciplinador.

Portanto, a polícia é a instituição estatal que faz uso legítimo da força física com o objetivo de manter a ordem, disciplinar os indivíduos, proteger os cidadãos, por meio da vigilância constante, contra qualquer uso indevido da força e viabilizar a punição, com a identificação e o registro como suspeito de quem violou as regras (RIBEIRO, 2014).

A hierarquia e a disciplina promovem na Polícia a organização de uma estrutura complexa, “com feixes de interesses que dificultam as possibilidades de mudanças estruturais que deem conta da realidade de violência cotidiana” (SILVA e VIEIRA, 2008, p. 168). A instituição policial é distante socialmente, porém sob contínua vigilância, “o trabalho do policial

é permeado por uma constante vigília de suas ações por seus pares, superiores e pela sociedade em geral” (FERREIRA *et al.*, 2012, p. 996 a 997). Assim, a compreensão da instituição policial não prescinde de conhecer sua organização, seu processo de trabalho, sua cultura e ritos que regem “como os seus trabalhadores devem agir” (FERREIRA *et al.*, 2012, p. 998).

Para Lima et al (2014, p. 482) a segurança pública é um “campo formado por diversas organizações que atuam direta ou indiretamente na busca de soluções para problemas relacionados à manutenção da ordem pública”. Diante dessa conceituação não se pode restringir a compreensão da segurança pública como um campo restrito às organizações policiais e nem a confundir com as instituições que formam o sistema de justiça. (LIMA et al, 2014).

Para uma aproximação do entendimento sobre a segurança pública, é necessário observar como determinadas práticas são internalizadas e reproduzidas em cada campo. Para Bourdieu (2004, p. 20) campo é “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas”, uma vez que estende a noção de campo como “espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

✓ Breve histórico da polícia

Antes do período moderno, as “funções de policiamento eram basicamente exercidas como um subproduto de outras relações sociais e por cidadãos ‘voluntários’ ou em empregos privados (REINER, p.24, 2004) inexistindo em muitas sociedades uma estrutura formal de controle social⁵.

Reiner (2004) diferenciou polícia do policiamento. A polícia relaciona-se à instituição, enquanto o policiamento é conjunto de processos com funções determinadas. Se a polícia pode não existir em uma sociedade o mesmo não ocorre ao policiamento, que pode ser exercido por outros atores.

A Polícia moderna surge em 1829, em Londres. Surge diante da necessidade em substituir milícias e militares, que poderiam ameaçar a ordem democrática, por uma polícia

⁵ Há autores que defendem que uma instituição policial só seria capaz de surgir diante de sociedades mais complexas. Outros autores, entretanto, compreendem que o surgimento de uma polícia não seria um requisito essencial na sociedade, sem o qual o caos reinaria (REINER, 2004).

civil, treinada, identificada, capazes de independência política⁶ (BITTNER, 2017) e deixassem de ser ineficazes (REINER, 2004).

A concepção de uma polícia civil se espalhou pela Europa e outros continentes, sem desmerecer as organizações de polícia em cada país, fruto de tradições⁷, criando assim, organizações híbridas de polícia (BAYLEY, 2017; BITTNER, 2017). Foi, também, no séc. XIX, que a palavra “polícia” recebeu o significado atual (MONET, 2006), resultado de uma especialização (recrutamento, formação, remuneração). Portanto, o policiamento moderno é dominado por organizações especializadas e civis, que substituíram os militares na resolução da violência interna. Na América Latina, essa especialização ocorreu parcialmente, reduzida à administração civil do Estado e com a remoção incompleta dos militares do policiamento (BAYLEY, 2017).

Alguns autores, como Santos (1997) compreendem que a polícia na sociedade brasileira se caracteriza por um campo de forças sociais que se estrutura a partir de três posições: o exercício da violência legítima, a construção do consenso e as práticas de excesso de poder, a violência ilegítima.

No Brasil, no período colonial, a instituição polícia sequer existia. Com a vinda da família real, do desenvolvimento do comércio e aumento das tensões decorrentes das relações escravocratas, surgem as primeiras instituições que acumulavam funções policiais e judiciais. Tal força promoveu perseguição da população escrava e protegeu o capital mercantil em desenvolvimento (SALEM, 2007)

Observando o desenvolvimento da Polícia Militar no Brasil nota-se que essa possui como estrutura basilar de sua instituição os princípios de hierarquia e disciplina (SILVA e VIEIRA, 2008; FERREIRA *et al.*, 2012), além de ser uma organização burocrática. Sua divisão de trabalho tem como base a hierarquia, “priorizando o *status* que a graduação hierárquica proporciona e a função desempenhada na polícia, em detrimento da organização como um todo” (SILVA e VIEIRA, 2008, p. 168) e, desse modo, permite práticas de autoritarismo e subordinação (FERREIRA *et al.*, 2012).

A polícia brasileira surge para proteger a classe dominante da sociedade e não para proteger a sociedade, elemento que ainda perdura nas relações sociais (SALEM, 2007).

⁶ De forma a evitar que a “existência dessa força pudesse inclinar a favor do braço executivo do governo a balança do poder” (BITTNER, p.108, 2017)

⁷ A estratégia buscada pela polícia Britânica, por exemplo, foi conquistar simpatia e apoio do público ao invés da utilização de armamentos como forma de impor a vontade (REINER, 2004) agindo de forma contrária da *gendarmarie* francesa que havia gerado muita oposição ao uso da força pela forma opressiva de agir.

Certos indivíduos situados em camadas mais altas do corpo social, ainda consideram um acinte a sua mera participação em qualquer evento de natureza policial. Isto porque, a polícia no imaginário das classes dominantes brasileiras, não foi criada para os componentes das mesmas, e sim por eles, para manter em ordem a mão-de-obra que participa do processo produtivo (SALEM, 2007, p. 25 a 26).

Diante de uma organização hierárquica rígida e disciplinar, os indivíduos com percepções de mundo mais conservador teriam maiores condições de adaptação, reforçados pelos processos de seleção e de formação (REINER, 2004).

✓ O que é a polícia⁸.

Há diferentes formas de olhar a polícia, que transitam entre percebê-la como instrumento de dominação da classe dominante a uma percepção de detentora do mandato dado pela sociedade para aplicação lei (MONJARDET, 2002). Porém, a polícia possui grande complexidade nas relações. Ver a polícia como instrumento de outras classes, é desconsiderar interesses profissionais próprios e história de vida dos policiais. Assim, se não forem observadas as práticas policiais no contexto de sua realidade, corre-se o risco de interpretação limitada.

As instituições policiais possuem o monopólio do uso da força⁹ (FOUCAULT, 2012; REINER, 2004; SANTOS, 1997), elemento que surge na criação do estado moderno. Se qualquer profissão reivindica para si o monopólio do exercício de uma atividade, para a polícia o monopólio do uso da força é imposto pelo Estado (MONJARDET, 2002).

A polícia seria a força pública capaz de impedir ou impor limites ao uso da violência pelo indivíduo, dentro da autorização delegada pelo Estado para regular os conflitos interpessoais (BAYLEY, 2017; PIRES e EILBAUM, 2009). Ao se impor, estabelece uma solução provisória diante de qualquer emergência. A polícia é equipada para exercício do seu mandato e possui autorização legal para o ato de policiar (MUNIZ e PROENÇA JR, 2014; BITTNER, 2017), produzindo consentimentos sob lei.

⁸ O primeiro obstáculo é a própria conceituação, que necessita de um diálogo entre semântica e sentido histórico, cujas raízes passam pela Grécia e Roma, para trazer compreensão do que é a polícia (MONET, 2006).

⁹ Para outros autores, o monopólio do uso da violência legítima não existiria, uma vez que guardas prisionais, determinados setores hospitalares, o cidadão diante de um flagrante que pode dar voz de prisão, serviços de vigilância privada, são situações que demonstram não serem exclusivos da polícia o exercício da violência legítima (MONJARDET, 2002). O que distinguiria a polícia dos demais, seria que o uso da força teria alvo indeterminado, enquanto os demais são limitados e determinados. A utilização da força é autorizada diante da autodefesa, pessoas que exercem a coerção em indivíduos determinados, como hospitais e guardas prisionais e, por último, a instituição de uma polícia (MONET, 2006; BITTNER, 2017).

A polícia tem como habilidade a força que pode ser usada e de “ser capaz de evitar o uso da força, exceto quando isso for absolutamente inevitável” (BITTNER, p.37, 2017). Age quando “algo que não deveria acontecer e sobre o que seria bom alguém fazer alguma coisa imediatamente” (BITTNER, p.234, 2017), pois qualquer assunto poderá se tornar assunto de polícia.¹⁰

A polícia seria a encarregada de “possuir e mobilizar os recursos de força decisivos, com o objetivo de garantir ao poder o domínio (ou a regulação) do emprego da força nas relações sociais internas” (MONJARDET, p.27, 2002). Mais do que isso, a polícia detém a capacidade de decidir como, quando e com quais meios deve agir, demonstrando que a discricionariedade é a práxis essencial da polícia (MUNIZ e PROENÇA JR, p. 496, 2014)

✓ O que faz a polícia

Para Bittner (2017), o policiamento pode ser dividido em três áreas de atuação: Criminal; Regulador e Manutenção de Paz¹¹. Apesar de muitos entenderem que “combater o crime” seria a verdadeiro trabalho de polícia, essa só representa um espectro de atuação (MONJARDET, 2002; BAYLEY, 2017). A função principal do policial presente no imaginário, seria a de combatente do crime. Porém, boa parte do trabalho do policial consiste nos mais diversos atendimentos ao público (REINER, 2004; BAYLEY, 2017) como salvamentos, acidentes, desaparecimentos e mesmo orientação para o trânsito. Atuar como prestadora de serviços guarda relação com a existência de uma instituição que sempre está disponível e tem a prerrogativa do uso da força na manutenção da ordem social (REINER, 2004). Portanto, “a natureza do trabalho policial é revelada por aquilo com o que ela tem de lidar” (BAYLEY, p.119, 2017).

A demanda pelos serviços policiais surge em um contexto de relações interpessoais desgastadas na sociedade, necessitando a maior intervenção do estado. na resolução, ainda que temporária, de conflitos não criminais (BAYLEY, 2017). Onde há uma forte coesão social, os conflitos tenderiam a se resolverem por si só. Entretanto, muitos dos conflitos da sociedade industrial e urbanizada que se põem diante da polícia explicam-se estruturalmente, pela

¹⁰ Comparativamente a outros profissionais, são únicos disponíveis a qualquer hora e contatáveis através do telefone. Além de desempenhar, sem substituí-los, o papel de outras profissões como Assistência Social, Medicina, Enfermagem, Psicologia, quando realizam partos em viaturas, lidam com pessoas em surto psicótico, auxiliam familiares que perderam um ente e demais situações imprevisíveis e emergenciais (BITTNER, 2017).

¹¹ O controle de trânsito é um exemplo de Controle Regulador, para fazer cumprir as normas existentes. Já na Manutenção de Paz, ocorre a busca de “soluções permanentes ou provisórias” diante de crises de várias espécies e os polícias estão sempre disponíveis para atendimento das pessoas em necessidade (BAYLEY, 2017).

distribuição de riquezas, valores culturais e relações sociais (REINER, 2004; BAYLEY, 2017) O policial não seria o herói e muito menos o brutamontes, mas algo de maior complexidade (REINER, 2004).

Policiamento só faz sentido como legítimo se a maioria da população ou, no mínimo, aqueles que são policiados concordem com a direção tomada pela polícia. Não significa estar de acordo com as decisões policiais, mas concordarem com a autoridade e o direito legal da polícia agir (REINER, 2004; MUNIZ e PROENÇA JR, 2014), uma sujeição à lei e diminuição da oposição. Na ausência dessa legitimidade dada pela população, aumenta a recusa pela solução e oposição a ação policial e, conseqüentemente, aumenta-se o uso da força, que amplia as resistências em espiral (MUNIZ e PROENÇA JR, 2013; 2014). Para Bittner (2017) o abuso de poder policial está relacionado aos traços de personalidade do indivíduo enquanto policial, ausência de controle da instituição e principalmente a incompetência profissional, utilizando da força para superar sua inabilidade técnica.

✓ Identidade e imagem da polícia

As relações entre a polícia e os cidadãos são repletas de desconfiança mútua, em contraste ao relacionamento interno das instituições policiais, onde há maior solidariedade. Porém essa solidariedade é apenas em relação ao público externo (BITTNER, 2017). Nas redes internas, predomina o corporativismo e um código de silêncio, pois, na polícia, não se trabalha com quem não se confia. Dessa forma, “a medida em que o espírito fraternal liga os membros da polícia, ele também os segrega do resto da sociedade” (BITTNER, p. 155, 2017).

A identidade policial guarda características partilhadas por todos policiais, independente de qual função ou a qual quadro hierárquico pertençam, unindo-os. Essas características são a suspeição de todos, o isolamento social compensado pela solidariedade interna e, sem esgotar esses traços em comum, o conservadorismo (MONJARDET, 2002). Aspectos da cultura policial são conservadores e repletos de machismo (REINER, 2004).

Portanto, diante da incapacidade em lidar com as tensões diárias, jornadas de trabalho exaustivas e com a hostilidade que a sociedade demonstra ao policial, esse isola-se socialmente (REINER, 2004), o que provoca também problemas familiares (MONJARDET, 2002). Em estudo sobre a polícia rodoviária federal, diante do risco suposto, policiais deixaram de frequentar ambientes e encontrar com amigos, passando a conviver somente com os colegas de trabalho (COUTINHO, 2015). Aproximadamente 65,0% dos policiais em estudo nacional declararam terem sido discriminados por serem policiais (LIMA, et al 2014; BUENO e

HANASHIRO, 2015) e 39,1% declararam limitarem o círculo de amizade aos colegas de trabalho (BUENO e HANASHIRO, 2015).

O risco presente na atividade policial é inerente a ela. Por mais que o risco real seja quantitativamente distante da percepção de risco percebido, ou mesmo menor se comparado a profissões com maior risco, o trabalho policial é único por estar marcado pela imprevisibilidade do risco e seu desfecho (REINER, 2004). O fato de ser autoridade e aquele que pode usar da força para impor a sua vontade, também o torna alvo daqueles que irão resistir passiva ou ativamente à força legitimada. Monjardet (2002) considera que se o perigo não é onipresente, a percepção de perigo é a que vai provocar os efeitos no trabalho.

Não raro, a concepção de guerra e de guerreiro são utilizados para justificar a definição de determinado grupo como “inimigos” a serem alvos do uso da força e da coerção. Nesse sentido, valores militares como obediência e solidariedade são empregados, e, assim, “o trabalho como um todo é considerado como uma missão gloriosa e de sacrifício” (BITTNER, p. 139, 2017) ou em outras palavras:

Um sentido exacerbado de orgulho e masculino e da bravura do guerreiro de acordo com os quais insultos e ataques devem produzir uma reação igual, com a esperança de que o medo inspire respeito, e ignorando o fato de que isso causa apenas ódio (BITTNER, p. 197, 2017).

Coutinho (2015) ressalta que, na polícia rodoviária federal, a imagem de herói é reforçada não só pela mídia como pela própria instituição, com o destaque dado às grandes apreensões (drogas e armas), sem ressaltar a grande parte do trabalho policial caracterizado pela rotina (preenchimento de uma série de formulários, confecção de boletins de acidentes, atendimento ao público). Idealizando assim, a figura do policial, em contraste com uma realidade de ausência de efetivo e de condições materiais de trabalho. Situação que força o policial a ficar sozinho no posto durante as 24h do seu plantão¹².

A “essência da visão da polícia é a mescla sutil e complexa dos temas de missão, amor hedonista por ação e cinismo pessimista” (REINER, p. 139 2004) que se relaciona com a cultura policial. Esse comportamento reflete as estratégias de proteção adotadas para a redução da tensão gerada pelo risco (DEJOURS, 1992; REINER, 2004). Outra estratégia é uma suspeição generalizada, numa vigilância constante a um perigo difuso e indeterminado, levando os policiais a elaborar métodos próprios, em um mundo social complexo, para lidar preventivamente com qualquer ameaça (REINER, 2004; DEJOURS, 1992) criando, de forma

¹² Se essa situação já não ocorre com tanta frequência, ainda é comum postos ficarem com 2 ou 3 policiais para atenderem todas as ocorrências na rodovia.

subsidiária, estereótipos de possíveis criminosos, ampliando os comportamentos que passarão a ser alvo de maior coerção.

Embora a suspeição e a estereotipagem da polícia sejam inevitáveis, as categorias específicas que geralmente as transmitem refletem as estruturas de poder da sociedade. Isto serve para reproduzir tais estruturas através de um padrão de discriminação implícita (REINER, p. 140, 2004)

Essa questão torna-se mais evidente quando o policiamento resulta em coibir comportamentos considerados inadequados ou atividades políticas ou não subversivas. “Numa sociedade, que é dividida em classes, etnias, gênero e outras dimensões de desigualdade, o impacto das leis, mesmo quando formuladas e aplicadas de forma imparcial e universal, vai reproduzir tais divisões” (REINER, p. 29, 2004). Deixando claro que a noção de neutralidade política na polícia é inexistente.

Mesmo assim, os policiais sofrem pressões políticas por resultado, que varia de acordo com os medos provocados¹³, deixando um caminho aberto para discursos políticos oportunistas que ao manipular esses sentimentos, proporcionam e legitimam a ampliação de poderes da polícia no trato com os suspeitos naturais (REINER, 2004).

Assim, se é impossível afirmar que a polícia é neutra politicamente, suas práticas e rotinas devem ser visibilizadas pela sociedade para que não seja uma instituição politizada. A polícia seria o “martelo entre o ferro e a bigorna” (MONJARDET, p. 22, 2002).

Porém, não se pode desprezar a instrumentalização da polícia na proteção do que é considerado interesse coletivo, para isso, a polícia “incorpora valores sociais centrais, e supõe os controles sociais necessários ao respeito desses valores” (MONJARDET, p. 16, 2002), limitando a participação política, determinando qual manifestação e qual grupo social está ou não dentro da normalidade, “afetando não apenas pelo que ela pode fazer, mas também pelo que deixa de fazer” (BAYLEY, p.205, 2017), pois se o policial pode enfraquecer uma lei ao ignorá-la, também pode ser tão meticuloso na sua aplicação ao ponto de gerar uma revolta popular.

✓ Processo de trabalho

O trabalho policial não resulta de atividades prescritas, mas da seleção de tarefas que se pretende desempenhar, ainda que diante de ordem hierárquica (MONJARDET, 2002). Por

¹³ Medos estimulados pela mídia e reativos às estatísticas criminais (no aumento de roubo de carros, por exemplo) e explorados politicamente.

outro lado, a imprevisibilidade das demandas influencia na seleção da tarefa. Assim, essas duas condições, ordens hierárquicas e o volume de trabalho no plantão, transforma a seleção de atividades em algo pendular entre as condições postas, minimizando restrições que os imobilizem diante da ocorrência. Outros fatores, como condições climáticas, período da semana, ronda em lugar mais distante também contribuem para a seleção. Dessa forma, pode-se deduzir, que com um efetivo reduzido cobranças por resultado, a adaptação ao trabalho com a seleção de tarefas poderá ser ainda maior.

“Todo trabalho organizado necessita de interpretação e adaptação das regras” (MONJARDET, p.41, 2002) ao invés de uma aplicação mecânica e cega das regras. Essa adaptação é uma busca coletiva para adequar o trabalho a uma normalidade (MONJARDET, 2002).

As condições de trabalho, na polícia, são precárias¹⁴ e muitas vezes, indignas (MONJARDET, 200), há ausência de higiene no ambiente de trabalho e as instalações são precárias.

A intensidade com que a polícia é solicitada a intervir, leva-os a selecionar o que será objeto de atenção, “quanto maior for a quantidade de solicitações em relação a capacidade da polícia, maior será a possibilidade de a polícia ignorar os pedidos de prestação de serviços” (BAYLEY, p.153, 2002). Ao elencar prioridades, a polícia seleciona as tarefas que considera “trabalho de polícia” como combater a criminalidade e declinar as demandas não relacionadas ao “verdadeiro trabalho policial”.

Em estudo sobre o mandato policial na PRF, Coutinho (2015) exemplifica a discricionariedade na escolha, quando diante da opção de encaminhar um pequeno delito à delegacia e de deixar o posto policial desguarnecido, os policiais preferem não encaminhar, o mesmo não ocorre quando percebem sua honra ofendida. A solução, ainda não pactuada com outras instituições, é lavrar Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), destinados a crimes de menor potencial ofensivo. Assim, evita-se que o posto e a rodovia fiquem desguarnecidos por horas.

As tentativas dos superiores hierárquicos de determinar o processo de trabalho, pelos superiores hierárquicos, esbarram nas compensações que o policial faz ao executar a tarefa

¹⁴ Expressões como “uso de meios de fortuna”, que significa utilizar o que há disponível no ambiente para executar a tarefa ordenada ou posta, assim como a expressão “missão dada é missão cumprida”, representam bem o constrangimento do policial em executar um serviço, mesmo sem condições mínimas para tal. Para isso, o ideal do guerreiro, que é capaz de suportar tudo, surge disfarçando esse constrangimento. Não raro pode-se ouvir que a polícia de hoje está mais mole, pois perdeu a “rusticidade”, característica importante, dentro da Medicina Veterinária, para os Bovinos e outros animais de produção.

(MONJARDET, 2002). Na PRF, o cartão programa busca nortear, com base nas estatísticas criminais e de acidentes, o trabalho policial, porém, não há como controlar os meios como se dará o trabalho. Há muita discricionariedade no trabalho (COUTINHO, 2015).

O que está em causa e alimenta o processo discricionário não é a natureza da atividade policial em si, mas a indeterminação de seu domínio, a ausência de limites definidos em seu campo de atividades, a extensão ilimitada de suas intervenções efetivas ou potenciais (MONJARDET, p.57, 2002).

A rotina policial é afetada significativamente pelas situações mais distintas no tempo e no espaço (BAYLEY, 2017) e influenciada pela ampliação das atribuições como monopólio do estado.

Já percepção do trabalho policial é diferente entre esses e sociedade. Enquanto para eles os indicadores são quantitativos, o número de prisões, por exemplo; a sociedade pode perceber um bom trabalho policial no uso da cortesia, que não é um indicador nas estatísticas oficiais (MONET, 2006).

O desempenho da polícia é difícil de mensurar por números, uma vez que os atendimentos são os mais diversos e apenas parte deles é registrada (MONJARDET, 2002). Além disso, os registros policiais, não representam a realidade, pois são influenciados por escolhas dos policiais, nos diferentes graus hierárquicos (BAYLEY, 2017).

Mesmo fazendo um curso de formação básica ao entrar, o trabalho policial se aprende ao trabalhar, seja com um parceiro de maior antiguidade ou, mais tarde o policial desenvolverá técnicas próprias (BITTNER, 2017).

Como fruto do processo de trabalho, também ocorre divisão internamente, em um conflito aparente ou não entre os policiais administrativos e os operacionais, na perspectiva do “nós” e “eles” característico da cultura policial (REINER, 2004).

4.4 TRABALHO, VIOLÊNCIA E SAÚDE

O significado da violência extrapola o senso comum, cuja historicidade acompanha a história do homem, sendo um fenômeno humano complexo (MINAYO, 2013; DOMENACH, 1981) que, ao explicar a violência de forma biológica, como algo intrínseco a natureza humana acaba por a reduzir a um conjunto de fatores biológicos (ARENDDT, 1994; MINAYO, 1994). Domenach, percebia que a natureza e os animais não podem ser violentos, “*el animal busca su presa. La presa del hombre es la libertad. La violencia busca también la libertad. Amor y sadismo, democracia y tiranía*” (DOMENACH, 1981, p. 37). Domenach, (1981) percebeu o

antagonismo na violência, pois ela pode, por exemplo, ser empregada para tiranizar e no embate na conquista da liberdade.

Domenach (1981) ao estudar a violência demonstra que a mesma faz parte da trajetória do homem, retratada em seus mitos de criação, porém só passa a ser objeto de estudo no século XIX. Isso ocorre com o estabelecimento da democracia promovendo uma concepção moderna de violência (DOMENACH, 1981). Arendt (1994), preocupou-se em separar e definir conceitos distintos como Força, Vigor, Poder, Autoridade e, por fim, Violência. Para Arendt (1994, p. 37) a violência possui caráter instrumental e “depende da orientação e justificação pelo fim que almeja”. Arendt (1994) rejeita a ideia da violência como manifestação do poder, pois o poder não é propriedade de um indivíduo e sim de um grupo e enquanto permanece a sua união.

O esforço de constituição de taxonomia não esgota as possibilidades de compreensão sobre desse fenômeno que é a violência, mas ajuda na construção de um olhar e aproximação ao tema. Pode-se destacar uma explicação para a violência que, para Minayo (1994) é um “complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade”, portanto requer análise de sua historicidade

Para a Organização Mundial da Saúde/OMS (2003) a violência pressupõe uso intencional da força física ou poder, senão, cite-se:

El uso intencional de la fuerza o el poder físico, de hecho o como amenaza, contra uno mismo, otra persona o un grupo o comunidad, que cause o tenga muchas probabilidades de causar lesiones, muerte, daños psicológicos, trastornos del desarrollo o privaciones (OMS, 2003, p. 5).

Em 1994, Minayo apresentou a violência como estrutural (social, política, econômica, cultural, que geram opressão), violência da resistência (resposta de indivíduos ou grupos à violência estrutural) e delinquência. Para a autora, a violência torna-se um problema de saúde pública diante dos impactos que causa nos serviços de saúde (MINAYO, 1994).

Alguns anos após, a OMS (2003) classificou a violência segundo a tipologia, como: violência interpessoal, auto infligida e coletiva, que se subdividem em outras categorias. A violência auto infligida relaciona-se as autolesões e comportamento suicida. Já a interpessoal, corresponde a violência familiar e comunitária, podendo ser cometida tanto por conhecidos como por estranhos ao indivíduo que sofre a violência. Por último, a coletiva, que se divide em social, política e econômica.

Outra classificação da OMS (2003) é a que a divide, de acordo com a sua natureza, em violência física, psicológica, sexual e negligência.

Do ponto de vista da morbidade e da mortalidade a OMS criou a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, que se encontra na décima revisão (CID-10) com o objetivo de padronizar e catalogar as doenças e problemas relacionados à saúde (DATASUS, 2017). Os eventos que provocam adoecimento e morte, de interesse desta pesquisa, encontram-se no capítulo XIX das lesões, envenenamentos e demais consequências das causas externas, sob os códigos S00 a T98, e no capítulo XX das causas externas de mortalidade e estão classificados nos códigos de V01 a Y98. Neles, encontram-se agrupados e codificados acidentes e violências.

No capítulo XIX com os códigos de S00 a T98, as diferentes formas de lesões e traumatismos, intoxicações e outros, são informadas na Autorização para Internação Hospitalar/AIH e definidas como diagnóstico primário, enquanto a causa externa (acidente ou violência) que levou àquela lesão é considerada no diagnóstico secundário. Entretanto, para o setor saúde, no capítulo XX a causa externa de morte é a causa básica do óbito. Alguns dos agravos incluídos no capítulo XX da CID-10, como acidentes, agressões e lesões autoprovocadas, são de relevante interesse neste estudo.

Os transtornos mentais podem surgir na pesquisa, e eles constam no capítulo V da CID-10, sob os códigos F00 a F99. Alguns deles despertam especial interesse como os transtornos derivados do uso de substâncias psicoativas e os transtornos esquizotípicos, delirantes, neuróticos, assim como o estresse (DATASUS, 2017).

O trabalho promove impacto à saúde, no equilíbrio físico e mental. Indivíduos em condições de subemprego e desemprego ficam privados não só materialmente, mas também do reconhecimento social que o trabalho promove. A perda desse reconhecimento leva a uma aflição social, a um sentimento de inutilidade. A ausência de reconhecimento boicota o sentido subjetivo do trabalho, possibilitando a depressão. Formas de avaliação, no trabalho, fomentam incertezas sobre a capacidade em executar uma tarefa e dúvidas sobre si. *“Las nuevas formas de gestión convierten las evaluaciones individuales del rendimiento em um tribunal de reonomiciente”* (DEJOURS p.26, 2009b).

A violência, como instrumento do exercício de poder, está presente no trabalho. Uma forma de sua expressão é o assédio sexual, que não se restringe a coerção física, mas também insultos, humilhações e desprezos. A violência ocorre também em ambientes estruturados pela virilidade, com rituais e destrato com os novatos (DEJOURS, 2009b). No ambiente de trabalho da PRF, o recém ingressado na polícia é denominado jocosamente como “novinho”, em um apagamento da história de vida em prol de um batismo e nova vida que se inicia como policial.

A violência social atinge o prestador de serviço, que está em contato direto com os usuários (DEJOURS, 2009b), sobretudo o policial, que é vitimado em razão da natureza do seu trabalho, não só durante a jornada de trabalho, mas também quando está de folga.

O uso político da violência, como método de ação coletiva, é direcionado a grupos diversos em relação a raça, orientação sexual, imigrantes e outros (DEJOURS, 2009b) e a polícia, que incorpora valores centrais da sociedade (MONJARDET, 2002) pode funcionar não apenas como instrumento, mas direcionar, de acordo com moral própria, a violência contra grupos cujas condutas sejam consideradas impróprias e as áreas degradadas.

Outro macroconceito norteador do presente trabalho é o de saúde. Para a OMS (1946), saúde compreende um completo bem-estar físico, mental e social. No mesmo documento, a OMS (1946) relaciona a saúde como direito fundamental de qualquer ser humano.

A saúde dos trabalhadores possui algumas dimensões que se sujeitam as políticas públicas gerais como transporte, educação, meio ambiente (MINAYO-GOMEZ e THEDIM-COSTA, 1997) e, também é impactada pelas políticas públicas de segurança pública.

A partir desse entendimento, deve-se atentar para a relação trabalho e saúde e, portanto, relacionar o processo de trabalho dos policiais rodoviários federais com as formas como adoecem e morrem.

5 A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

5.1 BREVE HISTÓRIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL¹⁵

Hino da PRF

Patrulheiros heróis das estradas
 Enfrentando perigos fatais
 Muitas vezes com risco de vida
 Na pureza dos seus ideais
 Patrulheiros lutais sem temor
 Empunhando a bandeira do amor
 Se preciso empregar a justiça
 O faremos com todo o ardor.
 Patrulheiros, trabalhai com devoção
 Corajosos e cumprindo o seu dever
 Sempre firmes
 No penhor da vocação
 Os perigos enfrentando
 Sem ter nada que temer.
 (...)
 Corajosos, corteses, leais
 Na sublime missão de salvar
 Jorra o sangue dos nossos irmãos
 Contra a morte devemos lutar.
 (...)
 Empunhando a bandeira da paz
 Incansável ali estarás
 Vou lutar contra morte cruel
 Para ele é o mais nobre troféu.

Oração do Policial Rodoviário Federal

Agradeço-vos a confiança de ter me
 escolhido para tão difícil tarefa.
 Permita que eu não venha sucumbir diante
 dos obstáculos que se antepõem no meu
 caminho e que nunca me falte a fé, a
 esperança e a coragem.
 Agradeço-vos pelas horas de sono perdidas
 em longas noites sucessivas, onde posso
 aprender que enquanto castigo o corpo físico,
 educo o corpo espiritual.
 (...)
 Em que outra profissão Senhor (...) socorrer
 o irmão que manchou com seu sangue o leito
 da rodovia (...)
 (...)
 Abençoe os nossos irmãos que tombaram no
 cumprimento do dever, depositando em tuas
 mãos o bem mais precioso de que
 dispunham.
 (...)
 Permita finalmente senhor, que nenhuma
 bala traiçoeira venha a interromper este ideal
 acalentado, capaz de enxugar a lágrimas de
 uma viúva e fazer renascer o sorriso de uma
 criança (...).

Os trechos destacados acima, tanto no hino como na oração da Polícia Rodoviária Federal mostram símbolos que ajudam a forjar a identidade profissional da instituição e dos seus membros e dão um sentido histórico sobre sua origem e missão.

A Polícia Rodoviária Federal, compõe o rol de instituições da segurança pública brasileira, que à luz da Constituição da República, em seu artigo 144, II, parágrafo 2º, é responsável pelo patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais. A sua trajetória e organização difere das demais. Porém, mesmo com as diferenças, as instituições de segurança pública são pautadas por questões semelhantes em relação a disciplina e controle dos corpos.

¹⁵ Informações retiradas do material utilizado durante o curso de formação profissional, em 2011, na Academia Nacional de Polícia, DF. Também foi utilizado o site institucional. <https://www.prf.gov.br/portal/aceso-a-informacao/institucional/historia>

Em 1928, no governo de Washington Luiz, nasceu a instituição, pelo Decreto 18.323 de 24 de junho de 1928, com a denominação inicial de "Polícia de Estradas", responsável pela fiscalização das rodovias Rio-Petrópolis, Rio-São Paulo e União Indústria. Governo conhecido como o final da República Velha, período de crise entre as oligarquias agrárias produtoras de café. Apenas em 1935 foi criado o primeiro quadro funcional denominado como "Inspetores de tráfego", já no período da era Vargas, marcado pela opção desenvolvimentista do Estado Brasileiro, sua função primária seria a fiscalização de trânsito, porém, já nesse decreto encontram-se elementos de combate à criminalidade, ao reconhecer como legítima a perseguição em situação de crime.

No ano de 1945, a Polícia Rodoviária Federal foi vinculada ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), por força do decreto nº 8.463. Em 1957, no governo de Juscelino Kubitschek, foi criada, através do Decreto nº 42.799, a Seção de Policiamento e Sinalização. Até esse momento, a PRF estava vinculada à Comissão Nacional de Estradas e Rodagens, ao se transformar em departamento, o DNER, essa passou a ter autonomia para gerir recursos próprios e da "Polícia das Estradas". Essa maior importância do órgão coincide com a opção pelo transporte rodoviário para a integração e desenvolvimento do país. Com o Decreto nº 74.606, de 24 de setembro de 1974, no governo de Ernesto Geisel, que dispôs sobre a estrutura básica do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, foi criada a Divisão de Trânsito e, integrada a ele, a Divisão de Polícia Rodoviária Federal.

Em 1988, com o advento da Constituinte, a Polícia Rodoviária Federal foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, recebendo como missão exercer o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Passou a integrar, em 1991, a estrutura organizacional do Ministério da Justiça, como Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF, 2016), cuja missão é "garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União" (DPRF, 2016a). Essa mudança teve pressão popular e política na época, pois havia proposta de extinção do órgão.

Compreender as transformações da PRF ao longo de sua história e a sua identidade, pode trazer luz quanto aos resultados dos agravos a saúde a serem pesquisados neste estudo. No mesmo sentido, a ausência de dados e informações sobre aspectos de morte e doença na atividade laboral, provoca interrogações a respeito de uma intencionalidade e racionalidade nessa lacuna de conhecimento sobre as condições de trabalho e os agravos aos quais os policiais rodoviários estão submetidos.

5.2 ESTRUTURA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

A Polícia Rodoviária Federal é estruturada pela sede de administração central (DPRF), por 21 Superintendências Regionais, 05 Distritos Regionais, 150 Delegacias e 400 Postos de Fiscalização.

A administração central é composta pelos órgãos máximos da administração que ficam sediados no Distrito Federal. São eles: Direção Geral; Corregedoria Geral (CG); Coordenação Geral de Operações (CGO); Coordenação Geral de Planejamento e Modernização (CGPLAM); Coordenação Geral de Recursos Humanos (CGRH); Coordenação Geral de Administração (CGA), entre outros. Cada coordenação é formada por diversas Divisões e Núcleos.

As Superintendências Regionais são compostas pelos órgãos descentralizados da administração e ficam sediados em todo território nacional. São os órgãos: Corregedoria Regional (CR); Seção de Recursos Humanos (SRH); Seção de Policiamento e Fiscalização (SPF); Seção Administrativa e Financeira (SAF); Delegacias e Postos de Fiscalização; entre outros. Cada seção é formada por diversos Núcleos.

Os Distritos Regionais estão localizados em estados nos quais não existem Superintendências. Eles são formados por uma estrutura mais simples e são compostos por alguns Núcleos e pelos Postos de Fiscalização.

A estrutura da PRF é composta por unidades administrativas e operacionais e nela se estabelece uma cadeia de comando e hierarquia (DPRF, 2013) como será descrito a seguir:

A Unidade Central, sediada no Distrito Federal, é a unidade máxima na organização da PRF. Possui a seguinte estrutura: Direção Geral/DG e sob ela a Coordenação Geral de Operações/CGO, responsável pelas estratégias e diretrizes operacionais, indicadores e metas. Compõe ainda a estrutura da Direção Geral, a Coordenação-Geral de Administração; Coordenação-Geral de Recursos Humanos; Coordenação Geral de Planejamento e Modernização e, por último, a Corregedoria Geral. As Coordenadorias, de forma geral, dividem-se em Divisões e essas em Núcleos ou Seções.

Unidades desconcentradas são aquelas consideradas operacionais e sediadas em cada unidade da federação como as Superintendências e, no caso do Distrito Federal, denominada Distrito.

Superintendência Regional/SRPRF, uma em cada unidade da federação, o que corresponde a uma regional. São unidades que executam e coordenam as funções táticas operacionais com a finalidade de cumprir metas estabelecidas no campo tático. São compostas por Seções e Núcleos.

Delegacia de Polícia Rodoviária Federal/DelPRF, são as unidades cujas responsabilidades consistem no gerenciamento administrativo e operacional das unidades operacionais distribuídas pelas rodovias federais. Gerenciam também os grupos táticos e os especializados dentro de sua circunscrição.

Grupos e Equipes especializadas, auxiliam a delegacia na execução de atividades que requerem procedimentos técnicos. Grupos de Patrulhamento Tático, desenvolvem ações para prevenir e reprimir crimes, além da atuação no trânsito.

Unidades Operacionais/UOP, presentes ao longo de estradas e rodovias federais, escolhidas estrategicamente, sob a circunscrição de uma Delegacia da PRF. Possuem material e recursos humanos necessários ao desempenho de suas atividades, que são as Equipes de Serviço, grupo de policiais presentes na UOP para cumprir o planejamento operacional da Delegacia.

Distrito Regional/DRPRF, o Distrito Federal não possui uma Superintendência e sim um Distrito Regional, que executa o planejamento das ações operacionais dentro da circunscrição do Distrito Federal. Os Núcleos e Grupos possuem atribuições semelhantes aos correspondentes nas Superintendências. Os Grupos e Equipes especializadas e as Unidades Operacionais/UOP, possuem atribuições como as descritas anteriormente.

✓ Aspectos organizacionais da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro¹⁶

O estado do Rio de Janeiro é composto pela Superintendência Regional - 5ª SRPRF, cuja sede está localizada na BR 040, Km 109. Além da sede, mais 08 Delegacias compõem a regional. O total de servidores em atividade, incluindo os de licença, é de 821 Policiais Rodoviários Federais.

Delegacia de Duque de Caxias (Del01) possui 102,2 Km no total de malha viária. Possui 3 rodovias sob sua guarda: BR 040/RJ do Km 125,2 ao Km 102, BR 116/RJ do Km 163 ao Km 218,5 e BR 465/RJ do Km 0 ao Km 22,5. As principais dificuldades nessa circunscrição seriam o roubo de cargas e tráfico da região no entorno e os conflitos do mercado da droga.

Unidades Operacionais em atividade: UOP 02 Rio de Janeiro - Pavuna BR 116 Km 166.
Unidades Operacionais Desativadas: UOP 01 Duque de Caxias BR 040 Km 104, UOP 03 Seropédica BR 116 Km 207, UOP 05 Paracambi BR 116 Km 217,5. Apesar de estarem

¹⁶ O levantamento de informações a respeito da estrutura da PRF no Estado do Rio de Janeiro foi realizado por consulta em página de acesso restrito aos servidores da PRF, Painel PRF, onde estão disponíveis dados básicos sobre a instituição.

desativadas, as áreas são cobertas por rondas, fato de importância levando em consideração a localização estratégica da UOP Seropédica ao lado da Estação de Tratamento de Água do Guandu. Conforme informação obtida no site institucional da CEDAE (2018) essa Estação de Tratamento abarca os seguintes municípios: Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Itaguaí, Queimados e Rio de Janeiro, caracterizando assim a importância de segurança nacional da região citada. Outra localidade estratégica é a UOP de Duque de Caxias, diante da proximidade da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC). A UOP 04 Rio de Janeiro – BR 465 Km 22 é considerada como Ponto de Apoio, o que é traduzida pelo eventual de acordo com o deslocamento em ronda da equipe.

Delegacia de Niterói (Del 02) possui a BR 101 como trecho de atuação, atingindo os seguintes municípios: Niterói, São Gonçalo, Rio Bonito, Casimiro de Abreu. As Unidades Operacionais são: UOP01 - Niterói/RJ - UOP02 - Itaúna/RJ - UOP03 - Rio Bonito/RJ e UOP04 - Casimiro de Abreu/RJ. Destaca-se a importância estratégica da Ponte Rio-Niterói.

Delegacia de Itaguaí (Del 03) é responsável por 210 quilômetros da rodovia BR-101 Sul, conhecida como Rio-Santos. A região coberta se estende de Santa Cruz, no Rio de Janeiro até a divisa com o Estado de São Paulo em Paraty. Também é responsável por trecho de 3 km da BR-493 (Arco Metropolitano), que dá acesso ao Porto de Itaguaí. Dessa forma, atuam em cinco municípios, sendo eles: Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. Como é uma região turística, há um grande fluxo de pessoas e veículos em feriados e período de férias escolares. Essa região vem observando aumento da criminalidade, explicada em parte pelos deslocamentos do crime após implementação das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP's.

Delegacia de Magé (Del 04) possui duas rodovias federais como área de atuação, BR 116-N Rio-Teresópolis e a BR 493. A BR 116-N apresenta uma demanda em relação a roubo de veículos nas localidades de Saracuruna e Imbariê no município de Duque de Caxias. As Unidades Operacionais são: UOP01 - Três Córregos/RJ, UOP02 - Pedágio (Bongaba)/RJ, utilizada como apoio a equipe de ronda, UOP03 - Ponto de Apoio da Balança, utilizada eventualmente.

Delegacia de Barra do Piraí (Del 05) é responsável por 120 quilômetros de trecho rodoviário federal, em pista simples de mão dupla sem barreiras físicas de divisão de fluxos passando pelos municípios de Três Rios, Paraíba do Sul, Rio das Flores, Vassouras, Barra do Piraí, Volta Redonda e Barra Mansa. As Unidades Operacionais são: UOP01 - Paraíba do Sul/RJ, UOP02 - Barra do Piraí/RJ.

Delegacia de Petrópolis (Del 06) atua na Rodovia Washington Luiz, BR 040. Dessa forma atinge os municípios de Três Rios, Sapucaia, Petrópolis. As Unidades Operacionais são: UOP01 - Moura Brasil/RJ, UOP02 - Sapucaia/RJ utilizada esporadicamente pela equipe de ronda, UOP03 - Quitandinha/RJ.

Delegacia de Resende (Del 07) possui a Rodovia Presidente Dutra, BR 116, como circunscrição, abarcando os municípios de Pirai, Volta Redonda, Itatiaia. As Unidades Operacionais são: UOP01 - Caiçara/RJ - UOP02 - Floriano/RJ - UOP03 - Pedágio (Itatiaia)/RJ, utilizada esporadicamente - UOP04 - Serrinha/RJ, utilizada como ponto de apoio à equipe de ronda.

A Delegacia de Campos de Goytacazes (Del 08) atua na BR 101, do Km 0 até o Km 123, abrangendo o município de Campos de Goytacazes. Atua também na BR 356 percorrendo os municípios de: Itaperuna, Cardoso Moreira, Italva e São João da Barra. A modalidade de crime que ocorre com maior frequência na região é o roubo de cargas. Unidades Operacionais: UOP01 - Morro do Coco/RJ (ponto de apoio), UOP02 - Lagamar/RJ, UOP03 - Trevo de Bom Jesus, no município de Itaperuna (ponto de apoio).

5.3 PROCESSO DE TRABALHO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Conforme mencionado anteriormente, entre as atividades rotineiras da instituição ocorre, entre outras, a realização do patrulhamento ostensivo, o levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas e demais ocorrências na circunscrição de atuação da PRF (Lei 9503, 1997). Outra atribuição a ser destacada é a atuação contra os mais diversos crimes mencionados no artigo 1º do decreto nº 1655 de 1995, que prevê a colaboração e atuação na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis, definindo assim, a competência da Polícia Rodoviária Federal.

Além da missão de garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União, em sua Visão de Futuro a PRF deixa explícita que deseja “ser reconhecida pela sociedade brasileira pela excelência e efetividade do seu trabalho policial e na indução de políticas públicas de segurança e cidadania” (BRASIL, 2013, p. 15).

A PRF apresenta como seus os seguintes valores: “Profissionalismo; Honestidade, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental” (BRASIL, 2013, p.15).

Como Resultados Institucionais da sua atuação, observada sua missão e valores, a PRF espera:

Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais; Assegurar a livre circulação nas rodovias federais; Contribuir para redução da criminalidade e da violência no país; Aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais (DPRF, 2013, p. 15).

Ao buscar alcançar esses quatro resultados esperados, a PRF também explicita sua intenção em relação ao que considera “Segurança com Cidadania” (DPRF, 2013), reforçada nos seguintes tópicos:

Intensificar ações de garantia dos Direitos Humanos; fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito; fortalecer e modernizar a fiscalização e policiamento ostensivo; ampliar e aperfeiçoar o atendimento pré-hospitalar e o resgate emergencial; aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidente de trânsito (BRASIL, 2013, p. 20).

Assim, esses resultados esperados se traduzem institucionalmente na criação de setores responsáveis pela Educação para o Trânsito, Direitos Humanos, além da melhoria de seus sistemas operacionais e a busca da implementação de uma perícia de trânsito.

Em sua Deontologia, conjunto de regras pelas quais busca guiar suas atividades, dialoga com as condições de saúde de seus profissionais em razão do trabalho exercido por eles. Desse modo, não só a compreensão sobre a organização institucional e seu processo trabalho, mas também, suas regras éticas e legais.

As primeiras regras deontológicas são alusivas ao dever legal de atender a legislação e normativas, respeitando e protegendo a dignidade da pessoa e diante da necessidade do uso da força, que essa seja proporcional a ameaça sem abuso.

Os Policiais Rodoviários Federais devem cumprir, a todo o momento, o dever que a lei lhes impõe, servindo à comunidade e protegendo todas as pessoas contra atos ilegais, sempre em conformidade com as competências estabelecidas para o cargo. No cumprimento do seu dever, os Policiais Rodoviários Federais devem respeitar e proteger a dignidade humana, além de manter e apoiar os direitos fundamentais de todas as pessoas. Os Policiais Rodoviários Federais devem empregar a força somente quando estritamente necessário e na medida suficiente para o cumprimento do seu dever. (BRASIL, 2013, p. 19)

Uma regra deontológica ainda mais específica, proíbe o uso da tortura em razão dos acordos internacionais que o Brasil integra.

Nenhum Policial Rodoviário Federal pode infligir, instigar ou tolerar qualquer ato de tortura ou tratamento cruel, desumano ou degradante, nem invocar ordens superiores

ou circunstâncias excepcionais, tais como ameaça à segurança nacional, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública como justificativa para a prática ou permissão de tais atos. (BRASIL, 2013, p. 21)

✓ Divisão de trabalho

O trabalho desempenhado pelos PRF pode ser dividido em operacional (atividade fim) e administrativo (atividade meio).

Os policiais operacionais são aqueles que trabalham em plantão, com escala de 24 horas de jornada por 72 horas de descanso em sistema de rodízio de equipes. Diante de efetivo reduzido de policiais em todo o Brasil, a maioria dos postos possuem três, às vezes dois policiais por equipe. Essa situação muda em alguns postos como, por exemplo, os de fronteira ou de regiões metropolitanas, que chegam a possuir um número maior. Dentre os policiais operacionais, há os que integram as equipes de plantão e aqueles que integram os grupos táticos. Os Grupos táticos vigentes são o Núcleo de Operações Especiais e o Grupo de Patrulhamento Tático, que podem ou não desempenhar suas funções no regime de escala, a depender do planejamento das ações.

Outro grande grupo de policiais é o dos que desempenham atividades administrativas e cumprem jornada de 40 horas semanais. É importante ressaltar que o desempenho de ambas funções não é fixo, podendo um policial desempenhar função administrativa e depois trabalhar na atividade fim, resultado de uma polícia estruturada em cargo único.

Segundo o manual de Gestão Operacional (BRASIL, 2013), o Departamento de Polícia Rodoviária Federal possui cerca de 10 mil servidores no território nacional, que se dividem entre atribuições administrativas e operacionais.

A escala de serviço policial requer uma jornada de trabalho adaptada ao regime de escala de revezamento. Antes da Instrução Normativa nº 99 de 19 de julho de 2017, se utilizava comumente a escala de serviço de 24h ininterruptas por 72 horas de descanso sem interrupção de serviço em feriados nacionais. Como a escala era construída em acordo entre o chefe da delegacia, o sindicato e os policiais das unidades operacionais de sua circunscrição, poderia ocorrer, em determinadas situações, instabilidade no descanso dos mesmos, além de folgas e banco de horas não computadas.

Art. 1º Adotar como padrão de aplicação da força de trabalho para o serviço operacional, no âmbito da Polícia Rodoviária Federal, a escala de serviço de plantão de 24h x 72h (vinte e quatro horas de trabalho por setenta e duas horas de descanso), realizada sob o regime de turnos ininterruptos de revezamento.

§ 1º Observadas as peculiaridades regionais e locais, poderão ser empregados outros tipos de escala, devidamente motivados pelo Superintendente Regional, após manifestação da Coordenação-Geral de Recursos Humanos e ratificação da Direção-Geral.

Assim, a referida Instrução Normativa ajuda a construir e assegurar os direitos do PRF enquanto trabalhador, mas, por outro lado, não consegue prever situações extremas em locais de difícil acesso e de provimento em áreas que requerem uma escala de serviço que atenda suas peculiaridades.

Outra evolução na referida Instrução Normativa foi regulamentar o limite semanal em 40 horas de trabalho para o Policial Rodoviário Federal. Essa normatização aproxima a construção da identidade do Policial como trabalhador, contribuindo na superação da visão do Policial como super-herói e, portanto, capaz de suportar adversidades e se separando dos demais servidores nos deveres e direitos.

Art. 2º Observados os critérios de compensação previstos no Capítulo III desta Instrução Normativa, a jornada de trabalho dos integrantes da carreira dos Policiais Rodoviários Federais deve respeitar o limite semanal de 40 (quarenta) horas fixado no artigo 9º da Lei nº 9.654/1998.

§ 2º O total de horas trabalhadas mensalmente deverá corresponder ao mesmo praticado no expediente administrativo do serviço público federal

Como a jornada de trabalho na atividade policial em plantão supera o limite normatizado, é prevista a compensação das horas trabalhadas a mais, atenuando a carga física e emocional do plantão e garantindo a recuperação do trabalhador policial.

Art. 3º Compensação de horas é a redução no cumprimento da jornada semanal das horas trabalhadas que excedam aos limites fixados no artigo anterior.

Art. 4º A compensação de horas deverá ser processada preferencialmente quando o excesso for igual ou superior a 24 (vinte e quatro) horas.

A compensação das horas trabalhadas será em momento oportuno ao servidor, primando pelo interesse público, uma vez que em datas comemorativas e férias escolares, isto é, período de maior fluxo de veículos e pessoas são indispensáveis a manutenção da escala de serviço com os policiais em sua plenitude.

Art. 6º A compensação das horas deve observar a primazia do interesse público, devendo o momento da dispensa, sempre que possível, ocorrer dentro do interesse do servidor.

Outro ponto a ser destacado é a folga mínima de 12 horas entre plantões. “Art. 5º O intervalo mínimo interjornada é de 12 (doze) horas. ”

A relevância desse artigo consiste em preservar o Policial Rodoviário Federal diante de jornadas extras devido a convocações e nas permutas entre plantões pelos Policiais.

Sob outra perspectiva, para o policial que trabalha em unidades operacionais distantes de sua residência, pode haver incomodo com o tempo de deslocamento. Como a PRF possui uma capilaridade grande pelo Brasil, muitas unidades operacionais situam-se em locais com baixa oferta de políticas públicas e infraestrutura, os policiais, sempre que possível, optam por morar em locais mais distantes do ambiente de trabalho e próximos a núcleos urbanos com maior qualidade de vida.

A remuneração do PRF é por subsídio. De acordo com a Constituição Federal em seu art. 39, parágrafos 4º e 8º os servidores públicos organizados em carreira recebem por subsídio e são a esses vedados qualquer acréscimo de qualquer adicional, gratificação, abono, prêmio ou qualquer outra espécie remuneratória.

O Anexo III da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 13.371, de 14 de dezembro de 2016, estabelece a tabela de subsídio para a carreira de Policial Rodoviário Federal, que é composta por classes e padrões. A classe inicial, denominada de Terceira Classe, possui três padrões, que coincidem ao período de estágio probatório. A classe seguinte, Segunda Classe, possui 06 padrões, assim como a Primeira Classe. A Classe Especial, que corresponde ao topo da carreira, é composta por três padrões. À época desta pesquisa, o subsídio recebido na classe e padrão inicial é de R\$ 9.899,88 e na classe e padrão final é de R\$ 16.552,34. Ambos valores entraram em vigor em 01 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2016b).

A cada ano, o servidor é avaliado, possibilitando a progressão funcional. Caso a progressão seja aprovada anualmente, o servidor levará 18 anos para chegar ao final da carreira, desconsiderando-se eventuais afastamentos que não contabilizam tempo para progressão.

Seção III Carreiras de Policial Federal e de Policial Rodoviário Federal

Art. 2º-A. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Carreira de que trata esta Lei, composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A, observada a correlação disposta no Anexo II-A.

§ 1º As atribuições gerais das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes:

I - Classe Especial: atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades de corregedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da Primeira Classe;

II - Primeira Classe: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação, capacitação, controle e execução administrativa e operacional, bem como articulação e intercâmbio com outras organizações policiais, em âmbito nacional, além das atribuições da Segunda Classe;

III - Segunda Classe: atividades de natureza policial envolvendo a execução e controle administrativo e operacional das atividades inerentes ao cargo, além das atribuições da Terceira Classe; e

IV - Terceira Classe: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (BRASIL, 2012).

✓ Serviços

O manual de Gestão Operacional (BRASIL, 2013, p. 24), define serviço como um “conjunto de ações, processos e atuações que constitui um macroprocesso para o alcance de objetivos específicos e retorno de benefícios para a sociedade”. Essa definição dialoga com o Decreto nº 6.932 (2009) que institui a Carta de Serviços ao Cidadão, com o cuidado de melhorar o serviço dos órgãos e entidades do poder executivo federal.

O manual apresenta e descreve os serviços desempenhados pela Polícia Rodoviária Federal, além dos relacionados à atividade de fiscalização de trânsito, alguns dos quais serão aqui destacados. São eles: Serviço de monitoramento da malha rodoviária; Serviço de enfrentamento à criminalidade; Serviço de escolta e batedor; Serviço de segurança, orientação e fluidez do trânsito; Serviço de informações operacionais; Serviço de salvamento de vidas, resgate e remoção; Serviço de recolhimento e guarda de veículos e animais; Serviço de educação para o trânsito e cidadania; Serviço de auxílio ao usuário, que é a atividade mais comum e acolhe as variadas demandas na rodovia, como problemas mecânicos, saúde, localização e outras; Serviço de atendimento ao público e fornecimento de documentos; Serviço de prevenção e atendimento de acidentes, que objetiva elucidar as causas que concorrem para o acidente através do estudo e coleta de dados; Serviço de credenciamento e controle de atividades de escolta de cargas superdimensionada; Serviço de apoio a outros órgãos, que ocorre por meio de convênios, acordos de cooperação técnica e outras solicitações pelos poderes e instituições em qualquer esfera de governo no âmbito da circunscrição ou mesmo fora das rodovias e estradas federais de acordo com a previsão da cooperação e acordo. Por meio desses acordos e cooperações a PRF atua, a título de exemplo, no combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA), combate ao trabalho análogo à escravidão, trânsito e deslocamento de vítimas e testemunhas ameaçadas, crimes ambientais, cortejos religiosos, atividades esportivas, dentre outros.

Atendimento de convênios, acordos de cooperação técnica, requisições e solicitações de órgãos dos poderes Judiciário, Legislativo, Executivo e do Ministério Público; das esferas da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, para atuação nas

estradas e rodovias federais ou em qualquer local do território nacional e internacional. (BRASIL, 2013 p. 25)

Assim, percebe-se uma grande quantidade e variedade de atribuições, que se multiplicam diante do apoio a outros órgãos.

Pela importância que tem no processo de trabalho da PRF, detalham-se as características das atividades operacionais a seguir.

✓ Características das Atividades Operacionais

Estas atividades estão descritas no Manual de Gestão Operacional (BRASIL, 2013) e consistem basicamente no policiamento, fiscalização e atendimentos, que são definidos da seguinte forma no manual:

Policiamento são medidas amplas de segurança para preservar a vida, o meio ambiente, a ordem pública, o patrimônio e a cidadania, constituindo-se atividades cotidianas e especiais da Polícia Rodoviária Federal.

Fiscalização é o ato de controlar, especificamente, o cumprimento de determinada norma de competência da Polícia Rodoviária Federal, ou delegada, no âmbito da sua circunscrição, por meio do poder de polícia administrativa.

Atendimentos são as atividades operacionais que visam prestar serviços aos usuários das rodovias federais. Estão compreendidos o salvamento, o resgate de vítimas, o fornecimento de documentos, credenciamentos, realização de eventos educativos e de saúde, levantamento de local e perícia de acidentes, interação com a comunidade, auxílios a usuários, entre outros. (BRASIL, 2013, p. 39)

Embora tenham sido definidas separadamente, tratam-se de atividades concomitantes na rotina de trabalho na PRF. Os desdobramentos das atividades operacionais são descritos a seguir.

✓ Policiamento

O Policiamento ostensivo rodoviário é função rotineira no trabalho da PRF, onde a ostensividade objetiva prevenir e mesmo reprimir infrações e delitos (BRASIL, 2013).

A ostensividade citada no manual é a percepção de que a presença do policial inibe, reprime e previne as infrações.

Pois a presença policial, identificada pelo uso do uniforme e de viaturas caracterizadas inibe práticas antissociais, além de conferir a identificação rápida dos agentes da lei, no intuito de facilitar a disponibilização do aparato de segurança pública e o socorro imediato a todo aquele que solicitar ou necessitar. (BRASIL, 2013, p. 40)

O policiamento especializado consiste em procedimentos e demais necessidades com especificidades próprias, como treinamento e equipamentos. São assim considerados o policiamento aéreo, policiamento para segurança e escolta de autoridades e bens, policiamento com motocicletas, policiamento com cães, policiamento de controle de distúrbios (BRASIL, 2013).

O tipo de policiamento de emergência expressa-se nas eventualidades que ocasionam estado de calamidade, onde a evacuação imediata da população torne-se indispensável. A interdição de rodovias e estradas federais por causas humanas ou naturais, onde a PRF atua no intento da preservação do fluxo viário (BRASIL, 2013).

✓ Tipos de Fiscalização

Dentre as fiscalizações é possível perceber a função precípua da instituição na garantia de um trânsito seguro. A PRF realiza a fiscalização de documentos de porte obrigatório dos condutores e dos veículos; equipamentos obrigatórios aos veículos; regras de circulação e conduta e ultrapassagem indevida, assim como fiscaliza veículos de carga e de transporte de passageiros (BRASIL, 2013). Todas essas ações buscam evitar riscos de acidentes de trânsito.

Na fiscalização de dosagem alcoólica e do uso de drogas ilícitas (BRASIL, 2013), o objetivo consiste em verificar o uso dessas substâncias psicoativas pelo motorista do veículo.

A PRF atua na fiscalização visando a proteção das crianças e dos adolescentes no cuidado das normas legais (BRASIL, 2013). Um desdobramento desse serviço é o projeto Mapear, que promove um levantamento dos pontos considerados propícios à exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) em estradas e rodovias federais.

Um outro grupo de fiscalização tem os fatos ilícitos como alvo. A fiscalização de enfrentamento aos crimes contra a vida, atua na prevenção, com o objetivo de “garantir a paz social e a preservação e proteção da vida” (DPRF, 2013, p. 44). A fiscalização de enfrentamento aos crimes contra a dignidade sexual, cuja maior expressão é o combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, juntamente ao enfrentamento aos crimes contra os direitos humanos. Tais atividades compõem o rol de ações que reforçam a percepção que a PRF tem de si como “garantidora dos direitos humanos” (BRASIL, 2013, p. 45).

A PRF também realiza a fiscalização de enfrentamento aos crimes contra o patrimônio assegurando o seu trânsito (BRASIL, 2013). Devido à importância no uso de rodovias para o deslocamento de pessoas e cargas, como uma escolha histórica do Estado Brasileiro, esse pode

ser considerado um serviço estratégico. Essa ação de enfrentamento busca coibir os furtos e roubos de veículos e de cargas.

Uma fiscalização de grande importância pelo impacto causado é o enfrentamento aos crimes contra o tráfico de drogas e armas de fogo (BRASIL, 2013, p. 44) agindo assim nas fronteiras, rodovias e estradas federais.

✓ Atendimentos

A Polícia Rodoviária Federal, entre suas atribuições, possui a incumbência de atendimento aos usuários da via, considerados como aqueles que se utilizam das estradas e rodovias federais. Entre as distintas formas de atendimento estão: auxílio ao usuário, ações educativas, interação com a comunidade, atendimento aos acidentes de trânsito, atendimento pré-hospitalar (APH) e salvamento, atendimento de emergência – 191, ações cívicas sociais.

O auxílio ao usuário, atividade das mais usuais no desempenho da função do Policial Rodoviário Federal, visa a atender a necessidades como, por exemplo, “defeitos mecânicos veiculares, problemas de saúde, orientações” (BRASIL, 2013, p. 45).

As ações educativas dedicam-se “à educação, conscientização, mudanças comportamentais para humanização do trânsito, prevenção e redução de acidentes e crimes” (BRASIL, 2013, p. 45). Além das ações relacionadas ao trânsito, promovem também ações de saúde, ambientais e de cidadania.

A interação com a comunidade é um atendimento que se utiliza dos conceitos e práticas de uma polícia cidadã, onde a aproximação com a sociedade é bem recepcionada, como a participação “em eventos comemorativos cívicos sociais por meio de representantes e de apresentações motorizadas terrestres e aéreas” (BRASIL, 2013, p. 46).

O atendimento pré-hospitalar (APH) e o salvamento podem ser fora da área de atuação da PRF, mediante convênio ou calamidade pública. O objetivo desse atendimento é dar o suporte básico à vida até a chegada de equipe médica ou encaminhamento da vítima para o atendimento hospitalar (BRASIL, 2013). O atendimento da equipe da PRF especializada em APH, assim como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), diminuíram diante da privatização das rodovias que mantém equipe médica para atendimento de urgência. Mesmo assim, o Policial Rodoviário Federal possui noções de suporte à vida para minimizar perdas humanas.

A equipe de serviço em Unidade Operacional da PRF é basicamente composta pelo Chefe de Equipe; Equipe de Unidade Operacional e Equipe de Ronda. Porém, diante de uma

reduzida quantidade de servidores, essas atribuições operacionais são desempenhadas acumuladamente pelo mesmo servidor. Assim, uma breve descrição de suas atribuições se faz pertinente a fim de maior compreensão do trabalho do Policial Rodoviário Federal.

O Chefe de Equipe é responsável pela “gestão operacional da equipe de unidade operacional e equipe de ronda” (BRASIL, 2013, p. 121) cumprindo, assim como as equipes, escala de serviço. Enquanto Chefe de Equipe sua atribuição se estende por 27 itens a serem cumpridos em cada jornada de trabalho. Para melhor visualização, tais atribuições foram agrupadas conforme segue.

Primeiro grupo de atribuições consiste em ações meramente administrativas, na observância das condições materiais para execução do trabalho. Dentre elas verifica-se o zelo pelos materiais, equipamentos e documentos, além da observância das dependências da Unidade Operacional. E, também, a verificação de itens indispensáveis ao trabalho e segurança do patrimônio da PRF e de terceiros (BRASIL, 2013).

Um segundo grupo de atribuições refere-se ao atendimento ao público e orienta os servidores sobre normas de trabalho quanto ao cumprimento de metas operacionais. Para a execução dessas atribuições é exigido do Chefe de Equipe conhecimento e domínio sobre os manuais, resoluções e normas que regem a atividade do Policial Rodoviário Federal, atuando como facilitador para os demais servidores durante as atividades (BRASIL, 2013).

Há outro conjunto de tarefas do Chefe de Equipe relacionadas a execução do serviço na Unidade Operacional, no acompanhamento e inspeção da execução dos serviços das equipes. Observando a escala de serviço, apresentação pessoal do policial, execução dos serviços operacionais e outras tarefas de gestão da Unidade. Com esse conjunto de incumbências, o Chefe de Equipe observa o desenvolvimento do trabalho na PRF, responsabilizando-se pelos registros e garantindo o cumprimento da escala e a disciplina dos demais servidores em consonância com o cartão programa, que é a orientação básica sobre fiscalizações e atividades desempenhadas durante o plantão de 24 horas (BRASIL, 2013).

Já a Equipe de Unidade Operacional desenvolve as atividades características dessas Unidade. Para tanto, cumpre escala de serviço, possui 11 atribuições e tem por objetivo fornecer suporte para a equipe de ronda.

O primeiro grupo de funções tem relação com apresentação ao serviço¹⁷. O segundo grupo está vinculado ao trabalho executado no atendimento aos usuários, na elaboração de

¹⁷ Uma equipe assume o serviço daquela que termina o turno, sucessivamente. Garantindo assim, prestação contínua do serviço.

comunicações diversas pertinentes ao serviço. O terceiro conjunto de ações são as de suporte às equipes de ronda, Grupo de Patrulhamento Tático (GPT) e equipes especializadas em operações realizadas na circunscrição da unidade operacional. Quando solicitado, auxiliar a Equipe de Ronda em suas atribuições, principalmente nas situações que exijam reforço de policiamento, atendimento de acidentes e outros, mediante autorização do Chefe de Equipe (BRASIL, 2013).

A Equipe de Ronda desenvolve os trabalhos operacionais na Unidade Operacional nas atividades de policiamento e fiscalização, composta por, no mínimo, dois policiais, nesse caso, necessariamente um será o Chefe de Ronda. Possuem 33 atribuições.

O primeiro conjunto de atribuições se relaciona a apresentação ao serviço. O segundo grupo é o serviço rotineiro, com uma variedade de funções extensas. Atender aos usuários; observar o fluxo de pessoas e veículos ao longo da via; dar o suporte à equipe da Unidade Operacional. Deslocar-se, de imediato, em casos de acidente, para o local da ocorrência. Pode-se pensar em um terceiro conjunto de atribuições, no serviço ordinário, mas que guardam uma relação direta com o fluxo de comunicações. Os procedimentos realizados são levados ao conhecimento do Chefe de Equipe (BRASIL, 2013).

Por fim, o último agrupamento de atribuições refere-se aos procedimentos e verificações necessárias no início e término de um plantão, como, por exemplo examinar a viatura, materiais, equipamentos, formulários operacionais e parte diária¹⁸, verificando se está em consonância com a situação prevista e comunicada pelos seus antecessores e/ou Chefe de Equipe (BRASIL, 2013).

5.4 PROGRAMA DE SAÚDE DO SERVIDOR - PROSSERV

O Programa de Saúde do Servidor/PROSSERV foi instituído com a Instrução Normativa nº 068, de 07 de março de 2016, e estabelece os “princípios e diretrizes para a implementação de ações da política de atenção à saúde do servidor no âmbito da Polícia Rodoviária Federal” (BRASIL, 2016a).

No preâmbulo dessa Instrução normativa há algumas considerações a serem destacadas. A primeira é a utilização da conceituação de saúde da OMS, que abrange aspectos físicos, psíquicos e sociais. Portanto, a instituição mostra-se preocupada com o cuidado da saúde do

¹⁸ Registro informatizado das atividades operacionais, deslocamentos das viaturas e demais procedimentos da equipe de serviço.

servidor, ainda que as ações para esse cuidado não estejam de fato implementadas (BRASIL, 2016a).

Na implementação do programa, as políticas de saúde do trabalhador são consideradas e os policiais rodoviários são equiparados aos demais trabalhadores, superando a construção da sua identidade como herói (BRASIL, 2016a).

O PROSSERV explicita sua preocupação com o cuidado da saúde do servidor e destaca a relação entre a atividade desempenhada e o adoecimento.

Art 1º Estabelecer a política de atenção à saúde dos servidores da Polícia Rodoviária Federal que observará os princípios, as diretrizes e as estratégias estabelecidas nesta instrução normativa, sem prejuízo de outras normas estabelecidas para a administração pública federal, constituindo seu objetivo fundamental o cuidado integral à saúde do servidor, com ênfase em ações preventivas, visando a promoção e a proteção da saúde no ambiente de trabalho, com a consequente redução das causas de adoecimento decorrentes dos modelos de atuação advindas de atividades desenvolvidas pelo órgão

O programa dialoga com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) ao adotar as seguintes diretrizes:

Art. 4º O Programa de Saúde do Servidor observará os seguintes princípios:
I – universalidade e equidade, devendo as ações de promoção à saúde do servidor e estendidas a todos que trabalham na PRF;
II – Integralidade, compondo o conjunto de atividades voltadas para os indivíduos e as coletividades, articuladas para potencializar as ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos servidores;
III – acesso à informação, fornecendo informações aos servidores, sobretudo aquelas que ampliem seus conhecimentos sobre saúde e aumentem a autonomia para decisão quanto ao seu estilo de vida; orientem quanto aos procedimentos a serem adotados em caso de doenças, acidentes e demais agravos à saúde; e em relação às medidas de prevenção, para evitar o surgimento de doenças e de situações de risco à sua saúde;

O princípio da universalidade e equidade abarca, conforme o art. 4, abarca todos que trabalham da PRF, atingido outros que não são funcionários públicos, como os prestadores de serviço.

O PROSSERV apresenta ainda diretrizes que norteiam as ações de saúde na PRF e ressaltam a sua multideterminação da Saúde, na qual a Instrução Normativa em seu art. 5º apresenta a seguinte definição de saúde “compreendida como fenômeno decorrente de diversos fatores de natureza biológica, psicológica e social; portanto, proveniente da relação do indivíduo com grupos, destacando-se as relações no trabalho” (BRASIL, 2016a). Ao destacar as relações no trabalho como um dos fatores determinantes de saúde e ao se pensar a profissão policial como cercada de limitações materiais e de riscos, o estudo desses impactos é

fundamental para compreender a relação da saúde dos policiais com as condições de trabalho na instituição.

Outros termos e conceitos são citados pelo Programa de Saúde do Servidor como: Abordagem biopsicossocial; Interdisciplinaridade; Gestão participativa; Ambiente de trabalho saudável; inter-relação entre atenção à saúde e gestão de pessoas; Humanização na atenção ao servidor (BRASIL, 2016a).

Dentre as diretrizes acima, destaca-se na gestão participativa a “participação dos servidores em todas as etapas do processo de atenção à saúde” (BRASIL, 2016a). Ao colocar o Ambiente de trabalho saudável como uma diretriz a PRF demonstra uma necessidade de atenção ao adoecimento pelo trabalho e do estabelecimento de “ambientes de trabalho seguros e saudáveis em suas múltiplas dimensões, livres de assédios e de violências” (DPRF, 2016).

Dentre os objetivos do PROSSERV destacados abaixo, ficam claras as preocupações com a saúde do servidor e impacto do ambiente de trabalho na saúde, e com a busca de análise da saúde dos servidores, a promoção de saúde no ambiente de trabalho, promoção de processo de trabalho saudável.

Art. 7º São objetivos do PROSSERV:

I - fortalecer a Vigilância em Saúde do Servidor e a integração com os demais componentes da Vigilância em Saúde do Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal, o que pressupõe:

(...)

c) realização da análise da situação de saúde dos servidores;

d) intervenção nos processos e ambientes de trabalho;

e) produção de tecnologias de intervenção, de avaliação e de monitoramento das ações de vigilância da saúde do servidor;

II - promover a saúde em ambientes e processos de trabalhos saudáveis

III - garantir a integralidade na atenção à saúde do servidor (...) considerando os seguintes componentes:

a) atenção voltada à prevenção contra agravos em saúde;

b) sistemas de informações em saúde;

c) sistema de planejamento, monitoramento e avaliação das ações; e

d) promoção e vigilância à saúde do servidor;

IV - ampliar o entendimento de que a saúde do servidor deve ser concebida como uma ação transversal, devendo a relação saúde-trabalho ser identificada em todos os postos e processos de trabalho.

V - ampliar a conscientização sobre a condição do trabalho como determinante do processo saúde-doença dos indivíduos e da coletividade, incluindo-o nas análises de situação de saúde e nas ações de promoção em saúde

VII - assegurar que o diagnóstico sobre as características do trabalho e suas condições de execução sejam considerados nos estudos epidemiológicos com vistas à identificação dos possíveis agravos à saúde do servidor;

VIII - preservar a qualidade de vida no trabalho para os servidores da PRF.

O Programa destaca preocupação de oferecer maior cuidado com os trabalhadores, policiais ou não, que desempenham funções de maior vulnerabilidade e risco (DPRF, 2016), que são diferenciáveis de acordo com a lotação e a atividade que desenvolvem.

Para executar as ações orientadas pelas diretrizes e atender os objetivos propostos, a PRF deve executar ações do PROSSERV em dois eixos de atuação: Patrulha da Saúde e Acompanhamento Assistencial (DPRF, 2016).

A Patrulha da Saúde, de cunho preventivo e educativo, busca conscientizar o servidor sobre práticas saudáveis e promoção da saúde. Para atingir tal objetivo, são empregadas ações como aplicação de questionário para identificar questões de saúde, hábitos de vida, atividades lúdicas e aferição de dados biométricos.

Art. 16. A Patrulha da Saúde constitui-se de um conjunto de atividades avaliativas e de cunho pedagógico, que tem por objetivo a promoção de conhecimento quanto às medidas de prevenção de doenças, assim como a conscientização dos servidores e demais colaboradores acerca da necessidade de preservar a qualidade de vida no ambiente de trabalho e fora dele.

Art. 17. A Patrulha da Saúde desenvolver-se-á a partir da participação voluntária de servidores e colaboradores, os quais serão submetidos a questionário sobre histórico de saúde e rotina diária, atividades recreativas e esportivas, qualidade de sono, relações interpessoais, passando por aferição de dados biométricos e outros parâmetros clínicos.

A Patrulha da Saúde deve ser realizada uma vez ao ano, no mínimo (BRASIL, 2016a) e é feita pela equipe do PROSSERV com o auxílio de servidores da PRF ou de outras instituições, mediante convênio.

O Acompanhamento Assistencial, como outro eixo de ação desenvolvida pela PRF, presta o apoio aos servidores em situações que envolvam enfermidades físicas, mentais ou outras que comprometam o bem-estar do servidor em seu ambiente de trabalho.

Art. 20. O Acompanhamento Assistencial caracteriza-se pelo conjunto de atividades desenvolvidas pelos setores de gestão de recursos humanos da Polícia Rodoviária Federal, objetivando prestar apoio biopsicossocial aos servidores do órgão em face de situações de enfermidades físicas ou mentais, ou de outras condições de ordem pessoal que possam refletir em seu bem-estar no ambiente de trabalho.

Uma decisão importante da PRF foi instituir o Educação Física Institucional (EFI) com a Instrução Normativa nº 13 de 2013, alterada pela Instrução Normativa nº 113 de 2017. Nesse programa, o policial tem o direito, desde que pratique atividades físicas, a 1:00 hora de abono por dia, se trabalhar na escala de expediente, e a 1:30 hora caso trabalhe por plantão.

6 MATERIAIS E MÉTODOS

6.1 ÁREA DO ESTUDO

De acordo com as informações obtidas no IBGE, o estado do Rio de Janeiro possui uma população estimada para 2017 de 16.718.956 pessoas, cuja população no último Censo Demográfico de 2010 é composta por 15.989.929 pessoas, com uma densidade demográfica de 365,23 hab/km² em uma área de 43.781,588 km². O estado do Rio de Janeiro ocupa a 3^a posição no ranking de número de pessoas, no Brasil. A população urbana, em 2010, era de 15.464.239 e a população rural, no mesmo período, de 525.690.

O Índice de Desenvolvimento Humano IDH é 0,761, ocupando a 4^a posição dentre as demais unidades da federação. O rendimento nominal mensal per capita é de 1.429 reais (IBGE, 2018).

O total de veículos, em 2016 é de 6.377.484, ocupando o 5^o lugar no ranking nacional, atrás de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul. A distribuição de veículos no estado do Rio de Janeiro é de 4.304.384 automóveis, 143.509 caminhões, 47.077 ônibus, 889.919 motocicletas e 999.595 nas demais categorias de veículos (IBGE, 2018).

No ano de 2011, segundo dados da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro foram registrados 34.723 acidentes de trânsito, nos quais foram contabilizadas 2.513 (5,1%) vítimas fatais e 46.734 (94,9%) vítimas não fatais. Esses casos de vítimas fatais são denominados homicídio culposo de trânsito e o segundo constitui o grupo das lesões culposas de trânsito.

Entre os acidentes de trânsito com vítimas fatais (homicídio culposo), as colisões (29,6%) e os atropelamentos (19,8%) são os eventos com as maiores participações. O sexo masculino representa 60,6% do total de casos, cuja faixa etária mais atingida é de 25 a 34 anos (21%). Ao detalhar os tipos de acidentes, outras faixas etárias surgem. Atropelamentos vitimizam, principalmente, crianças e idosos. Já nas colisões, a faixa etária de 18 a 44 anos é a mais vitimada. No sexo feminino, o atropelamento é a causa mais frequente de morte com 27,2% das vítimas, seguida da colisão com 21,1%. Os acidentes sem vítimas fatais (lesões culposas) são causados, analisando ambos sexos, pelas colisões (25,4%) e atropelamentos (24,5%) (ISP, 2012).

Os finais de semana apresentaram os maiores percentuais desses acidentes: sextas-feiras (15,0%), sábados (15,7%) e domingos (16,7%) com o período da madrugada concentrando o maior número de ocorrências. Durante a semana, os acidentes se concentram entre 17:00 e 19:00 horas, guardando relação com o maior fluxo de veículos (ISP, 2012).

Os dados disponíveis no Datasus a respeito dos óbitos por acidentes de trânsito em 2018 revelam 2058 mortes. A faixa etária mais atingida é de 20 a 29 anos (428 óbitos) seguidos do intervalo 30 a 39 anos (358) e 40 a 49 anos (314). Homens são os mais vitimados no trânsito com 1631 mortes. No cruzamento com a cor da pele, indivíduos brancos ficaram em primeiro lugar como principal grupo com 874 óbitos, a cor parda teve 862 óbitos e pessoas da cor preta, 298. Na distribuição dos óbitos pela escolaridade, pessoas com 4 a 7 anos de estudos foram as mais vitimadas com 646 óbitos, já 594 mortes compreenderam aqueles com 8 a 11 anos de estudos. Os que possuíam escolaridade acima de 12 anos foram 172 mortes.

No ano de 2017, os casos de homicídio doloso foram responsáveis por 79,0% das vítimas de letalidade violenta e os homicídios decorrentes da oposição à ação policial chegaram a 17,0%. De todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense é a que detém as taxas mais elevadas de letalidade violenta (ISP, 2018).

Entre os roubos ocorridos na via pública, o roubo a transeunte correspondeu a 68,0% dos casos. Apesar do aumento, nos últimos anos, de roubos a celulares, estes representaram 19,0% do total de roubos ocorridos na rua. O roubo a veículo, vem mostrando tendência de crescimento, atingindo o maior nível em 2017, com 54.366. A taxa de roubo de carga no estado teve um aumento de 192,0% entre 2013 e 2017, com 10.599 casos em 2017. O número de armas apreendidas foi de 3.383 unidades, em 2017. Nesse mesmo ano, foram registradas 21.313 ocorrências de apreensões de drogas. Dessas apreensões, 56,0% guardaram relação com o tráfico (ISP, 2018).

Em 2014, as rodovias federais do Rio de Janeiro tiveram 15.389 acidentes que representaram 9,1% do total de acidentes das rodovias e estradas federais em todo país, com 533 mortos. A extensão de rodovias sob fiscalização da PRF no Rio de Janeiro é de 1.542,5 Km, que correspondem a 2,2% da extensão total no Brasil. Ainda que possua uma representação pequena em relação ao país, possuem concentração elevada de acidentes (IPEA, 2015).

No ano de 2017, a PRF atendeu 5.945 acidentes nas rodovias federais do Rio de Janeiro. As BR 116, 101 e 040, somaram 4.118 acidentes. Houve 5.629 pessoas feridas nessas ocorrências, ocupando a quinta posição na distribuição de acidente por unidade da federação. Desses, 1.020 tiveram vítimas graves. No mesmo período, ocorreram 319 mortes no trânsito rodoviário. Como esforço para redução e prevenção das ocorrências de trânsito, a PRF, em 2017 constatou e autuou em 658.385 infrações de trânsito; fiscalizou 739.111 pessoas e realizou 129.837 testes de alcoolemia (BRASIL, 2018). Os acidentes de trânsito impactam os serviços de saúde, gerando custo social que de acordo com relatório de acidentes de trânsito do Ipea/PRF (2015) chegaram a R\$ 12,3 bilhões, na qual 64,7% desse valor correspondem aos custos de

tratamento e perda produtiva com indivíduos lesionados ou mortos. Os danos materiais associados aos veículos são 34,7% do valor e os impactos a propriedades públicas e privadas chegaram a 0,6%.

Em 2017, os índices de criminalidade em rodovias e estradas federais no Estado do Rio de Janeiro foram os seguintes: 981 crimes contra o patrimônio; 612 roubos; 76 crimes contra a pessoa; 44 crimes contra a administração; 37 furtos; 27 crimes contra o meio ambiente; 7 homicídios (BRASIL, 2018).

No estado do Rio de Janeiro, os resultados de apreensões, pela PRF, em 2017 foram as seguintes: 3.597,0 kg de maconha; 10,0 Kg de crack; 315,0 Kg de cocaína; 32.377 pacotes de cigarro contrabandeado. O número de armas apreendidas no Rio de Janeiro, em 2017 foi de 285 armas, ocupando o primeiro lugar entre as demais unidades da federação, em segundo lugar ficou o Paraná (277) e Rio Grande do Sul, em terceiro (237) (BRASIL, 2018), regiões de fronteira por onde há fluxo do comércio de armas, com mais armamento irregular em circulação e onde ocorrem as maiores apreensões. Comparativamente, São Paulo teve 101 armas apreendidas no mesmo período. No Rio de Janeiro, em 2017, ainda foram apreendidas 65.683 munições. As pessoas detidas chegaram a 2.522 e 1.365 veículos foram recuperados.

6.2 ESTRATÉGIA DE ESTUDO

Essa pesquisa realizou um estudo epidemiológico transversal, descritivo e analítico, cujo objetivo foi investigar condições de trabalho e saúde de Policiais Rodoviários Federais que estão lotados no estado do Rio de Janeiro.

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo foi aplicado um questionário fechado a todos os Policiais Rodoviários Federais lotados no estado do Rio de Janeiro, em um total de 821 servidores. Os aposentados foram excluídos da pesquisa. Nos meses durante a etapa de pesquisa a campo (agosto a novembro de 2018), aproximadamente 250 atestados médicos foram apresentados. A maioria desses atestados corresponderam ao Capítulo XIII, da décima revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, que se referem às doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo (M00-M99). Em menor número aparecem os transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)¹⁹. Como não há um banco de dados organizado na instituição, as informações relatadas baseiam-se na observação dos servidores do Prosserv. No momento da finalização da pesquisa o convênio

¹⁹ Informações obtidas pelo Prosserv/RJ em junho de 2019.

com o Siasis encontra-se encerrado, portanto, sem possibilidade de banco de dados sobre licenças médicas dos servidores.

Este instrumento de pesquisa já foi amplamente utilizado em estudos realizados no Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde/CLAVES, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ com outras corporações policiais (MINAYO e SOUZA, 2003; SOUZA e MINAYO, 2005; MINAYO et al, 2007; CARMO e CONSTANTINO, 2007; MINAYO et al, 2008; SOUZA, 2010; CONSTANTINO, 2011; CONSTANTINO e CORREA, 2013). Foi adaptado para atender as especificidades da Polícia Rodoviária Federal. Será fechado e conterá quatro blocos de questões: o primeiro, se refere a informações sobre o perfil sociodemográfico dos policiais da PRF; o segundo, contemplará aspectos da qualidade de vida desses policiais; o terceiro, investigará as condições de trabalho para os servidores e como esses percebem o risco do desempenho profissional. Finalmente, o quarto bloco estará composto por questões relativas à saúde desses servidores.

Nesse instrumento de pesquisa foram incorporadas a escala de Sofrimento Psíquico – SRQ20 (*Self Report Questionnaire*) adaptada ao Brasil (MARI e WILLIAMS, 1986) e a escala de Apoio Social, também adaptada à população brasileira (CHOR et al, 2001).

A escala de Sofrimento Psíquico – SRQ20 (*Self Report Questionnaire*) permite detectar a presença ou não de sofrimento. A versão utilizada é composta de vinte itens, que avaliam distúrbios não psicóticos, buscando assim, perceber agravos psicossomáticos, ansiedade e depressão leve, por exemplo (MARI e WILLIAMS, 1986).

As perguntas começam com a frase “Dos sintomas físicos e mentais abaixo, quais ocorrem com você atualmente?” seguido do sintoma. As respostas são dicotômicas do tipo Sim e Não. A cada resposta afirmativa, há 1 ponto de pontuação, variando para cada indivíduo entre 0 (nenhum transtorno) a 20 (transtorno extremo). O ponto de corte nessa escala é de 07 pontos para homens e 08 pontos para mulheres (MARI e WILLIAMS, 1986). Essa diferença, pode ser compreendida pelo diferente apoio social entre gêneros masculinos e femininos.

Perguntas da escala (Dos sintomas físicos e mentais abaixo, quais ocorrem com você atualmente?):

1. Tem dores de cabeça com frequência?
2. Tem falta de apetite?
3. Dorme mal?
4. Fica com medo com facilidade?
5. Suas mãos tremem?
6. Sente-se nervoso(a), tenso(a) ou preocupado(a)?

7. Sua digestão não é boa ou sofre de perturbação digestiva?
8. Não consegue pensar com clareza?
9. Sente-se infeliz?
10. Chora mais que o comum?
11. Acha difícil apreciar (gostar de) suas atividades diárias?
12. Acha difícil tomar decisões?
13. Seu trabalho diário é um sofrimento? Tormento? Tem dificuldade em fazer seu trabalho?
14. Não é capaz de ter um papel útil na vida?
15. Perdeu interesse nas coisas?
16. Acha que é uma pessoa que não vale nada?
17. O pensamento de acabar com a sua vida já passou por sua cabeça?
18. Sente-se cansado(a) todo o tempo?
19. Tem sensações desagradáveis no estômago?
20. Fica cansado(a) com facilidade?

A escala de Apoio Social, composta de 19 questões, é agrupada em cinco diferentes dimensões: apoio material; apoio emocional; de informação; afetivo e de interação positiva. As perguntas começam pela frase “se você precisar...” e o apoio. As opções de respostas são as mesmas para todas as perguntas: nunca; raramente; às vezes; quase sempre e sempre. Essas respostas foram codificadas em 1 (às vezes) até 5 (sempre), assim, em cada dimensão, o conjunto de perguntas receberá uma escore resultante da razão do: total de pontos obtidos/máximo de pontos possíveis, multiplicados por 100. Com isso, obteve-se cinco escores, médias e desvios padrões (CHOR et al, 2001). As perguntas foram avaliadas utilizando-se o Alfa de Cronbach, cuja validade deve encontrar-se acima do limite de 0,70 (ROWLAND et al, 1991).

Através dessa escala, visualiza-se o apoio social existente. Contudo, para essa pesquisa, os escores foram divididos em tercís. No primeiro tercil ficaram os de alto escore; no segundo, os médios; no terceiro, os mais baixos.

As perguntas do Bloco de Apoio Social foram as seguintes: (Se você precisar, com que frequência conta com alguém...)

D6 – que o ajude, se ficar de cama?

D7 – para lhe ouvir, quando você precisa falar?

D8 – para lhe dar bons conselhos em uma situação de crise?

- D9 – para levá-lo ao médico?
- D10 – que demonstre amor e afeto por você?
- D11 – para se divertir junto?
- D12 – para lhe dar informação que o(a) ajude a compreender uma determinada situação?
- D13 – em quem confiar ou para falar de você ou sobre seus problemas?
- D14 – que lhe dê um abraço?
- D15 – com quem relaxar?
- D16 – para preparar suas refeições, se você não puder prepará-las?
- D17 – de quem você realmente quer conselhos?
- D18 – com quem distrair a cabeça?
- D19 – para ajudá-lo nas tarefas diárias, se você ficar doente?
- D20 – para compartilhar suas preocupações e medos mais íntimos?
- D21 – para dar sugestões sobre como lidar com um problema pessoal?
- D22 – com quem fazer coisas agradáveis?
- D23 – que compreenda seus problemas?
- D24 – que você ame e que faça você se sentir querido? (CHOR et al, 2001).

O questionário ficou com 68 perguntas. Dessas, 67 eram indagações objetivas, algumas com subitens a serem respondidas. Havia uma questão aberta, ao final do questionário, na qual o policial poderia escrever o que desejasse. As contribuições surgidas nesse espaço foram utilizadas na discussão, na qual foram identificados pela palavra Policial seguida de numeral.

Antes de iniciar a divulgação, o questionário foi testado com 06 policiais rodoviários federais lotados no Pará e Santa Catarina, 03 homens e 03 mulheres. O tempo médio para responderem o questionário foi de 20 minutos.

O dispositivo Google Drive foi utilizado na confecção do instrumento e coleta de dados. Após autorização da instituição e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da ENSP, (CAAE: 91114818.5.0000.5240) o trabalho de campo se iniciou, sem uma divulgação prévia da pesquisa aos policiais. Após preenchimento, as informações foram salvas diretamente no Drive associado ao correio eletrônico do responsável pela pesquisa. Para evitar que o questionário fosse alterado por terceiros, utilizou-se o seguinte caminho: Compartilhar – avançado – marcar a opção “impedir que os editores alterem o acesso e adicionem novas pessoas” - Clicar em “alterar”, marcar a opção “Ativado: qualquer pessoa com o link” – Salvar. O questionário poderia ser respondido de forma fragmentada.

A pesquisa de campo durou cerca de dois meses e meio, entre agosto e outubro de 2018. Foram quatro chamadas em intervalos de 15 dias. A primeira no dia 13 de agosto de 2018, a segunda no dia 28 de agosto, a terceira 17 de setembro e a última, dia 26 de outubro. A chamada consistiu em divulgar, por e-mail disparado a todo efetivo da PRF do Rio de Janeiro, texto introdutório sobre as razões da pesquisa junto ao link que direcionava ao formulário. Os três primeiros convites obtiveram baixa adesão, chegando a 108 respostas. Diante desse número, decidiu-se fazer nova convocação, o que explica o intervalo de quase 30 dias entre a terceira e última chamada. Nessa, após solicitação, o convite aos PRF foi realizado pela Superintendência, alcançando 214 respostas ao questionário. Percebe-se que o papel da Instituição na adesão ao estudo, detém grande peso no processo decisório do policial.

No último campo do questionário, na questão em aberto, houve 43 contribuições, desses 29 eram da atividade fim (majoritariamente operacional), 12 da atividade meio (majoritariamente administrativo) e 02 desenvolvem igualmente ambas atividades. As falas foram sobre condições de trabalho e de saúde, em sua maioria, como será discutido a frente dessa dissertação.

O conjunto das informações foi tabulado e analisado por meio do Software livre *R-Program version 3.5.0*. Inicialmente, foram feitas análises de frequências, medidas de resumo e associações. A taxa de não resposta dos servidores e de recusa não foi avaliada, pois diante do questionário *on line* havia a opção de rejeitar a participação. Possivelmente, aqueles que não desejavam participar apenas fecharam a página da pesquisa, sem explicitar suas razões. O teste Qui-quadrado foi empregado na busca de associação entre as variáveis.

Para a escala de sofrimento psíquico foram testadas as associações com as variáveis independentes através do Qui-quadrado.

No interesse em verificar se duas ou mais variáveis estariam relacionadas foi utilizado um modelo de regressão logística, no qual proporciona o entendimento de como determinadas variáveis preditivas influenciam uma outra variável desfecho. Nessa pesquisa, a análise da presença ou não de sofrimento psíquico dos servidores policiais foi considerado como desfecho e os fatores demográficos, de qualidade de vida e condições de trabalho foram empregados na modelagem como variáveis explicativas.

Existem algumas particularidades que distinguem esse modelo dos demais. A principal delas é o fato de a variável dependente ser dicotômica, ou seja, a variável resposta Y_i é binária e, além disso, tem distribuição Bernoulli (π)

A função de ligação na forma canônica para a distribuição Bernoulli é chamada de logística e é descrita a seguir:

$$\text{logito}(\pi_i) = \ln\left(\frac{\pi_i}{1-\pi_i}\right) = g(x),$$

Tal que:

$$g(x) = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \dots + \beta_k X_{ki}$$

Onde os β_k 's são os efeitos de cada variável explicativa no modelo (vetor de parâmetros desconhecidos), X_{ki} são as variáveis de interesse (independentes), $\frac{\pi_i}{1-\pi_i}$ representa a chance em favor de um determinado evento de interesse e π_i é a probabilidade de ocorrência, ou sucesso, de Y_i .

Dessa forma, a probabilidade ocorrência do determinado evento no modelo logístico é definida como:

$$E[Y_i] = \pi_i = P(Y_i = 1) = \frac{\exp(\beta_0 + \beta_1 x_{1i} + \dots + \beta_k x_{ki})}{1 + \exp(\beta_0 + \beta_1 x_{1i} + \dots + \beta_k x_{ki})}$$

E probabilidade de ou não ocorrência é:

$$(1 - \pi_i) = P(Y_i = 0) = \frac{1}{1 + \exp(\beta_0 + \beta_1 x_{1i} + \dots + \beta_k x_{ki})}$$

A Razão de Chances ou *Odds Ratio* avalia a relação entre a chance de um indivíduo de um determinado grupo possuir a condição de interesse, comparado a um indivíduo de outro grupo geralmente chamado de grupo de controle.

A chance Ch de ocorrência de uma condição em um grupo "a" é:

$$Ch_a = \frac{\pi_a}{1 - \pi_a}$$

A chance de ocorrência da mesma condição no grupo de controle "c" é:

$$Ch_c = \frac{\pi_c}{1 - \pi_c}$$

Com isso, a Razão de Chances (*Odds Ratio*) entre esses dois grupos é:

$$OR = \frac{Ch_a}{Ch_c} = \frac{\pi_a(1 - \pi_c)}{\pi_c(1 - \pi_a)}$$

Quando o valor da OR é maior que 1, é dito que o evento em análise tem maior chance de ocorrência no grupo "a" do que no "c"; caso a OR seja igual a 1, a chance de ocorrência do evento nos grupos "a" e "c" é a igual, e se a OR for menor que 1, o evento em análise tem maior chance de ocorrência em "c" do que em "a".

O intervalo de confiança para a razão de chances de uma variável é obtido aplicando a função exponencial aos limites do intervalo de confiança de seu respectivo coeficiente estimado, $\hat{\beta}_{MPV}$.

Ou seja, o intervalo de confiança para a razão de chances é dado por:

$$\exp [\hat{\beta}_{MPV} \pm z_{1-\frac{\alpha}{2}} \widehat{EP} (\hat{\beta}_{MPV})]$$

Onde o termo $\widehat{EP} (\hat{\beta}_{MPV})$, se refere à estimativa do erro padrão de $\hat{\beta}_{MPV}$, e pode ser obtido através de $\widehat{EP} (\hat{\beta}_{MPV}) = \sqrt{\widehat{V}(\hat{\beta}_{MPV})}$.

Os métodos de inferência nos modelos lineares generalizados são com base na teoria da máxima verossimilhança. Essa teoria diz que no geral três estatísticas são utilizadas para testar hipóteses relativas aos parâmetros β 's: razão de verossimilhanças, Wald e escore que são provenientes de distribuições assintóticas de funções dos Estimadores de Máxima Verossimilhança dos β 's e são todas assintoticamente equivalentes.

O teste de Wald é o mais utilizado nos casos em que há interesse em testar hipóteses relativas a um único coeficiente β_k . É baseado na distribuição normal assintótica de $\hat{\beta}$, sendo uma generalização da estatística t de Student.

$$\hat{\beta} \sim N_p(\beta, \tau^{-1})$$

Onde τ é da matriz de informação de Fisher para β .

Dessa forma, as hipóteses do teste de Wald são as seguintes:

$$\begin{cases} H_0: \beta_1 = \beta_2 = \dots = \beta_p = 0 \\ H_1: \beta_j \neq 0 \text{ para pelo menos um } j \end{cases}$$

E sua estatística de teste é dada por:

$$W = (\hat{\beta} - \beta_0)^T \hat{\tau} (\hat{\beta} - \beta_0) \sim \chi_p^2$$

Onde β_0 corresponde ao vetor de parâmetros $(\beta_1, \dots, \beta_p)$ sob H_0 .

Portanto, rejeita-se H_0 ao nível de significância α se $W > \chi_{(\alpha; p)}^2$.

Além disso, quando se deseja testar um único parâmetro tem-se:

$$\begin{cases} H_0: \beta_k = 0 \\ H_1: \beta_k \neq 0 \end{cases}$$

Rejeitando-se H_0 ao nível de significância α se $W > \chi_{(\alpha; 1)}^2$.

O teste de independência de qui-quadrado testa se há independência entre duas variáveis agrupadas em uma tabela de contingência.

As hipóteses do teste são descritas a seguir:

$\left\{ \begin{array}{l} H_0: \text{As variáveis são independentes;} \\ H_1: \text{As variáveis não são independentes} \end{array} \right.$

A estatística de teste é dada por:

$$\chi_{cal}^2 = \sum \frac{(F_{oij} - F_{eij})^2}{F_{eij}} \sim \chi^2 \text{ com } (l - 1)(c - 1) \text{ graus de liberdade.}$$

Onde:

$$F_{eij} = \frac{(\text{soma da linha } i) \times (\text{soma da coluna } j)}{\text{total de observações}}$$

F_{oij} : frequência observada na célula correspondente à linha i e coluna j ;

F_{eij} : frequência esperada na célula correspondente à linha i e coluna j sob H_0 ;

l : número de linhas da tabela de contingência;

c : número de colunas da tabela de contingência.

Rejeita-se H_0 ao nível de significância α se χ_{cal}^2 for maior do que o quantil de $\alpha\%$ da distribuição qui-quadrado $(l - 1)(c - 1)$ graus de liberdade (MARTINS E FONSECA, 1996).

O teste de Hosmer-Lemeshow foi utilizado com a finalidade de testar a bondade do ajuste.

O teste verifica se o modelo proposto explica bem o que se observa, avaliando o modelo ajustado através das distâncias entre as probabilidades ajustadas e as probabilidades observadas, com base nos valores dos parâmetros estimados pela regressão logística. Ou seja, busca-se não rejeitar a hipótese de que não existem diferenças entre os valores preditos e observados.

A estatística de Hosmer e Lemeshow, \hat{C} , que é obtida da seguinte forma:

$$\hat{C} = \sum_{k=1}^g \frac{(O_k - n_k \bar{\pi}_k)^2}{n_k \bar{\pi}_k (1 - \bar{\pi}_k)} \underset{\text{aprox.}}{\sim} \chi_{(g-2)}^2$$

Sendo:

n_k o número de indivíduos no k -ésimo grupo;

c_k o número de combinações de níveis dentro do k -ésimo decil;

$$O_k = \sum_{j=1}^{c_k} y_j \quad \text{o número total de combinações de níveis dentro do } k\text{-ésimo decil}$$

$$\bar{\pi}_k = \sum_{i=1}^{c_k} \frac{\bar{\pi}_i m_i}{n_i}$$

Hosmer e Lemeshow (1980) mostrou que a estatística do teste segue distribuição assintoticamente qui-quadrado com $g-2$ graus de liberdade, quando o modelo está especificado corretamente. Com isso podemos testar a hipótese nula de que o modelo está bem ajustado, contra a hipótese alternativa de que o modelo não está bem ajustado.

Para avaliar a bondade do ajuste de modelos logísticos, existem os chamados Pseudo R^2 . São chamados de "Pseudo" R^2 pois estão em uma escala similar ao R^2 dos modelos de mínimos quadrados ordinários (MQO), variando de 0 a 1, em que valores mais próximos de 1 representam melhores ajustes. Entretanto, os Pseudo R^2 o R^2 dos modelos de MQO não podem ser interpretados de forma análoga. Além disso, diferentes Pseudo R^2 podem gerar valores bem diferentes (LONG, 1997).

Segue abaixo o método de cálculo do Pseudo R^2 que utilizado ao longo do trabalho.

$$\text{Cox e Snell: } R_{CS}^2 = 1 - \left(\frac{\ln \hat{L}(M_{interc}) - K}{\ln \hat{L}(M_{comp})} \right)^{2/N}$$

$\hat{L}(\cdot)$: Função de máxima Pseudo-Verossimilhança;

M_{comp} : Modelo completo, isto é, com todas as variáveis preditoras;

M_{interc} : Modelo considerando apenas o intercepto;

K : Número de parâmetros no modelo;

N : Número de observações;

O *Generalized Variance Inflation Factor (GVIF)* é utilizado para detectar multicolinearidade em modelos lineares que incluam variáveis categóricas e para modelos lineares generalizados.

Considerando um modelo linear $y = X\beta + \varepsilon$, tem-se que esse modelo pode ser reescrito da forma:

$$y = X_1\beta_1 + X_2\beta_2 + \varepsilon$$

Em que se dividem as variáveis explicativas em duas matrizes X_1 e X_2 , onde p regressores de interesse estão em X_1 e os outros $k - p$ regressores estão em X_2 . Desta forma podemos calcular a GVIF por meio da expressão:

$$GVIF = \frac{\det R_{11} \det R_{22}}{R}$$

Onde R_{11} e R_{22} são as matrizes de correlação de X_1 e X_2 , respectivamente, e R é a matriz de correlações com todas as variáveis explicativas (FOX e MONETTE, 1992).

Em modelos de regressão múltipla é necessário determinar um subconjunto de variáveis independentes que melhor explique a variável resposta, dentre todas as variáveis explicativas disponíveis. O método aqui empregado é chamado de seleção backward, o qual incorpora inicialmente todas as variáveis no modelo inicial e depois, por etapas, cada uma pode ser retirada do ou não. A decisão de retirada da variável é tomada baseando-se em testes de Wald, que são calculados para cada categoria da variável como se ela fosse a última a entrar no modelo.

Para um filtro inicial para a seleção das variáveis do modelo final, foram ajustadas modelos individuais e selecionadas as variáveis cujo p-valor era menor que 20,0%. Feito isso ajustou-se um modelo utilizando o método backward com todas essas variáveis pré-selecionadas, até que todas as variáveis tivessem ao menos uma categoria significativa com p-valor menor ou igual a 5%.

Concomitantemente, a multicolinearidade foi avaliada através do valor de *variance inflation factor* (VIF) (FÁVERO et al, 2009). Dessa forma, foi possível chegar ao modelo final, o qual apresentou valores de VIF menores que 1.1, pseudo R^2 igual a 0,325 e p-valor do teste de Hosmer-lemeshow igual a 0,160.

7 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da ENSP conforme Resolução CNS/MS nº 510, de 07 de abril de 2016 e aprovado sob o parecer nº 91114818.5.0000.5240.

Ao receber o convite para participar da pesquisa, o policial foi informado sobre os objetivos e importância do estudo. Antes de preencher o questionário, pode ler, no corpo do texto eletrônico, o termo de consentimento livre e esclarecido e apenas proceder ao preenchimento após aceitar participar da pesquisa. Depois desse aceite, podia ler as instruções sobre o preenchimento do questionário. Portanto, a confirmação para participação foi obrigatória. A finalização do questionário alimentou o banco de dados, sem identificação do participante e seu acesso foi restrito ao responsável pela pesquisa.

A autorização para a realização do estudo foi solicitada à Divisão Nacional de Saúde – DISAS, na sede nacional da PRF, em Brasília. Após autorização, outro pedido foi realizado dessa vez para a Superintendência da PRF no Rio de Janeiro que também aprovou o estudo, conforme os anexos III (Memorando nº 603/2018/DISAS), IV (Memorando nº 995/2018/CGRH) e V (Despacho Informativo nº 7/2018 - SRPRF-RJ)

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante fase de coleta de dados, a participação dos policiais foi baixa, com 108 respondentes. A adesão melhorou após solicitação, por e-mail, do Superintendente da PRF. Assim foram alcançados 214 policiais em um total de pouco mais de 800 no momento da pesquisa.

Reiner (2004) considera a cultura policial muito pragmática, nesse sentido:

Os policiais estão preocupados em chegar a salvo de agora até amanhã (ou até a próxima hora), e com o mínimo de confusão e de relatórios para preencher, o que os torna relutantes em encarar inovações, experimentos ou pesquisas (REINER, p. 153, 2004).

O momento da pesquisa também coincidiu com o período eleitoral, caracterizado por um intenso debate e desconfianças mútuas entre os diversos grupos políticos e sociais. O ambiente acadêmico também sofreu, nesse período, com a polarização política, na qual pesquisas acadêmicas foram rotuladas como ideológicas, em um completo esvaziamento semântico sobre ideologia. Dessa forma, possivelmente esse quadro político que atravessou a pesquisa, influenciou na baixa adesão, melhorada após a última convocação pelo superintendente, o que deve ter gerado uma atmosfera de confiança ou obrigatoriedade aos policiais.

8.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E PROFISSIONAL

Neste capítulo são apresentadas as características sociodemográficas dos policiais rodoviários federais, considerando-se as variáveis: sexo, cor de pele, idade, estado civil, número de filhos, escolaridade e renda.

Na Tabela 1, percebe-se que a instituição está formada, predominantemente, por pessoas do sexo masculino (pouco mais de 90%). Mesmo diante da inexistência de limitador de entrada por sexo, a presença de mulheres na PRF é muito baixa, comparativamente a polícia civil, que conta com 19,2% (MINAYO e SOUZA, 2003) e semelhante a polícia militar, com 5,0% (MINAYO et al, 2008).

A polícia é uma instituição masculinizada e carrega expressões consideradas típicas desse gênero, como agressividade, força física, racionalidade, supressão emocional, em contraposição ao gênero feminino, cuja imagem socialmente construída é a de um ser frágil e afetuoso (MARTIN, 1999). O trabalho policial é estereotipado e nele, o combate ao crime surge como elemento central (MONJARDET, 2002; REINER, 2004; BITTNER, 2017; BAYLEY,

2017). Portanto, prevalece a ideia de que para exercer o papel de policial são necessários atributos masculinos. Assim, a mulher precisa incorporar valores masculinos, ainda que estereotipados, para ser aceita no mundo policial (MARTIN, 1999).

Comparativamente ao campo da saúde, percebe-se uma divisão sexual do trabalho, com o homem sendo responsável pelo tratamento e a mulher pelo cuidado. O gênero aparece como mecanismo de hierarquização profissional. Na saúde, acima de 65% dos médicos são homens e mais de 90% das mulheres são da enfermagem, evidenciando a divisão do trabalho de acordo com os papéis construídos socialmente a respeito do gênero masculino e feminino. Os Enfermeiros homens, apesar de serem minoria, cerca de 7%, ocupam a maioria dos postos de gestão (ARAÚJO e ROTEMBERG, 2011). A PRF apresenta, como as demais polícias, uma situação oposta, com poucas mulheres no seu quadro de servidores.

A cor da pele mais frequente é a branca (63,1%). A presença de declarados negros é muito baixa com 2,4%. Os pardos correspondem a 32,7%. Esse resultado difere muito do encontrado na Polícia Militar, onde mais de 60,0% se referem como pretos ou pardos (MINAYO et al, 2008), mas é próximo da Polícia Civil, onde 65,0% se dizem brancos (MINAYO e SOUZA, 2003). Porém esse resultado aparenta ser em função da maior escolaridade dos policiais rodoviários federais.

Dessa forma foi utilizada uma tabela de dupla entrada para verificar a distribuição entre o tempo de serviço e a cor da pele. A cor branca foi predominante, variando de 60,0 a 70,0%. O único período no qual a distribuição entre brancos e negros é semelhante foi o de 16 a 20 anos de serviço, com 44,4% de pretos ou pardos e 55,6 % de brancos. O único período que não pode ser analisado foi o tempo de serviço acima de 26 anos pois teve pouco respondentes o que prejudicaria qualquer interpretação.

A participação do negro é maior em corporações militares pois, historicamente, a busca por emprego nas forças armadas e polícia seriam meios de mobilidade social entre afro brasileiros, que se perdura por dois motivos: o primeiro, é a possibilidade de emprego seguro e benefícios como atendimento médico; o segundo, é o fato de a polícia militar não ser atrativa para a classe média branca (SAMSONE, 2002). A reprodução histórica dessa estrutura relaciona-se ao capital cultural (BOURDIEU, 2004), em que a classe média branca acumulou capital suficiente para ocupar os melhores postos. Apesar do concurso passar a noção de meritocracia como fruto do esforço individual, reproduz o privilégio herdado no qual, a depender da classe social, haverá tempo disponível para estudar, enquanto nas classes mais empobrecidas, não raro, é necessário trabalhar e estudar desde a infância (SOUZA, 2017).

Também há diferenciais na qualidade do ensino ofertado, em prejuízo para as classes socialmente menos favorecidas.

Porém, como a cultura policial os une dentro da mesma categoria social, o racismo, enquanto expressão de violência interna, pode não ser percebido. A cor passa a ser a do uniforme e não a da pele (SAMSOME, 2002). Obviamente, não significa a concretização do mito da democracia racial brasileira, mas resulta da rede de solidariedade interna em relação ao mundo fora da polícia.

Na PRF, não há limite de idade para o ingresso, o requisito é passar pelas etapas do concurso público e possuir curso de graduação em qualquer área. A exigência de graduação seleciona um público mais velho, ainda mais se considerarmos o tempo de preparação para o concurso, aumentando ainda mais a idade de ingresso no serviço público. Entre os respondentes, a faixa etária mais frequente para o ingresso foi a de 36 a 45 anos, com 54,0%.

A maior parte dos policiais (86,5%) é casada ou possui companheiro(a), o que não surpreende pela faixa de idade comum na instituição. A existência de cônjuge pode significar apoio social a esses profissionais, conforme será discutido em outro capítulo. A presença de filhos também é frequente entre os policiais (77,1%), a média é de 1 filho por policial.

A exigência de nível superior iniciou em 2013, porém, mesmo recente, é maciça a frequência de policiais com nível superior e pós-graduação (97,2%). A presença de graduados com nível superior (69,2%) demonstra que mesmo quando a exigência era apenas de nível médio, a aprovação dos que possuíam curso superior foi muito maior do que a dos que não tinham esse nível de escolaridade. Há 25,7% deles com curso de especialização, sendo possível que parte desses tenha buscado se aprimorar no desempenho das atividades que exercem na instituição. Apenas 2,3% tem o mestrado. Essa pequena proporção indica a necessidade de a instituição estimular a formação em pós-graduação *stricto sensu*, com a finalidade de produção de estudos e pesquisas em temas pertinentes à melhoria e desenvolvimento da polícia. Nesta pesquisa, nenhum dos participantes referiu possuir o título de doutorado.

Em pesquisa sobre policiais brasileiros realizada em 2014 e com 21.101 participantes, 39,1% responderam possuírem nível superior, 45,0% eram da faixa etária de 30 a 39 anos, 62,7% casados. Já a cor de pele teve a seguinte distribuição: 48,21% branca, 42,85% pardos e 7,38% de negros (LIMA et al, 2014).

Em relação à renda líquida 32,7% possuem renda entre R\$ 11.001 a R\$ 13.000, seguidos por 29,0% do que se encontravam na faixa entre R\$ 7.001 a R\$ 9.000. Essa distribuição segue o esperado, devido ao fato de parcela considerável de policiais terem mais tempo de carreira, o

que lhe possibilita promoções verticais com mudanças de níveis e de classes, o que aumenta a sua renda²⁰.

Tabela 1 – Distribuição dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo perfil sociodemográfico, 2018

Variável	%	Variável	%
Sexo		Estado civil	
Masculino	91,1	Casado	86,5
Feminino	8,9	Separado	6,5
		Solteiro	7,0
Cor		Filhos	
Amarelo	0,9	Sim	77,1
Branco	63,1	Não	22,9
Indígena	0,9		
Pardo	32,7	Escolaridade	
Preto	2,4	2º grau	2,8
Idade		Superior	69,2
26 - 30	2,4	Especialização	25,7
31 - 35	12,2	Mestrado	2,3
36 - 40	26,3		
41 - 45	27,7	Renda	
46 - 50	19,7	≤ 7.000	2,8
≥ 51	11,7	7.001 - 9.000	29,0
		9.001 – 11.000	34,1
		11.001 - 13.000	32,7
		≥ 15.000	1,4

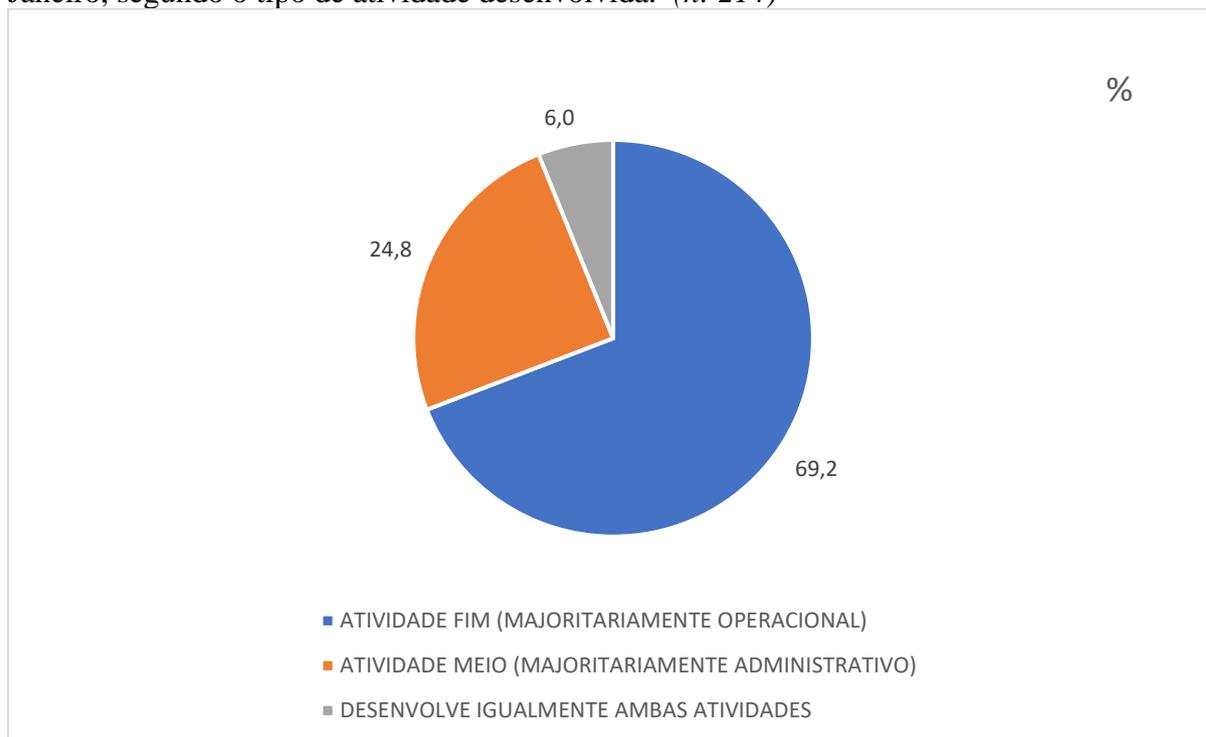
n: 214

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Neste estudo considerou-se o tipo de atividade desenvolvida pelos policiais. No gráfico 1 percebe-se que 69,2% deles desempenham majoritariamente atividade operacional, aqueles que atuam na atividade fim como o policiamento e fiscalização em menor parcela (24,8%) desenvolvem atividade administrativa, executando ações administrativas da instituição, como recursos humanos e finanças. Embora essa divisão classificatória, importante para a pesquisa, os servidores da polícia rodoviária federal são de carreira única com apenas uma forma de acesso, condição exclusiva em comparação com as polícias do restante do país.

²⁰ Para maiores detalhes, verificar o item: 5.2 Estrutura da Polícia Rodoviária Federal.

Gráfico 1 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo o tipo de atividade desenvolvida. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Como há ausência de quadro administrativo extenso na instituição, muitas dessas atividades são desempenhadas por policiais, o que, obviamente gera tensionamentos com os que desenvolvem atividade operacionais, como se o exercício da função administrativa não fosse atividade e trabalho de polícia.

Apesar da percepção muito difundida, na sociedade e entre policiais, de que o trabalho da polícia quase que exclusivamente é combater o crime, o trabalho policial é composto também por atividades mantenedoras de paz e de regulação, requerendo funções administrativas para tanto (MONJARDET, 2002; BAYLEY, 2017; BITTNER, 2017). Foi observado que grande parte do serviço desempenhado no trabalho policial consiste no atendimento diverso ao público (REINER, 2004; BAYLEY, 2017). A PRF é uma instituição policial responsável pelo patrulhamento ostensivo, atendimento nos locais de acidentes de trânsito e atendimento aos usuários das rodovias e estradas federais em ocorrências de socorro, salvamento de vítimas e demais ocorrências (BRASIL, 1997). Atuar nos mais diversos serviços para a população é central no desempenho de suas rotinas, e para isso, o exercício administrativo é inerente e indissociável do trabalho policial. Mesmo em uma unidade operacional, o contato com o público é constante como na fiscalização de trânsito, no auxílio ao usuário, no recebimento de documentos e atendimento telefônico, que é um trabalho policial.

Apesar do questionário da pesquisa ser constituído por questões fechadas, havia espaço aberto nesse instrumento, ao final do questionário, para o(a) policial registrar livremente suas sugestões, anseios e expectativas. Nele 43 policiais contribuíram com seus depoimentos. Alguns escreveram parabenizado a pesquisa, em um total de 05, cujo teor variou entre a expectativa de transformação no Departamento da Polícia Rodoviária Federal a uma não expectativa.

Nove policiais escreveram sobre sua condição de saúde (05 operacionais e 04 administrativos), na qual será discutido a frente.

De todas as falas, 20 (14 operacionais, 04 administrativos e 02 que desenvolvem ambas atividades) foram sobre as condições de trabalho. Nessas falas, as condições materiais e salariais surgiram como obstáculos ao desempenho policial, além da percepção da necessidade de uma escolarização específica para o campo da Segurança Pública. Apenas os policiais que desenvolvem atividades operacionais e aqueles que exercem ambas atividades (operacional e administrativo) se expressaram sobre as condições do trabalho. O que pode ser interpretado pelo contato direto de policiais operacionais com as dificuldades materiais e de baixo efetivo na qual se deparam.

Outras narrativas se concentraram sobre o volume e a sensação de pressão observadas no ambiente de trabalho, em um total de 08 (06 operacionais e 02 administrativos). Também pode ser compreendido pela realidade de poucos profissionais a desempenhar as tarefas inerentes a Polícia Rodoviária Federal, com conseqüente acúmulo de funções.

Dentre os assuntos sobre o trabalho, o desconforto na relação entre policiais de atividade fim (operacional) e de atividade meio (administrativo) surgiu nas falas, segue uma delas:

Os policiais administrativos têm que tratar melhor seus pares e serem mais eficientes, tão quanto os da atividade fim. E os superiores proporcionarem e melhorar a ascensão dos subordinados (Policial 1).

A eficiência tem sido considerada um princípio da Administração Pública. Entretanto, ela não pode ser uma salvaguarda para sobrecarregar o trabalhador com o cumprimento de metas por um efetivo aquém do recomendado. O art.59 da lei 11.784 de 22 de setembro de 2008, ampliou em 3 mil cargos efetivos na polícia rodoviária federal, passando a ter 13.098 cargos. Porém, esse número não foi alcançado com os concursos após entrada em vigor dessa lei. De certa forma o quadro de policiais permanece idêntico ao existente a década de 90, onde a malha viária e a quantidade de veículos circulantes eram menores²¹. Além disso, como não

²¹<https://fenaprf.org.br/novo/imprensa-denuncia-falta-de-efetivo-na-policia-rodoviaria-federal/>
<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/553572-POLICIA->

há relação de subordinação entre administrativos e operacionais, podem ocorrer falhas graves na comunicação e estranhamentos na cadeia de comando para a execução de metas.

Na fala seguinte, há uma alusão ao princípio da igualdade, na qual todos são iguais diante da lei, previsto na Constituição Federal (1988). Nesse princípio, os iguais são tratados de forma igual e os desiguais são tratados desigualmente, como forma de correção às distorções sociais (NERY JUNIOR, 1999). Porém o (a) policial apresenta esse princípio de forma excludente, onde os que trabalham com criminalidade deveriam ter vantagens financeiras comparados aos exercícios de outras funções, em um olhar pouco abrangente do que é trabalho de polícia (MONJARDET, 2002; REINER, 2004; BAYLEY, 2017; BITTNER, 2017). Possivelmente o incômodo nesse texto é real, fruto de uma percepção limitada, na qual o combate à criminalidade surge como “verdadeiro” trabalho policial.

O princípio da igualdade ser aplicado para os que trabalham com criminalidade, não desempenhamos um trabalho padrão então não devemos ter tratamento padrão (Policial 3).

As expressões “guarda” e “guardão” são usadas nos casos de policiais que optam por não trabalhar como o grupo considera correto. Esses termos fazem parte do vocabulário dos policiais da PRF e, implicitamente, se referem à figura do policial preguiçoso. Assim, o “guarda” na fala abaixo, seria o policial que não combate ao crime e fica restrito a atividades que não o “suguem”, que na percepção de um policial mais operacional seria o desempenho de funções administrativas. A continuidade da fala, no trecho a seguir, reflete a desmotivação presente no policial que crê na missão precípua de combate ao crime, sem o diferencial profissional e salarial, na qual considera-se merecedor.

Há de se buscar incentivos e vantagens, que em qualquer outra instituição se faz normalmente... como carga horária, vantagens pecuniárias, treinamento etc. se não; porque eu me sugar mais, se ao fim serei só mais um "guarda"? (Policial 3)

Possivelmente, o estranhamento entre os grupos operacional e administrativos reflete o desgaste diante de um efetivo reduzido, o que provoca acúmulo de funções e aumento de trabalho. Diante desse quadro, cada grupo percebe o outro como aquele que não trabalha ou trabalha pouco, como pode ser observado nas seguintes falas.

Diminuir o deslocamento dos policiais para exercerem funções administrativas, muito cacique para pouco índio. (Policial 4).

Estamos abandonados à própria sorte. A carga é desumana. (Policial 2).

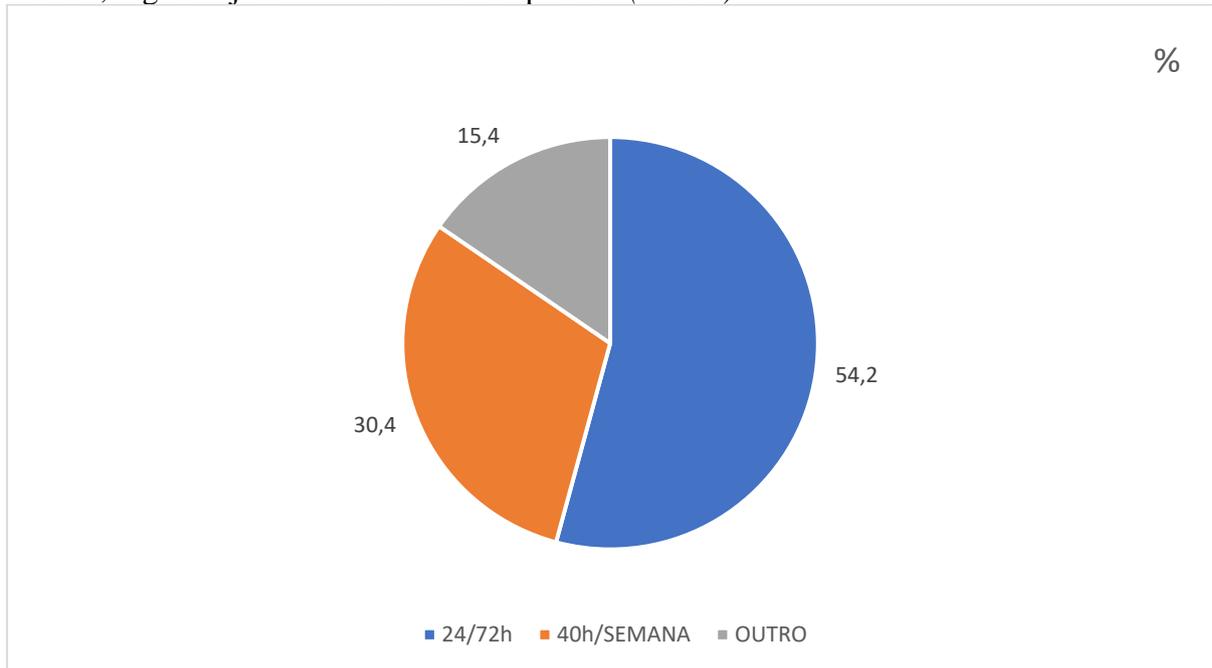
Todos que relataram esse estranhamento entre as atividades eram policiais operacionais (04 falas). Ainda que possa existir também a insatisfação de policiais administrativos com seus pares operacionais, ela não surgiu na questão em aberto.

Os policiais operacionais da PRF trabalham em regime de plantão, com escala de 24 horas de jornada por 72 horas de descanso em sistema de rodízio de equipes; e os que desempenham atividades administrativas, cumprem jornada de 40 horas semanais (DPRF, 2013). Essa regra geral pode ser alterada por situações específicas que necessitem maior quantidade de policiais, como um feriado prolongado, por exemplo, quando policiais de outras unidades são convocados para atuarem na atividade fim.

No gráfico 2, nota-se que mais da metade dos policiais (54,2%) trabalha no plantão de 24 horas. Os que possuem carga horária de 40 horas semanais representam 30,4%. Na categoria “outro” (15,4%) podem estar incluídos os grupos táticos, que trabalham em regime diferenciado de escala, de acordo com os objetivos da atividade a ser desenvolvida: diretamente dirigida à criminalidade; as escalas de plantão com mais de 24 horas; e atividades administrativas e operacionais ligadas à corregedoria e inteligência, por exemplo. Porém, nas falas dos policiais, apareceram outros tipos de escala, como a de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

O resultado difere do encontrado em pesquisa realizada nacionalmente com profissionais de segurança pública, o trabalho de 8 horas diárias foi o resultado mais frequente com 44,4%, a escala de 24 horas por 72 horas de descanso foi apontada por 17,1%. Porém 34,4% dos participantes relataram outros tipos de escalas de trabalho (LIMA, et al 2014).

Gráfico 2 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo jornada de trabalho na polícia. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Aqui o aspecto mais relevante a ser destacado é a jornada noturna, comum aos que trabalham no plantão de 24 horas. O trabalho noturno impacta profundamente a vida daqueles que estão submetidos a esse regime. Ao necessitar dormir após o plantão, em horário no qual o restante da sociedade encontra-se em suas atividades rotineiras, os laços sociais e familiares de quem cumpre essa jornada modificam-se. O ciclo biológico é alterado, pois no momento em que o corpo se prepara para estar alerta coincide com a necessidade de descansar, reduzindo a qualidade do sono e impactando a saúde (MOREIRA *et al.*, 1999, ROTEMBERG *et al.*, 2001; MORENO *et al.*, 2003).

Em estudo com 2000 policiais holandeses, os com turnos diurnos fixos apresentaram níveis relativamente altos de satisfação profissional, enquanto os policiais com turnos rotativos, incluindo finais de semana, apresentaram níveis relativamente baixos de satisfação profissional (DEMEROUDI *et al.*, 2004).

Vários problemas apontados pela literatura surgiram nos relatos dos policiais no espaço aberto do questionário da pesquisa, conforme depoimentos abaixo.

Escala de serviço, noites de sono perdidas e condições de baixo efetivo causam descontrole nos horários de refeição e saída de serviço, prejudicando muito o relógio biológico. (Policial 5).

O meu trabalho policial, desgastante, tanto físico quanto emocional, o que provoca perda de saúde, dificuldade para dormir, ansiedades, tensão antes, durante e após o plantão(...). (Policial 7).

Estou trabalhando (desde junho) numa escala de 12h x 36h, aproximadamente, no horário de 15h às 3h. Verifiquei que minha qualidade de vida piorou muito e o cansaço aumentou demais. Esse tipo de escala para atividade policial é péssimo. (Policial 8).

Dentre as consequências da jornada noturna de trabalho, são apontados problemas digestivos, insônia, sonolência, irritação, agressividade, envelhecimento precoce, doenças no sistema gástrico e nervoso, além das interferências na vida familiar e íntima nos desencontros de horário entre o casal, impactando o trabalhador noturno afetivamente e sexualmente (ROTEMBERG *et al.*, 2001; MORENO *et al.*, 2003).

A sonolência pode provocar inúmeros acidentes de trabalho, ainda mais na direção de veículos (MORENO *et al.*, 2003), fato que é comum na rotina de um policial rodoviário federal. Não raro, os acidentes devido à sonolência dos policiais, ocorrem no período noturno, mas sua diminuição pode ser significativa com a adoção de pequenos intervalos de descanso ao longo da noite (ZUCCONI, 2001).

A fadiga é mais comum no período da noite, e se há necessidade de acordar cedo para chegar ao trabalho pela manhã, esse dia já começa com um déficit de sono e com perturbações na relação sono-vigília (SALLINEM e KECKLUND, 2010), que ocorre pela redução do intervalo de sono na noite anterior (MORENO *et al.*, 2003). Desse modo, se o início do plantão na PRF é às 8 horas e o policial precisa levantar-se muito cedo para chegar ao trabalho, esse dia já começa prejudicado. Em um estado pequeno como o Rio de Janeiro, não são grandes as distâncias do centro para as Unidades Operacionais. Porém, em outras regiões brasileiras, nas quais a infraestrutura está centralizada nas capitais e as unidades operacionais ficam a horas de trajeto, seguramente este problema assume maior intensidade e é prejudicial para aqueles que optarem por morar nos centros urbanos.

O trabalho noturno impulsiona a vida nas mais diferentes esferas, à medida que desloca o foco para o descanso, sequestra a folga e lazer para recuperação do corpo, e impõe limitações ao prazer do período fora do trabalho (ROTEMBERG *et al.*, 2001). Ocorre assim, uma “contaminação involuntária do tempo fora do trabalho” (DEJOURS, 1992, p. 46). Os policiais da PRF, por trabalharem em escala, sentem esses efeitos. Como as escalas não são fixas, são poucos os finais de semana que o policial passa integralmente com sua família. Isso é ainda mais negativamente potencializado pelo período de férias escolares, no qual a movimentação nas estradas e rodovias federais limita ou mesmo impede que o policial goze suas férias junto com a família.

O trabalho policial é caracterizado pela extensão da atividade profissional a todos os aspectos da vida do policial, que vai além da identificação profissional e soma-se aos conflitos da função policial, provocando sofrimento mental, que é potencializado pela ausência de espaços para sua análise coletiva na instituição. Policiais apresentam, devido a escala, dificuldades de realização de atividades sociais (MOREIRA *et al.*, 1999).

Há grande dificuldade em mensurar o desempenho policial, por razões do próprio serviço, já que muitas tarefas sequer são registradas (MONJARDET, 2002). Registrar todo o atendimento dificultaria ou mesmo impossibilitaria o próprio trabalho. Desse modo, o policial escolhe o que deve ser registrado (BAYLEY, 2017).

A aplicação de métodos individuais de avaliação rompe com a cooperação e a rede de solidariedade entre os trabalhadores pela competitividade e desconfiança. Transforma as relações de apoio em medos, assédios e violências, reduz a saúde mental do trabalhador (DEJOURS, 2011).

Trabalhar no período noturno pode ser mais deletério quando se considera o gênero, pois historicamente o papel social da mulher foi construído para o cuidado dos afazeres domésticos, dos filhos e da família, cuidados esses que recaem sobre seus ombros como se fossem naturais. Desse modo, afora os impactos na saúde da jornada de trabalho noturno, somam-se os papéis sociais impostos, majorando a dupla jornada e aumentando a pressão de trabalho para o gênero feminino (ROTEMBERG *et al.*, 2001). Ao sair do trabalho, as mulheres são impelidas a priorizar as tarefas domésticas em detrimento do descanso (MORENO *et al.*, 2003). Isso pode ser demonstrado no depoimento a seguir.

A maior parte dos problemas como cansaço, dormir pouco, tristeza tem a ver com a maternidade, jornada tripla não é fácil. (Policial 6).

As mulheres policiais encontram-se sobrecarregadas pelo trabalho. Sintomas como insônia, irritação, fadiga e impaciência impactam o relacionamento familiar, com a policial isolando-se para lidar com suas angústias (BEZERRA, 2012).

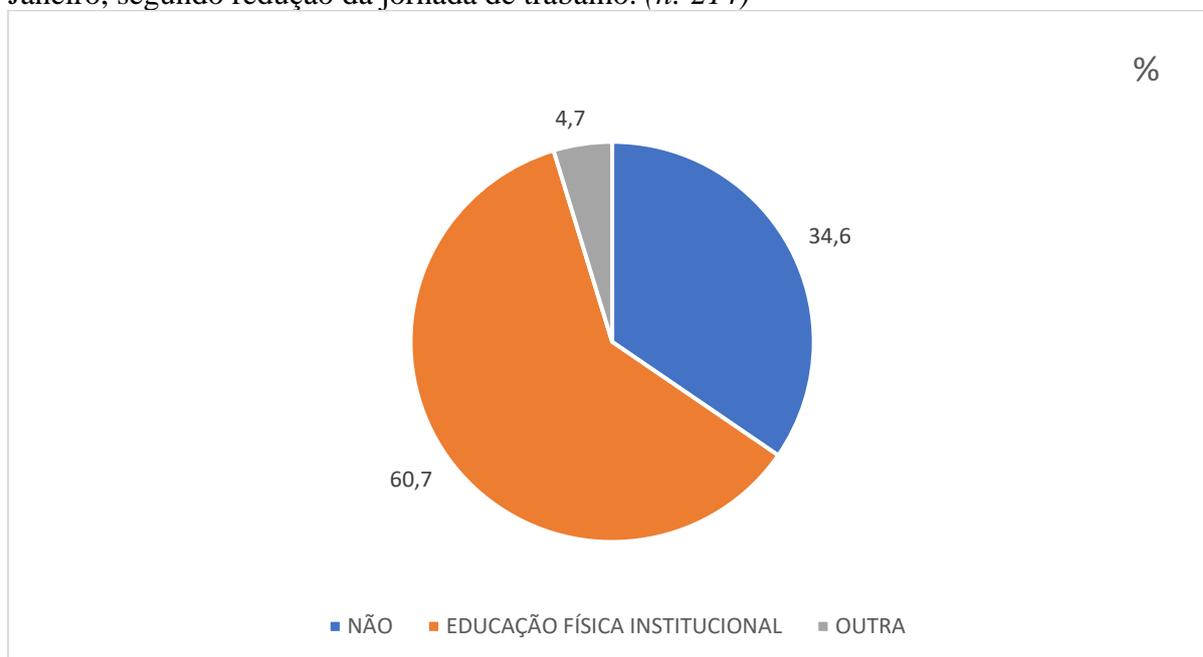
Uma decisão importante da PRF foi instituir o Educação Física Institucional (EFI) com a Instrução Normativa nº 13 de 2013, alterada pela Instrução Normativa nº 113 de 2017. Caso o trabalho seja entre 6 a 12 horas, o policial tem 1 e ½ horas de abono no dia. Se a jornada de trabalho for superior a 12h, como nos plantões, o trabalhador tem direito a 1,5h de abono por serviço. Porém, para usufruir desse direito há uma condicionante que é a aprovação no teste de aptidão física (TAF) anual.

Estímulos a práticas de atividades físicas em ambientes de trabalho não são recentes, há vasta literatura debatendo a relação saúde e produtividade. Obviamente, com redução do absenteísmo e adoecimentos, a produtividade aumenta. Diante de um quadro escasso de funcionários, a PRF, ao utilizar esse programa pode minimizar os efeitos de uma sobrecarga de trabalho. Não é surpresa, que 60,7% relacionem a EFI como fator redutor de sua jornada, como mostra o gráfico 3. Não houve diferença significativa entre o tipo de atividade e o desempenho de atividade física.

Em pesquisas com mais de 6000 socorristas suecos, incluídos policiais, demonstraram melhora da saúde no uso de exercícios físicos como resposta ao estresse (ARBLE e ARNETZ, 2017).

O tempo de serviço na polícia impacta negativamente nas condições morfológicas (sobrepeso), cardiorrespiratória e neuromuscular em policiais, que podem ser minimizados com programas de treinamento físico, como demonstra pesquisa com policiais da Paraíba (DOMINGOS-GOMES *et al.*, 2017). Mais de 70,0% dos policiais militares de Recife apresentaram sobrepeso (FERREIRA, 2009).

Gráfico 3 - Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo redução da jornada de trabalho. (*n*: 214)



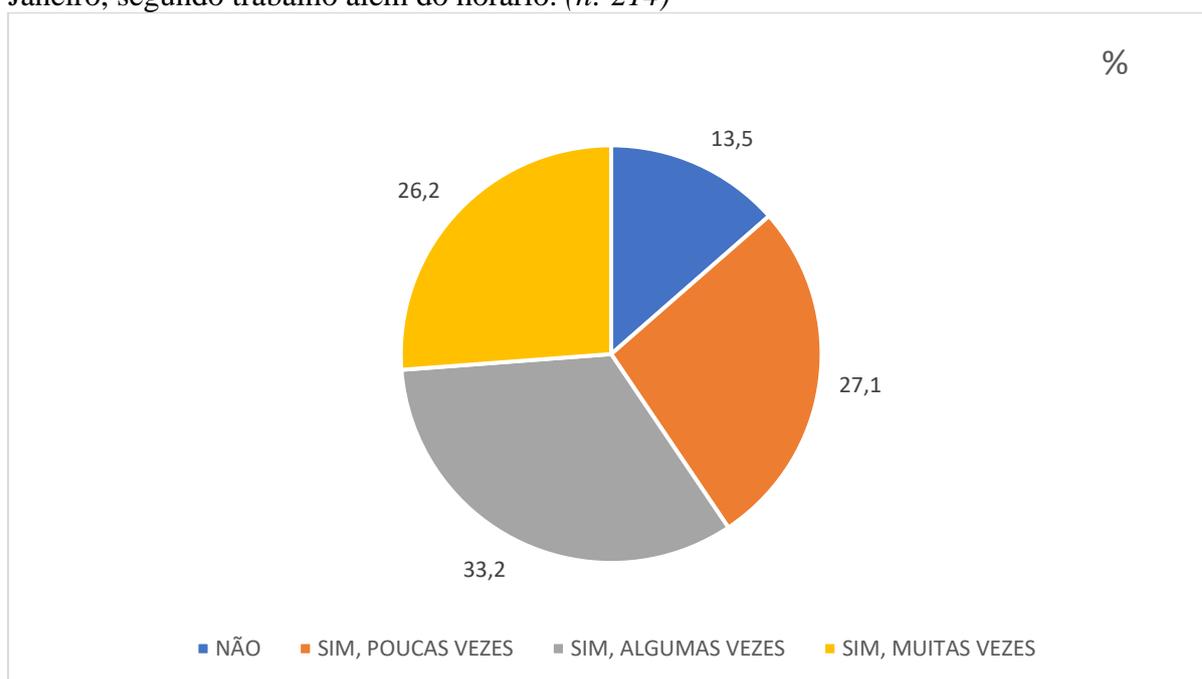
Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Outro importante aspecto das condições de trabalho analisadas é o quanto se trabalha além do horário, ainda mais em uma profissão que carrega o desgaste físico e mental em sua atuação.

O início da jornada de trabalho nas unidades administrativas é no horário de expediente como as demais instituições públicas, com 40 horas semanais, respeitando finais de semana e feriado, salvo, se convocados para alguma atividade extra. Nas unidades operacionais, a jornada se inicia com o recebimento do serviço, no qual materiais, formulários, viaturas e outros itens são avaliados e a termina com a passagem de serviços para a equipe seguinte, numa duração de 24h ininterruptas e independentemente de finais de semana e feriados.

De acordo com o gráfico 4, pode-se afirmar que trabalhar além da carga horária, na PRF, é quase uma regra: 33,2% ficaram além do horário algumas vezes, 27,1% poucas vezes e 26,2% muitas vezes. Apenas 13,5% dos policiais rodoviários estudados não trabalharam além de seu horário nos últimos meses, enquanto 86,4% trabalharam além do horário previsto. Esse resultado se aproxima do encontrado em pesquisa com policiais rodoviários federais da Paraíba que relatou que 90,3% trabalharam além do horário (PÔRTO, 2013).

Gráfico 4 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo trabalho além do horário. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O gráfico 5 busca trazer mais elementos para a correta interpretação desse trabalho extra tão presente na rotina do PRF. Assim, aos que confirmaram terem trabalhado além do horário nos últimos meses, foi solicitado que manifestassem a motivação.

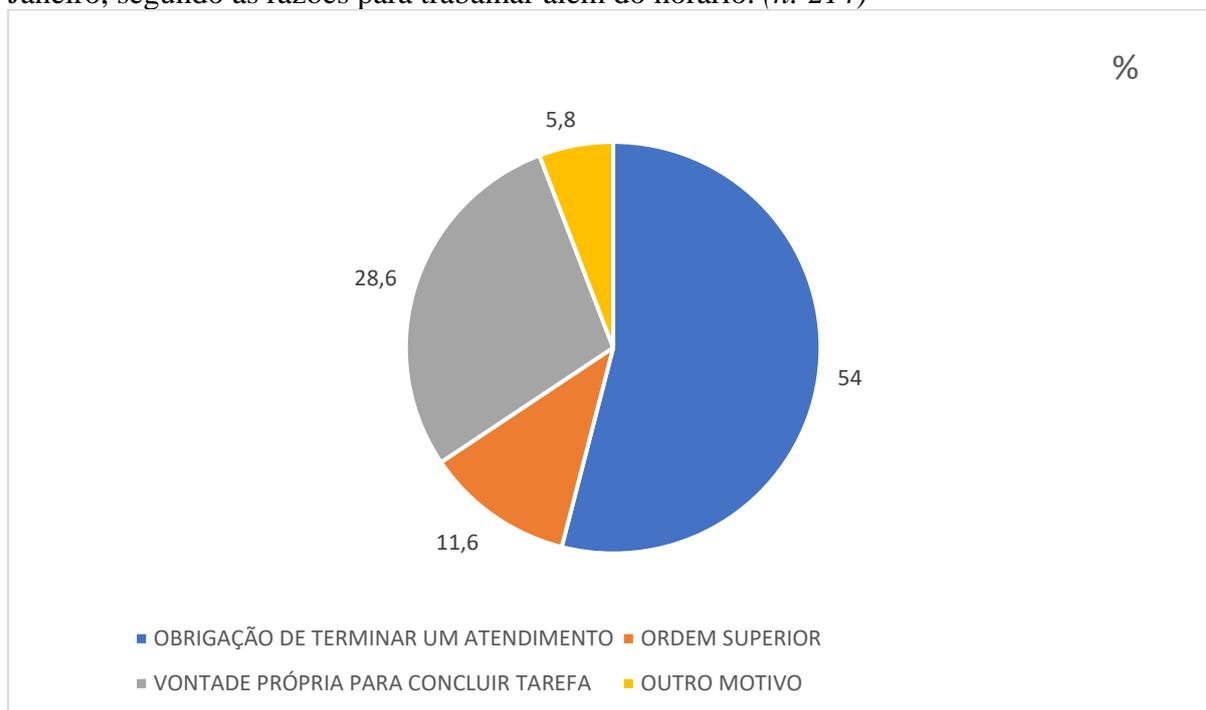
A ordem superior foi a razão para trabalhar além do horário em apenas 11,6% dos casos, o que não parece constituir uma interferência direta ou um constrangimento hierárquico. Na

polícia militar, a situação é bem diferente, pois a convocação por ordem superior apareceu como a causa principal para hora extra entre 66,0% dos oficiais e 73,0% dos não oficiais (MINAYO et al, 2008).

Parte considerável, 28,6%, trabalharam além de seu horário para concluir determinada tarefa, por sua decisão pessoal. Essa decisão pode englobar aspectos culturais do trabalho policial como, por exemplo, evitar pendências ao final de um plantão e como expressão do desejo e satisfação na conclusão das tarefas. Pode ainda ser para evitar trabalhar em casa. Nesse caso, ficar além do horário não seria uma opção, mas denotaria uma obrigação indireta.

O que mais se destacou como motivo para trabalhar além do horário foi a obrigatoriedade de terminar o atendimento, indicada por 54,0% dos policiais, sendo essa a situação mais comum. Possivelmente, as situações que envolvem a condução de presos e os atendimentos aos acidentes, pela responsabilidade da equipe em finalizá-los, podem ser as causas que fazem com que o policial estenda seu trabalho.

Gráfico 5 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo as razões para trabalhar além do horário. (*n*: 214)



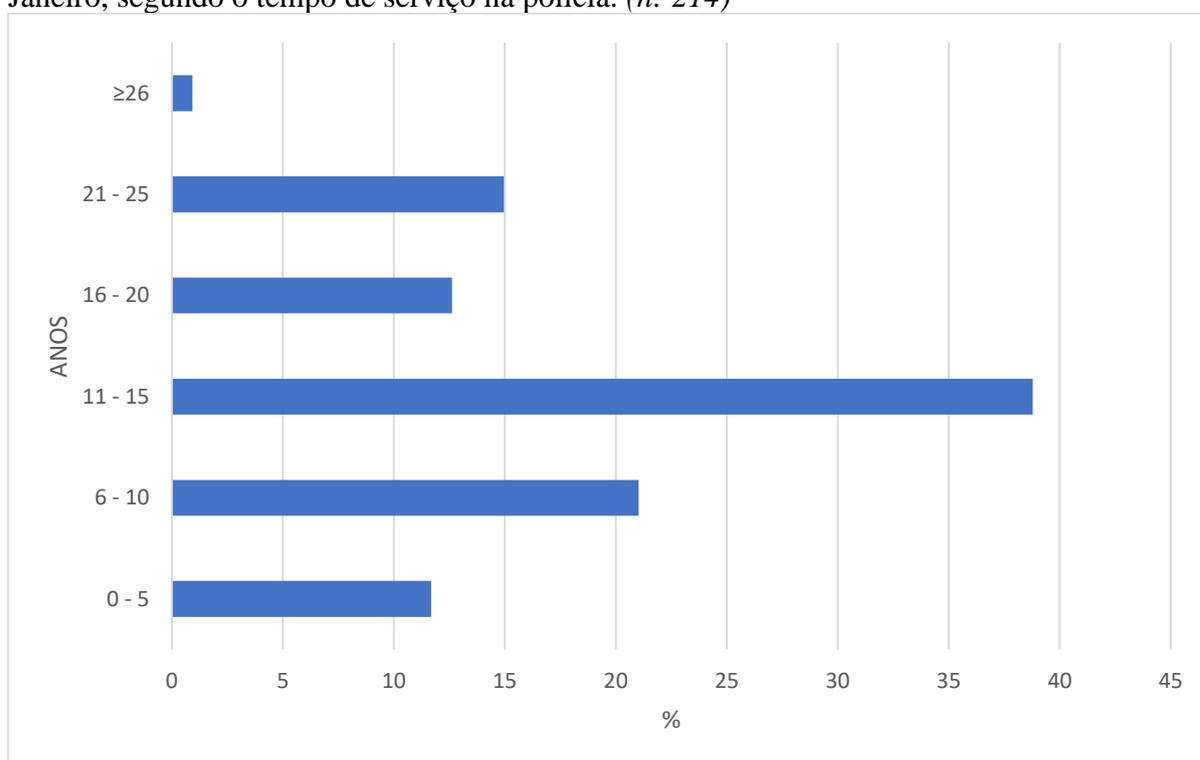
Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

No gráfico 6, nota-se a distribuição dos respondentes de acordo com o tempo (em anos) que trabalham na polícia. Vê-se que o quadro é relativamente jovem, com 32,7% de policiais com até 10 anos de carreira. Apesar de mostrar uma renovação do efetivo, os 11,7% de policiais com até 5 anos de serviço ainda parece pouco se comparados aos com mais de 15 anos de

serviço (28,5%). A faixa dos que trabalham de 11 a 15 anos na PRF é a mais frequente com 38,8%.

Em uma categoria exposta a intenso desgaste físico e mental, com maiores implicações para os policiais com mais tempo de carreira, a ocorrência de adoecimentos em policiais jovens na carreira é preocupante. Em pesquisa com a Polícia Militar, para o trabalho classificado como de alta exigência, esses riscos de sofrimento psíquico e de doenças são maiores (FERREIRA *et al.*, 2012). Os policiais sofrem bastante com o cansaço físico e com o esgotamento emocional (OLIVEIRA e SANTOS, 2010). Como a cultura policial é compartilhada entre as diferentes instituições policiais (REINER, 2004), possivelmente tais questões se estendem para a PRF.

Gráfico 6 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo o tempo de serviço na polícia. (*n*: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

8.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO

Indagados sobre a possibilidade de recomeçar a vida profissional, mais de 36,5% dos policiais afirmaram que gostariam de iniciar outra carreira; 30,4% permaneceriam na mesma profissão; 23,4% escolheriam a mesma carreira, desde que com melhores condições de trabalho

e cerca de 9,8% gostariam de exercer a mesma função, porém fora da PRF (gráfico 7). Resultado deixou evidente uma insatisfação com o trabalho na PRF.

Em pesquisa com todas as instituições policiais, o resultado teve distribuição diferente: 44,0% dos policiais escolheriam a mesma carreira e 39,0% fariam outra coisa, já os policiais rodoviários federais participantes 57,4% optariam pela mesma carreira e 22,4% não a escolheriam (LIMA, et al, 2014). Essa diferença de resultado para a PRF pode se explicar em razão da participação de policiais de qualquer unidade da federação, o que obviamente, apresentavam condições distintas no momento da pesquisa.

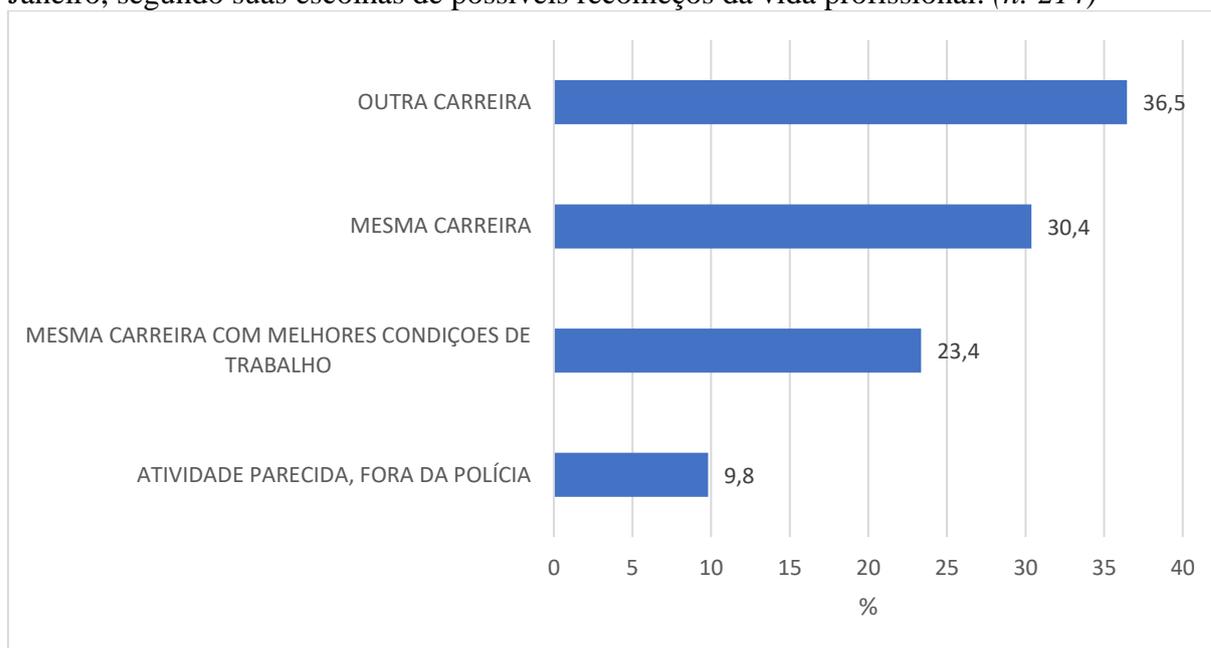
Na Polícia Militar do Rio de Janeiro, a escolha da mesma carreira com melhores condições aparece em primeiro lugar, tendo sido apontada por 42,0% oficiais e 57,0% dos cabos e soldados, seguida pela opção de uma carreira diferente, escolhida por 32,0% oficiais e 28,0% dos cabos e soldados. Escolheriam atividade parecida, mas fora da polícia, 9,8% dos oficiais e 6,9% dos não oficiais. Na Polícia Civil, 15,0% dos administrativos, 24,0% dos operacionais e 21,0% dos técnicos escolheriam a mesma carreira. Já, 49,0%, 45,0% e 52,0% respectivamente, optariam pela mesma carreira, desde que tivessem melhores condições de trabalho. Portanto, 75,0% deles optariam pela mesma carreira, independentemente da função que ocupam. Porém, 26,0% dos administrativos, 24,0% dos operacionais e 20,0% dos técnicos escolheriam carreira diferente e 9,5% dos administrativos e 7,4% dos operacionais e técnicos fariam atividade parecida, mas fora da polícia (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008).

Ao comparar os dados da PRF, PM e PC percebe-se que todas são idênticas quanto a escolha de seus trabalhadores em desempenhar uma função semelhante fora da organização. A escolha da mesma carreira obteve melhor resultado na PRF do que nas demais. A distribuição proporcional dos que escolheriam a mesma profissão, desde com melhores condições de trabalho traz resultados instigantes. Para essa escolha, a PRF apresentou o menor resultado entre as três. Se por um lado, as condições de salário e material podem ser superiores, a melhora desses itens não é suficiente para a manutenção do policial, caso pudesse optar. A escolha de uma outra carreira profissional faz com que a PRF se aproxime mais dos oficiais da PM do que a PC, entretanto a PRF apresenta o maior percentual dos que gostariam de iniciar nova carreira. O controle do processo de trabalho e não as condições materiais podem ser o fator decisivo a essas distribuições.

Para detalhar o resultado e perceber essa distribuição entre os que desempenham atividades operacionais e administrativas, optou-se pela tabela de contingência de dupla entrada cujas variáveis foram a atividade desempenhada e possibilidade de recomeço. Dessa forma, de

acordo com o teste de independência qui-quadrado, pode-se concluir que optar ou não por outra carreira depende da atividade desempenhada ($p < 0,001$). Os resultados mostram que aqueles que escolheriam outra carreira correspondem a 24,5% dos operacionais e 11,1% dos administrativos e os que escolheriam exatamente a mesma carreira, correspondem a 19,4% dos operacionais e 6,5% dos administrativos. Seguindo o resultado do conjunto de respondentes.

Gráfico 7 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo suas escolhas de possíveis recomeços da vida profissional. ($n: 214$)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O mundo do trabalho encontra-se precarizado, com seus contratos de trabalho intermitentes, temporários, flexíveis, por meta e outras definições que transitam no mesmo sentido, além da redução do trabalho vivo, com inovações tecnológicas substituindo atividades tradicionais e do crescimento do trabalho informal. A flexibilização se apoia no desmonte de leis trabalhistas, na fronteira tênue entre a esfera privada e o trabalho e desemprego estrutural (ANTUNES, 2015; ANTUNES, 2018). No monopólio moderno do capitalismo os trabalhadores do setor de serviço também estão submetidos ao capital e à exploração (BRAVERMAN, 1998)

No funcionalismo público, a desestruturação é acompanhada do incremento de formas alternativas de contratação que não o concurso público. Os contratos temporários de trabalho se precarizam e limitam os benefícios (MACHADO, 2007), aumentam os terceirizados em relação aos efetivos e o salário dos primeiros são reduzidos (ANTUNES e DRUCK, 2015).

As classes médias, usando como referência a renda e a função que ocupam na sociedade sem levar em consideração os campos sociais que a compõem, são formadas pelos trabalhadores que exercem funções intelectuais, funcionários públicos, além de profissionais liberais. Contudo, no mundo do trabalho precarizado, a classe média também vem se proletarizando, ainda que em ritmo e escalas menores se comparados a funções ocupadas pelos mais baixos estratos sociais (ANTUNES, 2018). O funcionalismo público é reduzido progressivamente com um possível fim para inúmeras carreiras públicas e a possibilidade de terceirização para atividades fim no serviço público (ANTUNES e DRUCK, 2015).

A polícia também foi atingida pelo neoliberalismo, com perda de salário real, baixa reposição de concursados, aumento da carga de trabalho e realização de outras atividades para compor remuneração. Situação agravada pela capacitação precária, equipamentos inadequados e perda salarial (SILVA, 2007; SILVA e VIEIRA, 2008; TAVARES, 2011). Na Polícia Rodoviária Federal, ainda que os salários sejam melhores se comparados aos soldados, cabos e sargentos da Polícia Militar e agentes da Polícia Civil, está abaixo de todos os cargos da Polícia Federal e de parte dos oficiais da Polícia Militar e de delegados da Polícia Civil. A própria instituição busca reconhecimento da sua atividade nos levantamentos de acidente de trânsito como função pericial²².

Se antes o cargo de policial rodoviário federal era um dos mais bem remunerados entre as funções públicas de nível médio, hoje é o cargo de nível superior de menor vencimento no Executivo Federal, fazendo com que considerável parte do efetivo continue estudando para outros concursos mais bem pagos (COUTINHO, p. 12, 2015)

Acidentes de trabalho e adoecimentos relacionados ao trabalho são problemas antigos do mundo laboral. A manutenção dos direitos dos trabalhadores, assim como a intensificação do trabalho, devido a redução do número de trabalhadores, fazendo-os executar a tarefa de mais de um funcionário, desdobram-se em novas enfermidades que demandam cada vez mais desafios (ANTUNES, 2015). A falta de controle sobre o processo de trabalho é um fator de adoecimento, com individualização e esgarçamento das redes de solidariedade entre trabalhadores (DEJOURS, 1992; SATO, 2002; ANTUNES, 2015) Isso provoca sofrimento psíquico, cujo agravamento em sua faceta mais drástica é o suicídio no ambiente de trabalho como uma mensagem a todo o coletivo de trabalhadores (DEJOURS e BÈGUE, 2010; DEJOURS, 2009). Nas instituições policiais isso é agravado pelo uso da arma de fogo como ferramenta de trabalho, que é utilizada para a prática suicida. Importa ressaltar que o suicídio não se restringe a processos de adoecimento individual, mas faz parte de um contexto muito

²² <https://fenaprf.org.br/novo/wp-content/uploads/2017/07/FolderParlamentarPRF.pdf>

mais amplo e complexo que envolve as condições sócio ambientais, os processos de trabalho e o apoio social.

O assédio moral, no trabalho, é uma forma de gestão (ANTUNES, 2015) e é experimentado diferentemente por homens e mulheres. As mulheres são as mais atingidas e as que mais procuram ajuda. Os homens pouco procuram apoio para o assédio sob o risco de terem sua virilidade e identidade masculina comprometidas ante os demais (ANDRADE e ASSIS, 2018). Essa imagem da própria masculinidade, em um ambiente em que a virilidade se vincula à capacidade de executar o trabalho, pode dificultar a identificação do assédio na polícia, onde dissimular o sofrimento e suportar as dores fazem parte do ideal de guerreiro forte e viril, sem no entanto, resolver a violência que é o assédio. Ainda assim, pesquisa nacional sobre vitimização de policiais apontou que 63,5% já foram vítimas de assédio moral ou humilhação no ambiente de trabalho (BUENO e HANASHIRO, 2015).

Observa-se que para maioria dos policiais (58,9%), as condições materiais do trabalho melhoraram desde sua entrada, contrastando com 29,0% daqueles que consideram que as condições pioraram. Somados aos que não perceberam mudanças (12,1%), totalizam significativos 41,1% de trabalhadores que não identificam alterações positivas no trabalho.

É importante destacar que mesmo que a maioria dos policiais rodoviários (cerca de 60,0%) avaliem que as condições materiais de trabalho melhoraram, 36,4% deles, gostariam de reiniciar a vida profissional em outra carreira.

Entre os policiais militares, 59,0% dos oficiais e 68,0% dos cabos e soldados consideram que as condições de trabalho pioraram (MINAYO, et al, 2008), já para os policiais civis esse percentual foi de 36,0% (MINAYO e SOUZA, 2003).

Quando objetivamente perguntados sobre a vida após entrar na Polícia Rodoviária Federal, 85,9% dos policiais consideram que ela melhorou. Para 10,3%, a vida está igual e para 3,8% a vida piorou. Diferindo do resultado encontrado na polícia militar, onde 64,0% dos oficiais e 45,0% dos não oficiais acham que a vida melhorou. Na civil, a vida melhorou para 62,3% dos operacionais, 55,8% dos técnicos e 51,8% dos administrativos (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008). Percebe-se que no geral, a percepção de melhoria de vida após entrar na PRF é bem mais expressiva do que nas duas outras instituições. Resultado que, aparentemente, contradiz outro achado, nessa pesquisa, na qual a maior parte dos respondentes desejariam iniciar outra carreira. Porém, o que deixa mais claro é que a melhora material da vida após entrar na instituição não é, por si só, condição capaz de determinar a satisfação com a profissão.

Para compreender melhor esse tema, seria importante conhecer o perfil dos servidores ao entrarem na instituição. Informações como tipo de emprego, carga horária, renda ajudariam a detalhar mais essa pergunta. Pois, mesmo aparentemente contraditório, seria possível perceber melhora material da vida, ou mesmo social, porém com o trabalho ainda insatisfatório.

O trabalho pode provocar fadiga ao não permitir redução da carga psíquica ou pode promover o equilíbrio por não se opor a essa redução (DEJOURS, 2009). Assim, o trabalho não é neutro, podendo tanto ser a origem do sofrimento e adoecimento, como ser fonte de prazer e satisfação laboral (DEJOURS, 2011).

Mesmo diante do risco à integridade, o trabalhador pode desenvolver o orgulho por justamente ser aquele que enfrenta o perigo (DEJOURS, 1992), tal como o herói que enfrenta o mal. Assim, o profissional da segurança pública pode ter grande satisfação ao se identificar com esse ideal heroico.

Diante das características das atividades que exerce, o Policial Rodoviário Federal pode sentir grande satisfação no cumprimento de sua missão institucional de salvar e preservar vidas e transitar para outro espectro dessa relação com o sofrimento causado pela constância do contato com a morte, pressões de produção laboral e jornada exaustiva. Esses fatores que causam dor e prazer e que são intercambiáveis provocam a necessidade de estudo de como os policiais, enquanto trabalhadores, criam suas estratégias de defesa e como a mortalidade e morbidade traduz o resultado dessa equação.

Para tanto, é possível inferir que os profissionais da segurança pública, mesmo diante dos conflitos inerentes a atividade e do enfrentamento de eventos complexos, podem desenvolver uma realização profissional (OLIVEIRA e SANTOS, 2010).

Em todos os itens pesquisados, demonstrados no gráfico 8, a satisfação prevaleceu como resposta, com maior destaque para o relacionamento com as pessoas do mesmo nível hierárquico, afirmada por mais de 70,0% dos policiais. Todos os demais itens avaliados obtiveram mais de 50,0% de satisfação. Achados bem semelhantes foram encontrados nos estudos com a polícia civil e a polícia militar do Rio de Janeiro (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008).

Destaca-se um segundo padrão de resposta de mais de 20% em todos os itens para aqueles que nem se consideram satisfeitos, nem insatisfeitos. Exceção somente para o relacionamento com pessoas subordinadas cujo percentual foi maior que 30%.

A distribuição da condição de insatisfação não atingiu proporções elevadas. Ao somar as opções “insatisfeitos” com “muito insatisfeitos” os percentuais ficaram próximos de 20% nos itens: relacionamento com superior hierárquico; quantidade de horas trabalhadas e função

desempenhada. Na Polícia Militar do Rio de Janeiro foram encontradas maiores proporções de insatisfação nesses três itens (MINAYO et al, 2008).

A insatisfação com a quantidade de horas trabalhadas e com o relacionamento com os superiores foi maior na Polícia Civil (MINAYO e SOUZA, 2003), aproximando-se ao resultado encontrado na polícia militar e na Polícia Rodoviária Federal.

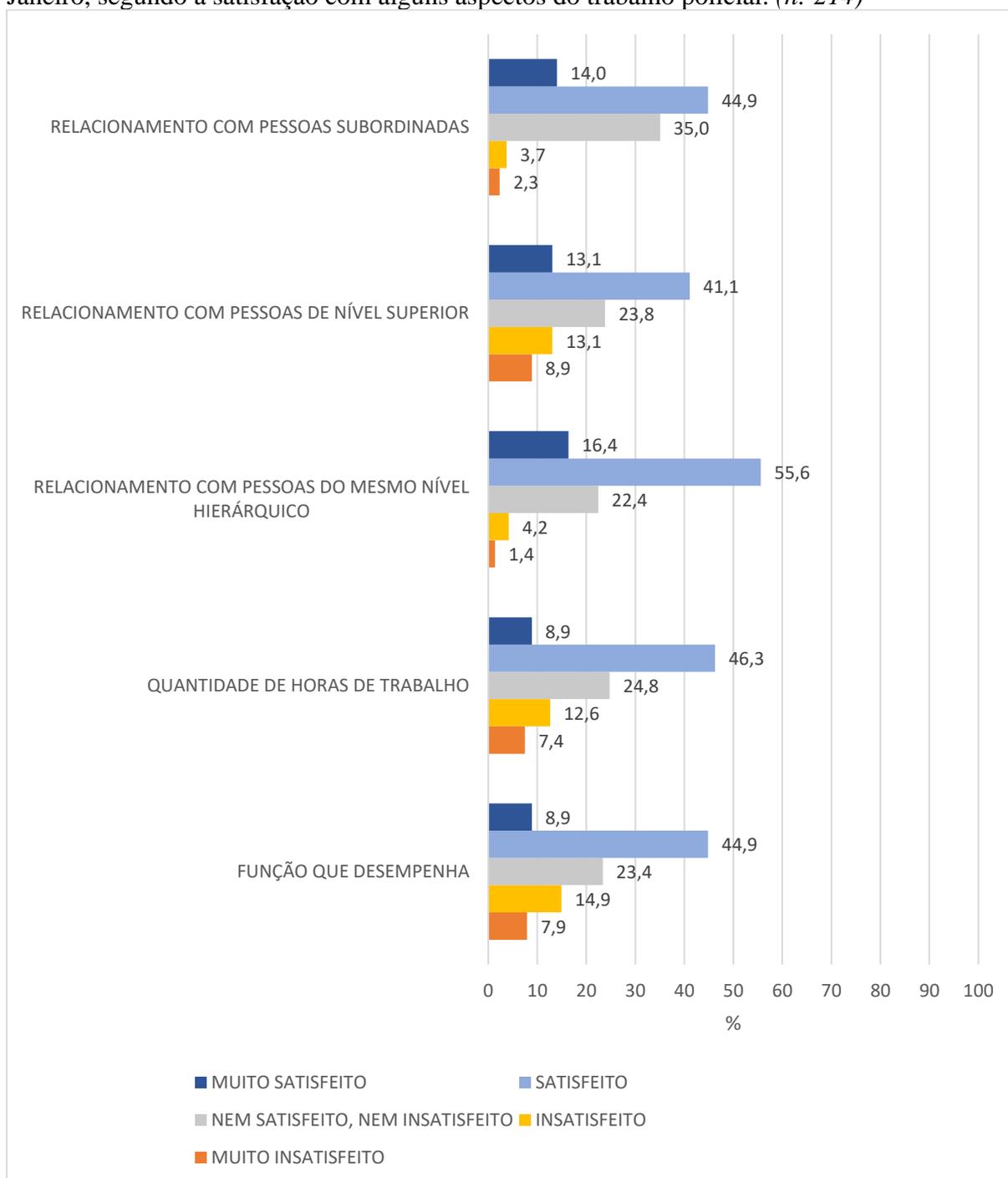
Nesse sentido, foram explicitadas insatisfações com a relação hierárquica, no relacionamento com policiais administrativos e com a quantidade de trabalho, como bem demonstram os relatos abaixo.

A Polícia nunca se importou com o policial (...) É um verdadeiro foda-se policial (...) Quem está no administrativo não se importa nem um pouco com o efetivo operacional, vivem numa eterna mentira de que já fizeram isso ou aquilo pela Polícia, mas na verdade se escondem atrás de uma mesa no ar condicionado e "cagam" na nossa cabeça. (Policial 9).

Estou muito estressado em meu trabalho em virtude de pressões quanto a metas e quanto a processos por qualquer falha eventual durante o serviço. (Policial 10).

Pesquisa nacional com policiais das instituições federais e estaduais mostraram que 59,6% já foram humilhados ou desrespeitados pelos superiores hierárquicos; 21,7% por colegas do mesmo nível e 9,3% por colegas de postos inferiores (LIMA, 2014). Ainda que nesse resultado estejam incluídas as respostas de policiais militares que possuem uma hierarquia mais rígida é possível estabelecer paralelos aos resultados encontrados nessa pesquisa, onde 22,0% declararam estarem insatisfeitos ou muito insatisfeitos com o relacionamento com os colegas de nível superior.

Gráfico 8 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo a satisfação com alguns aspectos do trabalho policial. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O curso de formação profissional deve suprir o indivíduo de ferramentas metodológicas no campo teórico e prático que o instrumentalize a conduta e táticas acertadas para cada situação que se coloque diante do policial.

O trabalho policial consiste em atender a sociedade nas mais diversas demandas (REINER, 2004; BAYLEY, 2017), contudo, não é possível simular todas as situações

enfrentadas pelo policial no curso de sua formação profissional. Assim, o aprendizado policial ocorre no exercício de sua função, quando desenvolve habilidades próprias à sua experiência profissional (BITTNER, 2017).

Na avaliação sobre o curso de formação, os gráficos 9 e 10 mostram que a maioria dos quesitos foram considerados suficientes pelos policiais. O conteúdo das atividades teóricas foi considerado adequado para 70,4% dos que responderam e a carga horária foi suficiente para 62,6%. O conteúdo das aulas práticas foi adequado para 53,7% e a carga horária insuficiente para 69,2%. Há uma possibilidade de que, a depender da função que veio a desempenhar, o conteúdo programático do curso de formação tenha sido insuficiente na etapa profissional. Através da tabela de dupla entrada, observou-se que 43,2% dos operacionais e 51,0% dos administrativos consideraram o conteúdo das aulas práticas insuficientes. Em relação ao conteúdo das aulas teóricas, 27,2% dos operacionais e 36,6% dos administrativos a consideraram insuficientes.

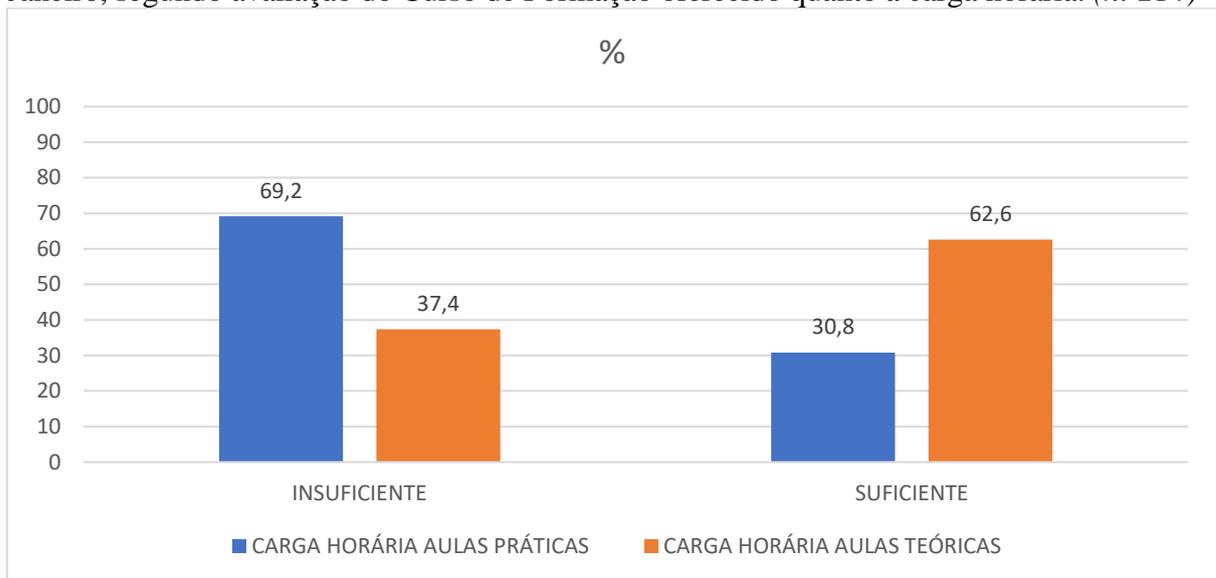
A carga horária das atividades práticas foi considerada insuficiente por aproximadamente 70,0%, inverso do conteúdo técnico que obteve mais de 60,0% de repostas positivas. Essa visão acerca da carga horária insuficiente aponta para algumas questões. A primeira refere-se a uma incompatibilidade entre conteúdo e carga horária, a segunda parece ser a percepção de que formação prática teria maior importância do que a formação teórica e deveria ser ampliada. Finalmente, essa necessidade de mais oficinas práticas parece estar carregada da falsa ideia de que tais oficinas poderiam antecipar todas as situações em que o policial poderia ser convocado a atuar. Assim, o aumento da carga horária com práticas, cumpriria um papel de previsão do trabalho policial, que é marcado pela imprevisibilidade.

Nas pesquisas com policiais civis e militares do Rio de Janeiro, tanto a formação teórica como a prática foram consideradas inadequadas e insuficientes (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008). A inadequação teórica foi apontada por 45,7% dos militares, 44,8% dos civis e 30,0% na polícia rodoviária federal. Em relação à formação prática, 59,1% dos civis e 58,7% dos militares a consideraram inadequada. A carga horária teórica, para 53,5% dos civis e 41,3% dos militares foi avaliada como insuficiente. Já a carga horária das atividades práticas para 74,5% dos civis e 69,3% dos também foi considerada como insuficientes. De todas as opções, a insuficiência das atividades práticas foi a mais semelhante entre as três instituições, o que mostra que a lacuna entre formação prática e as necessidades percebidas pelos policiais, aparentemente, independe da força policial.

Lesões decorrentes do curso de formação e capacitações não foram objeto desse estudo, porém requer um acompanhamento para criar série histórica e aprofundar os resultados. Como

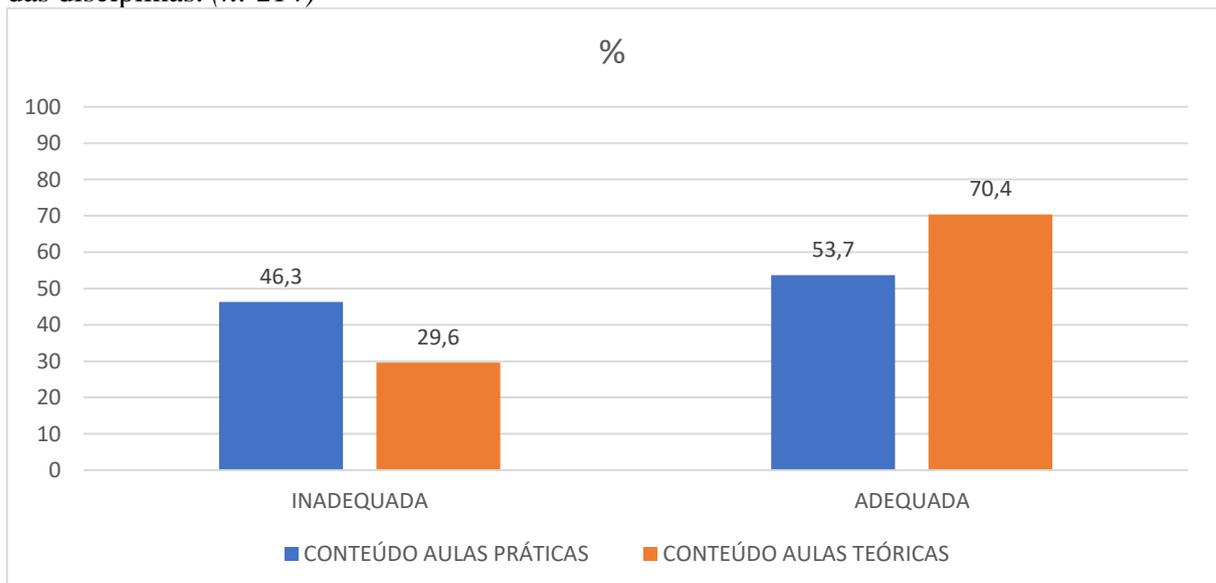
observado na polícia militar do Exército dos Estados Unidos, cuja duração é de 19 semanas, 34,2% dos homens e 66,7% das mulheres tiveram ao menos uma lesão durante o treinamento (KNAPIK *et al.*, 2013).

Gráfico 9 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo avaliação do Curso de Formação oferecido quanto a carga horária. (*n*: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Gráfico 10 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo avaliação do Curso de Formação oferecido quanto o conteúdo programático das disciplinas. (*n*: 214)

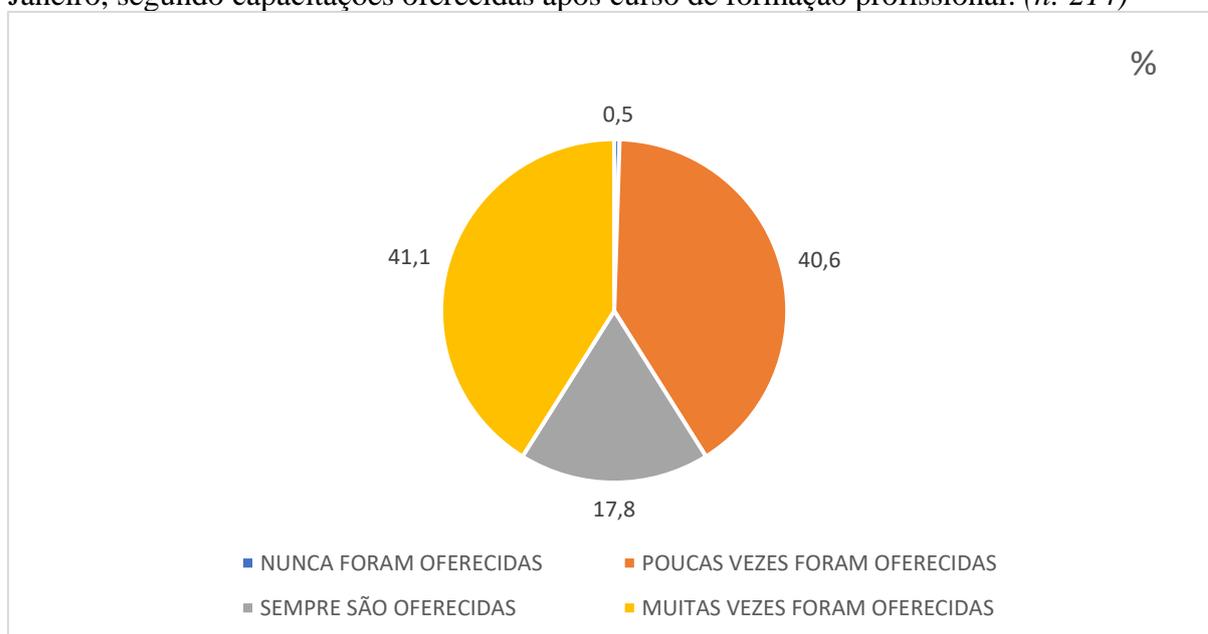


Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Após o curso de formação profissional, espera-se que a instituição ofereça capacitações regularmente aos policiais, que além do treinamento no uso dos armamentos e abordagens policiais, deve englobar demais aspectos do trabalho policial como o atendimento ao público, acidentes e outras demandas de acordo com a região.

No gráfico 11, percebe-se que outras capacitações são oferecidas, mas elas ocorrem de modo desigual. Assim, 41,1% dos policiais informaram que as fizeram com bastante frequência e, em oposição, 40,6% afirmaram que elas foram poucas vezes oferecidas. Uma interpretação que pode ser feita desse achado é que os cursos são disponibilizados desigualmente aos policiais. Essa exclusão de parte do efetivo nos processos de capacitação também foi percebida na polícia militar e na polícia civil, onde metade dos policiais expressou não ter feito outras capacitações, além do curso de formação (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2000). A formação dos policiais tem sido alvo de críticas por parte dos especialistas e da sociedade em geral. Ela deve ser um tema para a gestão da PRF, assim como das demais polícias, que precisam refletir sobre como a formação e educação permanente dos policiais rodoviários federais é conduzida.

Gráfico 11 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo capacitações oferecidas após curso de formação profissional. (*n*: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Ao serem indagados sobre o desejo de fazer uma pós-graduação, de acordo com o gráfico 12, mais de 70,0% dos policiais responderam que tem interesse em cursar uma especialização e mais de 60,0% gostariam de iniciar ou prosseguir uma carreira acadêmica no

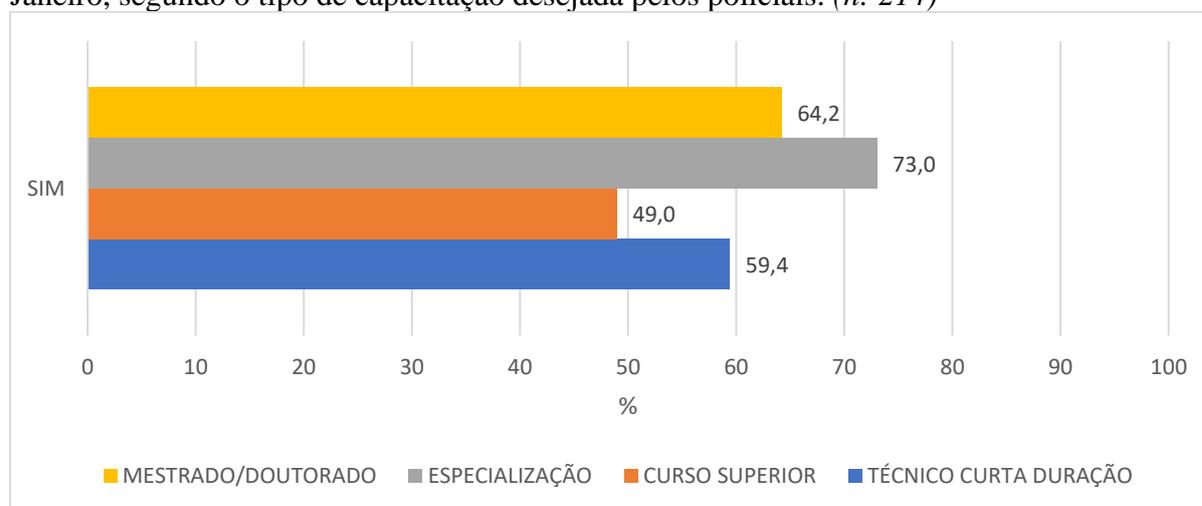
mestrado e doutorado. Essas respostas demonstram o quanto de conhecimento poderia ser incorporado à instituição, com o aprimoramento da formação do seu quadro. A especialização pode trazer inovações a questões práticas e rotineiras do trabalho policial. Mestrado e doutorado podem levar à PRF respostas e outros questionamentos, através de pesquisas científicas, não só sobre as peculiaridades do trabalho policial, mas também sobre as especificidades de uma polícia das “estradas”, ainda tão pouco estudada.

A maioria dos policiais rodoviários aqui pesquisados já possui ensino superior, mesmo assim quase 50,0% informaram que desejavam cursá-lo. Cursos técnicos de curta duração despertam o interesse de aproximadamente 60,0%.

Na polícia militar, o curso superior apareceu como a primeira opção de escolha, seguido pela especialização e, finalmente, pelo mestrado e doutorado (MINAYO et al, 2008). O registro de um policial abaixo, expressa a opinião, ainda não hegemônica, sobre a necessidade de cursos de graduação para a formação do policial.

Precisamos de cursos superiores de segurança pública da instituição. (Policial 8).

Gráfico 12 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo o tipo de capacitação desejada pelos policiais. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Ter o domínio dos meios e das ferramentas de trabalho é essencial para a execução e o bom desempenho das atividades laborais. Parte do interesse desta pesquisa é identificar se o policial se sente seguro ao cumprir suas tarefas. Os resultados encontrados, presentes no gráfico 13, indicam que 71,5% consideram que suas tarefas correspondem ao treinamento que tiveram, porém 28,5% informaram que exercem funções para as quais não foram treinados. Na polícia civil, 35,0% não exerciam a função para a qual foram treinados e na polícia militar esse

percentual foi de 41,0% entre os oficiais e 45,0% entre os não oficiais (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008).

Esse dado chama a atenção porque embora a maioria exerça atividades para as quais teve treinamento prévio, uma instituição que conta com um baixo efetivo policial (pouco mais de 800 profissionais em todo o estado), não pode desperdiçar recursos humanos em razão de falhas no treinamento ou por desvio de função, cujo desvio é alimentado pelo baixo efetivo.

O policial enfrenta precariedades tanto em relação ao ambiente como em relação ao seu material de trabalho (MONJARDET, 200). Foi de interesse desta pesquisa analisar como o policial percebe as ferramentas disponíveis para atuar no serviço.

Neste quesito, os policiais puderam avaliar por nota (de 0 a 10) os materiais de trabalho disponíveis, caso os utilizassem (gráfico 13). Apenas as viaturas utilizadas em serviço, receberam nota média de 7,0 ou mais pontos.

No intervalo de notas 6,0 a 7,0, ficaram o banco de dados, a qualidade da munição, colete e máscara de gás. Entre 5,0 e 6,0 foram classificados o telefone, instalações físicas, uniforme, escudos, computadores, o modelo de arma de fogo, rádios, radar portátil e armamento de baixa letalidade. Receberam nota média entre 4 e 5, o capacete e a quantidade de munição. Os itens piores avaliados foram o material de fiscalização de trânsito (3,1), outros equipamentos não listados (2,6) e a qualidade da arma de fogo (2,3).

Na polícia rodoviária federal, a maioria dos itens receberam nota média entre 5,0 a 6,0 pontos. Os equipamentos utilizados para a proteção pessoal como o colete (6,2) e a máscara de gás (6,2) foram os de melhor avaliação, o restante foi mal avaliado: uniforme (5,5), escudos (5,5) e capacete (4,9). A instalação física utilizada teve nota média de 5,4, caracterizando um ambiente de infraestrutura ruim.

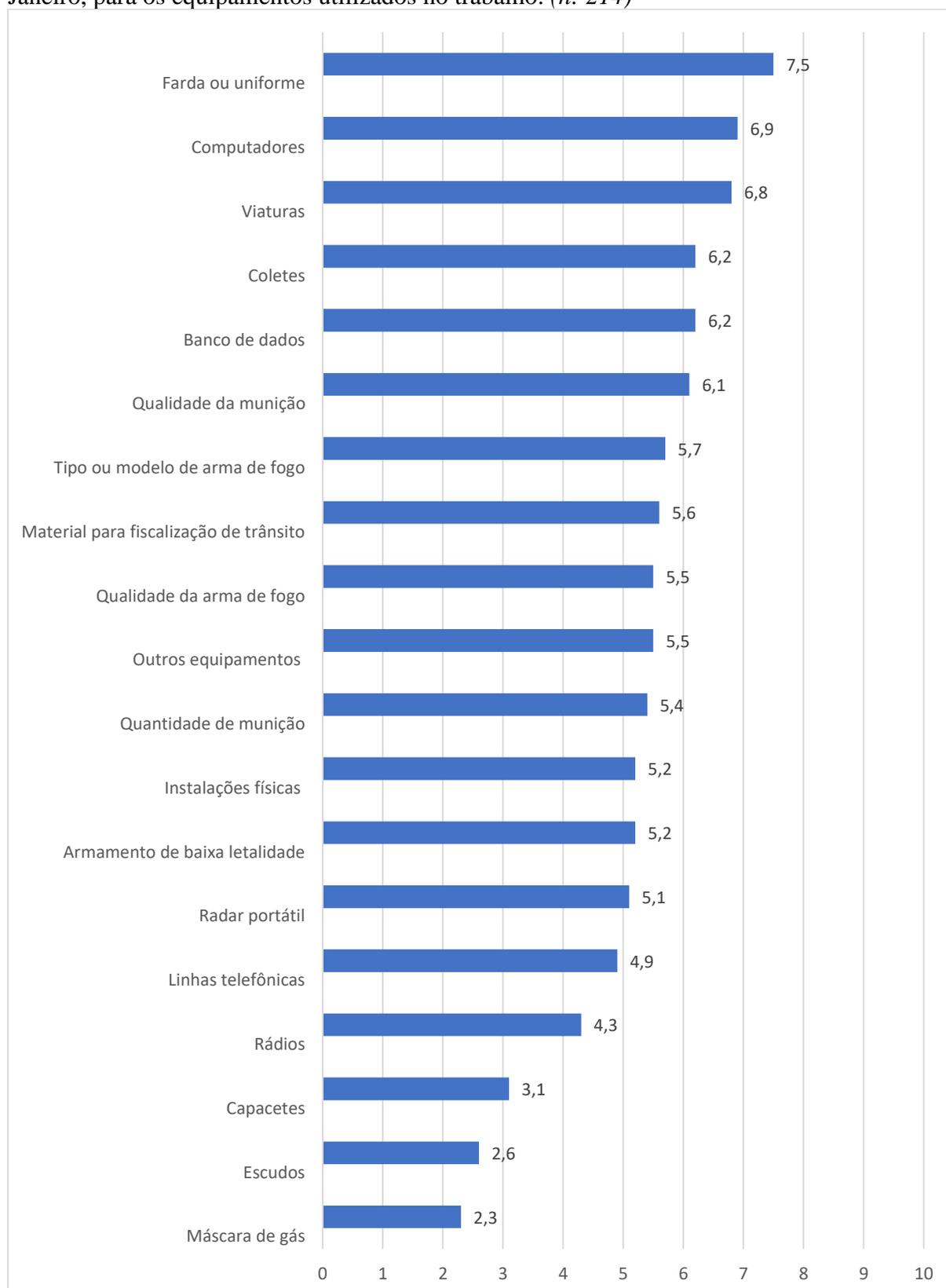
O modelo da arma de fogo teve uma avaliação mediana (5,6), mas sua qualidade foi pessimamente avaliada (2,3). É importante registrar que o modelo da arma utilizada no trabalho policial, ou seja, a escolha pelo Departamento de qual modelo será utilizado, recebeu nota superior à nota da qualidade, significando que os policiais consideram correto o tipo de armamento utilizado. Porém, a qualidade do armamento disponibilizadas, na PRF, parece estar aquém das necessidades. Uma arma de baixa qualidade técnica, compromete a segurança do policial e da sociedade, diante da necessidade de utilizá-la.

Na polícia civil, as condições das instalações físicas receberam a pior nota média (4,9) seguida do banco de dados (5,0) e as melhores avaliações foram para a viatura e linha telefônica. Na polícia militar, equipamentos de proteção pessoal foram mal avaliados, com notas médias abaixo de 4,0, como os coletes, capacetes, escudos e máscaras de gás. O tipo ou modelo de

arma de fogo e a qualidade da arma tiverem notas médias entre 6,0 e 7,0. (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008).

Os materiais avaliados pelos policiais rodoviários federais receberam notas médias ligeiramente superiores ao encontrado na Polícia Civil e na Militar. Com exceção da viatura, todos os demais ficaram com nota média abaixo de 7,0. Porém, a qualidade da arma foi o que recebeu a pior avaliação (2,3) comparado ao encontrado na polícia militar (6,5).

Gráfico 13 – Notas médias dadas pelos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, para os equipamentos utilizados no trabalho. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A PRF espera, como resultado de sua intervenção e observado sua missão e valores, assegurar a livre circulação; aumento da percepção de segurança dos usuários; reduzir criminalidade e violência, e reduzir a violência no trânsito (DPRF, 2013). São, portanto, resultados concomitantes e não concorrentes, sem expectativa que uma prevaleça, em grau de importância sobre a outra. Porém, intencionou-se perceber como o policial rodoviário federal compreende o principal papel institucional a ser desempenhado por eles e que atenda ao que considera que a sociedade espera.

A opção de assegurar a livre circulação (2,8%) foi, isoladamente, o item menos escolhido. As demais opções foram: aumentar a percepção de segurança pelos usuários (23,5%) e reduzir a violência do trânsito (31,5%).

Porém, a opção “contribuir para a redução da criminalidade e violência no país” alcançou o percentual de 42,2%. Esse resultado não surpreende, considerando-se as peculiaridades da violência no Rio de Janeiro. Os policiais sentem-se expostos a vitimizações e são cobrados para resolverem casos que não se restringem à esfera da segurança pública. Muitos conflitos estão inseridos estruturalmente na sociedade, fruto de desigualdades, valores culturais e relações sociais (REINER, 2004; BAYLEY, 2017).

As instituições policiais enfrentam problemas estruturais, materiais e outros no seu labor. Solicitar aos principais atores que identifiquem esses entraves que criam obstáculo ao trabalho é de interesse ao diagnóstico das condições de trabalho.

As perguntas tiveram como opções: atrapalha muito, regular, pouco e não atrapalha. Com exceção da violência policial em excesso, todas as demais opções foram classificadas como situações que afetam muito o trabalho policial, conforme observado no gráfico 18.

Assim, a falta de equipamentos e a falta de apoio do poder público são vistos por 91,0% e 89,1% dos policiais, respectivamente, como os principais obstáculos que atrapalham muito o bom desenvolvimento do trabalho. Ambas escolhas se relacionam entre si, e tem se constituído como problemas crônicos do serviço público brasileiro, sobretudo pelas limitações orçamentárias e de recursos humanos.

O baixo salário é um obstáculo que atrapalha muito para 82,6%. Como Coutinho (2015) apresentou, os policiais rodoviários federais ressentem-se pelo menor salário dentre as carreiras de nível superior da União e pela ausência de isonomia salarial com a Polícia Federal.

A legislação excessivamente branda é outra dificuldade apontada por 80,2% dos policiais.

Na questão em aberto, a lei surgiu como elemento dificultador e até capaz de provocar o desânimo para o trabalho policial.

Acho que o que mais desanima policiais, atualmente, é a sensação de enxugar gelo. Ver nos noticiários que alguém cometeu crime após diversas passagens pelo sistema prisional nos faz desanimar. As leis precisam mudar urgentemente para talvez recuperar a vontade de trabalhar do efetivo. (Policial 18).

Acrescento a decepção que o policial encontra ao ter uma legislação de pouca ou nenhuma eficiência. Burocracia extrema e impunidade. As leis são pesadas, mas o processo é ridículo. Até audiência de custódia para saber se houve abuso policial e o impedimento do uso de algema somente mostram como que o policial, mal visto. Logo, que sejam alteradas as leis para ter sentido nosso serviço. (Policial 19).

Apontar a legislação como branda em excesso (80,2%) parece mais uma reprodução de um senso comum. A busca da intensificação nos mecanismos punitivos está mais ligada a uma insegurança social difusa do que a uma insegurança criminal (WACQUANT, 2012).

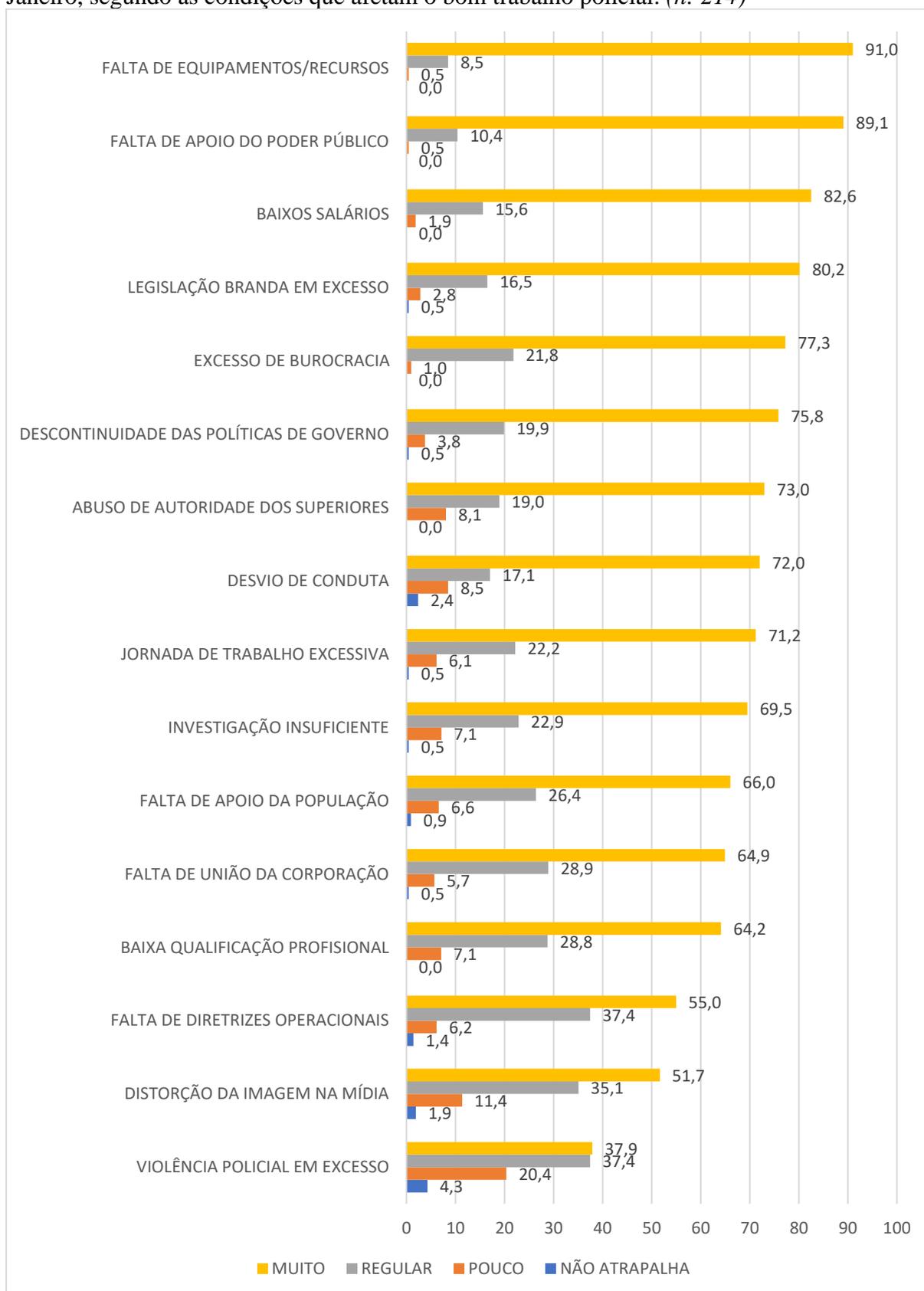
Para os policiais rodoviários federais, a jornada de trabalho excessiva (71,2%), o excesso de burocracia (77,2%), o desvio de conduta (72,0%), as descontinuidades das políticas de governo (75,8%) e o abuso de autoridade dos superiores (73,0%), também atrapalham muito. Além disso, também foram apontadas: a investigação insuficiente (69,5%), a baixa qualificação profissional (64,0%), a falta de união da corporação (64,9%), a falta de apoio da população (66,0%), a falta de diretrizes operacionais (55,0%) e a distorção da imagem na mídia, (51,7%).

Apenas 37,9% dos policiais considerou que a violência policial em excesso atrapalha muito o trabalho; 37,4% consideram que ela atrapalha de modo regular e 20,4% afirmaram que ela atrapalha pouco. E ainda para 4,3% deles o excesso de violência policial não atrapalha o trabalho. Para a maioria dos policiais o uso da violência excessiva não é um obstáculo ao trabalho. Possivelmente esse resultado tem relação com a metáfora da guerra, narrativa que domina o imaginário na segurança pública (SILVA, 2014). Essa metáfora é um estímulo às práticas policiais na repressão de inimigos internos, sendo um entrave a “adesão às normas que legalizam a ação policial” (ZALUAR, p.47, 2014), uma vez que territórios inteiros e segmentos sociais são estigmatizados.

Em ampla pesquisa com policiais brasileiros, os baixos salários; contingente insuficiente; corrupção; leis penais inadequadas, falta de verbas para materiais foram os itens identificados por mais de 90,0% dos policiais, como responsáveis em dificultar o trabalho policial (LIMA, et al 2014).

Vale destacar pesquisa que apontou os fatores de insegurança no trabalho para policiais brasileiros, na qual 43,3% temem testemunhar prática de tortura, corrupção ou violência por outro colega e 43,1% temem sanções disciplinares ou administrativa (BUENO e HANASHIRO, 2015).

Gráfico 14 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo as condições que afetam o bom trabalho policial. (n: 214)



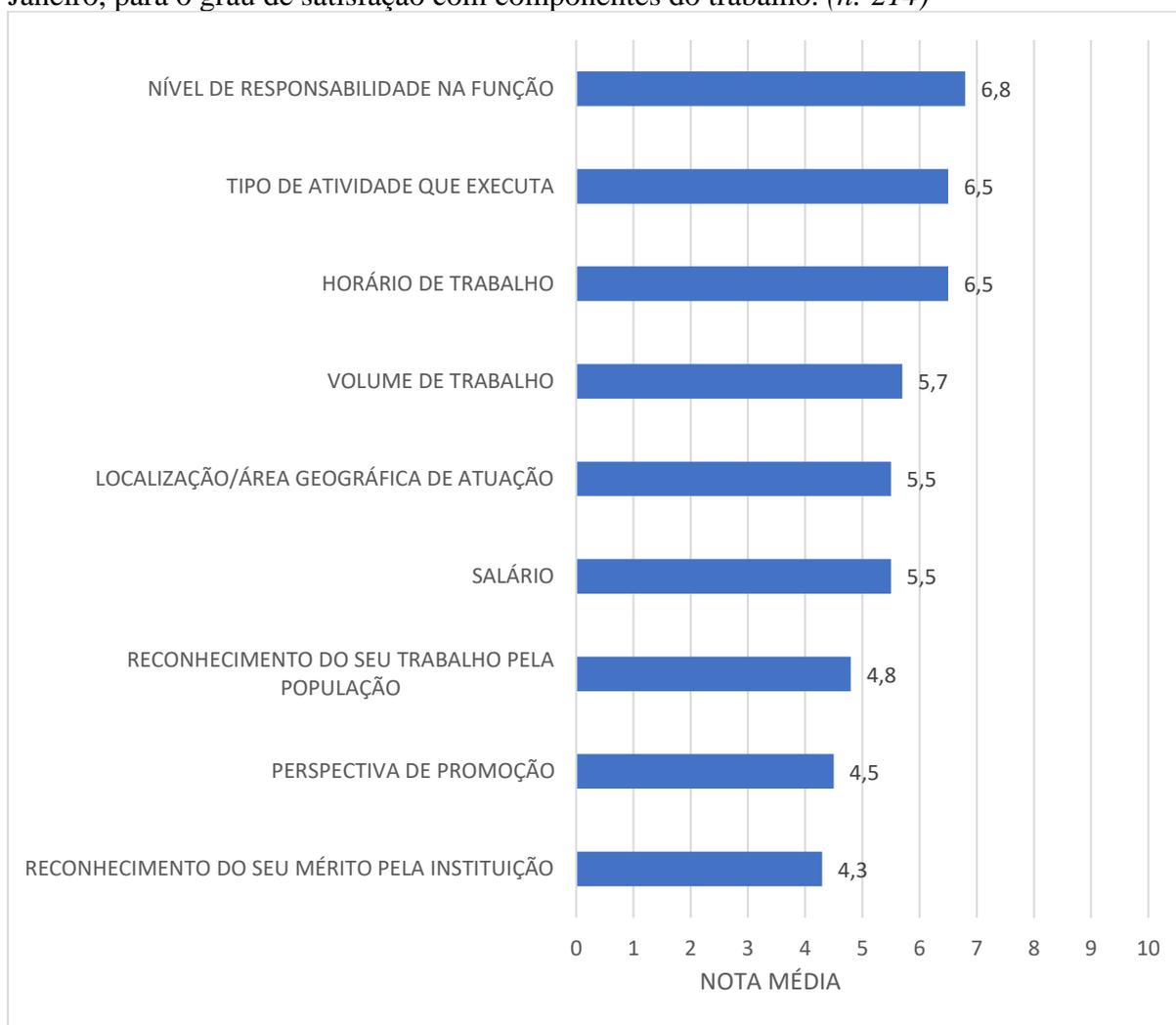
Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Outro tópico analisado por meio de notas médias de 0 a 10, referiu-se aos componentes do trabalho (gráfico 15). Nenhum quesito obteve nota alta. A maior nota média (6,8) foi relativa ao nível de responsabilidade no desempenho da função, seguidos do tipo de atividade executada e o horário trabalhado, ambos com 6,5. O volume de trabalho (5,7), a área geográfica na qual trabalham e o salário (5,5) tiveram avaliações regulares.

As piores notas foram dadas ao reconhecimento do trabalho pela população (4,8), à perspectiva de promoção (4,5) e ao reconhecimento o seu mérito (4,3).

Na Polícia Militar, tantos os oficiais quanto os não-oficiais (mesmo com diferenças entre os dois grupos) também avaliaram mal o salário, o reconhecimento da população e da instituição, a perspectiva de promoção, a área geográfica de atuação, o volume e horário de trabalho. Na Polícia Civil, demonstraram insatisfação com as notas médias para os seguintes componentes, perspectiva de promoção, reconhecimento pela população e pela instituição e o salário, apresentando notas médias abaixo das encontradas na PRF (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2007 MINAYO et al, 2008). Porém, apenas entre os oficiais da Polícia Militar houve notas médias acima das encontradas na Polícia Rodoviária Federal, para o nível de responsabilidade na função (7,6), tipo de atividade que executa (7,4) e, área geográfica de atuação (6,5).

Gráfico 15 - Notas médias dadas pelos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, para o grau de satisfação com componentes do trabalho. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

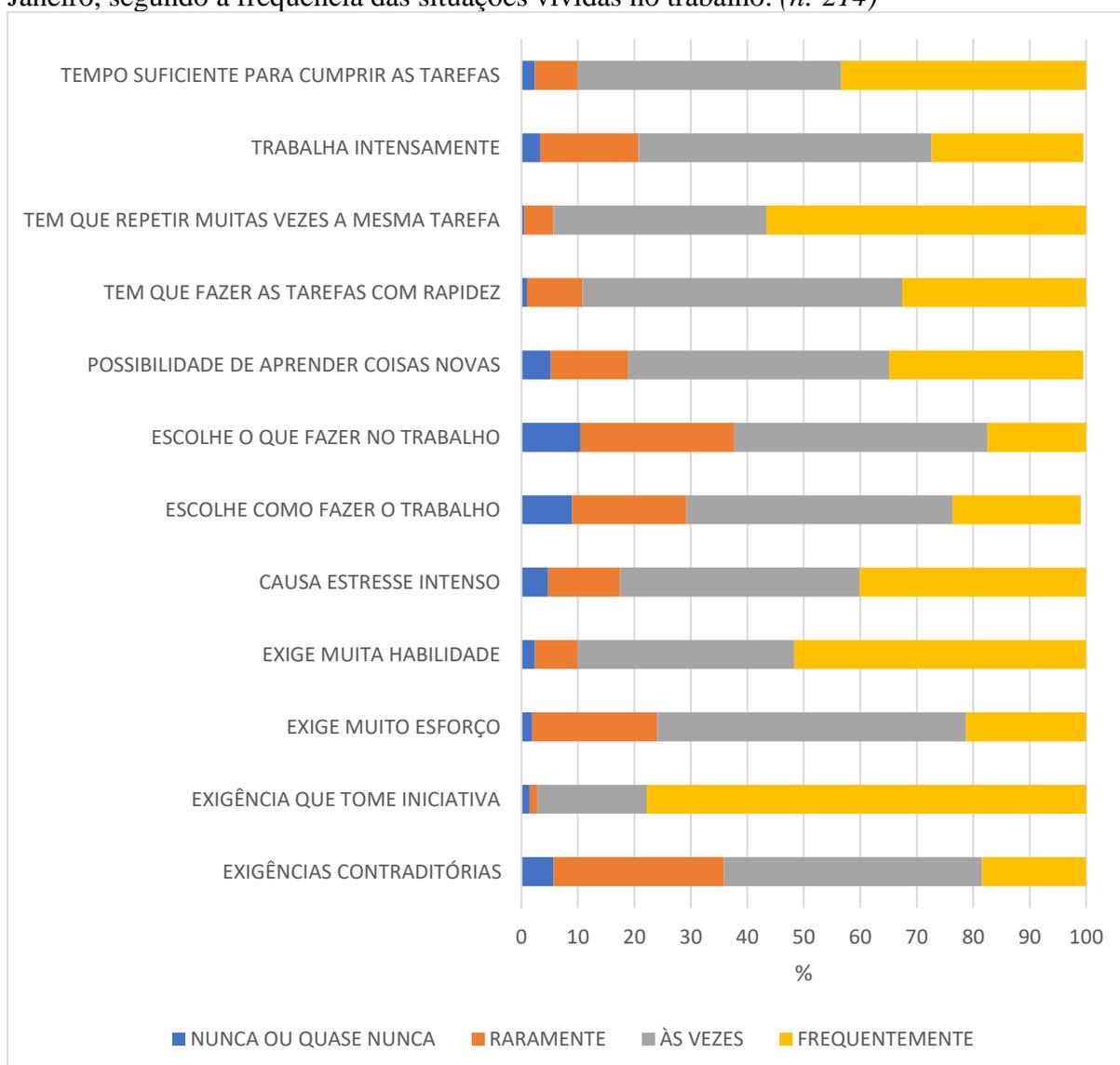
Para ampliar o entendimento sobre as condições de trabalho do policial rodoviário federal foi apresentado a eles uma relação de situações vivenciadas no trabalho, como mostra o gráfico 16. As opções “às vezes” ou “frequentemente” foram as mais escolhidas. Respostas “raramente” e “nunca” tiveram menor frequência entre os itens listados.

Trinta e oito por cento dos respondentes consideram que nunca e raramente podem escolher o que fazer no trabalho e 36,0% afirmaram que recebem exigências contraditórias e discordantes no trabalho. O trabalho na PRF exige que se tome iniciativa frequentemente, é o que pensam 78,0% dos policiais. A imposição na repetição da mesma tarefa é frequente para 57,0%, assim como 52,0% percebem da mesma forma a requisição de muita habilidade no trabalho.

Entre as opções classificadas como “às vezes”, destacam-se três. A obrigatoriedade em fazer as tarefas rapidamente (57,0%); o esforço em demasia (55,0%) e o trabalho em ritmo intenso (52,0%).

Já a possibilidade de aprender coisas novas, ocorre ocasionalmente para 46,2% e frequentemente para 34,4% dos policiais, o que reforça a hipótese que as oportunidades de qualificação são disponibilizadas desigualmente entre os policiais.

Gráfico 16 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo a frequência das situações vividas no trabalho. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

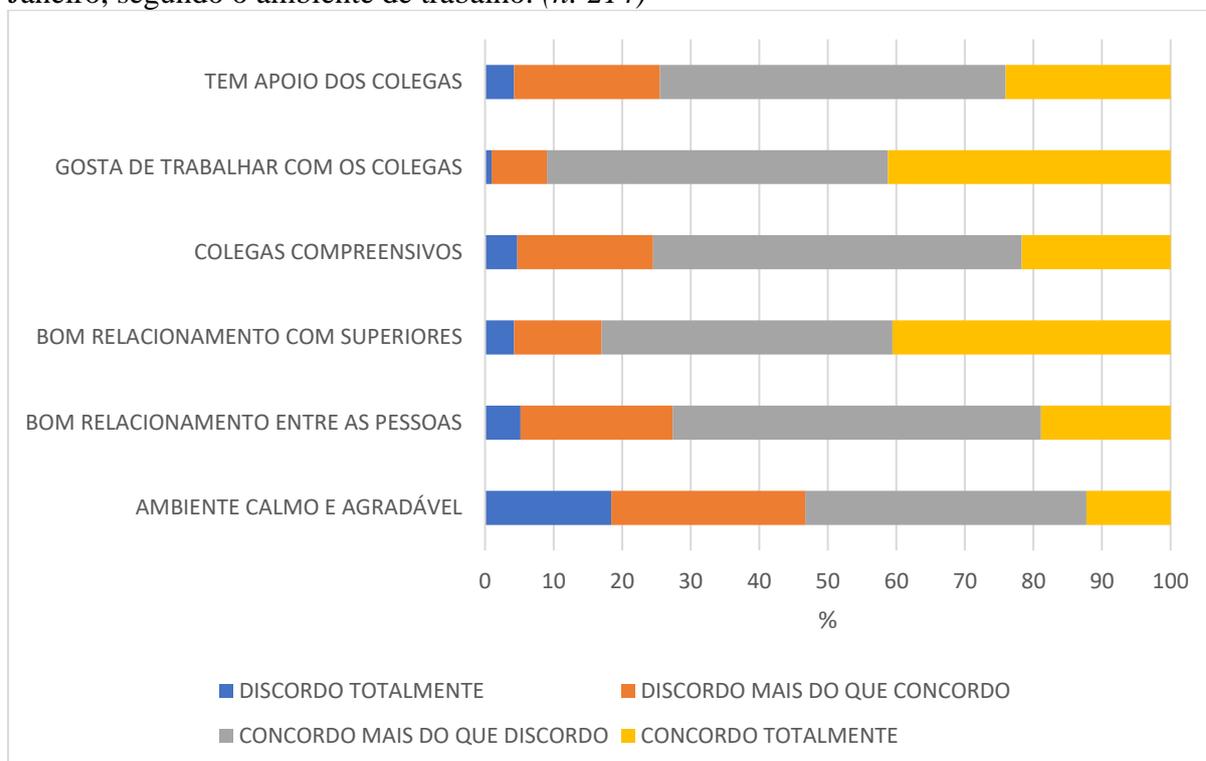
Outro componente investigado sobre as condições de trabalho o ambiente laboral (gráfico 17), no qual prevaleceu a opção “concordo mais do que discordo” em todos os itens listados.

O apoio entre os trabalhadores promove o desenvolvimento de estratégias individuais ou coletivas protegendo-os das condições estruturais desgastantes do mundo do trabalho (DEJOURS, 1992)

Concordar mais que discordar foi a escolha preferencial entre os componentes de avaliação do ambiente de trabalho. Porém, analisando conjuntamente as opções de escolha “discordo totalmente” e “discordo mais que concordo”, 46,7% discordam que há um ambiente calmo e agradável, demonstrando a dificuldade encontrada.

Na polícia militar, 74,2% dos oficiais e 57,6% dos não-oficiais discordaram que o seu ambiente de trabalho seja calmo e agradável (MINAYO et al, 2008).

Gráfico 17 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo o ambiente de trabalho. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

8.3 CONDIÇÕES DE SAÚDE

Esse tópico foi construído utilizando os dados extraídos do bloco sobre as condições de saúde do questionário, conforme o Anexo II. Antes de iniciar a análise, importante desatacar que a categoria “outros” surgida como resposta para alguns sistemas referem-se a doenças indeterminadas na qual as opções de respostas não contemplavam o respondente.

Válido destacar que a saúde foi o segundo tema mais comentado na questão aberta pelos policiais participantes da pesquisa. Os relatos, em sua maioria, foram sobre sintomas relacionados a saúde mental (07 policiais), como estresse, depressão, insônia. A percepção na necessidade de apoio clínico para esses transtornos foi lembrada pelos policiais. Em menor intensidade, adoecimentos relacionados ao peso de equipamentos, perda de acuidade visual e da capacidade auditiva. Importante destacar que das 04 contribuições dos policiais administrativos, 03 citaram problemas crônicos, o que pode explicar o exercício de funções administrativas, como forma de minimizar piora do quadro de saúde.

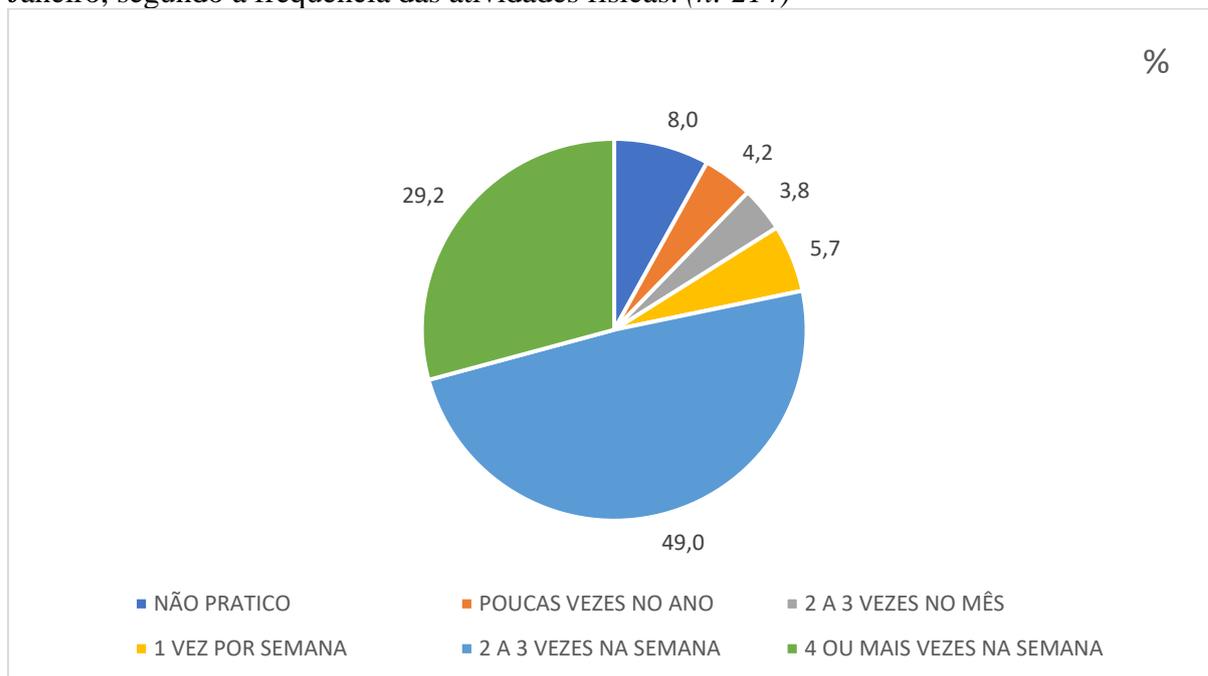
Dificuldade de respiração e dor no lado esquerdo do abdômen/tórax frequentes há mais de 3 anos (...). (Policial 15).

O meu trabalho Policial, desgastante, tanto físico quanto emocional, o que provoca perda de saúde, dificuldade para dormir, ansiedades, tensão antes, durante e após o plantão (...). (Policial 7).

A prática regular de exercícios físicos impacta a condição de saúde do indivíduo, reduzindo a chance de doenças cardiovasculares. Para mapear como o policial rodoviário federal se exercita, foram oferecidas opções de respostas variando de nenhuma atividade até 4 vezes ou mais de exercícios na semana. Para efeitos da pesquisa, foi considerada como atividade física aquela superior a 20 minutos diários.

O gráfico 18 mostra que 49,0% dos policiais se exercitam de 2 a 3 vezes por semana. A prática de atividades físicas 4 ou mais vezes na semana chega a 29,2%. Analisando essas duas categorias conjuntamente, nota-se que, majoritariamente, 78,2% dos policiais são adeptos de exercícios físicos. Policiais que realizam atividades 1 vez na semana e os que praticam de 2 a 3 vezes no mês, correspondem a 9,5%. Os que não praticam nenhum exercício e os que fazem poucas vezes ao ano, correspondem a 12,2%.

Gráfico 18 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo a frequência das atividades físicas. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A investigação das condições de saúde foi feita com as informações fornecidas pelos policiais. No instrumento de pesquisa foram oferecidas as opções de agravos para cada um dos sistemas corporais. Porém, só serão demonstradas as respostas de relevância e de impacto para cada sistema.

Dentre as doenças respiratórias, as duas mais relatadas pelos policiais, presente no gráfico 19, foram a rinite alérgica (46,4%) e a sinusite (36,7%). Resultado que não surpreende, pois, se o ambiente de trabalho do policial rodoviário federal é a rodovia, pode-se supor maior contato com partículas suspensas no ar, como metais pesados, benzeno, fuligem e as implicações dessas substâncias no sistema respiratório.

Em estudo realizado com a Policiais Rodoviários nos Estados Unidos, a *Highway Patrol*, percebeu-se a exposição a elementos como cobre, enxofre, cálcio e cromo nas viaturas e, através de marcadores sanguíneos, perceberam a relação desses com doenças inflamatórias, coagulantes e cardíacas (RIEDIKER, 2007; RIEDIKER *et al.*, 2004). Doença pulmonar foi relatada em policial americano causada pela inalação de massa de poeira (MANN *et al.*, 2005).

Policiais paquistaneses que trabalhavam no trânsito tiveram níveis sanguíneos de cádmio (Cd) e zinco (Zn) analisados. Os valores encontrados foram, respectivamente, 18 e 3 vezes acima do limite permitido pela Organização Mundial da Saúde. Esses policiais

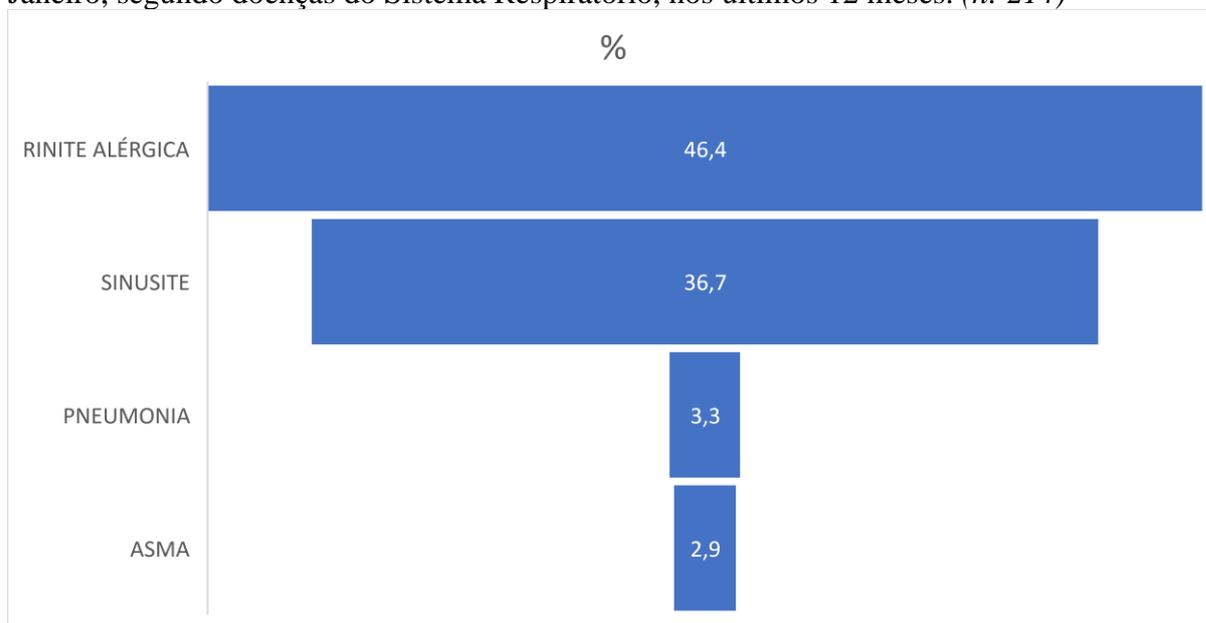
apresentaram mais dano ao DNA devido a presença de metais na poluição atmosférica em rodovias (RASHID *et al.*, 2018).

A contaminação por chumbo (Pb) foi verificada em policiais militares do Rio de Janeiro. Os policiais são expostos ao chumbo no manuseio do armamento, disparos em estandes de tiro e, principalmente, os que possuem projéteis alojados no corpo. Nesse último com potencial risco neurológico (BEZERRA, 2011). Na Polícia Civil, 23,9% apresentaram rinite alérgica e 20,4% relataram sinusite (MINAYO e SOUZA, 2003). Na Polícia Militar, a rinite alérgica atingiu 21,6% dos oficiais e 16,7% dos não-oficiais, enquanto a sinusite teve uma distribuição maior entre não-oficiais (25,8%) em relação aos oficiais (19,9%) (MINAYO et al, 2008).

Os policiais rodoviários federais apresentam, comparativamente a outras forças policiais, um maior impacto dessas duas doenças respiratórias.

Extremamente expostos a alto ruído, sol, poeira e as intempéries, sendo nitidamente perigosa e insalubre. (Policial 17).

Gráfico 19 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo doenças do Sistema Respiratório, nos últimos 12 meses. (*n*: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Dentre os problemas do sistema circulatório, a hipertensão foi, isoladamente, o principal agravo cardiovascular na PRF, com 21,3% dos policiais declarando-se hipertensos, como pode ser observado no gráfico 20.

Em uma amostra de policiais na Bahia, mais de 50,0% encontravam-se hipertensos. Desses, 74,6% foram classificados como sobrepeso ou obesos (FILHO e D'OLIVEIRA, 2013).

Na Polícia Militar de Recife, 25,0% estavam com pressão arterial elevada (FERREIRA *et al.*, 2012). Já os resultados apontados pelo estudo de policiais militares do interior de São Paulo, revelaram que problemas cardiovasculares corresponderam a 16,0% das licenças médicas (DOS SANTOS, *et. al.*, 2016).

A hipertensão atingiu 15,7% dos policiais civis do Rio de Janeiro (MINAYO e SOUZA, 2003). Na Polícia Militar do Rio de Janeiro, a hipertensão foi maior nos oficiais com 25,0% do que nos não-oficiais, com 11,3% (MINAYO *et al.*, 2008).

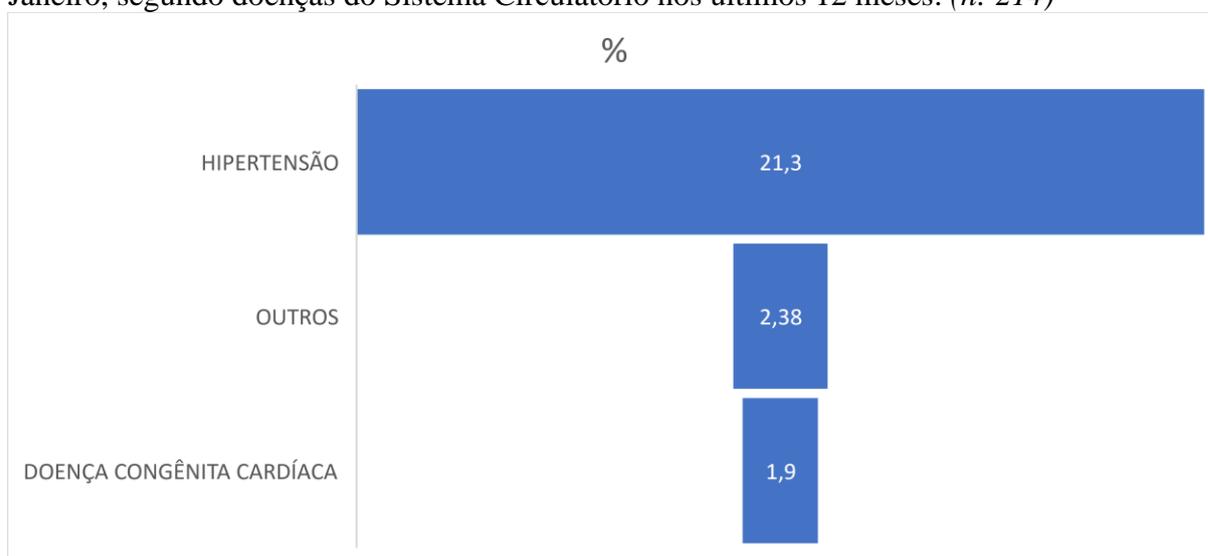
O resultado da hipertensão encontrado nos policiais rodoviários federais os aproxima da Polícia Militar de Recife e dos oficiais da Polícia Militar do Rio.

Outra indagação objetivava saber se os policiais já haviam sido comunicados, pelo médico ou outro profissional da saúde, que seus níveis de gordura sanguínea estariam elevados. Apesar da maioria, 56,4%, não terem episódio de elevado colesterol sanguíneo, 43,7% responderam afirmativamente a essa pergunta, atingindo quase a metade dos policiais.

Na comparação entre servidores de emergência, na Alemanha, a polícia apresentou maior risco cardiovascular, com média de 2,75% a mais de gordura corporal, menores valores de colesterol HDL, maiores circunferências da cintura e colesterol LDL mais alto (LEISCHIK *et al.*, 2015). Na Polícia Civil, diante da mesma indagação, 31,0% disseram que sim, enquanto na Polícia Militar, 32,6% dos oficiais e 17,0% dos não oficiais responderam afirmativamente (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO *et al.*, 2008).

A Polícia Rodoviária Federal apresentou, assim, diagnósticos mais frequentes de hipercolesterolemia comparativamente às outras instituições policiais.

Gráfico 20 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo doenças do Sistema Circulatório nos últimos 12 meses. (*n*: 214)



Outros: Enfermidades não contempladas entre as doenças disponibilizadas no questionário.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

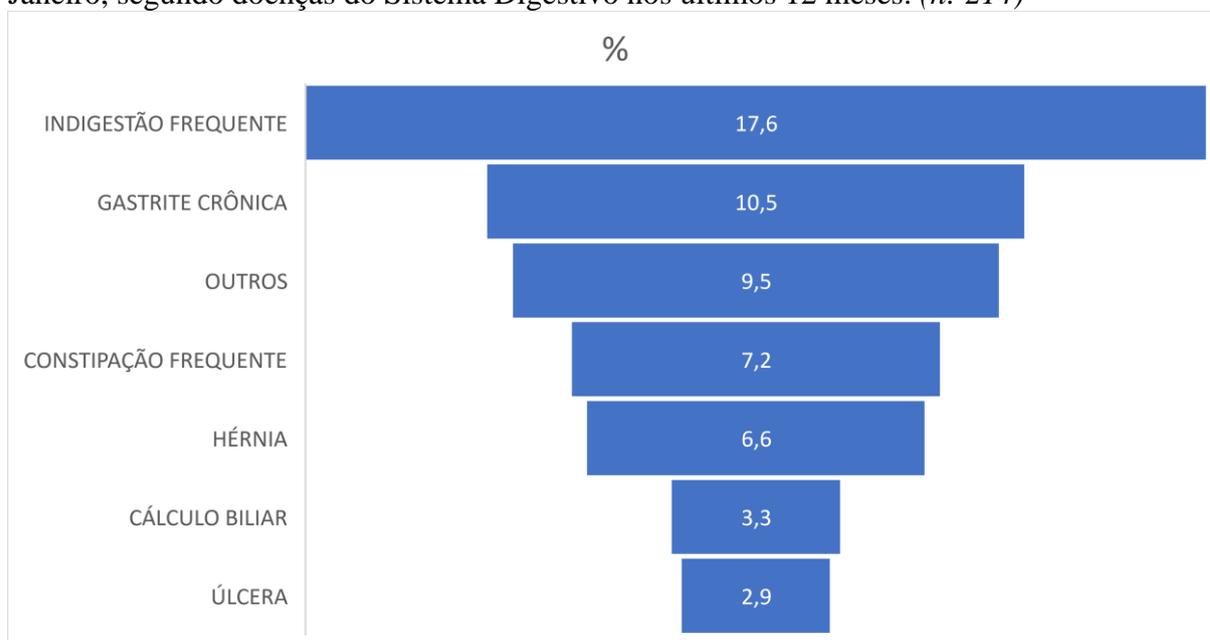
Outro sistema observado, foi o digestivo, cujos resultados estão no gráfico 21. A indigestão frequente é o mais comum dos problemas citados (17,6%), seguidos da gastrite crônica (10,5%). A categoria “outros” teve 9,5%, mostrando a variedade de doenças digestivas que acometem os policiais. Embora, o questionário apresentasse diversas patologias, não foi capaz de exaurir todas as possibilidades de adoecimentos.

Na Polícia Militar, os problemas digestivos mais relatados foram a indigestão frequente (oficiais – 11,7%, não-oficiais – 9,8%), a constipação frequente (oficiais – 12,2%, não-oficiais – 10,3%) e gastrite crônica (oficiais - 15,0%, não oficiais – 8,9%) (MINAYO et al, 2008). Na Polícia Militar de Pernambuco, a gastrite foi relatada por 13,9% dos policiais (FERREIRA et al, 2012).

A Polícia Civil apresentou resultado semelhante, com 10,7% dos policiais com indigestão frequente, 12,4% com constipação frequente e 13,1% com gastrite crônica (MINAYO e SOUZA, 2003).

O policial rodoviário federal apresentou, nesse estudo, mais casos de indigestão do que nas demais forças descritas acima. A gastrite crônica foi o segundo maior agravo, porém, proporcionalmente, ligeiramente inferior às outras policiais.

Gráfico 21 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo doenças do Sistema Digestivo nos últimos 12 meses. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Os agravos relacionados ao Sistema Tegumentar e Locomotor, analisados conjuntamente, apresentaram a maior variabilidade de doenças dentre todos os sistemas estudados. Os resultados estão apresentados no gráfico 22.

Cerca de 65,0% dos policiais relataram dores de pescoço, costas ou coluna de forma frequente. Essas dores podem guardar relação com o uso de equipamentos por longos períodos. Pois uma vez em serviço, o policial deve ficar constantemente equipado com colete, arma, cartucho com munição, algema, além do uso da bota e coldre.

O peso do equipamento policial (colete, pistola, munição, algema) traz dores na coluna de muitos policiais. Eu mesmo tenho uma lombalgia crônica, que sempre que utilizo a pistola na cintura, a dor vem em poucas horas. (Policial 14).

Nesses sistemas, a classificação “outros” foi destaque, principalmente para as doenças musculares, com 35,5%. No caso de doenças ósseas, a categoria “outros” foi relatada por 19,3% dos policiais.

A hérnia de disco é o segundo problema ósseo mais citado pelos policiais, com 32,2%. A torção e luxação aparecem em terceiro lugar, com 24,8%. Os percentuais desses casos acima são expressivos, o que reforça a suposição de uma relação ente o surgimento desses problemas de saúde com o peso dos equipamentos de trabalho, assim como com o risco de torção no embarque e desembarque dos veículos utilizados em serviço, principalmente motocicletas. O relato de dor no nervo ciático alcançou 21,7% dos policiais e a bursite, 14,2%.

O desconforto com o uso de coletes foi apontado por 44,8% dos policiais na Paraíba, que o consideraram pouco ajustável. Um colete apertado no tórax, por exemplo, prejudica o fluxo de ar para os pulmões e para o cérebro, diminuindo respostas rápidas. Mais da metade queixaram-se de dor lombar e fadiga após o plantão. Houve relação da lombalgia com a fadiga (SANTOS *et al.*, 2017). Estudo com policiais rodoviários federais da Paraíba mostra que 29,2% consideraram que o equipamento de trabalho é desconfortável e limitam os movimentos (PÔRTO, 2013).

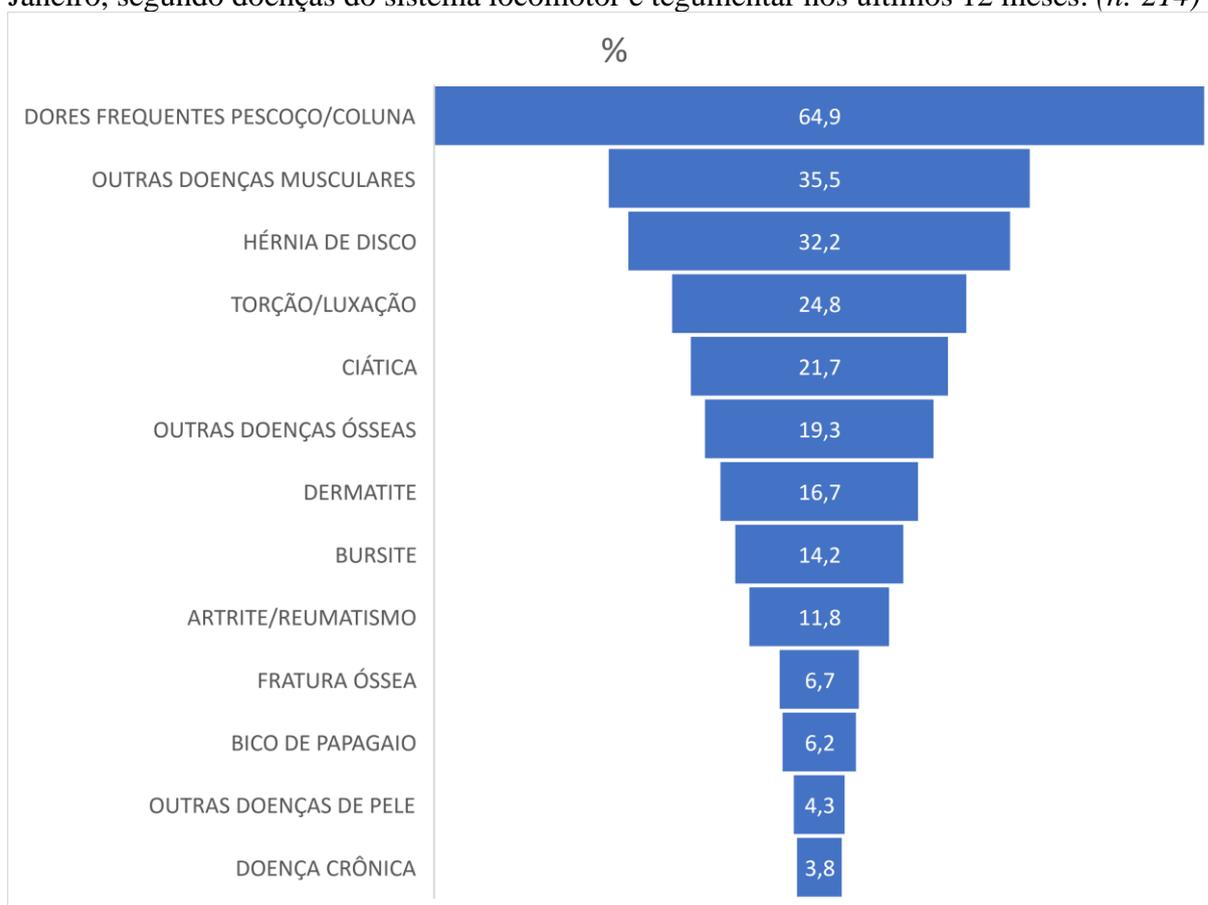
No estudo de 2600 casos de incapacidades de policiais da República Islâmica do Irã entre março de 1997 a março de 1998, a frequência de incapacidades relacionadas a distúrbios musculoesqueléticos foi de 25,7%. Dores nas costas foram os problemas mais comuns (JAHANI *et al.*, 2002).

Patologias musculoesqueléticas atingiram 16,4% dos policiais militares da Bahia. A cada 5 anos de tempo de serviço os casos de dorsopatia (em relação aos atendimentos) aumentam aproximadamente 15%, com uma prevalência maior após 26 anos de tempo de serviço (TAVARES NETO *et al.*, 2013).

Em estudo com a polícia militar de São Paulo, todas as lesões ligamentares foram decorrentes da entorse, sendo predominante no sexo masculino com 58% quando comparado ao feminino (42%), porém acima dos 32 anos verificou-se maior incidência entre as mulheres. Houve 48 fraturas em todo o complexo pé e tornozelo desses, 56% foram acometidas durante acidentes de motociclismo (CALASANS et al, 2013). Já os resultados apontados pelo estudo de policiais militares do interior de São Paulo, revelaram que problemas ortopédicos foram as principais causas de licenças médicas (DOS SANTOS, et. al., 2016).

Na análise dos dados obtidos pela patrulha da saúde da PRF de Pelotas, no Rio Grande do Sul, observou-se alta prevalência de distúrbios musculoesquelética e índice de massa corporal elevado (MARINS e DEL VECCHIO, 2017).

Gráfico 22 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo doenças do sistema locomotor e tegumentar nos últimos 12 meses. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Dentre os problemas de pele, as dermatites foram as mais citadas (16,7%). Há uma possibilidade de que as principais ocorrências nesse grupo de problemas sejam as dermatites por contato. Muitas das unidades operacionais, distantes de centros urbanos, estão inseridas em

ambientes com infestação de diversos insetos. Também é frequente o contato com diversos materiais resultantes do trabalho policial, como combustíveis e óleos.

A Polícia Civil apresentou os seguintes problemas para os mesmos sistemas: bursite (10,8%), alergia de pelo (16,8%), torção ou luxação de articulação, (18,8%), dores de cabeça, pescoço ou coluna (41,5%). A distribuição, na Polícia Militar, nos oficiais e não oficiais, foram respectivamente: bursite (10,4% e 8,7%), hérnia de disco (11,5% e 6,3%), artrite (11,9% e 7,9%), alergias de pele (15,1% e 16,8%), torção ou luxação (21,9% e 22,7%), dores de cabeça, pescoço ou coluna (37,4% e 40,8%) (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008).

Os resultados demonstram que os policiais rodoviários federais apresentaram maior percentual para dor frequente de cabeça, pescoço ou coluna, com (65,0%). Esse percentual está acima do encontrado na Polícia Militar (37,4% e 40,8%) e Civil (41,5%) (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008). Outros agravos como hérnia de disco, torção ou luxação e a bursite também apresentaram maiores proporções que as encontradas nas demais forças policiais. O relato abaixo exemplifica a relação dos equipamentos com os agravos citados.

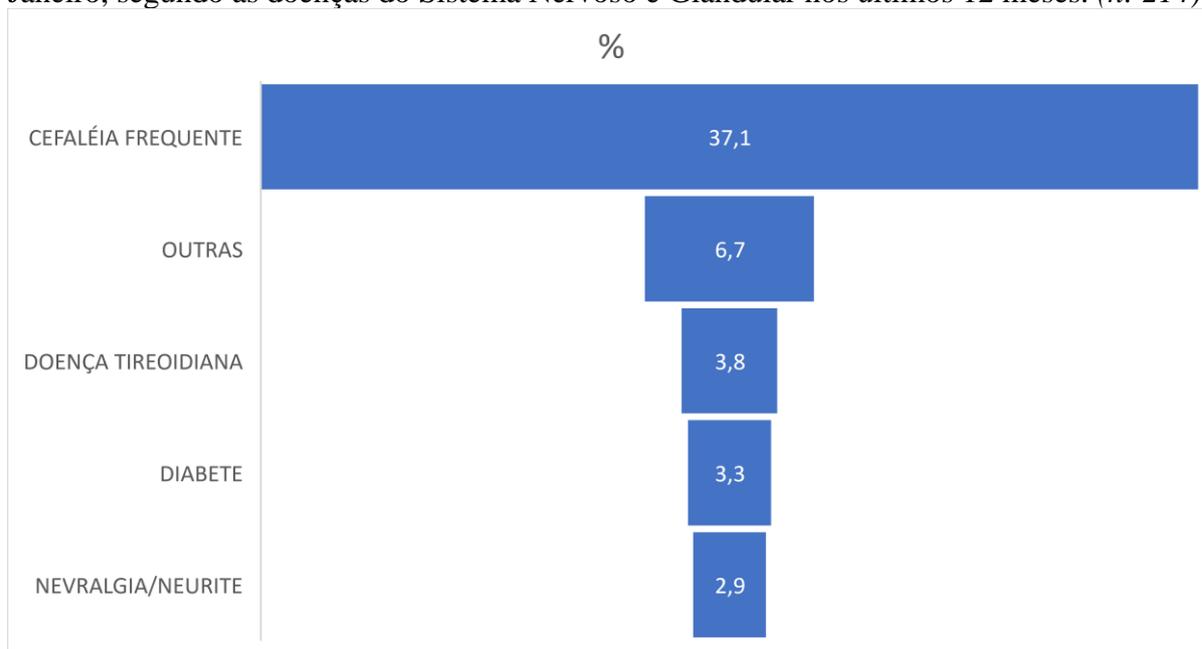
O peso do equipamento policial (colete, pistola, munição, algema) traz dores na coluna de muitos policiais. Eu mesmo tenho uma lombalgia crônica, que sempre que utilizo a pistola na cintura, a dor vem em poucas horas. (Policial 14).

Dentre as doenças que acometem o sistema nervoso, glandular e sanguíneo a cefaleia (dor de cabeça) constante teve o resultado de 37,1%, ou seja, mais de 1/3 dos policiais rodoviários federais sofrem com esse problema, como apresentado no gráfico 23. Doença tireoidiana, diabete, nevralgia e neurite apresentaram baixo resultado na PRF.

Essa mesma queixa foi a frequente entre oficiais (32,2%) e não-oficiais (37,1%) da Polícia Militar. Na Polícia Civil, 27,3% a citaram (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008). O resultado mostra maior aproximação do Policial Rodoviário Federal com os cabos e soldados da Polícia Militar.

Estudo com 291 policiais (homens) de Roma, Itália, apresentou valores de hormônio luteinizante (LH) mais altos em comparação com os outros funcionários públicos. Os resultados encontrados sugerem que a exposição a estressores urbanos (químicos, físicos e psicossociais) podem alterar a concentração plasmática de LH (TOMAO *et al.*, 2009). O hormônio luteinizante é produzido pela Adeno-Hipófise e atua sobre gônadas sexuais.

Gráfico 23 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo as doenças do Sistema Nervoso e Glandular nos últimos 12 meses. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

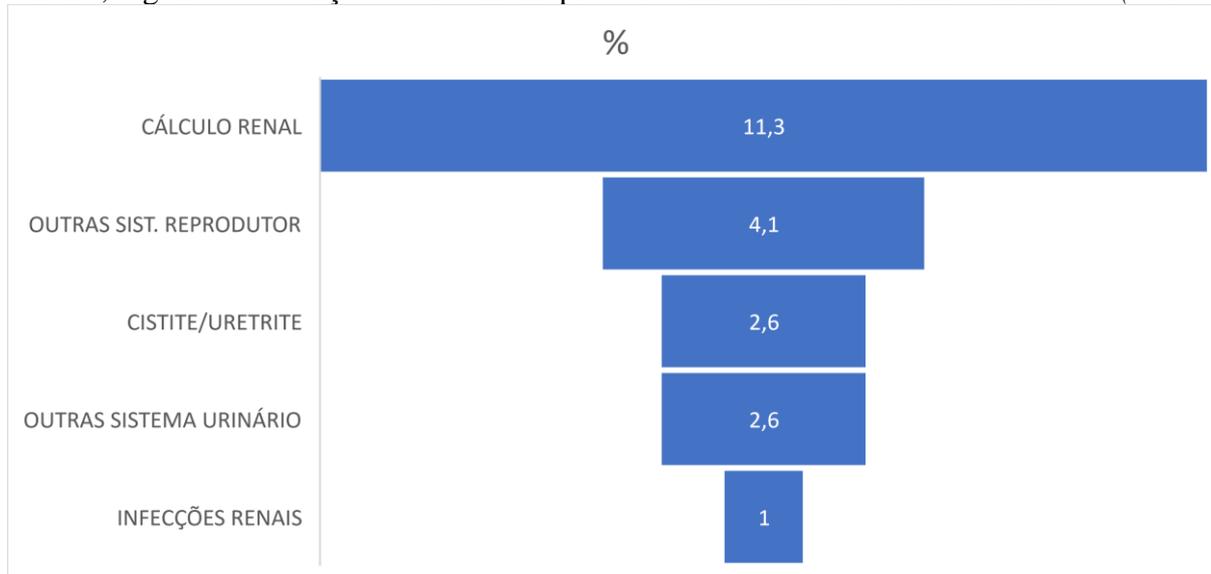
As doenças que podem acometer o sistema reprodutivo de homens e mulheres estão apresentadas nos gráficos 24 e 25. No sexo masculino há dificuldade em submeter-se a exames e é baixa a procura por assistência médica (PASCHOALICK *et al.*, 2006), o que pode explicar a pouca frequência de tais doenças. Nos policiais homens, o cálculo renal foi a mais relatada, com 11,3% seguido por “outras” do Sistema Reprodutor (4,1%). Como essa categoria mostra uma ou mais doenças indeterminadas e não contempladas pela pesquisa, requer investigação para detalhar esse achado.

Como o número absoluto de mulheres na polícia rodoviária federal é baixo, a distribuição das doenças reprodutivas femininas tem maior impacto na amostra estudada. As situações mais relatadas foram cistite/uretrite (21,0%); presença de tumor e/ou cisto no útero e/ou ovários (15,8%) e “outras” do Sistema Reprodutor (10,5%). Se esses agravos não guardam relação direta com o trabalho, torna-se difícil mensurar os impactos físicos, psicológicos e sociais sobre a mulher e os desdobramentos na vida e no trabalho.

A presença de tumor, cisto ou outro problema no útero/ovário atingiu 19,5% das policiais civis, 14,4% das mulheres oficiais e 11,7% das mulheres não-oficiais da Polícia Militar (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO *et al.*, 2008).

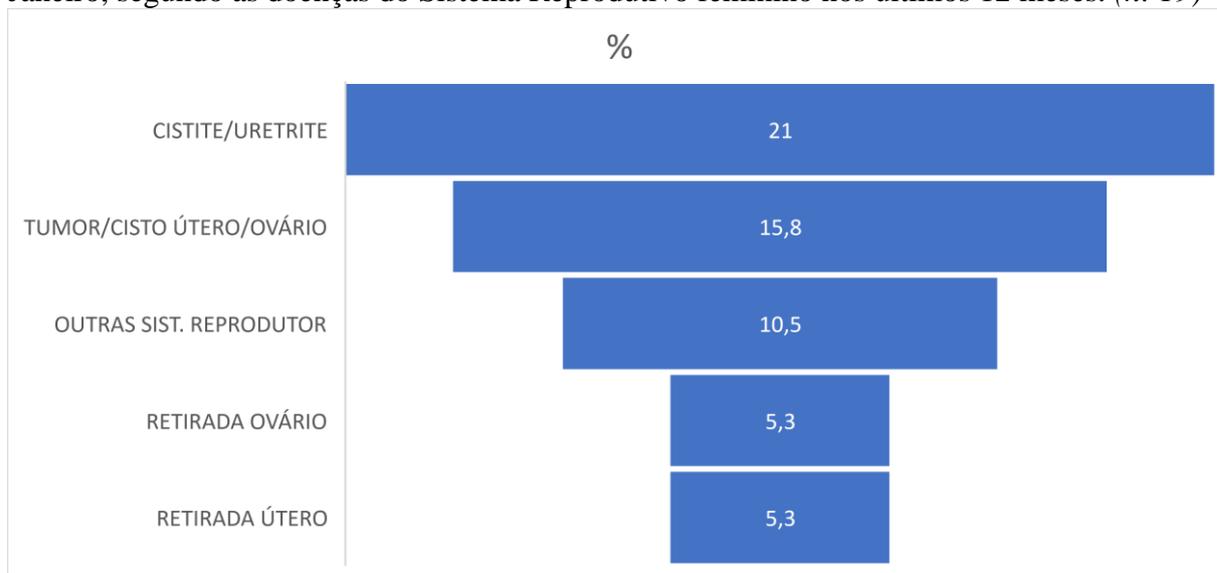
Pesquisa realizada com mulheres nos EUA, demonstrou que as policiais e controladoras de tráfego aéreo, diante do estresse mental, apresentaram as maiores taxas de complicações na gravidez (MAGANN *et al.*, 1996).

Gráfico 24 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo as doenças do Sistema Reprodutivo masculino nos últimos 12 meses. (*n*: 194)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Gráfico 25 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo as doenças do Sistema Reprodutivo feminino nos últimos 12 meses. (*n*: 19)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

As doenças transmissíveis não causaram impacto relevante na saúde dos policiais rodoviários federais no período analisado, como o gráfico 26 pode mostrar. O maior destaque foi a dengue, com 4,8% de acometimento.

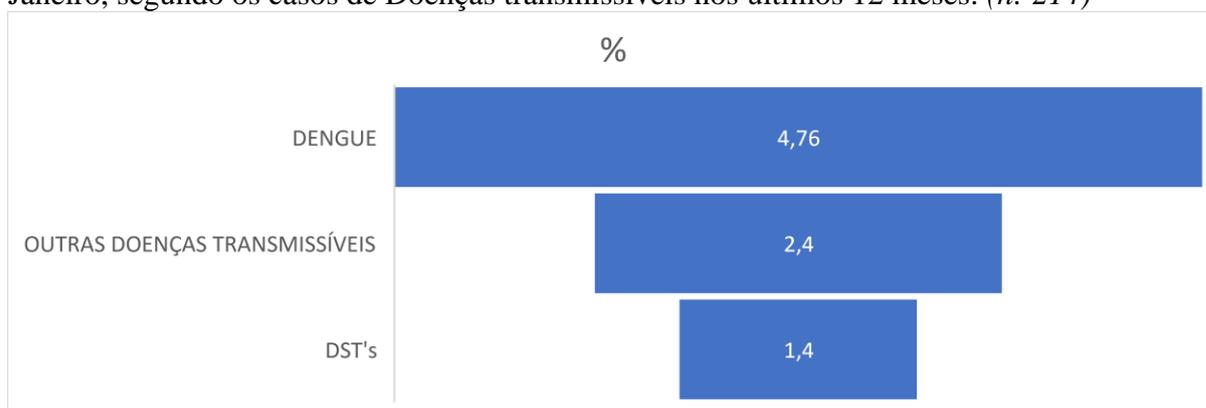
Na Polícia Militar do Rio de Janeiro (oficiais, 13,9% e não-oficiais, 9,3%) e na Polícia Civil (16,9%), o maior impacto das doenças transmissíveis também foi a dengue, apresentando

uma distribuição proporcional superior ao da PRF (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008).

Na PRF, as doenças sexualmente transmissíveis atingiram 1,4% dos policiais. Apesar de ser um baixo percentual, requer um acompanhamento pois como a cultura policial tem a marca do machismo (REINER, 2004), a promiscuidade do policial homem pode ser um comportamento estimulado e reconhecido pelos pares. Isso somado a ausência do uso de preservativo potencializa o risco. Em estudo sobre comportamento sexual de policiais militares de Ponta Grossa, Paraná, verificou-se que a maioria (75,6%) não utilizava preservativo (PINHEIRO *et al.*, 2011), ato que contribui para maior exposição às doenças sexualmente transmissíveis.

Na polícia militar do exército americano, em operações humanitárias e de refugiados, apresentaram maior risco de contrair tuberculose pelo contato direto (KORTEPETER e KRAUSS, 2001).

Gráfico 26 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo os casos de Doenças transmissíveis nos últimos 12 meses. (*n*: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O ambiente de trabalho do policial é permeado por uma grande diversidade de elementos sonoros como o uso do rádio comunicador, sirenes, estáticas de rádio, buzina e outros, expondo os policiais a ruídos de natureza ocupacional e que também provocam desconcentração e irritação nos deslocamentos com as viaturas (LIMA e SILVA, 2014; LIMA, 2015).

Problemas envolvendo a capacidade de visão, de audição e de fala não mostraram uma variedade de agravos na polícia rodoviária federal de acordo com o gráfico 27. Casos de miopia, astigmatismo e de hipermetropia atingiram 59,0% dos policiais nos últimos 12 meses. A deficiência auditiva atingiu, no mesmo período, 16,7%.

Esse resultado demanda atenção da instituição, pois na execução de suas atividades, o policial rodoviário federal acumula longos períodos de direção veicular e uma dificuldade

oftalmológica ou auditiva, não corrigidas, podem elevar o risco de acidentes e erros de manobras. Somados a isso, a deficiência auditiva pode impor ao policial maior risco de vitimização. Por exemplo, durante atendimento a acidente e na fiscalização de trânsito, na qual o policial necessita estar alerta para o fluxo de veículos.

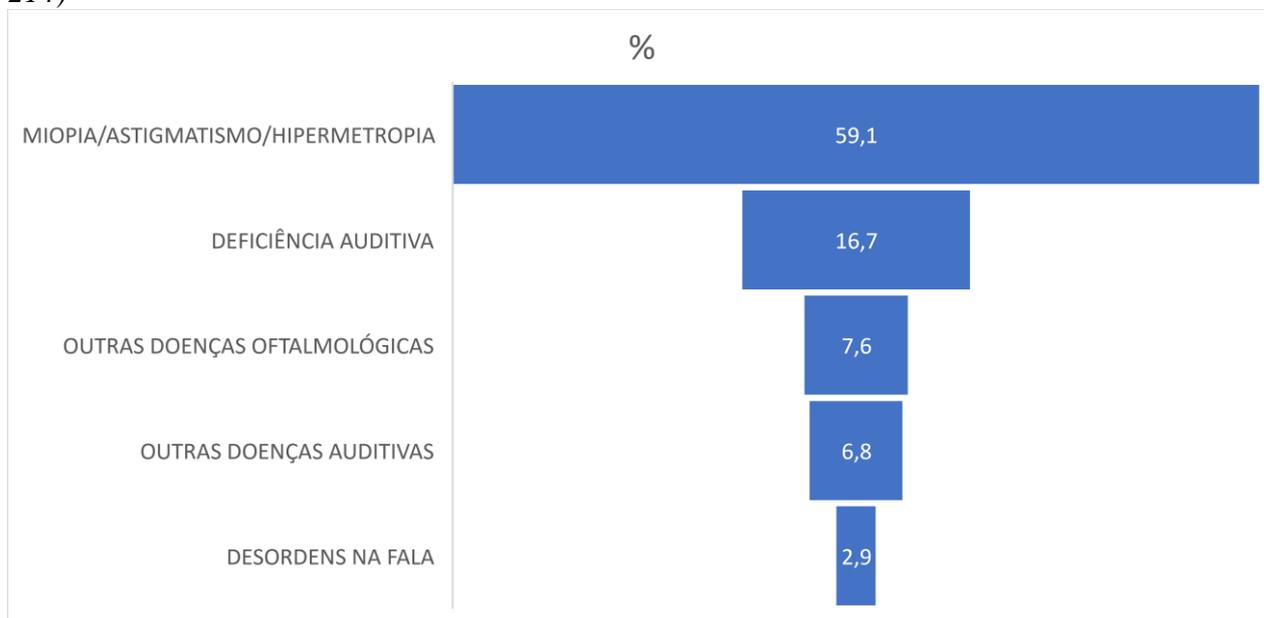
Problemas que acometem a visão foram observados em estudo sobre policiais militares de Pernambuco, com 32,6% de casos (FERREIRA et al, 2012). Sintomas como a cefaleia constante, insônia, prurido no canal auditivo e zumbido foram relacionados a ruídos ocupacionais acima de valores de normalidade na Polícia Militar da Paraíba (LIMA, 2015).

Na França, demonstrou-se que policiais tiveram 1,4 vezes mais chances de ter uma perda auditiva seletiva de 4000 Hz do que os demais funcionários públicos. Entretanto, essa diferença foi mais marcante entre policiais motociclistas (3,0 vezes) em relação aos demais funcionários públicos. Esses resultado sugere que a exposição ocupacional ao ruído no trabalho policial, particularmente em policiais motociclistas, pode provocar perda auditiva (LESAGE *et al.*, 2009).

A fonte de lesões acústicas, em estudo com policiais da Polônia, foi o treinamento com arma de fogo. Para os pesquisadores, protetores auriculares equipados com sistemas eletrônicos para redução de ruído poderiam ser empregados (SUŁKOWSKI *et al.*, 2017). A Polícia Militar do Rio de Janeiro apresentou um quadro com 27,5% dos oficiais e 14,3% dos não oficiais com deficiência auditiva em 1 ou ambos ouvidos, na Polícia Civil o resultado foi de 10,7%. Em relação a defeitos de visão (astigmatismo, miopia e hipermetropia) os resultados foram de 43,0% entre os oficiais, 24,6% nos não-oficiais e 51,9% nos policiais civis (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008).

A Polícia Rodoviária Federal apresentou, proporcionalmente, maior queixa relacionada a problemas de visão (astigmatismo, miopia e hipermetropia) comparativamente às demais forças. Na deficiência auditiva o resultado encontrado na PRF (16,7%) é superior ao das demais instituições, porém mostra proximidade com soldados e cabos da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Gráfico 27 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo desordens na visão, audição ou fala apresentadas nos últimos 12 meses. (*n*: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A ocorrência de qualquer lesão ocasionada pelo trabalho e em maior gravidade as permanentes, mostra a tragédia de determinado ambiente laboral. Diante desse quadro a instituição deve acompanhar o policial em sua reabilitação e atuar para atenuar os adoecimentos físicos e mentais em consequência da lesão. Portanto, diante da impossibilidade de aprofundar todos os temas levantados nessa pesquisa, as ocorrências de lesões permanentes e seus desdobramentos, assim como a PRF gerencia esses agravos necessitam de um estudo específico.

O gráfico 28 fornece a informação que a região mais atingida é a dos pés, pernas e coluna com 9,5% dos policiais com algum tipo de incapacidade. A segunda maior frequência de incapacidades correspondeu à categoria “outras” (7,6%). Em terceiro lugar apareceram as incapacidades em dedos, mãos ou braços com 5,3% dos policiais as relatando.

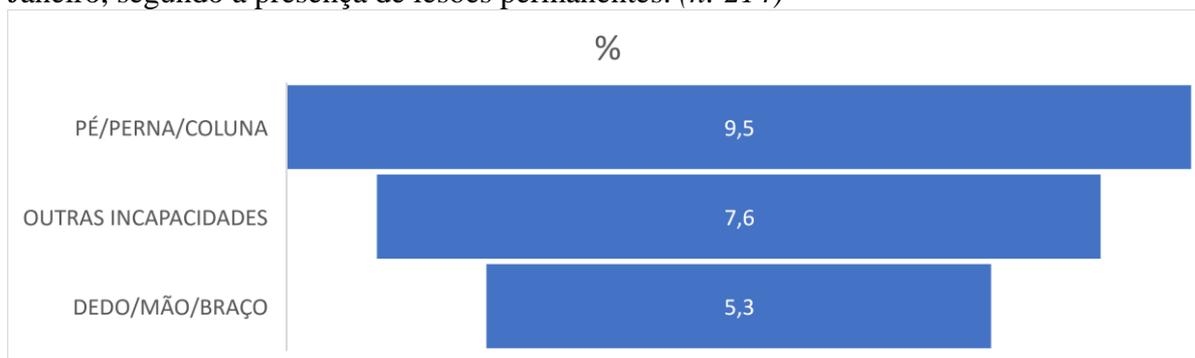
A presença de lesões permanentes, na Polícia Civil, foi relatada por 9,7% dos policiais. Desses casos, 28,3% foram em decorrência do trabalho. Na Polícia Militar, 21,3% dos oficiais e 12,7% dos não-oficiais apresentam algum tipo de lesão permanente, na qual a associação da lesão permanente com o trabalho foi de 17,7% para os oficiais e 9,7% para os não-oficiais (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008).

Do total das lesões permanentes (24,4%) na Polícia Rodoviária Federal, 70,2% foram causados pelo trabalho. O percentual de lesões permanentes causadas no trabalho é elevado.

Ao serem indagados a respeito de lesões temporárias nos últimos 12 meses, 24,2% dos policiais rodoviários federais responderam afirmativamente. Resultado também superior ao encontrado na Polícia Militar (21,6%) e na Polícia Civil (6,7%) (MINAYO, *et al.*, 2011).

A Polícia Rodoviária Federal, diante desse quadro, apresenta mais riscos de lesões e traumas comparativamente a Polícia Civil e Militar do Rio de Janeiro.

Gráfico 28 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo a presença de lesões permanentes. (*n*: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

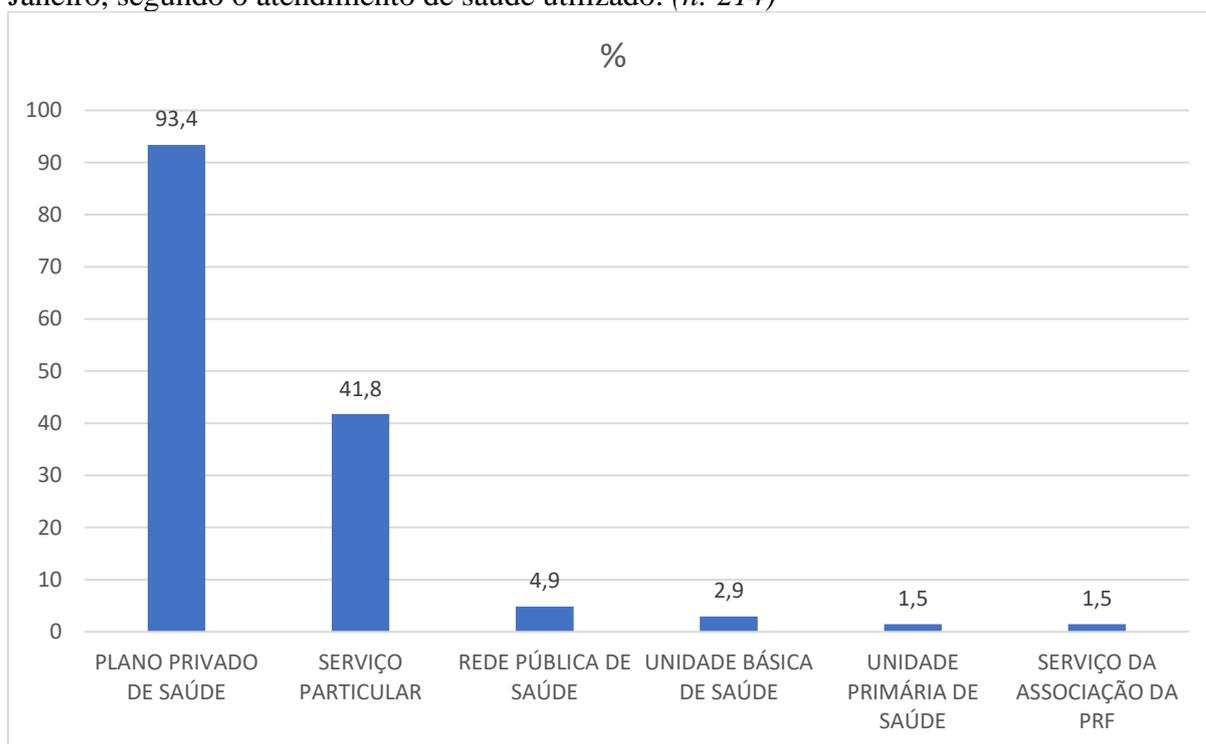
Os serviços de saúde utilizados pelos servidores estão relacionados no gráfico 29. No questionário utilizado era permitido a selecionar uma ou mais opções, dessa forma explica-se uma distribuição acima de 100% de respostas.

A Polícia Rodoviária Federal não possui unidades próprias para cuidar a saúde dos seus servidores. O plano de saúde privado é, portanto, a escolha preferencial para 93,4% dos policiais que utilizam esse tipo de serviço. Os atendimentos realizados em rede particular chegam a 41,7%, possivelmente estão incluídos aqueles que utilizam planos de saúde com coparticipação. A rede pública de saúde é a terceira colocada com 4,8% dos policiais utilizando-as.

Não há atendimento constante através de psicólogos ou psiquiatras, tão importante para um melhor desempenho da função. (Policial 16).

Na Polícia Militar, como há rede própria de atendimento à saúde, apenas 20,8% dos oficiais e 17,6% dos não-oficiais utilizam plano privado. Mais de 60,0% utilizam os hospitais da Polícia Militar. Na Polícia Civil, 48,4% utilizam planos de saúde privado (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO *et al.*, 2008).

Gráfico 29 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo o atendimento de saúde utilizado. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

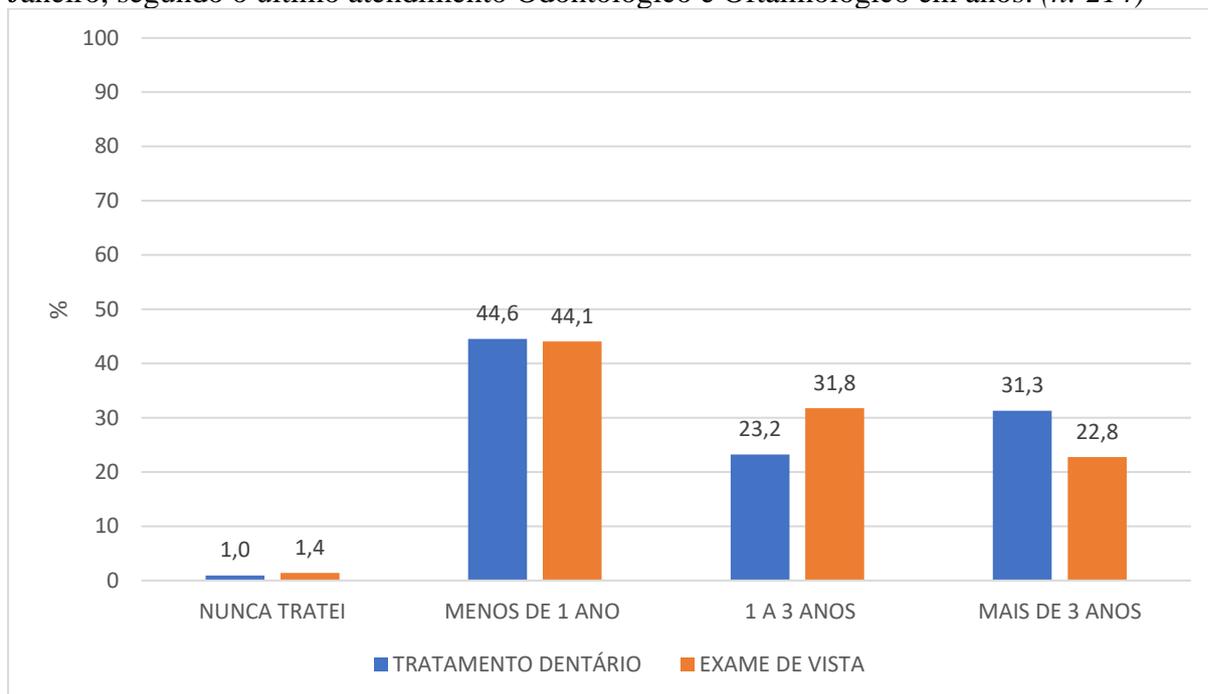
O atendimento odontológico e oftalmológico foram objeto de análise e o resultado é apresentado no gráfico 30. As respostas foram agrupadas de acordo com o período desde o último atendimento.

Pode-se observar que 45,5% dos policiais realizaram atendimentos odontológico e 44,1%, oftalmológico há menos de um ano. Já no intervalo de um a três anos desde a última consulta, temos 23,2% (odontológico) e 31,7% (oftalmológico). Por último, os policiais que estão há mais de 3 anos sem realizar qualquer desses procedimentos correspondem a 31,3% (odontológico) e 22,7% (oftalmológico).

Aproximadamente a metade dos policiais foram assistidos com cuidados odontológicos e oftalmológicos há menos de 01 ano. Entretanto, preocupa o percentual de policiais que estão há mais de 01 ano sem esses atendimentos, que se somadas, atingem mais da metade dos policiais: 54,5% (odontológico) e 54,4% (oftalmológico).

Em amostra de policiais militares da Paraíba, 49,3% apresentaram disfunções temporomandibulares (CAVALCANTI *et al.*, 2011). Corroborando esse achado, a prevalência de bruxismo em indivíduos com estresse foi maior do que os que não apresentavam estresse, em estudo com policiais do Maranhão (CARVALHO *et al.*, 2008).

Gráfico 30 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo o último atendimento Odontológico e Oftalmológico em anos. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

8.4 RISCO PERCEBIDO E VITIMIZAÇÃO

Nesse ponto a pesquisa buscou focalizar contrastes e semelhanças entre o risco percebido e as vitimizações dos policiais rodoviários federais e como esses percebem os riscos que suas famílias estariam submetidas.

Por mais que a vitimização seja quantitativamente distante do risco percebido ou mesmo menor se comparado a profissões que convivem com acidentes de trabalho (construção civil, mineração, eletricitas e mergulhadores por exemplo), o trabalho policial é único por estar em contato com riscos cujos desfechos são marcados pela imprevisibilidade (REINER, 2004). O policial, na condição de autoridade, pode usar a força para impor vontade. Essa prerrogativa o torna alvo daqueles que irão resistir à força legítima, de forma passiva ou ativa. Monjardet (2002) considera que se o perigo não é onipresente, a percepção de perigo é a que vai provocar os efeitos no trabalho. Os policiais podem ser alvos da reação hostil da população ao governo ou de pessoas reativas à brutalidade da polícia (BAYLEY, 2017).

O policial, uniformizado ou não, pode ser reconhecido e identificado nos espaços públicos, possibilitando assim, que sejam alvos de agressões. Isso posto, a separação entre vida profissional e particular se estabelece tenuamente. Por outro lado, caso o policial consiga êxito

na busca pelo anonimato, que julga ser medida de proteção, promove também um distanciamento social (MONJARDET, 2002). O policial busca esconder qualquer símbolo que possa identificá-los enquanto agentes de segurança pública e, assim, minimizar o risco de ser vitimados (SOUZA e MINAYO, 2005).

A identidade policial guarda características partilhadas por todos policiais, independente da função ou do quadro hierárquico a que pertençam, unindo-os. Essas características são a suspeição de todos, o isolamento social e, sem esgotar esses traços em comum, o conservadorismo (MONJARDET, 2002).

No Rio de Janeiro, a narrativa de guerra na segurança pública convence policiais e sociedade.

Disparate da fabricação de uma guerra contra o crime como fim político, pelo convite ao enfrentamento como modo intermitente de convívio, pelo confronto armado como meio de afirmação de uma autoridade policial destituída de seu governo, insegura no exercício de sua razão de ser e indigente diante da população (MUNIZ e MELLO, p. 46 e 47, 2015).

Há uma espetacularização na intervenção da segurança pública, onde a insegurança torna-se elemento lucrativo e ganho de capital político. Para tanto, as ações teatralizadas compõem o roteiro da guerra enquanto narrativa (MUNIZ e MELLO, 2015; MUNIZ e ALMEIDA, 2018). Porém os policiais, atores de uma peça na qual não decidiram encenar, sentem os efeitos no corpo do perigo que os rondam a cada passo, como destacado na fala a seguir.

Trabalhar como policial, viver em constante estado de atenção, estamos em uma guerra não declarada, em que apenas um lado está identificado e deve seguir o ordenamento jurídico. Creio que seja o trabalho mais arriscado e penoso do Brasil, visto que estamos sempre entre a vida e a morte, nunca se sabe o que pode acontecer em um plantão. (Policial 11).

Para os policiais rodoviários federais, 90,6% se percebem expostos a um risco constante e 9,4% a um risco eventual (gráfico 31).

Quando indagados sobre a família, a exposição ao risco também se mostra presente. Apenas 7,5% dos policiais creem que suas famílias não estão sob risco, um percentual baixo. O risco é eventual na interpretação de 54,7% e constante para 37,7% deles.

A Polícia Militar também apresentou o resultado de 100,0% de risco, porém difere na distribuição da frequência, com 81,1% risco constante e 18,9% de risco eventual. Na Polícia Civil, 4,8% não percebem risco, 69,2% consideram estar em risco constante e 26,0% em risco eventual (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008).

Para os policiais civis do interior do estado do Rio de Janeiro o risco percebido é semelhante aos que trabalham na capital, embora esses últimos estejam mais expostos ao risco.

Portanto, a identidade policial e a percepção de risco não são limitadas pelo território (CARMO e CONSTANTINO, 2007; CONSTANTINO, 2011; CONSTANTINO *et al.*, 2013).

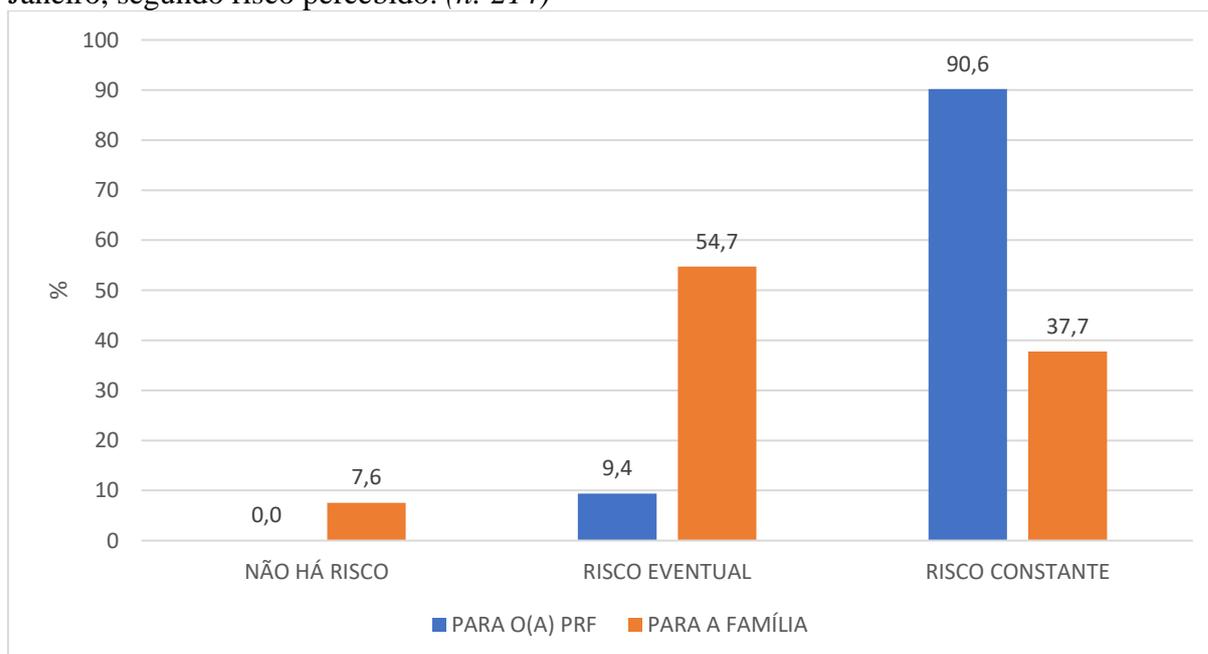
A percepção de risco para os policiais rodoviários federais é de maior destaque entre as três instituições policiais, porém próximos a da Polícia Militar. Essa aproximação pode ser interpretada pela natureza ostensiva compartilhada entre essas duas instituições policiais.

Perceber-se sob risco constante e estar convencidos de que vivem uma guerra, implica em mudanças de hábitos que impactam a vida social do trabalhador policial e sua saúde. Mesmo o policial que desenvolve, individual ou coletivamente, estratégias para lidar com essa condição, não está isento do sofrimento.

Assim, é possível inferir que a condição de policial é ampliada a toda a família, na modificação de hábitos e mecanismos de proteção, de modo que possam precaver-se de situações que ofereçam risco a integridade física por terem parentesco com policial. Assim como os policiais, a mera expectativa de ser vitimizado por uma violência colateral ao parente policial é possível fonte de sofrimento não só para a pessoa como para o próprio policial.

Estudo realizado com profissionais da segurança pública no Brasil, apontou que 33,6% dos policiais participantes tiveram familiar vítima de violência ou ameaça em razão do parentesco com policiais, assim como 26,7% tiveram familiar vítima de violência ou ameaça devido a retaliação ao seu trabalho (BUENO e HANASHIRO, 2015).

Gráfico 31 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo risco percebido. (*n*: 214)

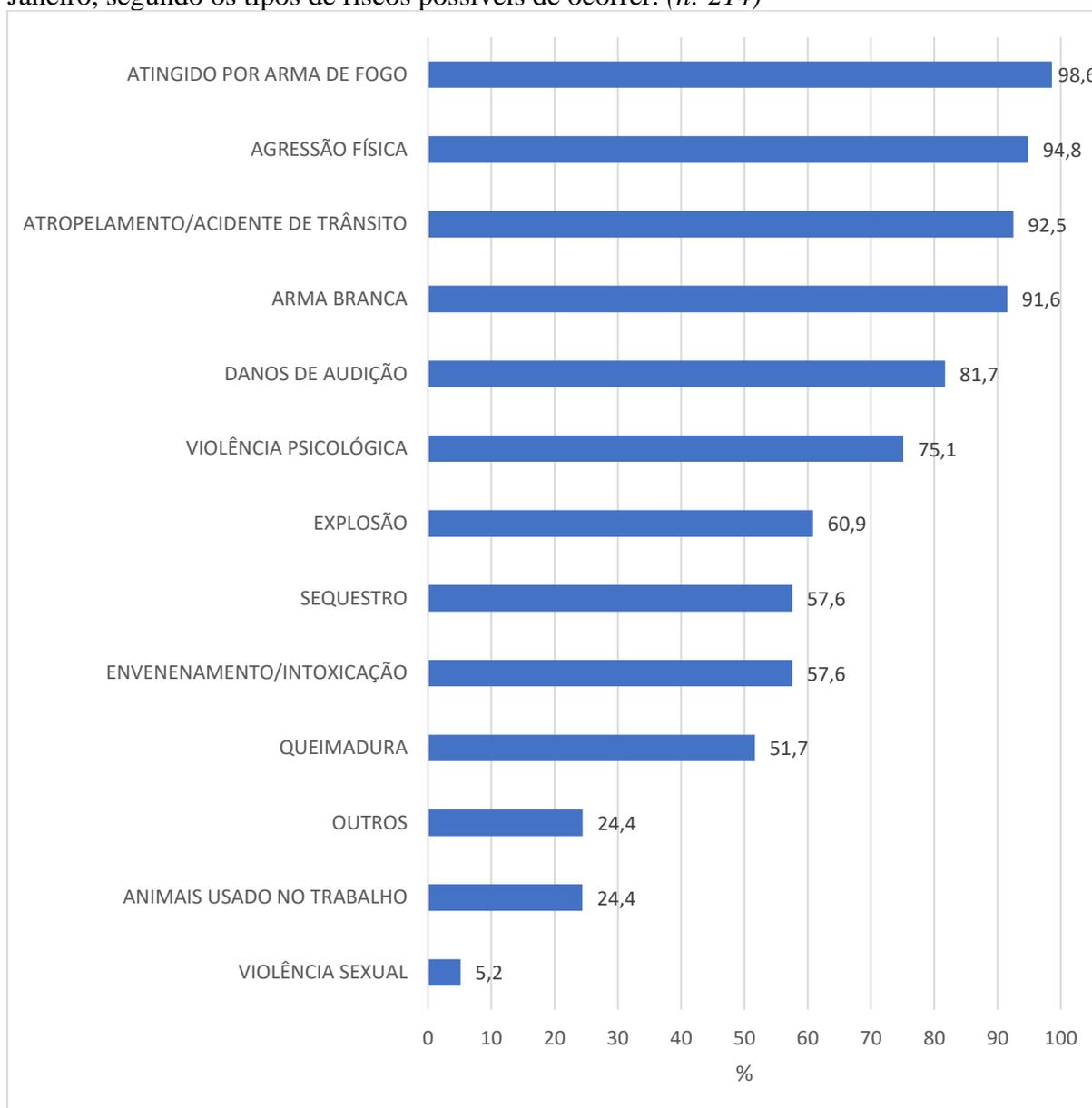


Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Após a identificação da percepção de risco pelos policiais rodoviários federais, foram estratificados ainda mais os tipos de risco que os policiais supõem que possam vitimá-los, como pode ser observado no gráfico 32. Ser atingido por arma de fogo ficou em primeiro lugar com 98,6%, e em segundo lugar, a agressão física com 94,8%. Atropelamento ou acidente de trânsito, arma branca, ficaram um pouco acima de 90,0%. Os riscos de sofrerem danos na audição foi de 81,7% e de violência psicológica de 75,1%, ambos também elevados. Para 50,0% a 60,0% deles, o risco, em ordem decrescente, seria a de explosão, envenenamento/intoxicações, sequestro e queimadura. Com as menores frequências apareceram a violência sexual, acidentes com animais e categoria “outros”. Para as mulheres, a percepção de risco de sofrer violências sexuais como assédio e estupro, foi de 10,5%.

Essa percepção de risco foi apontada em outra pesquisa, na qual os policiais identificaram temor de serem vítimas de homicídio no trabalho (67,7%) e durante a folga (68,4%). Além do medo de adquirir incapacitações físicas (59,9%) e de desenvolver algum distúrbio psicológico (59,6%) (BUENO e HANASHIRO, 2015).

Gráfico 32 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo os tipos de riscos possíveis de ocorrer. (n: 214)

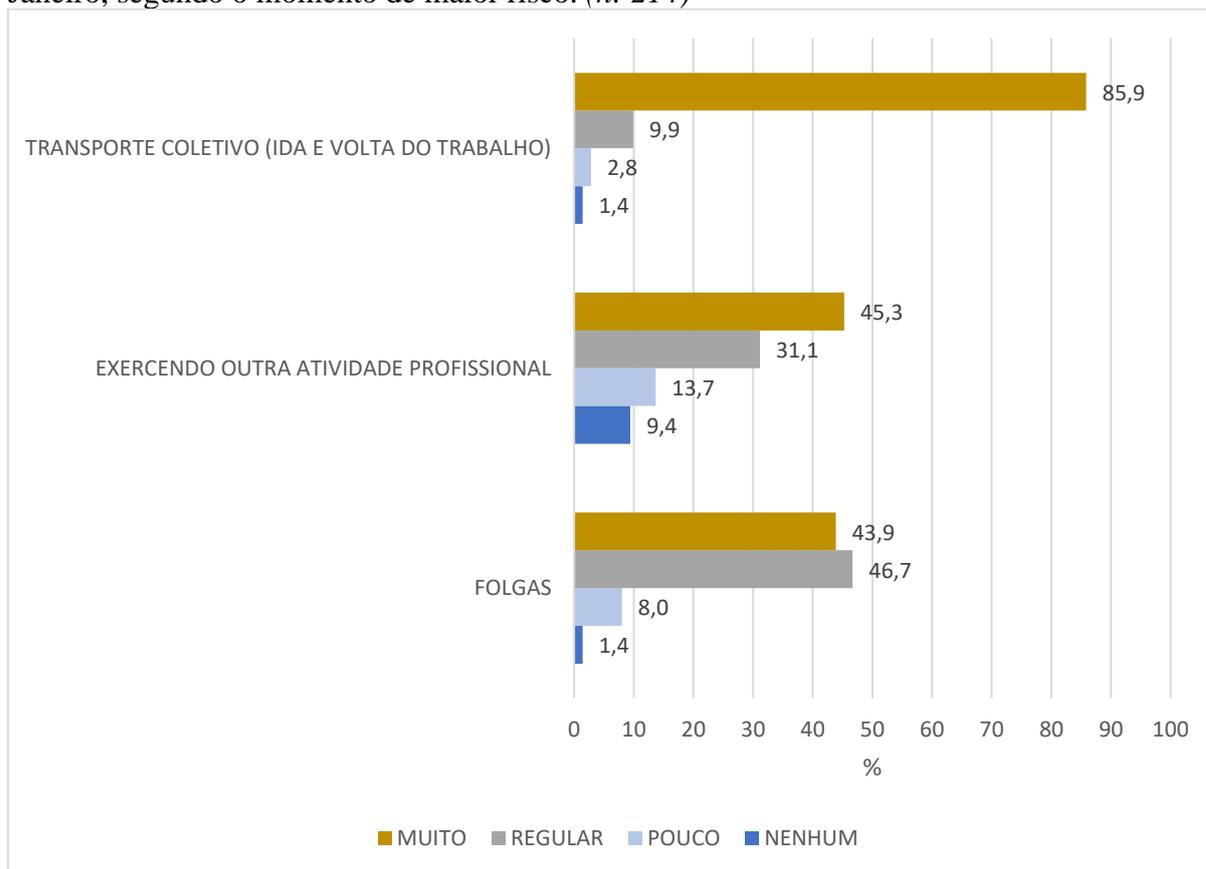


Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Os policiais rodoviários federais sentem-se mais expostos a risco quando utilizam transporte público (85,9%), como observado no gráfico 33. O exercício de outra atividade profissional ficou em segundo lugar (45,3%), seguido pelo período da folga (43,9%). A inexistência de risco é pouco sentida pelos policiais, apenas 1,0% dos policiais não percebem risco ao usar o transporte coletivo e durante a folga. O exercício de outra atividade não é risco para 9,4% dos policiais. Esses resultados ajudam a compreender a escolha majoritária pelo uso de transporte próprio para o deslocamento ao trabalho como já relatada nessa pesquisa.

Estudo realizado com policiais, nacionalmente, apontou que 61,8% evitam usar o transporte público; 44,3% escondem vestimenta e acessórios que possam identificá-los como policiais; 35,2% escondem a profissão de pessoas conhecidas (BUENO e HANASHIRO, 2015).

Gráfico 33 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo o momento de maior risco. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Em estudo sobre vitimização da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Muniz e Soares (1998) observaram que a letalidade dos policiais no período de 1993 a 1997 variou entre 11,0% e 19,0%. Os não oficiais (soldados, cabos e sargentos) da Polícia Militar foi o grupo mais vitimizado, tendo representado 94,4% do total de vítimas. As idades variaram entre 21 e 49 anos e eram do sexo masculino. A via pública foi o local mais frequente dessas ocorrências.

Os acidentes de trânsito foram a principal causa da vitimização de policiais militares seguidos do assalto e da ação de grupos armados. Na Polícia Civil, as principais vitimizações foram por acidente de trânsito e assalto. Bombeiros militares tiveram como principal causa, o acidente de trânsito e em segundo lugar, dinâmicas conflituosas. Na Guarda Municipal, as vitimizações ocorreram principalmente em serviço e cerca de 90,0% delas foram caracterizadas

como injúrias corporais. Essas ocorrências foram mais comuns nas ações repressivas ao comércio ilegal e tiveram paus e pedras como instrumentos de lesão. Para os agentes penitenciários, a vitimização mediante dinâmica criminal foi maior durante a folga, ao exercerem outras atividades e, quando em serviço, as dinâmicas não criminais foram as mais comuns (MUNIZ e SOARES, 1998).

Em outra investigação, foram observadas as vitimizações de policiais militares, civis e guardas municipais, todos do Rio de Janeiro no período de 1994 a 2004. Nesse estudo, a principal causa de vitimização foram as agressões e acidentes de trânsito, com diferenças marcadas pelo processo de trabalho de cada instituição. As vitimizações durante a folga têm relação com exercício de outro trabalho, assim como o uso de transportes públicos. O território em que vivem, quando acabam por intervir por serem policiais, também relaciona-se com as vitimizações. A emboscada também é fonte de vitimização ao policial (SOUZA e MINAYO, 2005).

Os policiais militares são os mais vitimizada entre os agentes das demais corporações policiais do Rio de Janeiro (MUNIZ e SOARES, 1998; SOUZA e MINAYO, 2005) chegando a ter 1,76 vezes maior chance de serem mortos que os da Polícia Civil e 6,44 maior chance que os da Guarda Municipal (SOUZA e MINAYO, 2005).

Comparando o resultado das taxas de vitimização da polícia militar com a população em geral, o policial possui 10 vezes mais chance de sofrer uma lesão corporal dolosa, 7 vezes mais chance de cometer suicídio e 6 vezes mais chance de sofrer homicídio doloso. A lesão corporal no trânsito é 3 vezes maior do que no resto da população (MUNIZ e SOARES, 1998).

Pesquisa realizada em 2015 com 10.323 policiais das diferentes instituições, no Brasil, revelaram resultados instigantes sobre a vitimização, na qual 75,6% já foram alvos de ameaças durante o serviço e 53,1% durante a folga. O mesmo estudo apontou que 61,9% tiveram algum colega próximo vítima de homicídio no serviço e 70,0%, fora do serviço (BUENO e HANASHIRO, 2015).

Pesquisa realizada no estado de São Paulo acerca 148 policiais vitimados entre 2013 a 2014 mostrou o seguinte perfil: 56,8% de cor da pele branca, 23,6% pardos e 2,7% pretos. Maioria das vítimas eram casadas (50,7%) e do sexo masculino. A faixa etária que concentrou o maior número de mortes foi entre 41 a 50 anos (35,1%), ainda que os mais jovens na carreira sejam os mais atingidos (FERNANDES, 2016).

Em uma pesquisa a respeito da vitimização fatal na Polícia Rodoviária Federal, nacionalmente, no período 2006 a 2017 obteve-se a seguinte distribuição: acidente de trânsito

em serviço (26,7%); acidente de trânsito fora de serviço (24,0%); latrocínio (18,7%); suicídio (14,7%) e homicídio durante a folga (8,0%) (MARTINS, 2016).

Na correlação entre vitimização fatal do policial rodoviário federal em função da natureza de sua ocupação, 53,3% dos casos corroboraram essa relação. As vitimizações fatais mais preponderantes foram na folga, com 68,0% dos casos. O ambiente de trabalho correspondeu a 32,0%. Em análise dos óbitos causados por homicídio, latrocínio e suicídio, 90,3% dos policiais rodoviários federais estavam armados no momento da ocorrência. O sexo masculino foi o mais vitimizado, com 96,0% dos casos. As faixas etárias mais vitimizadas são 30 aos 39 Anos (33,3%) e 40 aos 49 Anos (30,7%) (MARTINS, 2016).

Estudo com policiais de São Paulo apontou que o Radiopatrulhamento, força tática, ronda com utilização de motos e o policiamento rodoviário concentraram o maior número de eventos com vitimização de policial, com predomínio do Radiopatrulhamento que é operacionalizado por dois policiais. A pesquisa apontou que o número de mortes caiu pela metade ou aumentar em um policial e se restringiu a um caso quando esse apoio chegou a três policiais (FERNANDES, 2016). Há uma relação entre o quantitativo de policiais na ocorrência e uma maior vulnerabilidade. No cotidiano dos policiais rodoviários federais, trabalha-se em reduzidas equipes compostas por quatro, três até mesmo dois policiais, na escala de 24 horas de serviço, deixando-os vulneráveis pelo cansaço e pela exposição ao risco. Essa condição de vulnerabilidade pode ser agravada por aspectos da gestão, uma vez que os policiais são avaliados individualmente sem levar em consideração essa vulnerabilidade. Dessa forma, a instituição pode contribuir para riscos a integridade física do policial, no esgotamento físico do plantão, assim como ocorrência violenta.

Casos de suicídio entre policiais, foram estudados nos Estados Unidos. Os suicídios masculinos e femininos apresentaram média de 92% e 6%, respectivamente. O uso da arma de fogo foi meio mais frequente de suicídio (91,5%) e os problemas pessoais como provável causa principal (83%). Aproximadamente 11% dos suicídios foram de veteranos militares (O'HARA *et al.*, 2013). Apesar da figura do veterano militar ser pouco percebida no Brasil, esse olhar deve ser direcionado ao aposentado policial.

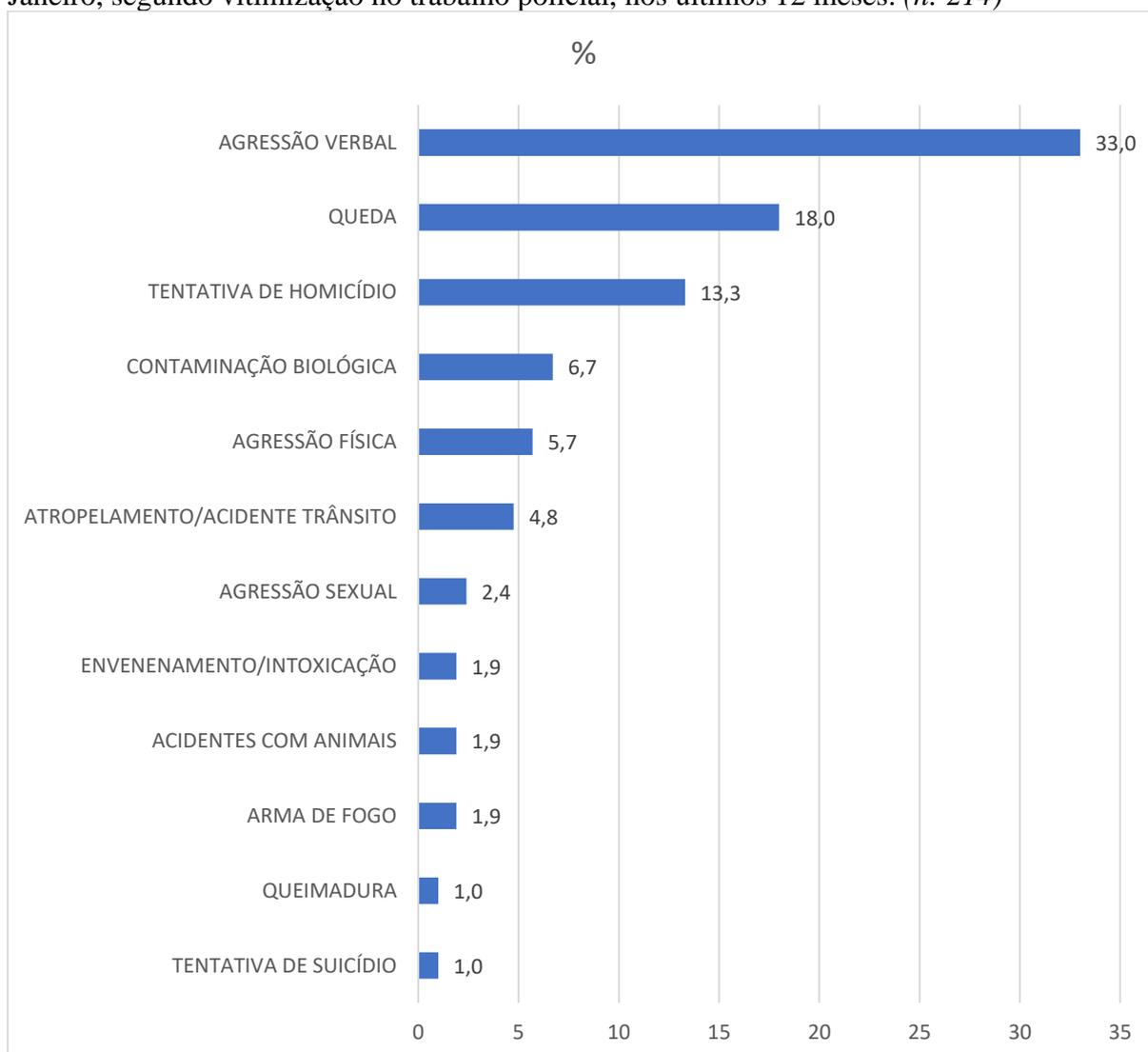
Ao indagar sobre quais tipos de vitimizações os policiais rodoviários federais sofreram nos últimos 12 meses, buscou-se confrontar a percepção de risco com o risco vivido e o resultado está apresentado no gráfico 34.

A principal causa de vitimização na PRF é a agressão verbal, atingindo 33,0% dos policiais. Esse tipo de agressão pode ocorrer quando o policial é alvo da hostilidade daquele que se percebe prejudicado (fato delituoso ou não) diante da ação do policial rodoviário federal.

Ser vitimado por queda é a segunda causa com 18,0%. Essas, correspondem tanto a queda no desembarque de veículos, onde os equipamentos utilizados como colete e cinto de guarnição podem atrapalhar o movimento, como podem ocorrer na rodovia, ao cair em declive na aproximação de um veículo acidentado, por exemplo. A tentativa de homicídio ficou em terceiro lugar com 13,3% das ocorrências, que somadas às de perfurações de arma de fogo, chegam a vitimar 15,2% de policiais rodoviários federais.

O atropelamento e os acidentes de trânsito correspondem a 4,8% dos casos, em contraste com a percepção de risco, na qual 92,5% do efetivo pesquisado acreditaram ser esse o principal risco. Observando os demais resultados da percepção de risco ficam mais evidentes as diferenças. Arma de fogo, agressão física, atropelamentos ou acidentes foram os principais riscos percebidos. A agressão verbal, quedas e tentativa de homicídio foram as principais vitimizações (não-letais).

Gráfico 34 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo vitimização no trabalho policial, nos últimos 12 meses. (n: 214)



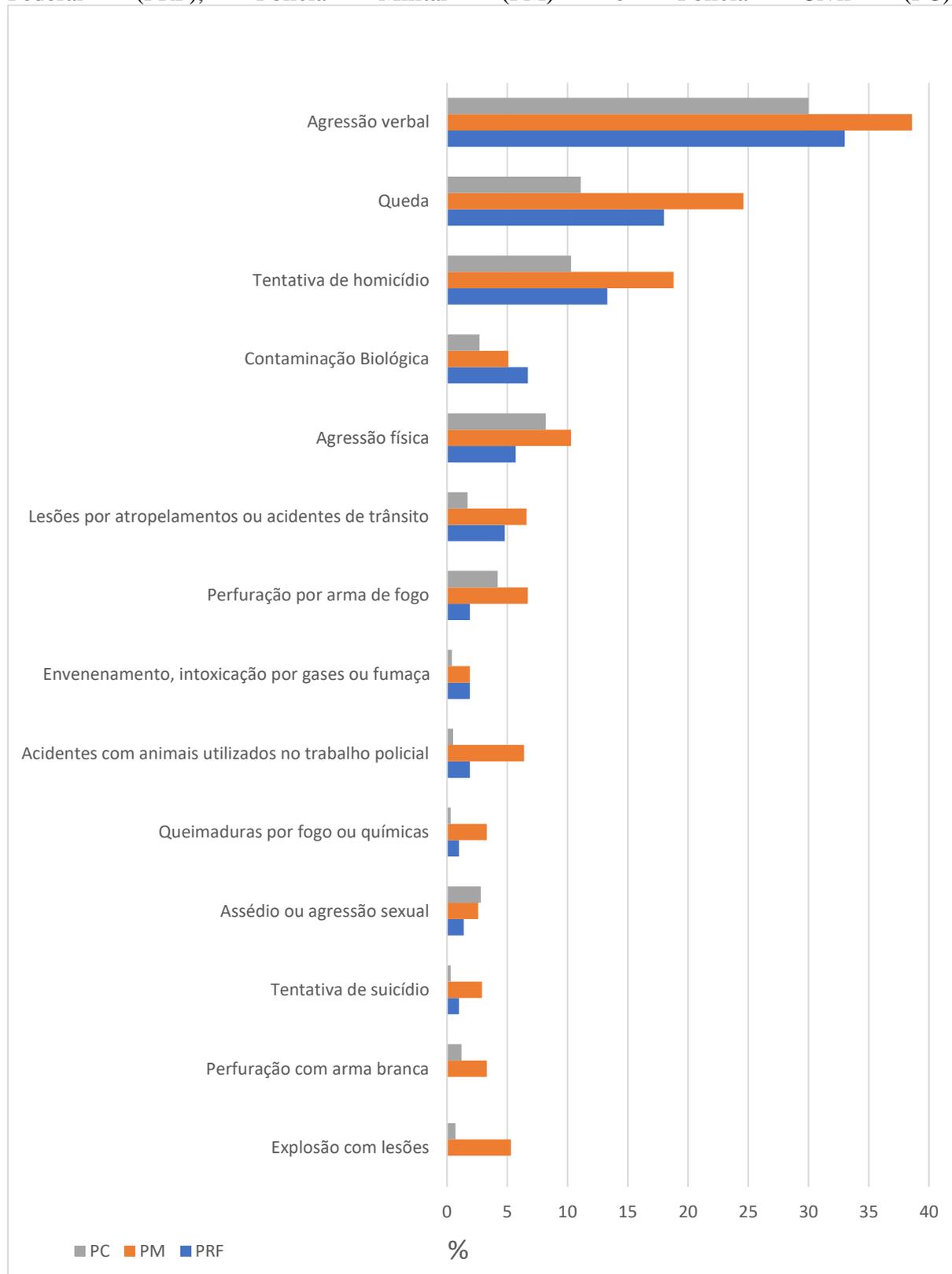
Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O gráfico 35 apresenta um comparativo das vitimizações não letais entre a Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Rodoviária Federal. O polícia militar é o mais vitimizado, contudo a distância entre ele e o policial rodoviário federal é curta, ocupando valores intermediários entre os da Polícia Militar e da Polícia Civil. Assim, o entendimento de que policiais de natureza ostensiva guardam maior aproximação é reforçado diante dos dados encontrados. O que não significa, entretanto, que a polícia civil tenha resultados menos drásticos quanto a saúde de seus policiais.

A distribuição proporcional das vitimizações entre as três forças policiais demonstra uma grande semelhança. A agressão verbal, queda e tentativa de homicídio são as principais vitimizações para os policiais, com a PRF apresentando valores intermediários entre a PM e a

PC. A contaminação biológica foi o único item no qual a PRF esteve acima, proporcionalmente, das demais. A lesão por atropelamento de trânsito na PRF apresentou resultado semelhante ao encontrado na polícia militar e ao contrário que julgam os policiais rodoviários federais não é a principal causa de vitimização no trabalho.

Gráfico 35 – Distribuição proporcional das vitimizações de policiais na Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Militar (PM)² e Polícia Civil (PC)¹.



Fonte: MINAYO *et al.*, 2008; MINAYO e SOUZA, 2003.

8.5 QUALIDADE DE VIDA

Para entender como o policial utiliza a seu período de folga, foi solicitado que escolhesse uma ou mais opções de lazer. O resultado é apresentado no gráfico 36 e, discutido a seguir.

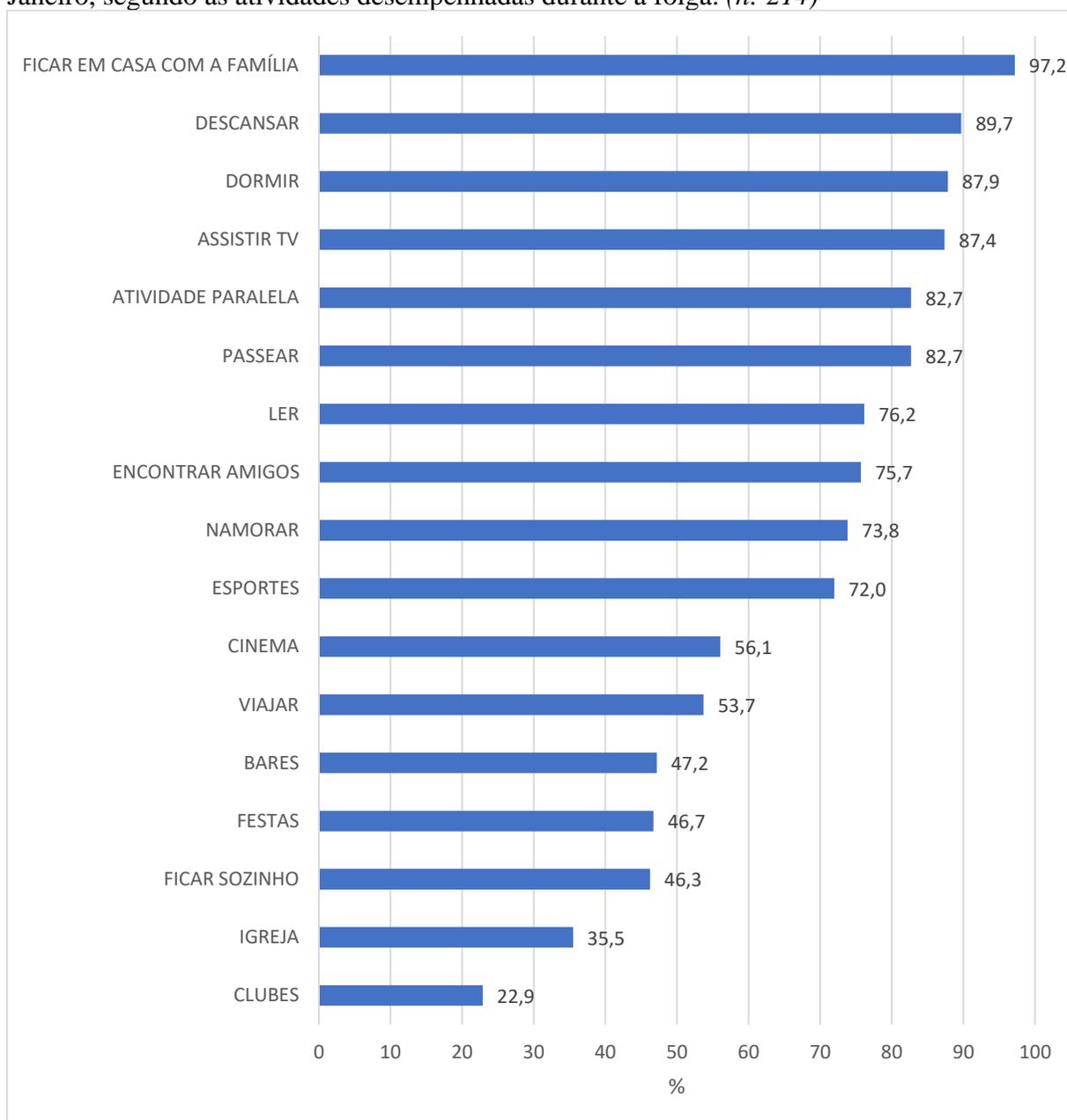
Ficar em casa com a família teve quase 100,0% de adesão nas escolhas. Entre 80,0% a 90,0% de escolhas ficaram as seguintes opções, em ordem decrescente: descansar, dormir, assistir televisão, exercer uma atividade paralela e passear. Nesse grupo, o lazer está focado no descanso e relaxamento, exceto o exercício de atividade paralela.

As opções entre 70,0% a 80,0%, também em ordem decrescente, foram: ler, encontrar os amigos e namorar. No intervalo entre 40,0% a 69,9% de escolhas foram: ir ao cinema, viajar, festas, bares, ficar sozinho e ir à igreja. Frequentar clubes foi a menos escolhida, com 22,9%.

A distribuição encontrada nessa pesquisa acompanha os resultados da Polícia Militar, onde as opções: ficar em casa com a família, ver televisão, descansar e dormir foram as escolhas de mais de 80,0% dos policiais (MINAYO et al, 2008). Na Polícia Civil, ficar em casa com a família, descansar e ver televisão tiveram mais de 80,0% das escolhas (MINAYO e SOUZA, 2003). Para ambas instituições, as opções menos escolhidas foram: viajar, ir a bares, ficar sozinho e ir a clubes.

A diferença mais marcante é o exercício de atividade paralela, que na Polícia Militar alcançou 18,8% dos oficiais e 34,2% dos não oficiais. Na Polícia Rodoviária Federal chegou a 82,7%. Se por um lado, na Polícia Militar e na Polícia Civil, o exercício de outra atividade vincula-se à complementação de renda, na Polícia Rodoviária Federal ocorre por outras razões, uma vez que apenas 16,0% possuem ganhos pecuniários nessas atividades. Como a pesquisa não investigou os tipos de atividades paralelas desempenhadas, pode-se inferir que sejam atividades ligadas ao estudo (acadêmico ou direcionada a outro concurso), voluntárias ou mesmo uma intencionalidade em não informar à pesquisa.

Gráfico 36 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo as atividades desempenhadas durante a folga. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A satisfação do policial em relação aos componentes sociais pode ser observada no gráfico 37, onde os policiais mostraram-se mais frequentemente satisfeitos em todos os quesitos. Dentre as opções que apresentaram maior grau de insatisfação (somadas as respostas “muito insatisfeito” e “insatisfeito”), destacaram-se com aproximadamente 20,0% o padrão de vida; o tempo para o lazer; a realização profissional e a saúde.

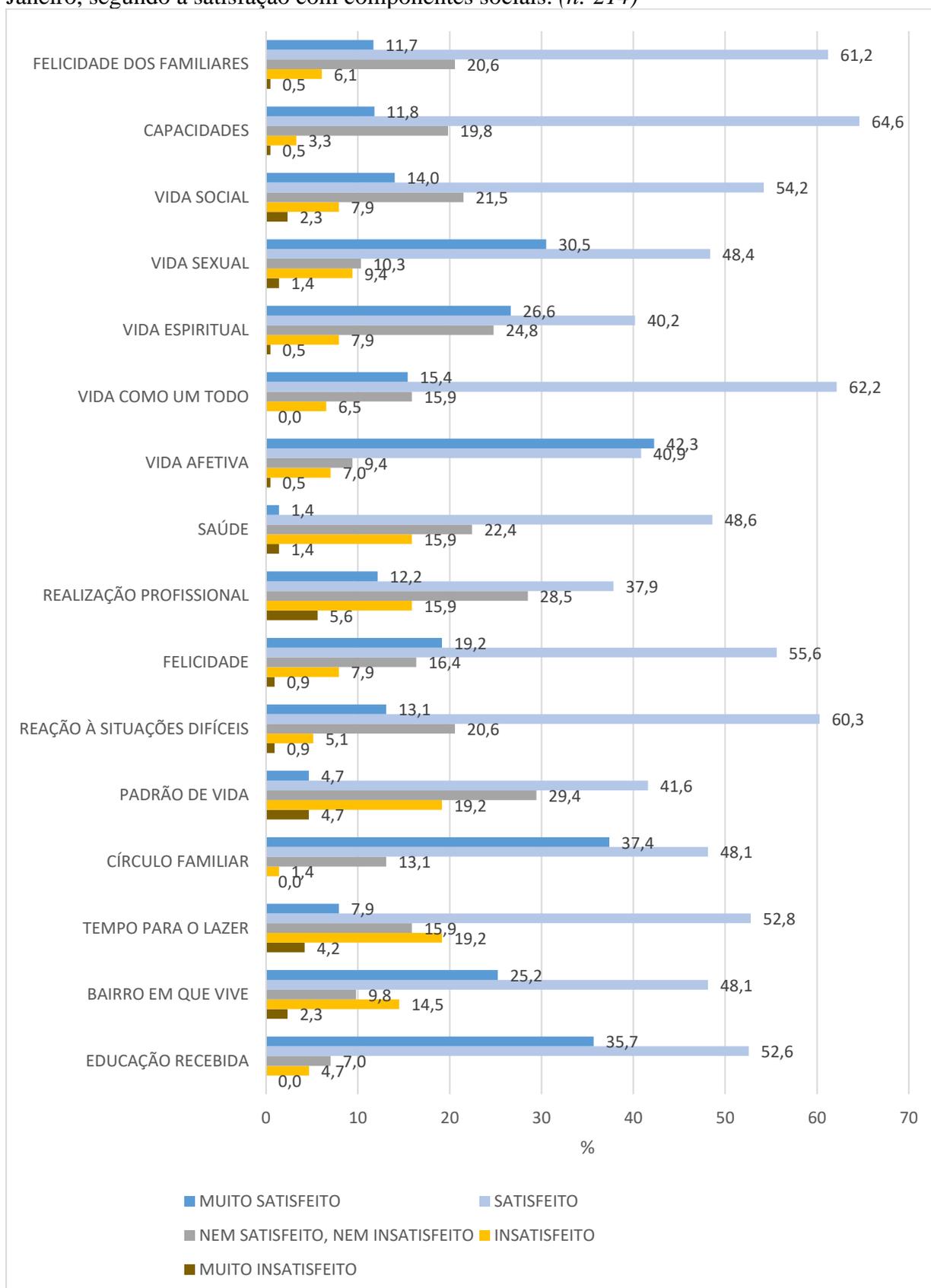
Para os policiais rodoviários federais, as opções que mais os fazem sentir plenamente satisfeitos são: a educação recebida; o círculo familiar e a vida afetiva, todas acima de 80,0%. Entre 60,0% e 80,0% dos policiais se disseram satisfeitos com a sua felicidade e a dos

familiares, suas capacidades, sua vida sexual, espiritual, a vida como um todo, com a sua felicidade, reação a situações difíceis, seu padrão de vida, e o bairro em que moram.

Na Polícia Militar os itens com as maiores satisfações foram o círculo familiar; vida sexual; vida afetiva; educação recebida; reação a situações difíceis; capacidades; felicidade dos familiares; felicidade e vida espiritual, todos acima de 70,0% (MINAYO et al, 2008). Na Polícia Civil, o resultado é idêntico (MINAYO e SOUZA, 2003). As três corporações apresentaram resultados semelhantes.

No outro extremo, ou seja, naquilo que gera mais insatisfação, tanto a Polícia Civil quanto a Militar consideraram o padrão de vida e o tempo para o lazer como os piores itens, resultado idêntico ao da Polícia Rodoviária Federal. No entanto, a satisfação com a realização profissional e com a saúde tiveram os níveis mais baixos na PRF comparativamente às demais forças policiais.

Gráfico 37 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo a satisfação com componentes sociais. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

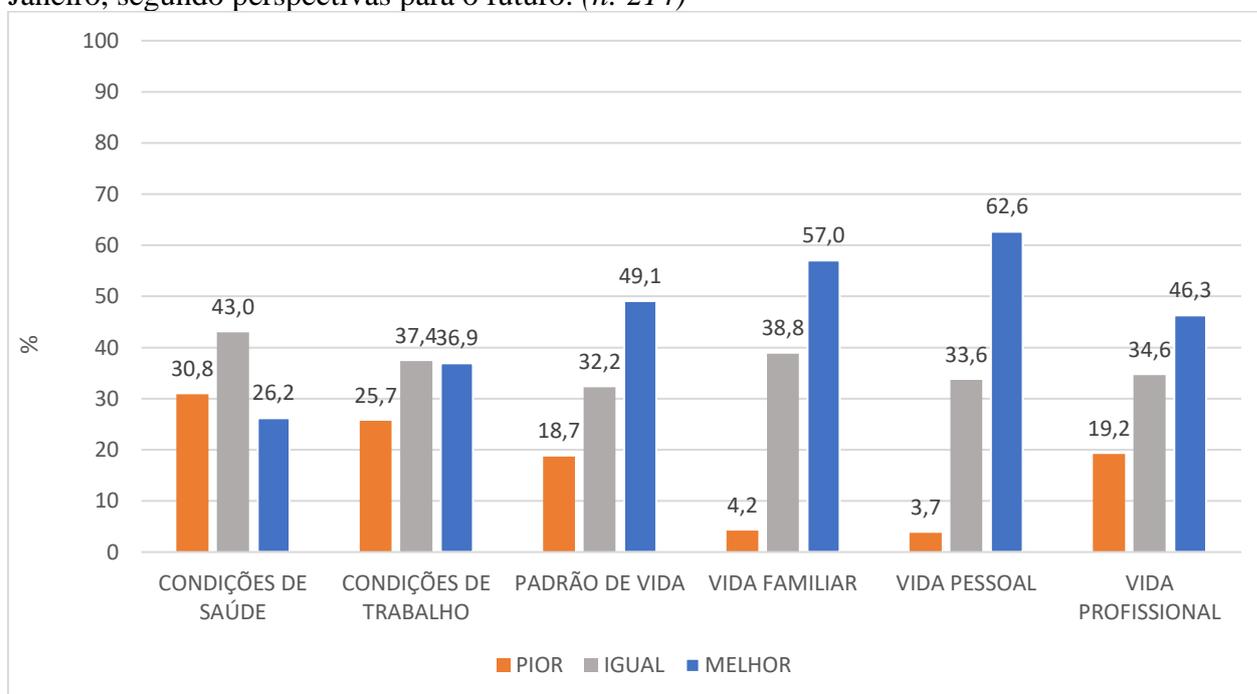
Ao policial foi solicitado que projetasse seu futuro, buscando assim observar como ele percebe seu presente. O gráfico 38 demonstra um olhar otimista para o futuro pela maioria dos policiais.

Para 60,0% dos policiais rodoviários federais, a vida pessoal será melhor e 33,6% consideram que será igual. A expectativa de uma vida familiar melhor no futuro é compartilhada por 57,0% dos policiais em consonância com 38,8% dos que acham que será igual. O padrão de vida será melhor para 49,0%, já 32,3% esperam que seja igual. A vida profissional estará melhor, no futuro, para 46,0% dos policiais e será igual para 34,6%.

As duas expectativas seguintes foram as de pior avaliação ante o futuro. A condição de saúde será igual ao presente para 43,0% e estará pior para 30,8%. A condição de trabalho será igual ao atual para 37,4%, melhor para 36,9% e pior para 25,7%.

Esse resultado aproxima a Polícia Rodoviária Federal ao encontrando na Polícia Militar, onde as condições de saúde e de trabalho obtiveram os menores índices de otimismo para o futuro. Na Polícia Civil, a condição de saúde foi o item com pior avaliação de expectativa para o futuro (MINAYO e SOUZA, 2003; MINAYO et al, 2008).

Gráfico 38 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo perspectivas para o futuro. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

8.6 APOIO SOCIAL

A relação entre apoio social, estresse e saúde vem sendo verificada por muitos estudos. Assim, a presença ou a ausência de laços sociais implica diretamente no processo de saúde ou adoecimento do indivíduo (GRIEP *et al.*, 2003; GRIEP *et al.*, 2005).

A escala de apoio social foi aplicada aos policiais rodoviários federais para medir o apoio nas esferas de interação positiva, material, informação, emocional e afetivo. O resultado é apresentado no gráfico 39.

Os policiais rodoviários federais contam mais frequentemente com o apoio afetivo, material e o emocional, enquanto o apoio de informação e a interação positiva correspondem a menores expectativas de apoio pelos policiais.

O apoio afetivo que corresponde às demonstrações de afeto, amar e sentir amado foi considerado alto para 49,3% dos respondentes e foi a dimensão na qual obteve o menor percentual de baixo apoio (20,7%), ressaltando a importância que essa dimensão representa aos policiais.

O apoio material que consiste em contar com alguém quando doente, no preparo de refeições e ajuda para ir ao médico, foi considerada alto para 42,7% dos policiais e baixo para 31,5% deles.

Já o apoio emocional que está relacionado a ter alguém para confiar, ouvir, compartilhar medos e compreender seus problemas foi alto para 40,4% dos policiais. Porém, essa dimensão apresentou maior percentual de policiais com baixo apoio emocional (30,5%) do que aqueles com médio apoio (29,1%). Esse resultado demonstra a importância que essa dimensão possui para os policiais rodoviários federais.

O apoio de informação que reúne as possibilidades de dar ou receber conselhos, teve o resultado mais equânime dentre todas as dimensões. O resultado foi considerado alto (35,7%), médio (31,9%) e baixo (32,4%) para os policiais. Nessa dimensão o percentual de baixo apoio foi superior ao médio apoio.

Por último, a interação positiva (se divertir juntos, fazer coisas agradáveis, relaxar e distrair a cabeça) foi a única dimensão a apresentar o médio apoio (36,6%) como superior ao alto (35,2%) e baixo (28,2) apoios.

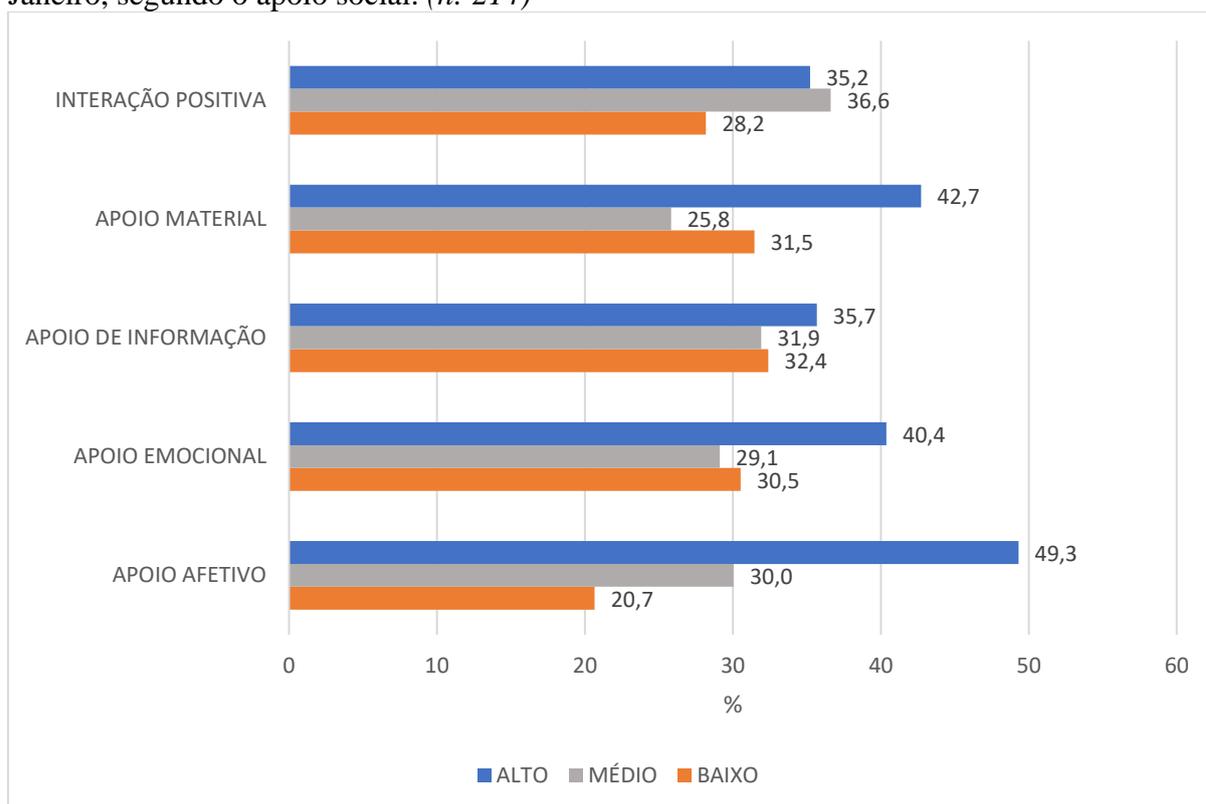
Ao verificar como policiais civis de Minas Gerais lidam com estresse, notou-se que 58,1% utilizam-se do apoio familiar, atividades físicas, apoio da religião, enquanto mais de 23,2% isolam-se para lidar com os sintomas do estresse (DELA COLETA e DELA COLETA, 2008).

Amostra de 98 policiais militares de Minas Gerais apresentaram seguintes resultados: 62,2% consideram que o trabalho interfere em seus relacionamentos interpessoais; 29,6% avaliaram sua saúde mental em estado ruim e 50,5% com baixo apoio social (FERREIRA e DUTRA, 2017).

Estudo realizado com policiais civis e militares de operações especiais do Estado de Santa Catarina, mais da metade consideraram possuir baixo apoio social dos demais colegas (PELEGRINI, et. al., 2018)

Em uma instituição na qual o concurso é disputado, como é o caso da PRF, não é raro o recém aprovado ser lotado em localidade distante da sua rede de apoio. Assim como, o policial rodoviário federal que ao participar de determinada missão em outra localidade, pode ficar determinado período²³ sem contato com sua rede de apoio.

Gráfico 39 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo o apoio social. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

²³ Esse período varia de acordo com a missão pretendida e da função que executa. Pode ser de algumas horas até meses.

8.7 SOFRIMENTO PSÍQUICO

O policial foi convidado a relatar os sintomas físicos e mentais sentidos ultimamente, na qual poderiam escolher uma ou mais opções, o resultado é demonstrado no gráfico 40. O sintoma mais frequente, para 65,7% dos policiais, foi dormir mal. O segundo foi sentir-se nervoso, tenso ou agitado, sintomas que atingiram 60,0% dos policiais. Outros sintomas atingiram cerca de 1/3 dos policiais, como: dor de cabeça (38,6%); cansar-se facilmente (35,1%); sentir tristeza (34,1%); insatisfação com as tarefas diárias (33,3%) e sentir-se cansado o tempo todo (32,4%). A sensação desagradável no estômago foi relatada por 22,9% e a percepção de que o trabalho é responsável pelo sofrimento foi sentido por 21,0% deles.

Outros sintomas, ainda que com baixos percentuais, são motivos de intensa preocupação e requerem um olhar atento, são eles: sentir-se incapaz de desempenhar um papel útil na vida (12,3%); chora mais que o costume (11,9%); ideia de acabar com a vida (3,8%). Esse último sintoma é agravado pelo percentual de 1,0% de suicídio tentado de acordo com a presente pesquisa.

Para policiais italianos, há a necessidade de criarem programas de apoio psicológico, monitoramento e controle do sofrimento psicológico, além da formação específica para lidar com o tema do suicídio com os policiais (GRASSI *et al.*, 2018).

Na Polícia Rodoviária Federal, ocorreram 11 suicídios no período de 2006 a 2016. Apenas no intervalo de 2014 a 2016 foram registrados 05 óbitos por suicídio. Em todas essas mortes, as armas de fogo da própria instituição foram utilizadas (MARTINS, 2016). A análise do perfil de 26 casos (2005 a 2009) de suicídio na Polícia Militar do Rio de Janeiro revelaram que a maioria dos vitimizados eram os não oficiais, homens e com faixa etária de 31 a 40 anos (MIRANDA, 2016).

É muito relevante que 36,6% dos policiais rodoviários federais apresentem sofrimento psíquico, e que essa proporção seja superior ao resultado encontrado na Polícia Militar (35,7%) e na Polícia Civil (20,2%) (MINAYO e SOUZA, 2003; SOUZA, *et al.* 2012). Outra pesquisa confirmou maior sofrimento psíquico entre os policiais militares (33,6%) em relação aos policiais civis (20,3%) no Rio de Janeiro (MINAYO *et al.*, 2011). Já pesquisa com policiais militares do Mato Grosso, revelaram que 18,2% possuíam sinais compatíveis como transtornos psiquiátricos menores (MORAIS, 2017).

Alguns elementos podem funcionar como catalisadores do sofrimento mental. A sobrecarga e acúmulo de funções no trabalho, tempo limitado para o descanso e lazer, condições

materiais precárias, contato constante com a morte nos acidentes de trânsito e uma percepção de risco constante. As falas seguintes exemplificam os dados discutidos até aqui.

Gostaria de relatar a falta de tratamento psicológico ou acompanhamento. Devido a profissão ter a necessidade desse tipo de acompanhamento, indispensável, por diversas vezes tive que para o tratamento por falta de grana. (Policial 4).

Estamos abandonados ... a própria sorte. A carga (de trabalho) é desumana. (Policial 12).

Sinto-me abandonado pelo Governo, que não trata o policial como um profissional diferenciado que merece tratamento diverso dos demais, principalmente na questão da aposentadoria e pensões pós morte. A Polícia Brasileira está doente. (Policial 13).

Dificuldade de respiração e dor no abdômen e tórax (...) diagnosticada como exaustão e transtorno de ansiedade devido ao período prolongado de estado de alerta mental (principalmente durante o sono, polissonografia bem alterada), atualmente em tratamento contínuo com ansiolíticos e analgésicos. (Policial 15).

Em estudo sobre sofrimento psíquico de policiais militares do Rio de Janeiro, fatores como capacidade de reagir a situações difíceis, grau de satisfação com a vida, comprometimento das condições de saúde física e mental, trabalhar além do horário, estresse nas atividades laborais e a vitimização influenciam o desenvolvimento de sofrimento psíquico entre os policiais militares (SOUZA *et al.*, 2012). Costa *et al.* (2007) avaliou estresse entre policiais militares do Rio Grande do Norte e encontrou que 52,6% deles apresentavam sintomas compatíveis.

Em estudo com policiais militares afastados de seus serviços e em atendimento Biopsicossocial, no Ceará, foi observado que os policiais tendem a esconder o sentimento de medo como objetivo de não demonstrar fraqueza. Essa negação, somados ao desencanto profissional e o risco iminente a sua integridade física, produzem angústia e sofrimento (SALES e SÁ, 2016). Há uma construção simbólica do policial como aquele que se sacrifica na defesa do estado, que tem a profissão como um sacerdócio (SÁ, 2002) ou mesmo na jornada do herói. O desgaste na profissão com agravamento de lesões físicas e psicológicas fazem com que o policial transfira a violência do seu corpo para o indivíduo (inimigo) a cada esquina (SALES e SÁ, 2016).

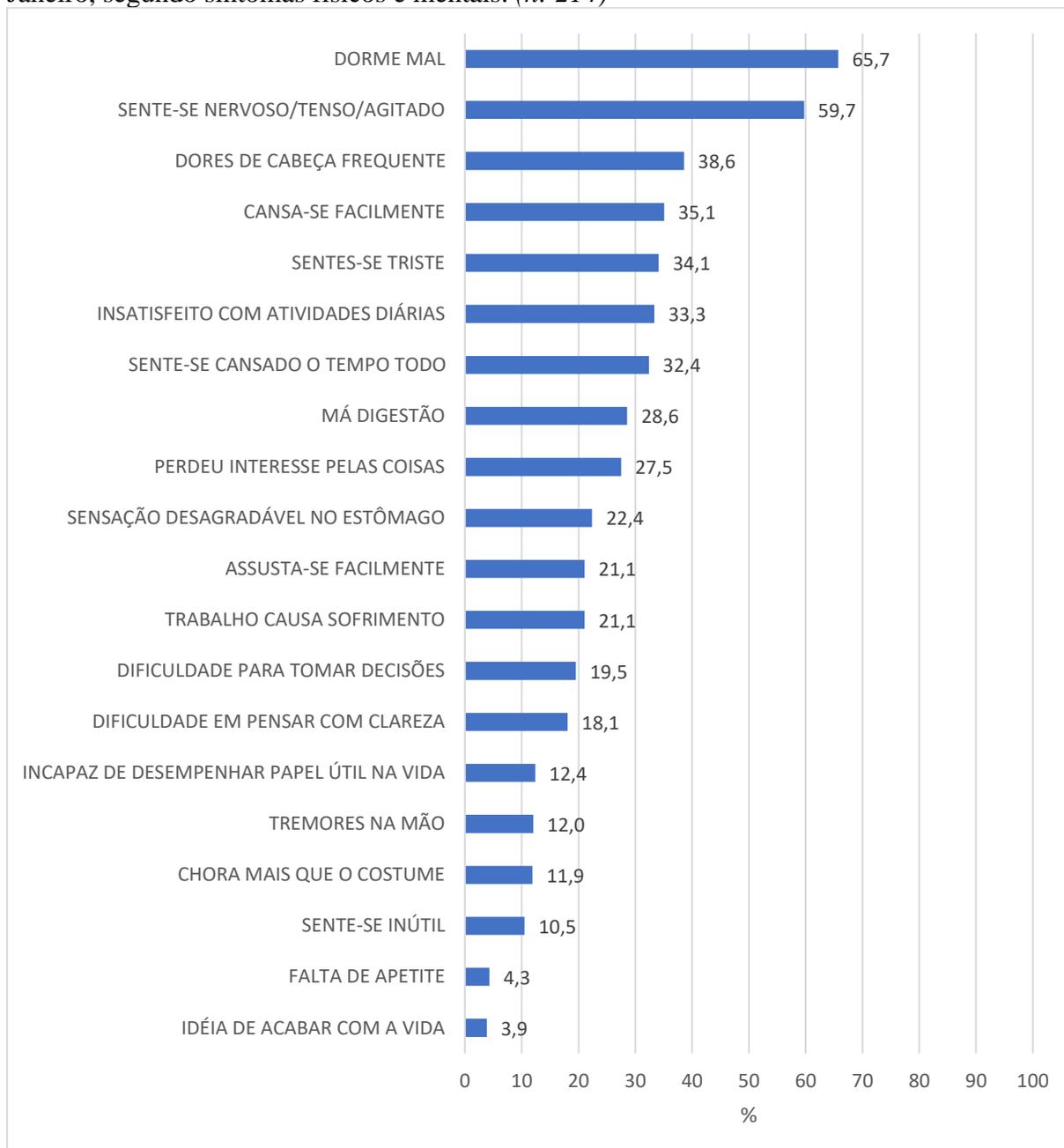
Policiais militares do Pará relataram que escondem, frequentemente, patologias do restante da corporação, evitando demonstrar incapacidade para o trabalho e aos recorrem as licenças médicas para tratamento de saúde acabam por serem estigmatizados (NUMMER e CARDOSO, 2019).

Pesquisa com Policiais Federais lotados em São Paulo revelou que 38,4% apresentaram sintomas de estresse em nível elevado (ROSSETTI, *et al.*, 2008). Na análise de Licenças para

tratamento de saúde dos Policiais Federais de Santa Catarina demonstrou que transtornos mentais e comportamentais representaram 45,6% dos dias faltados em 2006, seguidos por doenças do sistema osteomuscular e conjuntivo com 25,1% das faltas (ELY, 2007).

Entre as estratégias coletivas, a narrativa da adrenalina, forjando sua identidade e naturalizando a morte é a mais frequente. No sofrimento psíquico, os policiais sentem-se frustrados por não corresponderem aos anseios sociais de resolverem os problemas da segurança pública (MOREIRA *et al.*, 1999). O sofrimento psíquico é agravado diante de casos de deficiência adquirida, que incapacita os policiais para o trabalho é percebida como interrupção na carreira policial e na sua própria identidade (LOPES e LEITE, 2015).

Gráfico 40 – Distribuição proporcional dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro, segundo sintomas físicos e mentais. (n: 214)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Na literatura internacional, o sofrimento psíquico, o apoio social e variáveis estressoras foram objeto de estudos, que buscaram traçar variáveis preditivas para tais eventos.

Em pesquisa com 750 policiais da polícia do Sri Lanka, a prevalência de depressão foi de 10,6% (WICKRAMASINGHE *et al.*, 2016).

A taxa de suicídio entre profissionais de serviços de emergência e de proteção, na Austrália, em série histórica de 12 anos (2001-2012) foi de 22,4 por 100.000 em homens e 7,8 em mulheres (MILNER *et al.*, 2017). Estudo com 124 policiais da Colômbia, demonstrou que

52,4% encontravam-se em risco de estresse após eventos traumáticos (GONZÁLEZ-PENAGOS *et al.*, 2013).

Pesquisa com 6103 policiais Italianos identificaram fatores de risco para a saúde e o meio ambiente como a necessidade da prevenção, a reação emocional ao suicídio, negação, indiferença e minimização, além dos riscos relacionado a fatores pessoais (GRASSI *et al.*, 2018).

Na Índia, policiais rodoviários apresentaram como ordem de prevalência de estresse, horas extras, jornada noturna e risco de lesões. Na mesma pesquisa, 30,0% mostraram grau de angústia elevado (SONI *et al.*, 2016). Na Nova Zelândia, em uma amostra com 603 policiais, foi observada uma correlação estatística entre exposição a eventos traumáticos e o estresse psicológico e com síndrome de Burnout. Houve uma correlação significativa entre dificuldades no trabalho e sofrimento psíquico, assim como com Burnout. Nessa pesquisa, o apoio de familiares, de colegas e de supervisores não foram significativas (GEESON, 2017). Resultado diverso foi encontrado no Paquistão, na qual a presença de uma supervisão abusiva foi significativa para o sofrimento psíquico nos policiais (SALAEEM *et al.*, 2018).

No Reino Unido, amostra de 426 policiais descreveram os incidentes mais marcantes, desses, 71,5% dos policiais consideram a morte como evento memorável, incluídos os assassinatos, suicídios e acidentes de trânsito (MITCHELL *et al.*, 2000).

Eventos estressantes guardam relação com depressão e transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) e essas associações são modificadas pela organização do trabalho (MNATSAKANOVA *et al.* 2014).

Estudo com policiais no sudoeste americano, mostraram que estressores organizacionais são mais preditivos para a intensidade dos sintomas de TEPT do que a frequência de incidente de natureza crítica. (CLAIR, 2006).

A pesquisa ajustou um modelo logístico visando a identificar os fatores associados ao sofrimento psíquico dos policiais rodoviários federais.

Os resultados apresentados na tabela 2 referem-se às razões de chances brutas e ajustadas dos policiais com sofrimento psíquico em relação aos outros policiais para cada variável do modelo final. Embora o foco das análises sejam as razões de chances ajustadas, optou-se por apresentar também os valores obtidos para as razões de chances brutas, para observar o efeito de cada variável sobre o fenômeno de forma bruta e quando controlado por outros fatores.

Tabela 2 – Associação entre variáveis selecionadas e a presença de sofrimento de policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro.

Variáveis (n=208)	Categorias	OR bruta	IC 95% OR bruta	OR ajustada	IC 95% OR ajustada
Perfil					
Ter filhos (Referência = Não)	Sim	2,03	0,97 4,25	3,03	1,19 7,72
Realização profissional					
Grau de satisfação com a realização profissional (Referência= Muito satisfeito/Satisfeito)	Muito insatisfeito / Satisfeito	6,37	2,98 13,63	9,51	3,49 25,90
	Nem satisfeito, nem insatisfeito	2,48	1,23 5,01	2,52	1,06 5,98
Apoio					
Apoio social (Referência=Alta)	Baixa	4,36	2,07 9,18	4,67	1,87 11,66
	Média	1,50	0,66 3,42	1,78	0,66 4,77
Condições de saúde					
Dores de cabeça frequentes / enxaquecas nos últimos 12 meses (Referência=Não)	Sim	5,03	2,72 9,32	7,97	3,63 17,49
Hérnia de disco ou pinçamento de nervo nos últimos 12 meses (Referência=Não)	Sim	2,51	1,38 4,59	3,32	1,51 7,32

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Desse modo, interpretando os resultados apresentados na tabela acima, ter filhos corresponde a 2,03 vezes mais a chance de apresentar sofrimento psíquico comparativamente aos policiais que não possuem filhos. Há possibilidade da natureza econômica, no custo da manutenção de filhos, assim como a relação com o entendimento majoritário na Polícia Rodoviária Federal na qual o risco da profissão policial se estende aos familiares.

No anexo VI estão listadas todas as variáveis estatisticamente significativas para sofrimento psíquico nos modelos simples, mas que ficaram fora do modelo final.

Vale ressaltar que este resultado não teve paralelo em outros estudos nacionais e internacionais encontrados para subsidiar a discussão nessa pesquisa. A família apareceu, em outras pesquisas, como elemento protetivo. Portanto, crucial compreender essa variável como preditiva para sofrimento na PRF.

Se por um lado, a insatisfação com o salário pode influenciar nesse resultado, uma vez que os custos que envolvem a criação de filhos são elevados, esse não parece ser o elemento primordial.

Essa pesquisa demonstrou como é total a percepção de risco (constante ou eventual) pelos respondentes. Não é difícil supor que essa percepção pode amplificar os anseios do que

significa, para o policial, a sua morte e o impacto gerado em sua família nos aspectos emocionais e preocupação quanto à segurança financeira de sua família. Pois, a morte do policial não garante a manutenção da remuneração a família, assim como não há seguro de vida institucional.

Outro aspecto que reforça a relação entre risco e sofrimento, foi o resultado encontrado no qual aproximadamente 90,0% consideraram que a família se encontrava sobre risco. O policial além de lidar com seus sentimentos diante de sua percepção de risco, precisa também gerenciar os impactos emocionais em perceber a família como sujeita a ser alvo de uma violência colateral a sua atividade enquanto policial.

A satisfação com a realização profissional foi analisada agrupando as categorias muito satisfeito com satisfeito e muito insatisfeito com insatisfeito. Desse jeito, a insatisfação com o trabalho indica um aumento de 8,51 vezes na chance de apresentar sofrimento do que policiais satisfeitos com o trabalho. Apresentar-se como nem satisfeito e nem insatisfeito quanto ao trabalho demonstra um aumento de 152,0% na chance de estar em sofrimento psíquico. Esse é uma relação encontrada em diversos estudos e de grande influência para o sofrimento na PRF. A satisfação com o trabalho é fundamental como proteção à presença de sofrimento (VIOLANTI e ARON, 1993; SOUZA, *et al.*, 2012; PINTO, *et al.*, 2013; GEESON, 2017; SALAEEM *et al.*, 2018)

Seguindo a análise do modelo final, o policial com baixo apoio social tem 3,67 vezes mais chance de encontrar-se em sofrimento psíquico comparando aos policiais com alto apoio social. Possível perceber uma relação inversa entre o apoio social e o sofrimento psíquico. Assim, essa categoria torna-se ainda mais importante em uma profissão na qual o recém aprovado em concurso pode ser lotado em lugares distantes de suas redes sociais e familiares.

Dentre todas as variáveis das condições de saúde que se apresentaram significativas, apenas duas entraram no modelo final. Apresentar o sintoma de dor de cabeça frequente ou enxaqueca aumenta 6,97 vezes a chance de ter sofrimento psíquico nos policiais se comparados àqueles que não apresentam esse sintoma. Ter hérnia de disco ou sensação de nervos pinçados aumenta em 2,32 vezes a chance de estar em sofrimento psíquico em comparação aos policiais sem esse sintoma.

Em investigação sobre os fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais civis no Rio de Janeiro, notou-se que 21,0% apresentavam sofrimento. No modelo estatístico final, as seguintes variáveis foram significativas para presença do sofrimento, o grau de satisfação com a vida como um todo, grau de satisfação com a capacidade de reagir a situações difíceis, problemas de saúde relacionados ao sistema nervoso, exercer trabalho para o qual foi treinado,

vitimização e localização da unidade (Capital, Interior ou Baixada) (PINTO, *et al.*, 2013). Policiais militares tiveram como fatores associados ao sofrimento psíquico a capacidade de reagir a situações difíceis, o grau de satisfação com a vida, comprometimento das condições de saúde física e mental, trabalhar além do horário, estresse nas atividades laborais e a vitimização. Variáveis do perfil socioeconômico e demográfico não foram ficaram no modelo logístico final (SOUZA, *et al.*, 2012).

Na China, amplo estudo com cerca de 6000 policiais mostrou uma associação significativa entre o sofrimento psíquico e dislipidemia e doenças crônicas como Hiperglicemia, Hipertensão (CHEN, *et al.*, 2015)

No Canadá, 31,0% de amostra de policiais apresentavam TEPT. A ansiedade mostrou-se associada ao trauma e depressão. O apoio social teve associação para depressão, mas não para outras medidas de aflição. As variáveis preditoras para o sofrimento psíquico foram estilo de enfrentamento, controle interno, suporte social, anos de trabalho e estresse frequente (REGEHR *et al.*, 2013). Também no Canadá, outra amostra de policiais teve as variáveis sócio demográficas e condições de trabalho como preditivas para sofrimento psíquico. Apenas duas variáveis foram consideradas significativas, ser solteiro (comparados ao que tinham parceiros) e maior conflito na relação familiar devido ao trabalho (isolamento social, por exemplo). Também foi observado associação entre o desequilíbrio na relação esforço e recompensada com piora na saúde mental (JANZEN, *et al.*, 2007a; JANZEN, *et al.* 2007b).

Na Finlândia percebeu-se associação entre a violência e presença de sofrimento psíquico em policiais. A expectativa de sofrer violência foi causal para sofrimento psíquico. Dessa, entenderam que as intervenções para a saúde mental desses policiais deveriam ser focadas nos grupos mais expostos a violência (LEINO *et al.*, 2011).

A média geral de sofrimento psíquico foi maior nas mulheres (0,48) do que para os homens (0,36) mas a diferença não foi estatisticamente significativa ($p = 0,13$), conforme achados em pesquisa com policiais de Nova York (ANDREW, *et al.*, 2008).

Estudo realizado com policiais americanos demonstrou a relação entre estresse e o sofrimento psicológico. Eventos estressores da organização do trabalho foram significativos para aumento do sofrimento psíquico e para diminuição da satisfação com o trabalho. Estressores organizacionais apresentaram efeito sobre a aflição 6,3 vezes a eventos estressores inerentes a profissão policial (perigo, violência, crime). A satisfação com o trabalho foi significativa para menor presença de sofrimento (VIOLANTI e ARON, 1993).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades metodológicas já foram apresentadas e discutidas no capítulo 6, como a baixa adesão de participantes (n: 214) em um universo de 821 policiais (incluindo os de licenças diversas e férias). Porém, é pertinente ressaltar que o engajamento dos gestores influenciou positivamente a taxa de resposta do público alvo, dobrando o número de participações depois da última chamada realizado pelo Superintendente da PRF/RJ. Outro importante destaque foi o quantitativo de atestados médicos durante o período, aproximadamente 250.

Por último, ainda que ao longo da discussão a comparação entre a Polícia Militar e a Polícia Civil ocorra, não era objetivo da pesquisa. Alguns resultados das condições de trabalho e de saúde, podem estar relacionados a uma maior escolaridade dos policiais rodoviários federais, o que aumentaria a percepção crítica da sua condição. Assim como, o resultado também pode ter sido influenciado pelos diferentes processos de trabalho dessas instituições. Porém, na ausência de estudos específicos sobre a PRF e levando em consideração que a metodologia de estudos anteriores da Fiocruz serviu de modelo para essa pesquisa, essas comparações se tornaram inevitáveis, além da percepção da universalização da condição policial.

O principal objetivo dessa pesquisa foi realizar um estudo transversal que fornecesse um panorama das condições de trabalho e saúde dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro.

Ao ser demonstrado um quadro das condições de saúde e de trabalho, amplia-se a possibilidade e a necessidade de aprofundar questões que essa pesquisa levantou. Para cada achado há perguntas que o tempo da pesquisa de uma dissertação de mestrado impede a busca de respostas.

O levantamento bibliográfico utilizado nessa pesquisa com instituições policiais deixa evidente o quanto a polícia rodoviária federal carece como objeto de estudo. Por isso, na ausência de estudos sobre a PRF, utilizou-se os achados de outras instituições policiais do Brasil e de outros países. Ainda que não fosse parte do objetivo, a comparação com pesquisas anteriores da Fiocruz com a Polícia Civil e Polícia Militar foi crucial para se estabelecer uma discussão.

A metodologia empregada e o estudo realizado são inéditos para a Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro e para outros estados.

Este estudo buscou coletar e sistematizar informações sobre um tema ainda muito pouco estudado em nossa realidade, com intuito de auxiliar a tomada de decisão e implementação de programas pelos gestores que possam melhorar o bem-estar dos policiais e as condições de trabalho da PRF. Como a ausência de informações é fator que limita as ações, esse trabalho buscou suprir essa lacuna não só a PRF do Rio de Janeiro, mas pode servir de modelo para futuros estudos nacionais sobre a PRF.

A pesquisa também demonstrou que a identidade policial é uma categoria compartilhadas por todos que estão nessa função, nos riscos percebidos e vivenciados, na carência de apoio da sociedade, no ambiente fechado e isolado aos demais. Porém, essa aproximação parece ser ainda maior entre as polícias ostensivas.

Assim, dentre as informações encontradas, destacam-se a seguir, as questões mais pertinentes por esse estudo.

✓ Perfil Sociodemográfico e profissional

A pesquisa mostrou um perfil de policiais predominantemente masculino, branco, casado, com filhos e de nível superior. A faixa etária de 36 anos a 45 anos correspondeu a mais da metade dos respondentes, cujos policiais possuíam até 10 anos de carreira, em sua maioria, no momento da pesquisa. A atividade operacional foi, obviamente, a atividade mais citada cuja escala de 24 horas de trabalho por 72 horas de descanso foi a mais comum. A jornada além do horário estabelecido mostrou-se comum, em razão das obrigações vinculadas ao trabalho.

Ainda que a superação da divisão sexual do trabalho não esteja em um horizonte próximo, a PRF pode estimular o estudo e o espaço para reflexão sobre o seu papel enquanto polícia, para além das percepções que apenas reforçam a hipermasculinidade na polícia.

A Instituição pode elaborar estratégias que reduzam a possibilidade do policial trabalhar além do seu horário, superando assim um olhar que normaliza esse aspecto rotineiro do trabalho.

✓ Condições de trabalho

Diante da possibilidade de recomeçar a vida profissional, muitos afirmaram que gostariam de iniciar outra carreira, cujo percentual foi mais acentuado entre os policiais que desempenham atividades operacionais.

Ainda que as lutas sindicais por melhorias de condições de trabalho e salários sejam dignas, a gestão também possui um protagonismo para a satisfação do policial em sua profissão. Perder um profissional já experiente é oneroso, dessa forma, buscar a diminuição de fatores desestimulantes ao bom desempenho policial é algo a ser continuamente buscado pela PRF.

Nessa pesquisa foi apontada que as capacitações são oferecidas desigualmente. Somados a essa informação, os policiais rodoviários federais demonstraram interesse em uma continuação de seus estudos em cursos técnicos, superior e pós-graduação, o que evidenciou uma demanda latente na PRF. Essa demanda, estimulada por acordos com instituições de ensino e somadas ao plano estratégico, pode catalisar ganhos a Polícia Rodoviária Federal a médio e longo prazo.

A maioria dos materiais de trabalho foram mal avaliados. As experiências internas de avaliação disponibilizadas a todos policiais podem ser frequentes e estimuladas, ainda que a PRF consulte seus servidores com conhecimentos específicos para avaliar o material utilizado, a participação pode ser ampliada.

O curso de formação profissional pode ser avaliado, após o término, pelos alunos e professores, de forma anônima. Conjuntamente a isso, seria importante oferecer aos policiais com tempo de serviço superior há 01 ano, a possibilidade de reavaliar o curso de formação realizado e de como seu aprendizado dialoga com suas necessidades profissionais. Essa investigação periódica pode fornecer uma forma de melhorar o desempenho e efetividade do curso de formação profissional.

Estimular a formação de policiais mestres e doutores que possam realizar pesquisas e aprofundar temas pertinentes à instituição, criando e mantendo critérios definidos e públicos para concessão de licenças e escolhas dos temas de importância, respeitado um percentual de licença ao ano.

Um aspecto caro aos policiais e à instituição diz respeito a jornada de trabalho noturna, cujos efeitos podem ser minimizados. Para tal é necessário pesquisar esse tema para compreender os efeitos nas alterações de vigília e sono na saúde dos servidores. A adoção e manutenção de turnos de descanso durante o plantão reduz a chance de acidentes e melhora a chance de respostas rápidas.

Como uma categoria profissional com experiência em lidar com a relação vigília-sono e que compreende os horários de maior demanda em seu trabalho, o policial tem papel fundamental nestas pesquisas. Em vista disso, qualquer proposta que envolva mudança na escala deve ser baseada em diagnóstico multifacetado que considere a complexidade das

relações de trabalho, além do incremento da produtividade em serviço, o convívio social e a saúde do policial, principal ator em qualquer decisão sobre o seu trabalho.

Muitos dos problemas identificados neste estudo apontam para a insuficiência de efetivo. A realidade de trabalhar em dupla ou trio em condições de estresse constante e de percepção de risco integral impacta sobremaneira na saúde de cada policial. Ainda que não seja possível em curto ou médio prazos uma ampliação do número de policiais por meio de concursos, a administração deve sobrepesar as necessidades políticas e de percepção de segurança dos cidadãos com o que de real pode oferecer, ainda que isso implique no fechamento de unidades ou em modificações na forma de atuar nas rodovias.

De posse de um material que trouxe luz às condições de trabalho e de saúde dos policiais da PRF do Estado do Rio de Janeiro, outras pesquisas e trabalhos de colegas ou da própria administração devem buscar modelos de gestão para lidar com a expectativa de policiamento exequível tanto para a população como também para os policiais, frente a problemas práticos como tempo de resposta, segurança dos policiais, unidades operacionais em atividade.

Torna-se necessário estudar a ampliação de critérios de avaliação do trabalho do policial rodoviário federal, que incluam o bem-estar do policial e a satisfação dos usuários, trazendo uma percepção mais próxima da realidade do policial.

Procurar lidar com trabalho além do horário e minimizá-lo, buscando alternativas em diálogo com os próprios policiais.

A satisfação com o trabalho aparenta uma relação inversa ao sofrimento psíquico, quanto maior a satisfação com o trabalho, menor a possibilidade de apresentar sofrimento psíquico. Dessa forma, inserir os policiais rodoviários federais no controle do processo de trabalho, ampliando as condições de satisfação laboral é uma medida possível a ser conduzida pela instituição.

✓ Condições de saúde

A implementação do programa de Educação Física Institucional foi importante para a saúde dos policiais. Sugere-se a manutenção desse programa e procurar incentivar sua adesão.

As doenças respiratórias mais relatadas foram a rinite alérgica e sinusite. Dentre os problemas cardiovasculares, a hipertensão surgiu como principal agravo. Para o sistema digestivo, a indigestão frequente e gastrite crônica foram os mais citados. Já o sistema tegumentar e locomotor, mostraram-se mais diversos. O maior percentual ficou com as dores de pescoço, costas ou coluna frequente, seguidos da hérnia de disco; torção e luxação; dor no

nervo ciático e bursite. As dermatites por contato também foram destacadas pelos policiais. Entre as doenças do sistema nervoso, a cefaleia constante é a que mais atingiu os policiais rodoviários federais. Problemas envolvendo miopia, astigmatismo e hipermetropia concentraram a maior quantidade de problemas que envolviam a capacidade de visão, audição e fala.

Quanto a percepções de risco, ela foi total para os policiais e quase atingiu a totalidade dos respondentes quando perguntados se membros da família também estariam sob risco como efeito colateral a condição policial.

As principais percepções de vitimizações foram, em ordem decrescente, ser atingido por arma de fogo, agressão física, atropelamento ou acidente de trânsito, perfuração por arma branca, danos na audição e violência psicológicas. Na confrontação com vitimizações ocorridas, a agressão verbal foi a mais relatada, seguidas da queda e tentativas de homicídio.

O sofrimento psíquico, que atingiu mais de 1/3 dos participantes, no momento da pesquisa, apresentou variáveis preditivas como a presença de filhos, o nível de satisfação com o trabalho, apoio social, dores de cabeça frequente e hérnia de disco. O modelo estatístico apresentou um cenário preocupante, que pode se agravar.

Diante desse cenário descrito, a Polícia Rodoviária Federal pode atuar para aprofundar os inúmeros pontos destacados nessa pesquisa.

Ampliar os convênios de saúde para o fornecimento de maior diversidade terapêutica, como psicologia, nutrição, fisioterapia, odontologia, terapia ocupacional, psiquiatria, além de outras práticas alternativas como acupuntura e outras.

Estudar as especificidades da saúde da mulher policial, buscando compreender como o processo de trabalho afeta as condições de saúde como relatado na literatura internacional.

Estudar e acompanhar a possível vinculação entre a atividade executada e a perda da capacidade auditiva. Seria importante que a PRF realizasse ou solicitasse exames periódicos do efetivo e, assim, traçasse um perfil epidemiológico dos problemas de saúde do seu efetivo. Esse monitoramento poderia ser feito com a criação de um sistema de informações que periodicamente fosse alimentado.

Dentre os agravos é importante pensar no que fazer diante das desordens na visão, problemas respiratórios, exposição a metais, perda auditiva e hipertensão identificados neste estudo. Também são indicados programas para a redução do estresse para aplacar sintomas físicos e mentais dele decorrentes, como dor de cabeça constante e indigestão.

Buscar maior aproximação com o banco de dados dos afastamentos dos servidores no MPOG, para compreender as dinâmicas de adoecimentos de cada região onde a PRF está presente com seus servidores.

Pensar o peso utilizado pelos policiais em seu trabalho e o quanto isso afeta a postura corporal, minimizando dores de pescoço e coluna, além de hérnia de disco, torção e luxação. Para esse fim, sugere-se compreender como os policiais lidam com o peso do equipamento e a realização de estudos ergonômicos para minimizar tais impactos.

Realocar policiais com deficiências adquiridas. Estudar os casos de incapacidades advindas do trabalho, criando condutas para minimizar o risco.

Aprofundar e estudar percepções de risco para os policiais e suas famílias. Acompanhar os policiais que passam por experiência de violência contra sua integridade física, que podem criar traumas.

Estudar o impacto na saúde mental dos policiais diante do contato constante com a morte oriunda nos atendimentos aos acidentes de trânsito.

Acompanhar policiais distantes de seus núcleos familiares e sociais, como forma de amenizar a ausência de apoio social que, porventura, se encontrem. Evento possível de ocorrer tanto em uma lotação distante da rede social do policial, como em missões na qual o servidor fique longe de sua rede social por grandes períodos.

Outra importante medida é direcionar esforços para estudar o suicídio na PRF, apontando as variáveis significativas para o desfecho e, assim, conseguir fornecer o suporte apropriado aos policiais.

A presente pesquisa evidenciou a carência de acompanhamento psicológicos dos policiais rodoviários federais. Assim sendo, a implementação de apoio psicológico e redução dos estigmas a quem solicita apoio é urgente para a instituição, sob risco, diante de um efetivo tão pequeno, tornar-se inoperante com o sofrimento e adoecimento dos seus policiais.

Estudar o impacto nas famílias dos policiais diante da percepção de risco à integridade física. Seria importante um estudo comparativo entre policiais de diferentes instituições dentro da mesma região geográfica, para investigar variáveis preditivas para o sofrimento psíquico.

Por fim, esta pesquisa apontou para a necessidade de realizar estudos nacionais sobre os policiais rodoviários federais buscando identificar semelhanças e especificidades regionais no perfil sociodemográfico, nas condições de trabalho e na saúde dos policiais. Isso, criaria uma série histórica capaz de estabelecer, no futuro, ações efetivas para a melhoria do quadro geral dos policiais e da própria Polícia Rodoviária Federal.

✓ Um olhar para o futuro próximo

Como continuação a essa pesquisa pretende-se a elaboração de artigos para aprofundar achados em relação ao sofrimento psíquico, condições de saúde, condições de trabalho e qualidade de vida.

A sociedade deve se identificar ao olhar a sua polícia e essa deve ser cada vez mais plural cobrindo as mudanças sociais no que se refere a identidade de gênero, orientação sexual, etnia, raça, deficientes físicos e imigrantes. A instituição pode utilizar a política de cotas em seus editais de concurso, assim como auxiliar a inclusão, de forma ativa, dos policiais oriundos desses grupos historicamente discriminados. São temas que requerem aprofundamentos para pensar a presença ou ausência desses grupos.

Em uma instituição predominantemente masculina, as necessidades específicas da mulher, marcadas pela dupla jornada, podem estar invisíveis. Portanto é importante compreender, através de estudo direcionado, o papel do gênero feminino diante de um local de trabalho majoritariamente masculino.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Roberto. Estudo dos efeitos de programa de apoio na agressividade reacional de policiais envolvidos em ocorrências graves. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da saúde) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006. <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1329>

ALVES, Verônica de Medeiros et al. Suicidal ideation and chronotype assessment in nurses and police officers. *Medical Express* (São Paulo, online), São Paulo, v. 2, n. 3, M150305, June 2015. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-04292015000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 Fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.5935/MedicalExpress.2015.03.05>.

ANDRADE, Cristiane Batista e ASSIS, Simone Gonçalves. Assédio moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. 2018 <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000012917> Acesso: 10 jan. 2019.

ANDREW, Michael E. *et al.* **Hardiness and psychological distress in a cohort of police officers**. *International Journal of Emergency Mental Health*, v. 10, n. 2, p. 137-148, 2008.

ANTUNES, Ricardo e DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. *O Social em Questão - Ano XVIII - nº 34*, p. 19 - 40 – 2015. <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf> Acesso 08 nov. 2018.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social Sociedade*, n. 123, p. 407–427, 2015 <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0407.pdf> Acesso 08 nov. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **A explosão do novo proletariado de serviços**. In: ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, TM; ROTEMBERG, L. **Relações de gênero no Trabalho em Saúde: a divisão sexual do trabalho e a saúde dos trabalhadores**. In: ASSUNÇÃO, A.A.; BRITO, J. *Trabalhar na saúde: experiências cotidianas e desafios para a gestão do trabalho e emprego*. Rio de Janeiro, Ed Fiocruz, 2011, p. 131-50.

ARBLE, E.; ARNETZ, B. B. A Model of First-responder Coping: An Approach/Avoidance Bifurcation. ***Stress and Health: Journal of the International Society for the Investigation of Stress***, v. 33, n. 3, p. 223–232, ago. 2017.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. [Tradução de André Duarte]. Rio de Janeiro. Editora Relume Dumará. 1994.

AREOSA, João. **Comentário ao artigo “A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho”** – Christophe Dejours e a Psicodinâmica do Trabalho. *Revista Portuguesa de Psicanálise* 33 [2]: 29 – 41. 2013.

BECK, Maria Antonieta Brito; LIMA, Eliane Bastos Moreira; MACHADO, Núria Palomero. Programa Michel Figueiredo: A Saúde dos Prfs Levada a Sério. 2009. Disponível em:

<http://www.ismabrasil.com.br/trabalho/11>. Acesso em: 11 jul.2017.

BEZERRA, C. DE M. **Estresse ocupacional autoatribuído em mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro** - Occupational stress in women autoatribuído military police of the city of Rio de Janeiro. p. 98–98, 2012.

BEZERRA, M. L. S. **A exposição ao chumbo de militares alvejados por arma de fogo** - Exposure to lead the military targeted by gunfire. p. XV,104-XV,104, 2011.

BOURGUIGNON, D. R. *et al.* **Análise das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da polícia civil no Espírito Santo** - Analysis of working conditions and health of the civil police workers in Espírito Santo. Rev. bras. saúde ocup, v. 24, n. 91/92, p. 95–113, 1998.

BEZERRA, C.M, MINAYO, M.C.S, CONSTANTINO, P. **Estresse ocupacional em mulheres policiais. Ciênc. saúde coletiva** [online]. vol.18, n.3, pp.657-666. 2013. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000300011>. Acesso em: 13 jul. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. [Tradução Denice Barbara Catani]. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS: Departamento de informática do SUS (2014). Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0901&item=1&acao=25>. Acesso em: 01 set. 2017.

BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro: lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.655, DE 3 DE OUTUBRO DE 1995. Define a competência da Polícia Rodoviária Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1655.htm. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8028.htm. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL. LEI Nº 9.654, de 2 de junho de 1998. Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9654.htm

BRASIL. Ministério da Justiça. Instrução normativa nº 068, de 07 de março de 2016. Estabelece princípios e diretrizes para implementação de ações da política de atenção à saúde do servidor no âmbito da Polícia Rodoviária Federal; cria o Programa de Saúde do Servidor – PROSSERV, e dá outras providências. 2016a.

BRASIL. Ministério da saúde. DATASUS: Departamento de informática do SUS. OMS – Organização Mundial de Saúde 1996. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10a revisão. Centro Colaborador da OMS para a

Classificação de Doenças em Português, São Paulo, 1.191 p. disponível em:
<http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm> . Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da saúde. DATASUS: Departamento de informática do SUS. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0901&item=1&acao=25>. Acesso em: 01 set. 2016.

BRASIL. Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) de 1946. Estabelece que os seguintes princípios são basilares para a felicidade dos povos, para as suas relações harmoniosas e para a sua segurança. In: Universidade de São Paulo. USP. Biblioteca virtual de direitos humanos 1946. Disponível em:
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Instrução normativa nº 99, de 19 de julho de 2017. Disponível em: https://sei.prf.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_acesso em: 12 jan. 2018

BRASIL. Decreto nº 6.932 de 11 de ago. 2009, que institui a Carta de Serviços ao Cidadão, com o cuidado de melhorar o serviço dos órgãos e entidades do poder executivo federal.

BRASIL. Lei nº 13.371, de 14 de dezembro de 2016. Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; e dá outras providências. 2016b.
 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13371.htm
 Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. lei nº 12.775, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras (...) da Carreira de Policial Rodoviário Federal; (...) e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12775.htm
 Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Direção-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. MGO – Manual de Gestão Operacional Versão 1.0. 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Departamento de Polícia Rodoviária Federal. BALANÇO PRF – 2017. Disponível em: <https://www.prf.gov.br/portal/sala-de-imprensa/releases-1/balanco-prf-2017> Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Disponível em: <https://www.prf.gov.br/portal/acesso-a-informacao/institucional/historia>. Acesso em: 17 set. 2016c.

BRASIL. Companhia Estadual de águas e esgotos do Estado do Rio de Janeiro – CEDAE. Disponível em: http://www.cedae.com.br/estacoes_tratamento Acesso em 23.03.18

BRAVERMAN, Harry. **Labor and monopoly capital: the degradation of work in the twentieth century**. New Edition. New York: Monthly Review Press, 1998.

BUENO, SAMIRA e HANASHIRO, OLAYA (coord). Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre profissionais de segurança pública. 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Vitimizacao-e-risco-2015-com-regionais.pdf> Acesso em: 12.07.2019.

CALASANS, D. A.; BORIN, G.; PEIXOTO, G. T. **Musculoskeletal Injuries In Military Police**. Revista Brasileira De Medicina Do Esporte, v. 19, n. 6, p. 415–418, 2013.
CARVALHO, S. DA C. A. *et al.* Associação entre bruxismo e estresse em policiais militares - Association between bruxism and emotional stress in military policemen. **Rev. odonto ciênc**, v. 23, n. 2, p. 125–129, 2008.

CAVALCANTI, M. DE O. A. *et al.* Grau de severidade da disfunção temporomandibular e hábitos parafuncionais em policiais militares TT - Evaluation of severity of temporomandibular disorders and prevalence of parafunctional habits in military policemen. **RGO**, v. 59, n. 3, p. 351–356, 2011.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica de salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Zero à Esquerda).

CARMO, C. N & CONSTANTINO, P. Fatores de risco associados ao trabalho policial no Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilil/ilassa/2007/carmo.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2016.

CECARECHI, G., SCATOLIN, H.G. The fine line between combat violence and psychological distress: The working environment of the Military Police and mental health (Article) [A linha tênue entre combater a violência e o sofrimento psíquico: O ambiente laboral da Polícia Militar e a saúde mental]. Revista Espacios Volume 38, Issue 8, 2017, Page 28 disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n08/17380830.html> Acesso em: 01 jan. 2018

CENCI, D & MEDEIROS, G.M.S. Os efeitos da reflexoterapia podal e da auriculoterapia na redução da dor lombar em Policiais Rodoviários Federais. 2012. Disponível em: <http://www.nucleogra.com.br/wp-content/uploads/2013/04/Os-Efeitos-da-Reflexologia-Podal-e-da-Auriculoterapia-na-reducao-da-dor-lombar-em-Policiais-Rodoviarios-Federais.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

CHOR, Dóra *et al.* Medidas de rede e apoio social no Estudo Pró-Saúde: pré-testes e estudo piloto. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 887-896, Aug. 2001. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000400022&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 apr. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2001000400022>.

CHEN, Xi *et al.* **Psychological distress and dyslipidemia in Chinese police officers**: a 4-year follow-up study in Tianjin, China. Journal of occupational and environmental medicine, v. 57, n. 4, p. 400-405, 2015.

CLAIR, Mary Elizabeth. **The relationship between critical incidents, hostility and PTSD symptoms in police officers**. Drexel University, 2006.

CONSTANTINO, Patrícia. **Percepção de risco e vitimização de policiais civis** – estudo comparativo nas cidades do rio de janeiro e de campos dos Goytacazes. *Perspectivas online* v. 5, n. 17 (2011).

https://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/revista_antiga/article/view/294/205
acesso em 10/02/2018

CONSTANTINO, Patrícia; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; CORREIA, Bruna Soares Chaves. Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do Estado do Rio de Janeiro. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 645-655, Mar. 2013. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300010&lng=en&nrm=iso. access on 11 Mar. 2018.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000300010>.

COSTA, M. *et al.* Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira TT - Stress: diagnosis of military police personnel in a Brazilian city. **Rev Panam Salud Publica**, v. 21, n. 4, p. 217–222, 2007.

COUTINHO, Juliana Pereira. **Compreendendo a polícia nas estradas: Uma análise sociológica do mandato e das práticas da polícia rodoviária federal**. Dissertação Mestrado em Sociologia, UFPE, 2015. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16093>
Acesso em 10 out. 2017

DANTAS, M.A, BRITO, D.V.C, RODRIGUES, P.B. MACIENTE, T.S. **Avaliação de estresse em policiais militares Psicologia: Teoria e Prática**. 12(3): p. 66-77. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v12n3/v12n3a06.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016

DE LIMA, Kelly Christine Silva; DA SILVA, Luiz Bueno. **Noise exposure and military police: A review (Conference Paper)** Occupational Safety and Hygiene II - Selected Extended and Revised Contributions from the International Symposium Occupational Safety and Hygiene, SHO 2014, Pages 229-233

https://www.academia.edu/25783192/Occupational_Safety_and_Hygiene_II

Acesso em: 02 fev. 2018

DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2009 a.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. [Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. Ampliada. São Paulo: Cortez –Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe. **Trabajo Y Violencia**. 1 Edição. Espanha, Madri. 128p.Editor: Modus Laborandi. 2009 b. ISBN: 9788493711757

DEJOURS C, BÈGUE F. **Suicídio e Trabalho: O Que Fazer?** Brasília. Editora: Paralelo 15. 2010.

DEJOURS, Christophe. **Texto Introdutor: Psicopatologia do trabalho – Psicodinâmica do trabalho**. Laboreal, Vol. VII (1), p. 13-16. 2011.

DELA COLETA, A. DOS S. M.; DELA COLETA, M. F. **Fatores de estresse ocupacional e coping entre policiais civis** - Occupational stress factors and coping among police officers. *Psico USF*, v. 13, n. 1, p. 59–68, 2008.

DINIZ, K. C. *et al.* Correlação entre estresse e dor em pilotos de helicópteros do Grupamento de Radio Patrulha Aérea da Polícia Militar na cidade de São Paulo - Correlation between stress and pain related by helicopters pilots from the Military Police Flying Group in the city of São Paulo. *Fisioter. Bras*, v. 7, n. 1, p. 44–48, 2006.

DOMINGOS-GOMES, J. R. *et al.* Comparison Of Health-Related Physical Fitness And Its Association With The Length Of Service Between Special Operations And Traffic Military Police Officers - Comparação Da Aptidão Física Relacionada À Saúde E Sua Associação Com O Tempo De Serviço Entre Policiais Militares De Operações Especiais E De Trânsito. *Journal of Physical Education*, v. 27, 2017.

DOMENACH, Jean-Marie. *Et al.* La violencia y sus causas. Unesco.1981. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000430/043086so.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2017

DOS SANTOS, Edivaldo Ferreira *et al.* Perfil Epidemiológico de Policiais Militares de um Grande Comando de Policiamento do Interior. *Revista Univap*, v. 22, n. 39, p. 40-48, 2016. <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/359>
Acesso em: 10 abr. 2019

ELY, Fabiana Regina. **O super-herói (nem tanto) também adoece**: um estudo em saúde do trabalhador com servidores da Polícia Federal em Santa Catarina. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. 2007. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89590>

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. **Análise de dados** – Modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FELIX, Y.T.M. & CATÃO, M.F. Envelhecimento e aposentadoria por policiais rodoviários. *Psicologia & Sociedade*, 25(2): p. 420-429. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/19.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2016

FERNANDES, Alan. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). *Rev. bras. segur. pública | São Paulo* v. 10, n. 2, 192-219, Ago/Set 2016 *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/vitimizacao-policial-analise-das-mortes-violentas-sofridas-por-integrantes-da-policia-militar-do-estado-de-sao-paulo-2013-2014/> Acesso em: 12.07.2019.

FERREIRA, Daniela Karina da Silva; BONFIM, Cristine; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE, Brasil. *Sauesoc.*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 989-1000, Dec. 2012. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000400016&lng=en&nrm=iso. access on 25 Feb. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000400016>.

FERREIRA, D. K. DA S. **Condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na Cidade do Recife - PE - Work wealth conditions and lifestyles of military police officers: a case study in the city of Recife - PE.** p. 202–202, 2009.

FERREIRA, Mariane Oliveira; DUTRA, Fabiana Caetano Martins Silva e. Avaliação dos fatores psicossociais, saúde mental e capacidade para o trabalho em policiais militares de Uberaba/MG. *Psicologia: Saúde Mental & Segurança Pública*, v. 3, n. 6, 2017. <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/psicologia/article/view/98/198> Acesso em: 30 mar. 2019.

FILHO, Romário Teixeira Braga; D'OLIVEIRA, Jr, Argemiro. The Prevalence of Metabolic Syndrome Among Soldiers of the Military Police of Bahia State, Brazil. *American Journal of Men's Health*. Vol 8, Issue 4, pp. 310 – 315. First Published November 26, 2013. <https://doi.org/10.1177/1557988313510928>. Acesso em: 12 dez. 2017.

FONSECA, J.S.; MARTINS, G.A. **Curso de estatística**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1996. 320p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder: Organização, introdução e revisão técnica Roberto Machado**. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2016.

FOX, John; MONETTE, Georges. Generalized Collinearity Diagnostics. **Journal of the American Statistical Association**. Vol. 87, No. 417. Mar., 1992, pp. 178-183.

GAIMAN, Neil. **Deuses americanos**. Conrad Livros, 2004. p. 122.

GEESON, Nikki. **Determining the impact of trauma and daily organisational hassles on psychological distress and burnout in New Zealand police officers; and the moderating role of social support: a thesis presented in partial fulfilment of the requirements for the degree of Master of Arts in Psychology, at Massey University, New Zealand** EMBARGOED until 7 April 2019. 2017. Tese de Doutorado. Massey University.

GONZÁLEZ-PENAGOS, C. *et al.* Labour factors associated with post-traumatic stress in uniformed workers in Medellín. **Revista De Salud Publica** (Bogota, Colombia), v. 15, n. 3, p. 335–341, jun. 2013.

GRASSI, C. *et al.* How do recruits and superintendents perceive the problem of suicide in the Italian State Police? **Annali dell'Istituto Superiore Di Sanita**, v. 54, n. 2, p. 82–89, jun. 2018.

GRIEP, Rosane Harter *et al.* Apoio social: confiabilidade teste-reteste de escala no Estudo Pró-Saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 625-634, Apr. 2003. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000200029&lng=en&nrm=iso. access on 02 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000200029>.

GRIEP, Rosane Harter *et al.* Validade de constructo de escala de apoio social do Medical Outcomes Study adaptada para o português no Estudo Pró-Saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de

Janeiro, v. 21, n. 3, p. 703-714, June 2005. Disponível:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso 02 Apr. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2005000300004>.

HARVEY, David. **Para entender O capital**. [Tradução de Rubens Enderle] Livro I. Boitempo, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Acidentes de trânsito nas rodovias federais brasileiras: caracterização, tendências e custos para a sociedade. Relatório de Pesquisa, 2015. Disponível:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150922_relatorio_acidentes_transit. Acesso em: 02 fev. 2019

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). **Dossiê Trânsito**, 2012 / Instituto de Segurança Pública (RJ); organizadores: Pinto, Andréia Soares; Gonçalves, Luciano – Rio de Janeiro. 2012.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). **Rio de Janeiro: Segurança Pública em números**. Evolução dos principais indicadores de criminalidade e atividade policial no Estado do Rio de Janeiro – 2003 a 2017. Rio de Janeiro. 2018.

JAHANI, M. R.; MOTEVALIAN, S. A.; ASGARI, A. R. Musculoskeletal disabilities among police force personnel of the Islamic Republic of Iran. **Military Medicine**, v. 167, n. 10, p. 850–852, out. 2002.

JANZEN, B. L., MUHAJARINE, N., & KELLY, I. W. Work-Family Conflict, and Psychological Distress in Men and Women among Canadian Police Officers. **Psychological Reports**, 100(2), 556–562. 2007. <https://doi.org/10.2466/pr0.100.2.556-562>

JANZEN, B. L. *et al.* Effort-reward imbalance, overcommitment, and psychological distress in Canadian police officers. **Psychological reports**, v. 100, n. 2, p. 525-530, 2007.

JOCK, Nilda. Polícia - Que sintoma é esse? / Police – What symptom is this? *Pulsional rev. psicanál*;21(193):55-61, mar. 2008. Disponível em:
<http://pesquisa.bvsalud.org/bivipsil/resource/es/psa-76050> Acesso em: 09 set. 2017.

KNAPIK, J. J. *et al.* **A prospective investigation of injury incidence and injury risk factors among Army recruits in military police training**. BMC musculoskeletal disorders, v. 14, p. 32, 17 jan. 2013.

KORTEPETER, M. G.; KRAUSS, M. R. Tuberculosis infection after humanitarian assistance, Guantanamo Bay, 1995. **Military Medicine**, v. 166, n. 2, p. 116–120, 2001.

LEINO, T. M. *et al.* Violence and psychological distress among police officers and security guards. **Occupational medicine**, v. 61, n. 6, p. 400-406, 2011.

LEISCHIK, R. *et al.* Aerobic Capacity, Physical Activity and Metabolic Risk Factors in Firefighters Compared with Police Officers and Sedentary Clerks. **PloS One**, v. 10, n. 7, p. e0133113, 2015.

LESAGE, F.-X. *et al.* Noise-induced hearing loss in French police officers. **Occupational Medicine** (Oxford, England), v. 59, n. 7, p. 483–486, out. 2009.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. **Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública**. Pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas - CPJA, da Escola de Direito da FGV em São Paulo e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a SENASP. 2014. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18699> Acesso: 02 Dez. 2018.

LIMA, Kelly Christine Silva de. **Avaliação da exposição ao ruído ocupacional em policiais militares do motopatrulhamento**. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. <http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/8130>. Acesso em: 10 jan. 2018

LONG, J. S. **Regression models for categorical and limited dependent variables**. Thousand Oaks, CA: Sage. 1997.

LOPES, L.F.D, PORTO, A, BRITO L.C, MEDEIROS, F.S.B, FREITAS, A.K.B. **Um estudo acerca do Estresse em Policiais Rodoviários Federais**. Revista Inova Ação, Teresina, v. 4, n. 1, art. 1, p. 01-19, jan./jun. 2015. ISSN Impresso: 1809-6514 ISSN Eletrônico: 2357-9501. Disponível em: www4.fsnet.com.br/revista. Acesso em: 02 set. 2016.

LOPES, E. M. DE C.; LEITE, L. P. **Deficiência adquirida no trabalho em policiais militares: significados e sentidos - Discapacidad adquirida en el trabajo de la policía militar: significados y sentidos - Police officers with disability acquired at work: meanings and senses**. Psicol. soc. (Online), v. 27, n. 3, p. 668–677, 2015.

MACHADO, Antonio Marcos **O processo de precarização do trabalho: estudo de caso do funcionalismo público**. 2007. 84 f. TCC. (Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122185> Acesso: 10 nov. 2018

MAGANN, E. F. *et al.* **Administrative occupations have an adverse effect on pregnancy outcome in an active-duty enlisted population**. Journal of Maternal-Fetal Investigation, v. 6, n. 2, p. 83–86, 1996.

MANN, J. M. *et al.* **World Trade Center dyspnea? Bronchiolitis obliterans with functional improvement: A case report**. American Journal of Industrial Medicine, v. 48, n. 3, p. 225–229, 2005.

MARINS, E. F.; DEL VECCHIO, F. B. Health's Patrol Program: Health indicators from federal highway policemen. **Scientia Medica**, v. 27, n. 2, 2017.

MARTIN, S. E. **Police Force or Police Service? Gender and Emotional Labor**. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, 561(1), 111–126. 1999 <https://doi.org/10.1177/000271629956100108> Acesso: 05 nov. 2018

MARTINS, Wanderley Marques. **Fatores de risco e vitimização fatal de policiais: uma análise sobre a Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Brasil (2007-2016)**. 2016. Trabalho de

conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização de Políticas e Gestão em Segurança Pública - V CEGESP Universidade Federal da Bahia.
https://fenaprf.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/07/pesquisa_vitimizacao_prf.pdf
 Acesso: 06 maio 2017.

MARX, Karl. **Crítica da Economia Política**: Livro I: o processo de produção do capital/Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013. Capítulo IV, páginas 241 a 251. Capítulo VII, páginas 289 a 296.

MILNER, A. *et al.* **Suicide among emergency and protective service workers: A retrospective mortality study in Australia, 2001 to 2012.** Work (Reading, Mass.), v. 57, n. 2, p. 281–287, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência**: impactos no setor de saúde e respostas do sistema. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. S7-S18. 1994. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500002&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública.** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(11):2767-2779, nov, 2007. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v23n11/23.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Orgs.). **Missão Investigar**: Entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro. Garamond, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia (Coord.). **Missão Prevenir e Proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública.** Cad. Saúde Pública [online]. 2007, vol.23, n.11, pp.2767-2779. ISSN 1678-4464. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001100024>. Acesso em: 03 mar. 2017

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. **Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil).** Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, p. 2199-2209, 2011. https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1413-81232011000400019&script=sci_arttext&tlng=en Acesso: 10 abr. 2019

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. **A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. S21-S32, 1997. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

311X1997000600003&lng=en&nrm=iso. access on 12 Mar. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1997000600003>.

MIRANDA, D. (org.) **Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro** / organização – 1. ed. – Rio de Janeiro. Mórula, 2016. Disponível em: <http://gepesp.org/wp-content/uploads/2016/03/POR-QUE-POLICIAIS-SE-MATAM.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

MITCHELL, Margaret; STEVENSON, Karen; POOLE, Desmond. **Managing post incident reactions in the police service**. Prepared by the Police Research Unit and the Occupational Health Unit. HSE Books, 2000 - Industrial hygiene - 137 pages; HSE. Health & Safety. Executive.. 2000. http://www.hse.gov.uk/research/crr_pdf/2000/crr00290.pdf

MARI, Jair de Jesus.; WILLIAMS, Paul. **A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city of Sao Paulo**. British Journal of Psychiatry, Londres, v. 148, n. 1. p. 23-26, 1986. Acesso em: 20 abr. 2018.

MORAIS, Vanderley Ribeiro de *et al.* **Processo saúde-doença: grupo de policiais militares de Cuiabá, Mato Grosso**. 2017. <http://bdm.ufmt.br/handle/1/332> Acesso: 10 abr. 2019
 MOREIRA, F. H. *et al.* De elemento a cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar. Cad. psicol. soc. trab, v. 2, p. 25–38, 1999.

MORENO, Claudia Roberta de Castro; FISCHER, Frida Marina; ROTENBERG, Lúcia. **A saúde do trabalhador na sociedade 24 horas**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 17, n. 1, p. 34-46, Mar. 2003. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 13 fev.2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000100005>.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira e Proença Júnior, Domício. **O Mandato Policial, ou a Teoria de Polícia Além de Bittner**. In: DE LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; DE AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. Editora Contexto, 2012.

MUNIZ, Jacqueline; SOARES, Barbara. **Mapeamento da vitimização dos policiais do Rio de Janeiro**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Iser, Unesco e Ministério da Justiça, 1998. <https://www.ucamcesec.com.br/textodownload/mapeamento-da-vitimizacao-dos-policiais-do-rio-de-janeiro/> Acesso em: 29 abr. 2017.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENCA JUNIOR, Domício. **Armamento é Direitos Humanos: nossos fins, os meios e seus modos**. Soc. estado., Brasília, v. 28, n. 1, p. 119-141, Apr. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922013000100007>.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de. **Respondendo às Balas: Segurança Pública sob Intervenção das Palavras Entrevista com Jacqueline Muniz**. Trab. linguist. apl., Campinas, v.57, n. 2, p. 993-1014, ago. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132018000200993&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 16 mar. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/010318138652393387341>.

MNATSAKANOVA, Anna *et al.* 0027 **Life Events and Psychological Distress among Police Officers Six Years Post Hurricane Katrina.** *Occup Environ Med*, v. 71, n. Suppl 1, p. A61-A61, 2014.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na constituição federal.** 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NUMMER, Fernanda; CARDOSO, Ilca. **Estigma Do Adoecimento Na Polícia Militar Do Pará.** *Revista De Ciências Sociais-Política & Trabalho*, v. 1, n. 49, p. 227-245, 2019.

<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/34999/22289>

Acesso: 19 abr. 2019

O'HARA, A. F. *et al.* **National police suicide estimates: web surveillance study III.**

International Journal of Emergency Mental Health, v. 15, n. 1, p. 31–38, 2013.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 224-250, dez 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300009&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 27 fev. 2018.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000300009>.

PAIVA, J.E.D.B; HOLANDA, J.S; SHEILA, Maria; NEVES, Martins Wenning. **Psicologia Aplicada à Perícia de Acidentes de Trânsito.** Curso de Especialização em Perícia de acidente de trânsito. Publicação IFSC, 2016.

PASCHOALICK, Rosele Ciccone; LACERDA, Maria Ribeiro; CENTA, Maria de Lourdes.

Gênero Masculino e Saúde [Male gender and health] [Género masculino y salud]. *Cogitare*

Enferm 2006 jan/abr; 11(1):80-86. <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/viewFile/5979/4279>

Acesso: 09 out. 2018

PAUL B. English M.P.H., GARY M. Shaw Dr.P.H., GAYLE C. Windham M.S.P.H. & RAYMOND R. Neutra M.D., Dr.P.H. **Illness and Absenteeism among California Highway Patrol Officers Responding to Hazardous Material Spills.** *Archives of Environmental Health: An International Journal*, 44:2, 117-119, 1989. DOI:

10.1080/00039896.1989.9934384 <https://vdocuments.site/illness-and-absenteeism-among-california-highway-patrol-officers-responding.html> Acesso em: 09 set. 2017

PAULINO, Fábio Rodrigues; LOURINHO, Lídia Andrade. **O Adoecimento Psicológico Do Policial Militar Do Ceará.** *Revista Trabalho e Sociedade*, Fortaleza, v.2, n.2, Jul/Dez, p.58-77. 2014. Disponível em:

<http://www.ratio.edu.br/dados/trabalhosociedade/revista0309/quatro.pdf> Acesso em: 11 jul. 2016.

PELEGRINI, Andreia *et al.* **Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais/Perception of work conditions and occupational stress among civil and military police officers of special operations units.** *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 26, n. 2, 2018.

<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1946/986>

Acesso: 10 abr. 2019

PINHEIRO, Flávia K B; SCHUELTER-TREVISOL, Fabiana; VINHOLES, Daniele B. **Risco de doenças sexualmente transmissíveis entre policiais militares - Risk for sexually**

transmitted diseases among police officers. *DST - J bras. Doenças Sex Transm.* 2011; 23(3): 134-137 <http://www.dst.uff.br/revista23-3011/5.%20Risco%20de%20Doencas%20Sexualmente%20Transmissiveis%20entre%20Policiais%20Militares.pdf> DOI: 10.5533/2177-8264-201123305. Acesso em: 12 dez. 2017

PINTO, Liana Wernersbach; FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Sofrimento psíquico em policiais civis do Estado do Rio de Janeiro.** *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 633-644, Mar. 2013. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300009&lng=en&nrm=iso. access on 08 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000300009>.

PIRES, Lenin; EILBAUM, Lucia. **Políticas públicas de segurança e práticas policiais no Brasil.** Coleção Antropologia e Ciência Política - Volume 45. Niterói. Editora EdUFF, 2009. V. 2

PÔRTO, RENATA MAIA PIMENTA. **TRABALHO E SAÚDE DE POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS.** Dissertação Mestrado. UFPB. 2013.

RASHID, S. *et al.* **Evaluation of DNA damage in traffic police wardens of Pakistan due to cadmium and zinc.** *The Science of the Total Environment*, v. 630, p. 1360–1364, 15 jul. 2018.

RAVEL, Judith. **Dicionário Foucault.** [Tradução de Anderson Alexandre da silva]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

REGEHR, Cheryl *et al.* **Predictors of physiological stress and psychological distress in police communicators.** *Police practice and research*, v. 14, n. 6, p. 451-463, 2013.

REZENDE, Adriana Arruda Barbosa; RODRIGUES, Elizângela Sofia Ribeiro; CARMO, Pedro Henrique Félix do; BARRETO, Keylla Karla da Silva; SILVEIRA, Janne Marques; CARLOTTO Herrera, Sávia Denise Silva. **Prevalência de tabagismo em policiais militares – Prevalence of tobacco smoking among military policemen in Brazil.** *Rev Med Minas Gerais* 2012; volume 22(2), págs 146-152 <http://rmmg.medicina.ufmg.br/index.php/rmmg/article/view/514/510>

RIBEIRO, Ludmila. **O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012).** *Análise Social*, 211, xlix (2.º), 2014. edição e propriedade Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa Portugal, 2014. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_211_a03.pdf. Acesso em: 07 jan. 2018

RIEDIKER, Michael. **Cardiovascular effects of fine particulate matter components in highway patrol officers.** *Inhal Toxicol.* 2007;19 Suppl 1:99-105. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17886057> Acesso em: 10 out. 2017

RIEDIKER, Michael; CASCIO, Wayne E.; GRIGGS, Thomas R.; HERBST, Margaret C.; BROMBERG, Philip A.; NEAS, Lucas; WILLIAMS, Ronald W.; DEVLIN, Robert B. **Particulate Matter Exposure in Cars Is Associated with Cardiovascular Effects in**

Healthy Young Men. American Journal of Respiratory and Critical Care Medicine Vol. 169, No. 8 | Apr 15, 2004. <https://doi.org/10.1164/rccm.200310-1463OC> Acesso em: 11 nov. 2017.

ROSSETTI, Milena Oliveira *et al.* O inventário de sintomas de stress para adultos de lipp (ISSL) em servidores da polícia federal de São Paulo. Rev. bras. ter. cogn., Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 108-120, dez. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872008000200008&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 08 abr. 2019.

ROTENBERG, Lúcia *et al.* **Gênero e trabalho noturno:** sono, cotidiano e vivências de quem troca a noite pelo dia. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 639-649, June 2001. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000300018&lng=en&nrm=iso. Acesso: 3 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2001000300018>.

ROWLAND, D.; ARKKELIN, D. e CRISLER, L., 1991. **Computer- Based Data Analysis. Using SPSS in the Social and Behavioral Sciences.** Chicago: Nelson - Hall Inc
SÁ, L. Os filhos do estado: autoimagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

SALEEM, S., YUSAF, S., SARWAR, N., RAZIQ, M. M., & MALIK, O. F. (2018). **Linking Abusive Supervision to Psychological Distress and Turnover Intentions Among Police Personnel: The Moderating Role of Continuance Commitment.** Journal of Interpersonal Violence. <https://doi.org/10.1177/0886260518791592>

SALEM, MARCOS DAVID. **História da Polícia no Rio de Janeiro. 1808 a 1930:** Uma instituição a Serviço das Classes Dominantes. Editoria Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2007.

SALES, DE MORAES, Larissa Jucá; DE SÁ, Leonardo Damasceno. **A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo no contexto profissional.** Revista Pós Ciências Sociais, v. 13, n. 25, p. 181-206, 2016. <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/4279/2333>
Acesso: 30 mar. 2019.

SALLINEN, Mikael e KECKLUND, Göran. **Shift work, sleep, and sleepiness** - Differences between shift schedules and systems. Article· Literature Review (PDF Available) in Scandinavian Journal of Work, Environment & Health 36(2):121-33 · 2010. Acesso 12 jan. 2019.
DOI: 10.2307/40967838

SANSONE, Livio. **Fugindo para a força:** cultura corporativista e "cor" na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Estud. afro-asiát. [online]. 2002, vol.24, n.3, pp.513-532. ISSN 0101-546X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2002000300004> Acesso: 11 nov. 2018.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A arma e a flor:** formação da organização policial, consenso e violência. Tempo soc., São Paulo, v. 9, n. 1, p. 155-167, maio 1997. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

20701997000100008&lng=pt&nrm=iso. acesso em 13 mar. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20701997000100008>.

SANTOS, M. M. A.; SOUZA, E. L. DE; BARROSO, B. I. DE L. Análise sobre a percepção de policiais militares sobre o conforto do colete balístico TT - Analysis of the perception of state police officers regarding the comfort of bulletproof vests TT - Análisis sobre la percepción de oficiales de policía militar sobre la comodidad del chaleco balístico. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 157–162, 2017.

SATO, Leny. **Saúde e controle no trabalho**: feições de um antigo problema. In: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley (Orgs.). *Saúde mental e trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 31-49

SENJO, Scott R. **Dangerous fatigue conditions**: a study of police work and law enforcement administration *Police Practice and Research*, 2011, volume 12, edição 3, págs 235-252. DOI 10.1080/15614263.2010.497659. Acesso em: 02 fev. 2018

SILVA, Antônio Marcos de Sousa. **A Política de Segurança Pública no Contexto da Globalização**: a precarização do trabalho policial. III Jornada Internacional De Políticas Públicas São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoB/320b1bc382a8a536b8cdANTONIO%20MARCOS%20DE%20SOUSA%20SILVA.pdf> Acesso: 11 nov. 2018

SILVA, Maurivan Batista da; VIEIRA, Sarita Brazão. **O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental**. *Saudesoc.*, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, Dec. 2008. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000400016&lng=en&nrm=iso. access on 15 Nov. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000400016>.

SILVA, Luiz Antonio Machado da Silva. **Violência e ordem social**. In: DE LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; DE AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. Editora Contexto, 2012.

SMITH, H.A., WOLFE-CLARK, A.L. & BRYAN, C.J. **An Exploratory Study of the Mental Toughness Psychological Skills Profile Psychometrics, and the Mediating Effect of Social Support Sources on Mental Toughness and Suicidal Ideation Among Military Police**. *J Police CrimPsych* (2016) 31: 295. <https://doi.org/10.1007/s11896-016-9192-y>
 Acesso 02 fev. 2018

SONI, RK; KAR, A; AGRAWAL, S. **Consequences of Split Shift Work in Indian Traffic Police Personnel**: Daytime Sleepiness, Stressors and Psychological Distress - *AMBIENT SCIENCE*, 2016.
https://www.researchgate.net/publication/311619468_Consequences_of_Split_Shift_Work_in_Indian_Traffic_Police_Personnel_DaytimeSleepiness_Stressorsand_Psychological_Distress

SOUTHWICK, Steve M.; MORGAN, Andrew; NAGY, Linda M.; BREMNER, Douglas; NICOLAOU, Andreas L.; JOHNSON, David R.; ROSENHECK, Robert; CHARNEY, DENNIS S. **Trauma-related symptoms in veterans of Operation Desert Storm: a**

preliminary report. Am J Psychiatry. 1993 Oct;150(10):1524-8. DOI: 10.1176/ajp.150.10.1524
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8379558> Acesso em: 11 nov. 2017

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Sob Fogo Cruzado I:** vitimização de policiais militares e civis brasileiros. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 7, p. 110-117. 2013. Disponível em:
http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/anuario_vii_-_sob_fogo_cruzado_i_-_vitimizacao_de_policiais_militares_e_civis_brasileiros1.pdf. Acesso em: 08 jul. 2016.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Risco como profissão:** morbimortalidade vinculada ao trabalho. Ciência & Saúde Coletiva, 10(4):917-928, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63010415>. Acesso em: 07 jul. 2016

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Policial, risco como profissão:** morbimortalidade vinculada ao trabalho. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 917-928, dez. 2005. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400015&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 25 fev. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000400015>.

SOUZA, Edinilsa Ramos de *et al.* **Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1297-1311, July 2012. Available from
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012000700008&lng=en&nrm=iso. access on 08 Apr. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012000700008>

SUŁKOWSKI, W.; OWCZAREK, K.; OLSZEWSKI, J. Contemporary noise-induced hearing loss (NIHL) prevention. **Otolaryngologia Polska = The Polish Otolaryngology**, v. 71, n. 4, p. 1-7, 31 ago. 2017.

TAVARES, Késia Pereira Santos. **Condições De Trabalho Do Policial Militar:** um estudo realizado no 2º Batalhão de Campina Grande/Pb. Trabalho de Conclusão de curso. Campina Grande/Pb. 2011.
<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2786/1/PDF%20-%20K%C3%A9sia%20Pereira%20Santos%20Tavares.pdf> Acesso: 15 jan. 2019.

TAVARES NETO, ANTERO *et al.* Lombalgia na atividade policial militar: análise da prevalência, repercussões laborativas e custo indireto. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 37, n. 2, p. 365, 2013. <http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2013/v37n2/a4447.pdf>
 Acesso: 03 mar 2019

TOMAO, E. *et al.* Luteinizing hormone (LH) levels in male workers exposed to urban stressors. **The Science of the Total Environment**, v. 407, n. 16, p. 4591-4595, 1 ago. 2009.

VIOLANTI, J. M., & Aron, F. (1993). **Sources of Police Stressors**, Job Attitudes, and Psychological Distress. Psychological Reports, 72(3), 899-904.
<https://doi.org/10.2466/pr0.1993.72.3.899>

WACQUANT, Loïc. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. BATISTA, Vera Malaguti (org) Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. 2º Edição. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2012.

WASHINGTON, D.C. **Informe mundial sobre la violencia y la salud**. Organización Panamericana de la Salud, Oficina Regional para las Américas de la Organización Mundial de la Salud, 2003. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112670/1/9275315884_spa.pdf . acesso em: 10 abr. 2017.

WICKRAMASINGHE, N. D. *et al.* **The prevalence and associated factors of depression in policing: a cross sectional study in Sri Lanka**. **SpringerPlus**, v. 5, n. 1, p. 1776, 2016.
ZALUAR, Alba. Etos guerreiro e criminalidade violenta. *In*: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. 1. Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

ZUCCONI, Marco. **Article reviewed**: Distribution of road accidents in policemen on shift-work on Italian highways: the contributing role of sleepiness. *Sleep Med.* 2001 Nov;2(6):561-3 <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-0034537281&partnerID=40&md5=9fdc68adef0a122d5854e66c3e1ba38c>
Acesso em 10 out. 2017.

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Termo de consentimento livre e esclarecido	
	<p>Caro policial,</p> <p>Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE NA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", desenvolvida por Daniel Washington Evangelista, discente de Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação do Professor Dr. Cosme Marcelo Furtado Passos da Silva e da Professora Dr^a. Edinilsa Ramos de Souza.</p> <p>O objetivo central do estudo é investigar as condições de trabalho e saúde dos policiais rodoviários federais do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>O convite para a sua participação deve-se ao fato de você ser Policial Rodoviário Federal em atividade no Rio de Janeiro. Sua participação será responder a um questionário com perguntas fechadas. Ela é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa e para preencher a lacuna de conhecimento sobre as condições de trabalho e saúde dos agentes policiais rodoviários federais. O tempo de preenchimento do questionário é de cerca de 15 minutos.</p> <p>Serão tomadas as seguintes medidas para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas, evitando os riscos de constrangimento. Apenas os pesquisadores do projeto, que se comprometeram com o dever de sigilo e confidencialidade terão acesso aos dados e não farão uso destas informações para outras finalidades e qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa. Será utilizado computador e rede protegida. O questionário é anônimo.</p> <p>A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.</p> <p>Se houver algum dano, comprovadamente decorrente da presente pesquisa, você terá direito à indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).</p> <p>Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução nº 510/2016 e orientações do CEP/ENSP e com o fim deste prazo, será descartado.</p>

Figura 1 – Captura de tela do TCLE.

	<p>Resolução nº 510/2016 e orientações do CEP/ENSP e com o fim deste prazo, será descartado. O benefício em sua participação consiste nas informações fornecidas e que servirão para conhecer e retratar melhor as realidades dos policiais da PRF.</p> <p>Os resultados serão apresentados aos participantes por material de divulgação distribuído pelo correio eletrônico.</p> <p>Não existem respostas certas ou erradas para as questões, por isso a sua sinceridade é muito importante ao respondê-lo. Leia com atenção cada pergunta e suas opções de resposta. Não deixe de responder a nenhuma questão. Em cada questão, assinale apenas uma alternativa, que considerar a mais apropriada. Algumas questões possuem mais de um item, cada um com suas próprias opções de resposta. Nessas questões, não deixe de responder a nenhum item. Em cada item, assinale apenas uma alternativa, que considerar a mais apropriada. Mesmo naquelas perguntas que não se aplicam ao seu caso haverá uma opção do tipo "não se aplica", "não sei", etc. Este questionário se refere às suas experiências no último ano, porém, algumas poucas questões, que estão sinalizadas, dizem respeito a toda sua experiência como policial.</p> <p>Por tratar de vários temas diferentes, este questionário possui várias questões de múltipla-escolha. Tente respondê-las de forma rápida, para que todas possam ser respondidas.</p> <p>Você não é obrigado a participar da pesquisa. Caso você não queira mais responder o questionário você tem o direito de fazê-lo.</p> <p>Agradecemos a colaboração!</p> <p>Pesquisador Responsável: Daniel Washington Evangelista Tel.: (47) 99711 4949 - E-Mail: dani.dprf@gmail.com Endereço: DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI - CLAVES Av. Brasil, 4036, sala 700 - Manginhos CEP:21040-361 Rio de Janeiro-RJ Tel.: (21) 2290.0387 - Fax: (21) 2290.0387 - E-mail: claves@claves.fiocruz.br Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas. Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 -Térreo - Manginhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21041-210 Tel. e Fax do CEP/ENSP: (21) 2598-2863 - E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br http://www.ensp.fiocruz.br/etica</p> <p>*Obrigatório</p>
--	---

Figura 2 - Captura de tela do TCLE, continuação 1.

que estão sinalizadas, dizem respeito a toda sua experiência como policial.
Por tratar de vários temas diferentes, este questionário possui várias questões de múltipla-escolha.
Tente respondê-las de forma rápida, para que todas possam ser respondidas.
Você não é obrigado a participar da pesquisa. Caso você não queira mais responder o questionário
você tem o direito de fazê-lo.
Agradecemos a colaboração!
Pesquisador Responsável: Daniel Washington Evangelista
Tel.: (47) 99711 4949 - E-Mail: dani.dorf@gmail.com
Endereço: DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI - CLAVES
Av. Brasil, 4036, sala 700 - Manguinhos CEP:21040-361 Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (21) 2290.0387 - Fax: (21) 2290.0387 - E-mail: claves@claves.fiocruz.br
Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética
em Pesquisa da ENSP. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo
defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim,
contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.
Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480
- Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21041-210
Tel. e Fax do CEP /ENSP: (21) 2598-2863 - E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br
<http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

*Obrigatório

Concordo em participar da pesquisa *

Sim, concordo

Não concordo

Figura 3 – Captura de tela do TCLE, continuação 2.

13a. O bairro em que vive	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13b. Sua vida social	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13c. O tempo disponível para o lazer	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13d. A educação que recebeu	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13e. Seu círculo familiar	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13f. Sua vida afetiva	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13g. Sua vida sexual	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13h. Sua vida espiritual	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13i. Seu padrão de vida (o que você pode comprar ou fazer)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13j. Sua realização profissional	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13k. Sua saúde	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13l. Suas capacidades/habilidades	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13m. Sua capacidade de reagir a situações difíceis	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13n. Sua felicidade	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13o. A felicidade de seus familiares	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
13p. Sua vida como um todo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

14. Se você precisar, com que frequência conta com alguém:

	SEMPRE	QUASE SEMPRE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA
14a. Que o ajude, se ficar de cama?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14b. Para lhe ouvir, quando você precisa falar?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14c. Para lhe dar bons conselhos em uma situação de crise?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14d. Para levá-lo ao médico?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14e. Que demonstre amor e afeto por você?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14f. Para se divertir junto?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14g. Para lhe dar informação que o ajude a compreender uma determinada situação?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14h. Em quem confiar ou para falar de você ou sobre seus problemas?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14i. Que lhe dê um abraço?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14j. Com quem relaxar?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14k. Para preparar suas refeições, se você não puder prepará-las?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14l. De quem você realmente quer conselhos?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14m. Com quem distrair a cabeça?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14n. Para ajudá-lo nas tarefas diárias, se você ficar doente?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14o. Para compartilhar suas preocupações e medos mais íntimos?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14p. Para dar sugestões sobre como lidar com um problema pessoal?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14q. Com quem fazer coisas agradáveis?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14r. Que compreenda seus problemas?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14s. Que você ame e faça você se sentir querido?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

15. Você acha que no futuro você vai ter um(a):

MELHOR IGUAL PIOR

- 15a. Vida pessoal 1. 2. 3.
- 15b. Vida familiar 1. 2. 3.
- 15c. Vida profissional 1. 2. 3.
- 15d. Padrão de vida 1. 2. 3.
- 15e. Condição de saúde 1. 2. 3.
- 15f. Condição de trabalho 1. 2. 3.

BLOCO 3

A seguir você responderá a perguntas sobre suas condições de trabalho: meios e instrumentos necessários, dificuldades, riscos e sua satisfação pessoal com o trabalho.

16. Quanto tempo você gasta normalmente em transporte por dia, para ir e voltar do trabalho? (somando a ida e a volta do trabalho)

1. ATÉ 1 HORA 2. ENTRE 1 E 2 HORAS 3. ENTRE 2 E 3 HORAS 4. ENTRE 3 E 4 HORAS
4. MAIS DE 4 HORAS

17. Qual meio de transporte utilizado para ir e voltar do trabalho?

1. TRANSPORTE PÚBLICO 2. MEIO PRÓPRIO 3. CARONA 4. VIATURA

18. Você considera que, depois de entrar para a Polícia, sua vida:

1. MELHOROU 2. CONTINUA IGUAL 3. PIOROU

19. Você considera que a condição de trabalho do policial ao longo do tempo:

1. MELHOROU 2. CONTINUA IGUAL 3. PIOROU

20. Se pudesse começar de novo sua vida profissional, você escolheria:

1. EXATAMENTE A MESMA CARREIRA
2. A MESMA CARREIRA DESDE QUE ELA POSSIBILITASSE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO
3. UMA ATIVIDADE PARECIDA, MAS FORA DA POLÍCIA
4. OUTRA CARREIRA COMPLETAMENTE DIFERENTE

21. Em relação à carreira policial, indique seu grau de satisfação para cada um dos itens abaixo:

- | | MUITO
SATISFEITO | SATISFEITO | NEM SATISFEITO,
NEM INSATISFEITO | INSATISFEITO | MUITO
INSATISFEITO |
|---|-----------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 21a. Relacionamento com pessoas de nível hierárquico superior | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> | 3. <input type="checkbox"/> | 4. <input type="checkbox"/> | 5. <input type="checkbox"/> |
| 21b. Relacionamento com pessoas de mesmo nível hierárquico | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> | 3. <input type="checkbox"/> | 4. <input type="checkbox"/> | 5. <input type="checkbox"/> |
| 21c. Relacionamento com pessoas subordinadas | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> | 3. <input type="checkbox"/> | 4. <input type="checkbox"/> | 5. <input type="checkbox"/> |
| 21d. Quantidade de horas de trabalho | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> | 3. <input type="checkbox"/> | 4. <input type="checkbox"/> | 5. <input type="checkbox"/> |
| 21e. Funções que desempenha | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> | 3. <input type="checkbox"/> | 4. <input type="checkbox"/> | 5. <input type="checkbox"/> |

22. Na sua opinião, como foi a formação inicial oferecida para você ao entrar na Polícia? {marque nas opções (a) e (b)}.

	(a) Tempo	(b) Adequação
22a. Atividades teóricas	1. <input type="checkbox"/> SUFICIENTE 2. <input type="checkbox"/> INSUFICIENTE	1. <input type="checkbox"/> ADEQUADAS 2. <input type="checkbox"/> INADEQUADAS
22b. Atividades práticas	1. <input type="checkbox"/> SUFICIENTE 2. <input type="checkbox"/> INSUFICIENTE	1. <input type="checkbox"/> ADEQUADAS 2. <input type="checkbox"/> INADEQUADAS

30m. Máscara de gás	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
30n. Viaturas	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
30o. Rádios	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
30p. Armamento de baixa letalidade	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
30q. Radar portátil	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
30r. Material para fiscalização de trânsito	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
30s. Farda ou uniforme	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

31. Entre as atividades realizadas na Polícia Rodoviária Federal, qual você destaca como a mais importante?

1. REDUZIR A VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO NAS RODOVIAS FEDERAIS
 2. ASSEGURAR A LIVRE CIRCULAÇÃO NAS RODOVIAS FEDERAIS
 3. CONTRIBUIR PARA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA NO PAÍS
 4. AUMENTAR A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA DOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS

32. Como você analisa o risco que corre na sua atividade atual na Polícia?

1. RISCO CONSTANTE 2. RISCO EVENTUAL 3. NÃO HÁ RISCO

33. Como você analisa o risco que sua família corre por causa de sua atividade atual na Polícia?

1. RISCO CONSTANTE 2. RISCO EVENTUAL 3. NÃO HÁ RISCO

34. Quais os riscos que você corre no seu exercício profissional?

	SIM	NÃO
34a. Ser atropelado, sofrer acidente de trânsito	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
34b. Queimadura por fogo ou química	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
34c. Explosão (bomba, granada, outros explosivos)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
34d. Ser atingido por arma de fogo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
34e. Ser ferido por arma branca	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
34f. Sofrer agressão física	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
34g. Sofrer violência sexual (assédio, estupro)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
34h. Sofrer violência psicológica (ameaças, humilhações)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
34i. Ser sequestrado	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
34j. Envenenamento, intoxicação por gases ou fumaça	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
34k. Sofrer danos de audição decorrentes de ruídos intensos ou de explosão	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
34l. Acidente com animais usados no trabalho policial (cavalo, cão)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
34m. Outro. Qual? _____	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>

35. Quanto risco o policial corre nos seguintes momentos?

	MUITO	REGULAR	POUCO	NENHUM
35a. No transporte coletivo (no trajeto de ida e volta para o trabalho)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
35b. Nas folgas	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
35c. No exercício de outras atividades profissionais	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>

36. Dê uma nota de 0 a 10 para o seu grau de satisfação no trabalho em relação a:

	NOTA										
36a. Volume de trabalho	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
36b. Salário	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
36c. Localização ou área geográfica de atuação	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
36d. Horário de trabalho	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- 36e. Tipo de atividade que executa
- 36f. Nível de responsabilidade assumida na sua atividade/função
- 36g. Perspectivas de promoção
- 36h. Reconhecimento de seu mérito por parte da instituição policial
- 36i. Reconhecimento de seu trabalho por parte da população

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

37. Na sua opinião, quanto os problemas abaixo podem atrapalhar o bom desempenho policial?

	MUITO	REGULAR	POUCO	NÃO ATRAPALHA
37a. Desaparelhamento / falta de equipamentos/recursos	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37b. Baixos salários	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37c. Falta de apoio da população	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37d. Abuso de autoridade por parte dos superiores	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37e. Desvio de conduta por parte de certos Policiais Rodoviários Federais	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37f. Falta de apoio do Poder Público	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37g. Jornada de trabalho excessiva	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37h. Excesso de burocracia / regulamento arcaico	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37i. Descontinuidade das políticas de governo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37j. Legislação excessivamente branda	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37k. Baixa qualificação profissional policial	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37l. Falta de união da corporação	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37m. Distorção da imagem da Polícia Rodoviária Federal pela mídia	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37n. Descontinuidade e insuficiência de investigação	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37o. Falta de diretrizes operacionais	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
37p. Uso excessivo de violência policial	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>

38. Com que frequência cada uma das situações abaixo ocorre com você?

	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA OU QUASE NUNCA
38a. Você tem que fazer suas tarefas de trabalho com muita rapidez	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
38b. Você tem que trabalhar intensamente (isto é, produzir muito em pouco tempo)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
38c. Seu trabalho exige esforço demais de você	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
38d. Você tem tempo suficiente para cumprir todas as tarefas de seu trabalho	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
38e. O seu trabalho costuma lhe apresentar exigências contraditórias ou discordantes	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
38f. Você tem possibilidade de aprender coisas novas através de seu trabalho	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
38g. Seu trabalho exige muita habilidade ou conhecimentos especializados	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
38h. Seu tipo de trabalho exige que você tome iniciativas	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
38i. Você tem que repetir muitas vezes as mesmas tarefas de seu trabalho	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
38j. Você pode escolher COMO fazer o seu trabalho	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
38k. Você pode escolher O QUE fazer no seu trabalho	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
38l. Seu trabalho lhe causa estresse intenso	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>

39. Até que ponto você concorda ou discorda das seguintes afirmações a respeito de seu ambiente de trabalho?

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS DO QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS DO QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
39a. Existe um ambiente calmo e agradável onde você trabalha	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
39b. No trabalho, as pessoas se relacionam bem umas com as outras	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
39c. Você pode contar com o apoio dos seus colegas de trabalho	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
39d. Se você não estiver num bom dia, seus colegas compreendem	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
39e. No trabalho, você se relaciona bem com seus superiores	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
39f. Você gosta de trabalhar com seus colegas	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>

BLOCO 4

O quarto bloco da pesquisa se refere a suas condições de saúde: hábitos e problemas de saúde e a utilização de serviços médicos e hospitalares.

40. Quantas vezes por semana, aproximadamente, você consome os alimentos listados abaixo?

	4 OU MAIS VEZES	DE 1 A 3 VEZES	MENOS DE 1 VEZ	NÃO CONSUMO	NÃO SEI INFORMAR
40a. Carnes salgadas (bacalhau, charque, carne-seca, carne de sol, paio, toucinho, costela, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
40b. Produtos industrializados (enlatados, conservas, sucos engarrafados, sucos desidratados, sopas desidratadas, produtos em vidros, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
40c. Linguiça, salsicha, fiambre, presunto, mortadela, etc.	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
40d. Frituras	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
40e. Manteiga	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
40f. Carne de porco (pernil, carré, costeleta, etc.), de carneiro ou de cabra	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
40g. Carne de vaca	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
40h. Refrigerantes não dietéticos	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
40i. Balas, doces, geleias, bombons ou chocolate	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
40j. Açúcar, mel ou melaço usados como adoçantes no café, chá, sucos, etc.	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
40k. Ovos (crus, cozidos, fritos, pochê, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
40l. Verduras, legumes e frutas	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

41. Você pratica, com regularidade, atividades físicas específicas para melhorar sua saúde, condicionamento físico ou para fins estéticos?

Atenção! Considere atividade física regular aquela praticada pelo menos durante vinte (20) minutos de cada vez.

1. 4 OU + VEZES POR SEMANA 3. UMA VEZ POR SEMANA 5. POUCAS VEZES POR ANO
 2. DE 2 A 3 VEZES POR SEMANA 4. DE 2 A 3 VEZES POR MÊS 6. NÃO PRÁTICO

42. Qual a sua altura (metros)? _____, _____

43. Qual o seu peso (kg)? _____, _____

44. **Algum médico ou outro profissional da área da saúde já lhe disse que seus níveis de colesterol (gordura no sangue) estavam elevados?**

1. SIM

2. NÃO

45. **Em relação ao aparelho respiratório, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?**

	SIM	NÃO
45a. Rinite alérgica	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
45b. Sinusite	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
45c. Asma	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
45d. Bronquite crônica	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
45e. Pneumonia	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
45f. Tumor de garganta, laringe ou traqueia	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
45g. Tumor de brônquio ou pulmão	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
45h. Câncer de pulmão	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
45i. Derrame pleural	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
45j. Tuberculose pulmonar	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
45k. Qualquer outro problema pulmonar	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>

46. **Em relação a problemas do coração e aparelho circulatório, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?**

	SIM	NÃO
46a. Lesão de alguma válvula cardíaca	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
46b. Doença congênita do coração	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
46c. Arteriosclerose (espessamento de artérias)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
46d. Hipertensão arterial (pressão alta)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
46e. Acidente vascular cerebral (derrame, trombose, embolia, hemorragia cerebral)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
46f. Angina de peito	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
46g. Infarto agudo do miocárdio	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
46h. Aneurisma	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
46i. Qualquer outro problema ligado ao coração	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>

47. **Em relação ao sistema digestivo, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?**

	SIM	NÃO
47a. Cálculos (pedras) na vesícula biliar	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
47b. Cirrose do fígado	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
47c. Hepatite	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
47d. Icterícia	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
47e. Úlcera	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
47f. Hérnia	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
47g. Gastrite crônica	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
47h. Indigestão frequente	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
47i. Diverticulite crônica	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
47j. Colite crônica	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
47k. Constipação frequente (prisão de ventre)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
47l. Câncer de estômago, intestino, cólon ou reto	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>

47m. Qualquer outra doença do aparelho digestivo 1. 2.

48. Em relação a músculos, ossos e pele, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
48a. Artrite ou qualquer outro tipo de reumatismo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48b. Gota (ácido úrico)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48c. Bico de papagaio	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48d. Ciática	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48e. Hérnia de disco ou pinçamento de nervo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48f. Bursite	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48g. Frequentes dores no pescoço, costas ou coluna	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48h. Torção ou luxação de articulação	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48i. Fratura óssea	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48j. Qualquer outro problema de ossos ou cartilagens	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48k. Qualquer outro problema de músculos ou tendões	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48l. Câncer de pele	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48m. Doença crônica de pele (úlceras, eczemas, psoríase, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48n. Alergia de pele, dermatite alérgica, urticária	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
48o. Qualquer outro problema de pele	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>

49. Em relação a problemas glandulares e das células sanguíneas, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
49a. Bócio ou algum problema da tireoide	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
49b. Diabetes	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
49c. Outro problema glandular	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
49d. Anemia de qualquer tipo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
49e. Leucemia	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
49f. Doença de Hodgkin	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
49g. Outra doença do sangue	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>

50. Em relação a problemas do sistema nervoso (cérebro, medula e nervos), quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
50a. Dores de cabeça frequentes / enxaquecas	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
50b. Nevralgias / neurites	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
50c. Desmaios repetidos / convulsões	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
50d. Doença de Parkinson	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
50e. Outro problema do sistema nervoso	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>

51. Em relação a problemas do aparelho urinário (rins, ureteres, bexiga e uretra), quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
51a. Cistite / uretrite	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
51b. Cálculos renais	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
51c. Infecções renais	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
51d. Insuficiência renal	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>

51e. Outro problema do aparelho urinário 1. 2.

52. Só para HOMENS responderem (*mulheres deixem em branco*): em relação ao aparelho reprodutivo masculino, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
52a. Câncer de próstata	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
52b. Qualquer outro problema de próstata	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
52c. Qualquer outro problema do aparelho reprodutivo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>

53. Só para MULHERES responderem (*homens deixem em branco*): em relação ao aparelho reprodutivo feminino, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
53a. Câncer no seio	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
53b. Tumor, cisto ou outro problema de útero ou ovário	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
53c. Retirada do útero (Histerectomia)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
53d. Retirada de um dos ovários	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
53e. Qualquer outro problema do aparelho reprodutivo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>

54. Em relação a doenças transmissíveis, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
54a. Malária	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
54b. Esquistossomose	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
54c. Doença de Chagas	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
54d. Hanseníase	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
54e. Calazar / Leishmaniose cutânea	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
54f. Cólera	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
54g. Dengue	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
54h. Qualquer tipo de tuberculose	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
54i. Doença sexualmente transmissível (sífilis, gonorreia, cancro, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
54j. HIV/Aids	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
54k. Outra doença infecciosa	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>

55. Em relação a visão, audição e fala, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
55a. Deficiência auditiva em um ou ambos os ouvidos	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
55b. Outro problema de audição em um ou ambos os ouvidos	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
55c. Cegueira em um ou ambos os olhos	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
55d. Catarata	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
55e. Glaucoma	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
55f. Defeito da visão (miopia, astigmatismo, hipermetropia, vista cansada, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
55g. Descolamento de retina ou outro problema na retina	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
55h. Qualquer outro problema com os olhos	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
55i. Algum problema de fala	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>

56. Nos últimos 12 meses, quais das situações abaixo você sofreu durante seu trabalho na Polícia?

- | | | |
|---|-----------------------------|-----------------------------|
| 60l. Tem dificuldade para tomar decisões | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 60m. Tem dificuldade no serviço (seu trabalho é penoso, lhe causa sofrimento) | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 60n. É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 60o. Tem perdido o interesse pelas coisas | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 60p. Você se sente uma pessoa inútil, sem préstimo | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 60q. Tem tido a idéia de acabar com a vida | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 60r. Tem sensações desagradáveis no estômago | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 60s. Sente-se cansado o tempo todo | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 60t. Você se cansa com facilidade | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |

61. Para receber atendimento de saúde de rotina, como consultas e exames, o que você utiliza atualmente?

- | | SIM | NÃO |
|---|-----------------------------|-----------------------------|
| 61a. Clínicas conveniadas da PRF | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 61b. Serviço de associação da PRF | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 61c. Serviço de fisioterapia | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 61d. Serviço da rede pública de saúde | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 61e. Unidade Básica de Saúde | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 61f. Unidade Primária de Saúde | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 61g. Seu plano privado de saúde | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |
| 61h. Serviço particular em que você paga pelo atendimento | 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> |

62. Nos últimos 12 meses, quantas vezes você teve consulta médica nos serviços de saúde? (NÃO INCLUIR DENTISTA)

- | | | |
|-------------------------|-------------------------------|---|
| 62a. Da própria Polícia | 1. <input type="text"/> VEZES | 2. <input type="checkbox"/> NENHUMA VEZ |
| 62b. Fora da Polícia | 1. <input type="text"/> VEZES | 2. <input type="checkbox"/> NENHUMA VEZ |

63. Há quanto tempo você fez um tratamento dentário?

1. HÁ MENOS DE 1 ANO 2. ENTRE 1 E 3 ANOS 3. HÁ MAIS DE 3 ANOS 4. NUNCA TRATEI

64. Há quanto tempo você fez um exame de vista?

1. HÁ MENOS DE 1 ANO 2. ENTRE 1 E 3 ANOS 3. HÁ MAIS DE 3 ANOS 4. NUNCA FIZ

65. Nos últimos 12 meses, quantas vezes você precisou ser atendido em um serviço de emergência?

- | | | |
|----------------------------------|-------------------------------|---|
| 65a. Em hospital da rede pública | 1. <input type="text"/> VEZES | 2. <input type="checkbox"/> NENHUMA VEZ |
| 65b. Em hospital da rede privada | 1. <input type="text"/> VEZES | 2. <input type="checkbox"/> NENHUMA VEZ |

66. Nos últimos 12 meses, quantas vezes você foi internado (exceto em serviços de emergência)?

Atenção! Considere internação a sua permanência num hospital ou clínica, para observação médica, tratamento clínico ou cirúrgico ou exames diagnósticos.

- | | | |
|--|-------------------------------|---|
| 66a. Em hospital/clínica da rede pública | 1. <input type="text"/> VEZES | 2. <input type="checkbox"/> NENHUMA VEZ |
| 66b. Em hospital/clínica da rede privada | 1. <input type="text"/> VEZES | 2. <input type="checkbox"/> NENHUMA VEZ |

67. Nos últimos 12 meses, a quantas cirurgias você foi submetido?

1. FUI SUBMETIDO A CIRURGIAS 2. NÃO FUI SUBMETIDO A NENHUMA CIRURGIA

ANEXO III – MEMORANDO Nº 603/2018/DISAS

24/05/2018

SEI/PRF - 11954028 - Memorando



MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS

Memorando nº 603/2018/DISAS

Brasília-DF, 09 de maio de 2018.

A(o)(s) Senhor(a) Coordenador(a)-Geral de Recursos Humanos

Assunto: **Apoio e autorização à pesquisa.**

1. Considerando o pedido (Sei! 11938802) de apoio e autorização à pesquisa que faz referência a Carta (Sei! 11938663) "*Solicitação de realização da pesquisa na Polícia Rodoviária Federal do Estado do Rio de Janeiro*".
2. Considerando que a Divisão de Saúde e Assistência Social fomenta os mais diversos tipos de pesquisa sobre promoção, prevenção e vigilância em saúde dos policiais rodoviários federais.
3. Concordamos, no âmbito desta divisão, em autorizar o referente estudo de Mestrado (stricto sensu) com o título: "*Condições de trabalho e saúde na Polícia Rodoviária Federal do estado do Rio de Janeiro*", acreditando que será um enorme ganho nossa Instituição desenvolver futuros trabalhos relacionados a saúde, não só no Estado do Rio de Janeiro, local desta pesquisa, bem como em todas as demais Regionais.
4. Assim sendo, evoluo o p.p. para análise e demais providências por parte desta Coordenação.
5. Respeitosamente,

FREDERICO DE MELO BERTOZO CORRALO
Chefe da Divisão de Saúde e Assistência Social



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO DE MELO BERTOZO CORRALO, Chefe da Divisão de Saúde e Assistência Social**, em 09/05/2018, às 19:19, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.prf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11954028** e o código CRC **64D85A7E**.



Referência: Processo nº 08666.080202/2017-61



SEI nº 11954028

ANEXO IV – MEMORANDO Nº 995/2018/CGRH

24/05/2018

SEI/PRF - 11974270 - Memorando



MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS

Memorando nº 995/2018/CGRH

Brasília-DF, 10 de maio de 2018.

A(o)(s) Senhor(a) Superintendente Regional no Rio de Janeiro

Assunto: **Apoio e autorização à pesquisa**

1. Trata-se do pedido (Sei! 11938802) de apoio e autorização à pesquisa que faz referência a Carta (Sei! 11938663) "*Solicitação de realização da pesquisa na Polícia Rodoviária Federal do Estado do Rio de Janeiro*", endereçada à Divisão de Saúde e Assistência Social - DISAS.
2. Após análise do requerimento, aquela Divisão de Saúde e Assistência Social, concordou, no âmbito da divisão, em autorizar o referente estudo de Mestrado (stricto sensu) com o título: "*Condições de trabalho e saúde na Polícia Rodoviária Federal do estado do Rio de Janeiro*", acreditando que será um enorme ganho nossa Instituição desenvolver futuros trabalhos relacionados a saúde, não só no Estado do Rio de Janeiro, local desta pesquisa, bem como em todas as demais Regionais.
3. Diante do exposto, ressaltamos que esta Coordenação-Geral de Recursos Humanos não vislumbra óbices quanto à realização da referida pesquisa, desde que seja preservadas as informações de cunho pessoal dos servidores da Instituição, ao passo que remeto os autos do processo para análise e manifestação dessa Regional, alvo do estudo.

Atenciosamente,

JESUS CASTRO CAAMAÑO
Coordenador-Geral de Recursos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **JESUS CASTRO CAAMANO, Coordenador(a)-Geral de Recursos Humanos**, em 15/05/2018, às 17:31, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.prf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11974270** e o código CRC **A9CC565D**.



Referência: Processo nº 08666.080202/2017-61



SEI nº 11974270

ANEXO V - DESPACHO INFORMATIVO Nº 7/2018 - SRPRF-RJ

24/05/2018

SEI/PRF - 12128151 - Despacho Informativo

**MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO**

Despacho Informativo nº 7/2018 - SRPRF-RJ

INTERESSADO(S): DIVISÃO DE CADASTRO

Assunto: **Apoio e autorização à pesquisa**

Cumprimentando-os cordialmente, informo que esta Superintendência manifesta-se favoravelmente ao pedido (Sei! 11938802) de apoio à pesquisa que faz referência a Carta (Sei! 11938663) "*Solicitação de realização da pesquisa na Polícia Rodoviária Federal do Estado do Rio de Janeiro*", endereçada à Divisão de Saúde e Assistência Social - DISAS.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DE LIMA NETO
Superintendente Regional



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ROBERTO GONÇALVES DE LIMA NETO**, **Superintendente Regional no Rio de Janeiro**, em 17/05/2018, às 14:58, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.prf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12128151** e o código CRC **B496295F**.



Referência: Processo nº 08666.080202/2017-61



SEI nº 12128151

ANEXO VI – VARIÁVEIS SIGNIFICATIVAS UTILIZADAS NO MODELO FINAL

Variáveis	Categorias	OR Bruta	P-valor
1. Qual , a atividade que você desempenhada majoritariamente na PRF?	ATIVIDADE MEIO, MAJORITARIAMENTE ADMINISTRATIVO	-	,380
	DESENVOLVE IGUALMENTE AMBAS ATIVIDADES	,626	,480
	ATIVIDADE FIM MAJORITARIAMENTE OPERACIONAL	,635	,170
2. Goza de alguma concessão para redução de jornada?	EDUCAÇÃO FÍSICA INSTITUCIONAL	-	,302
	NÃO	1,591	,127
	OUTRA. QUAL? ;	1,000	1,000
3. Quanto tempo você tem de serviço na Polícia?	26 ANOS OU MAIS	-	,185
	ATÉ 5 ANOS	,389	,524
	DE 6 A 10 ANOS	,286	,391
	DE 11 A 15 ANOS	,694	,799
	DE 16 A 20 ANOS	,800	,879
	DE 21 A 25 ANOS;	,333	,455
6. Qual o seu sexo?	Masculino	,534	,196
9. Tem filhos?	SIM	2,026	,062
11. Qual foi aproximadamente sua renda líquida na Polícia no último pagamento, incluindo gratificações regulares?	ATÉ R\$ 7.000	-	,252
	DE R\$ 7.001 A R\$ 9.000	,189	,068
	DE R\$ 9.001 A R\$ 11.000	,230	,103
	DE R\$ 11.001 A R\$ 13.000	,295	,176
	MAIS DE R\$ 15.001;	1,000	1,000
12. O que costuma fazer quando está de folga? [Viajar]	SIM	,402	,002
12. O que costuma fazer quando está de folga? [Ler]	SIM	,651	,194
12. O que costuma fazer quando está de folga? [Ir ao cinema]	SIM	,535	,033
12. O que costuma fazer quando está de folga? [Passear]	SIM	,308	,002
12. O que costuma fazer quando está de folga? [Ver TV]	SIM	,496	,092
12. O que costuma fazer quando está de folga? [Ir à bares]	SIM	,601	,084
12. O que costuma fazer quando está de folga? [Ir a festas]	SIM	,475	,013
12. O que costuma fazer quando está de folga? [Encontrar os amigos]	SIM	,230	,000
12. O que costuma fazer quando está de folga? [Namorar]	SIM	,386	,003
12. O que costuma fazer quando está de folga? [Dormir]	SIM	,382	,023

12. O que costuma fazer quando está de folga? [Descansar]	SIM	,247	,003
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [O bairro em que vive]	MUITO INSATISFEITO	-	,444
	INSATISFEITO	,317	,247
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,500	,494
	SATISFEITO	,358	,273
	MUITO SATISFEITO;	,233	,131
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [Sua vida social]	MUITO INSATISFEITO	-	,001
	INSATISFEITO	,000	,999
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,000	,999
	SATISFEITO	,000	,999
	MUITO SATISFEITO;	,000	,999
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [O tempo disponível para o lazer]	MUITO INSATISFEITO	-	,034
	INSATISFEITO	,626	,527
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,711	,651
	SATISFEITO	,264	,059
	MUITO SATISFEITO;	,333	,200
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [A educação que recebeu]	INSATISFEITO	-	,009
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,214	,080
	SATISFEITO	,277	,074
	MUITO SATISFEITO;	,114	,004
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [Seu círculo familiar]	INSATISFEITO	-	,026
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,500	,589
	SATISFEITO	,292	,322
	MUITO SATISFEITO;	,145	,124
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [Sua vida afetiva]	MUITO INSATISFEITO	-	,001
	INSATISFEITO	,000	1,000
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,000	1,000
	SATISFEITO	,000	1,000
	MUITO SATISFEITO;	,000	1,000
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [Sua vida sexual]	MUITO INSATISFEITO	-	,002
	INSATISFEITO	,000	,999
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,000	,999
	SATISFEITO	,000	,999
	MUITO SATISFEITO;	,000	,999
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [Sua vida espiritual]	INSATISFEITO	-	,005
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,172	,006

	SATISFEITO	,119	,001
	MUITO SATISFEITO;	,120	,001
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [Seu padrão de vida (o que você pode comprar ou fazer)]	MUITO INSATISFEITO	-	,025
	INSATISFEITO	,427	,237
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,500	,318
	SATISFEITO	,219	,028
	MUITO SATISFEITO;	,067	,028
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [Sua realização profissional]	MUITO INSATISFEITO	-	,000
	INSATISFEITO	,091	,029
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,055	,007
	SATISFEITO	,028	,001
	MUITO SATISFEITO;	,008	,000
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [Sua saúde]	MUITO INSATISFEITO	-	,000
	INSATISFEITO	,000	,999
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,000	,999
	SATISFEITO	,000	,999
	MUITO SATISFEITO;	,000	,999
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [Suas capacidades/habilidades]	MUITO INSATISFEITO	-	,000
	INSATISFEITO	,000	1,000
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,000	1,000
	SATISFEITO	,000	1,000
	MUITO SATISFEITO;	,000	1,000
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [Sua capacidade de reagir a situações difíceis]	MUITO INSATISFEITO	-	,000
	INSATISFEITO	,000	,999
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,000	,999
	SATISFEITO	,000	,999
	MUITO SATISFEITO;	,000	,999
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [Sua felicidade]	MUITO INSATISFEITO	-	,000
	INSATISFEITO	,000	,999
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,000	,999
	SATISFEITO	,000	,999
	MUITO SATISFEITO;	,000	,999
13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [A felicidade de seus familiares]	MUITO INSATISFEITO	-	,000
	INSATISFEITO	,000	1,000
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,000	1,000
	SATISFEITO	,000	1,000
	MUITO SATISFEITO;	,000	1,000

13. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens [Sua vida como um todo]	INSATISFEITO	-	,000
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,110	,044
	SATISFEITO	,030	,001
	MUITO SATISFEITO;	,005	,000
Apoio total tercil	Baixa	-	,000
	Média	,344	,003
	Alta;	,229	,000
15. Você acha que no futuro você vai ter um(a): [Vida pessoal]	PIOR	-	,115
	IGUAL	,000	,999
	MELHOR;	,000	,999
15. Você acha que no futuro você vai ter um(a): [Vida familiar]	PIOR	-	,047
	IGUAL	,555	,405
	MELHOR;	,297	,083
15. Você acha que no futuro você vai ter um(a): [Vida profissional]	PIOR	-	,027
	IGUAL	,457	,050
	MELHOR;	,357	,008
15. Você acha que no futuro você vai ter um(a): [Padrão de vida]	PIOR	-	,021
	IGUAL	,568	,161
	MELHOR;	,346	,006
15. Você acha que no futuro você vai ter um(a): [Condição de saúde]	PIOR	-	,000
	IGUAL	,229	,000
	MELHOR;	,523	,081
15. Você acha que no futuro você vai ter um(a): [Condição de trabalho]	PIOR	-	,015
	IGUAL	,346	,004
	MELHOR;	,480	,043
16. Quanto tempo você gasta normalmente em transporte por dia, para ir e voltar do trabalho? (somando a ida e a volta do trabalho)	ATÉ 1 HORA	-	,231
	ENTRE 1 E 2 HORAS	1,310	,462
	ENTRE 2 E 3 HORAS	1,012	,980
	ENTRE 3 E 4 HORAS	3,613	,024
	MAIS DE 4 HORAS;	1,380	,581
18. Você considera que, depois de entrar para a Polícia, sua vida:	PIOROU	-	,013
	CONTINUA IGUAL	,119	,065
	MELHOROU;	,060	,009
19. Você considera que a condição de trabalho do policial ao longo do tempo:	PIOROU	-	,004
	CONTINUA IGUAL	,529	,189
	MELHOROU;	,340	,001
20. Se pudesse começar de novo sua vida profissional, você escolheria:	A MESMA CARREIRA DESDE QUE ELA POSSIBILITASSE MELHORES CONDIÇÕES	-	,000
	EXATAMENTE A MESMA CARREIRA	,375	,038

	OUTRA CARREIRA COMPLETAMENTE DIFERENTE	2,586	,013
	UMA ATIVIDADE PARECIDA, MAS FORA DA POLÍCIA;	1,167	,782
21. Em relação à carreira policial, indique seu grau de satisfação para cada um dos itens abaixo: [Relacionamento com pessoas de nível hierárquico superior]	MUITO INSATISFEITO	-	,143
	INSATISFEITO	,404	,137
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,397	,092
	SATISFEITO	,322	,029
	MUITO SATISFEITO;	,198	,013
21. Em relação à carreira policial, indique seu grau de satisfação para cada um dos itens abaixo: [Relacionamento com pessoas de mesmo nível hierárquico]	MUITO INSATISFEITO	-	,048
	INSATISFEITO	7,000	,184
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	1,429	,777
	SATISFEITO	,867	,909
	MUITO SATISFEITO;	,593	,685
21. Em relação à carreira policial, indique seu grau de satisfação para cada um dos itens abaixo: [Relacionamento com pessoas subordinadas]	MUITO INSATISFEITO	-	,177
	INSATISFEITO	1,125	,921
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	1,116	,907
	SATISFEITO	,618	,608
	MUITO SATISFEITO;	,375	,337
21. Em relação à carreira policial, indique seu grau de satisfação para cada um dos itens abaixo: [Quantidade de horas de trabalho]	MUITO INSATISFEITO	-	,132
	INSATISFEITO	1,029	,965
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,556	,317
	SATISFEITO	,735	,572
	MUITO SATISFEITO;	,071	,021
21. Em relação à carreira policial, indique seu grau de satisfação para cada um dos itens abaixo: [Funções que desempenha]	MUITO INSATISFEITO	-	,004
	INSATISFEITO	,327	,074
	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	,429	,145
	SATISFEITO	,203	,004
	MUITO SATISFEITO;	,030	,002
22. Na sua opinião, como foi a formação inicial oferecida para você ao entrar na Polícia, quanto ao tempo? [Atividades práticas]	Suficiente	,587	,105
22.b Na sua opinião, como foi a formação inicial oferecida para você ao entrar na Polícia, quanto a adequação. [Atividades práticas]	Suficiente	,522	,026
24. Se você tivesse condições, você faria algum curso para completar sua formação? [Curso técnico de curta duração]	SIM	,614	,111

24. Se você tivesse condições, você faria algum curso para completar sua formação? [Qualificação / especialização]	SIM	,438	,012
26. Nos últimos meses, você trabalhou na Polícia Rodoviária Federal além do seu horário estabelecido?	NÃO	-	,207
	SIM, POUCAS VEZES	,600	,273
	SIM, ALGUMAS VEZES	,418	,059
	SIM, MUITAS VEZES;	,796	,623
27. Considerando os últimos seis meses, qual o principal motivo que o levou a trabalhar, na Polícia, além de seu horário estabelecido?	CONVOCADO POR ORDEM SUPERIOR	-	,477
	NÃO TRABALHEI ALÉM DO MEU HORÁRIO	2,671	,130
	PARA CONCLUIR, POR VONTADE PRÓPRIA, UMA TAREFA	1,846	,293
	PELA OBRIGATORIEDADE DE FINALIZAR UM ATENDIMENTO	1,776	,296
32. Como você analisa o risco que corre na sua atividade atual na Polícia?	POR OUTRO MOTIVO;	,756	,764
	RISCO CONSTANTE;	2,127	,192
33. Como você analisa o risco que sua família corre por causa de sua atividade atual na Polícia?	NÃO HÁ RISCO	-	,091
	RISCO EVENTUAL	7,308	,059
	RISCO CONSTANTE;	9,490	,033
34. Quais os riscos que você corre no seu exercício profissional? [Explosão (bomba, granada, outros explosivos)]	SIM	1,546	,154
34. Quais os riscos que você corre no seu exercício profissional? [Ser ferido por arma branca]	SIM	2,677	,130
34. Quais os riscos que você corre no seu exercício profissional? [Sofrer agressão física]	SIM	5,303	,115
34. Quais os riscos que você corre no seu exercício profissional? [Sofrer violência psicológica (ameaças, humilhações)]	SIM	2,291	,027
34. Quais os riscos que você corre no seu exercício profissional? [Ser sequestrado]	SIM	2,684	,002
34. Quais os riscos que você corre no seu exercício profissional? [Envenenamento, intoxicação por gases ou fumaça]	SIM	1,574	,131
34. Quais os riscos que você corre no seu exercício profissional? [Outro.]	SIM	2,676	,006
37. Na sua opinião, quanto os problemas abaixo podem atrapalhar o bom desempenho policial? [Falta de apoio da população]	NÃO ATRAPALHA	-	,163
	POUCO	#####	,999
	REGULAR	#####	,999
	MUITO;	#####	,999
	POUCO	-	,137

37. Na sua opinião, quanto os problemas abaixo podem atrapalhar o bom desempenho policial? [Abuso de autoridade por parte dos superiores]	REGULAR	,458	,225
	MUITO;	1,077	,889
37. Na sua opinião, quanto os problemas abaixo podem atrapalhar o bom desempenho policial? [Descontinuidade e insuficiência de investigação]	NÃO ATRAPALHA	-	,161
	POUCO	#####	1,000
	REGULAR	#####	1,000
	MUITO;	#####	1,000
37. Na sua opinião, quanto os problemas abaixo podem atrapalhar o bom desempenho policial? [Uso excessivo de violência policial]	NÃO ATRAPALHA	-	,156
	POUCO	,217	,050
	REGULAR	,205	,035
	MUITO;	,300	,106
38. Com que frequência cada uma das situações abaixo ocorre com você? [Você tem que trabalhar intensamente (isto é, produzir muito em pouco tempo)]	NUNCA OU QUASE NUNCA	-	,022
	RARAMENTE	1,655	,662
	ÀS VEZES	2,684	,369
	FREQUENTEMENTE;	5,793	,114
38. Com que frequência cada uma das situações abaixo ocorre com você? [Seu trabalho exige esforço demais de você]	NUNCA OU QUASE NUNCA	-	,096
	RARAMENTE	#####	,999
	ÀS VEZES	#####	,999
	FREQUENTEMENTE;	#####	,999
38. Com que frequência cada uma das situações abaixo ocorre com você? [O seu trabalho costuma lhe apresentar exigências contraditórias ou discordantes]	NUNCA OU QUASE NUNCA	-	,023
	RARAMENTE	1,809	,472
	ÀS VEZES	2,462	,263
	FREQUENTEMENTE;	5,833	,035
38. Com que frequência cada uma das situações abaixo ocorre com você? [Você tem possibilidade de aprender coisas novas através de seu trabalho]	NUNCA OU QUASE NUNCA	-	,088
	RARAMENTE	1,633	,501
	ÀS VEZES	1,016	,981
	FREQUENTEMENTE;	,531	,356
38. Com que frequência cada uma das situações abaixo ocorre com você? [Você pode escolher O QUE fazer no seu trabalho]	NUNCA OU QUASE NUNCA	-	,050
	RARAMENTE	1,633	,341
	ÀS VEZES	,659	,404
	FREQUENTEMENTE;	,648	,453
38. Com que frequência cada uma das situações abaixo ocorre com você? [Seu trabalho lhe causa estresse intenso]	NUNCA OU QUASE NUNCA	-	,003
	RARAMENTE	2,045	,539
	ÀS VEZES	3,462	,250
	FREQUENTEMENTE;	8,386	,048
39. Até que ponto você concorda ou discorda das seguintes afirmações a respeito de seu ambiente de trabalho? [Existe um ambiente calmo e agradável onde você trabalha]	DISCORDO TOTALMENTE	-	,018
	DISCORDO MAIS DO QUE CONCORDO	,990	,980
	CONCORDO MAIS DO QUE DISCORDO	,582	,174
	CONCORDO TOTALMENTE;	,108	,006
	DISCORDO TOTALMENTE	-	,055

39. Até que ponto você concorda ou discorda das seguintes afirmações a respeito de seu ambiente de trabalho? [No trabalho, as pessoas se relacionam bem umas com as outras]	DISCORDO MAIS DO QUE CONCORDO	,733	,645
	CONCORDO MAIS DO QUE DISCORDO	,354	,104
	CONCORDO TOTALMENTE;	,278	,070
39. Até que ponto você concorda ou discorda das seguintes afirmações a respeito de seu ambiente de trabalho? [Você pode contar com o apoio dos seus colegas de trabalho]	DISCORDO TOTALMENTE	-	,000
	DISCORDO MAIS DO QUE CONCORDO	1,200	,805
	CONCORDO MAIS DO QUE DISCORDO	,270	,064
39. Até que ponto você concorda ou discorda das seguintes afirmações a respeito de seu ambiente de trabalho? [Se você não estiver num bom dia, seus colegas compreendem]	DISCORDO TOTALMENTE	-	,014
	DISCORDO MAIS DO QUE CONCORDO	,390	,213
	CONCORDO MAIS DO QUE DISCORDO	,167	,013
39. Até que ponto você concorda ou discorda das seguintes afirmações a respeito de seu ambiente de trabalho? [No trabalho, você se relaciona bem com seus superiores]	DISCORDO TOTALMENTE	-	,003
	DISCORDO MAIS DO QUE CONCORDO	,120	,019
	CONCORDO MAIS DO QUE DISCORDO	,209	,059
39. Até que ponto você concorda ou discorda das seguintes afirmações a respeito de seu ambiente de trabalho? [Você gosta de trabalhar com seus colegas]	DISCORDO TOTALMENTE	-	,003
	DISCORDO MAIS DO QUE CONCORDO	,000	,999
	CONCORDO MAIS DO QUE DISCORDO	,000	,999
40. Quantas vezes por semana, aproximadamente, você consome os alimentos listados abaixo? [Produtos industrializados (enlatados, conservas, sucos engarrafados, sucos desidratados, sopas desidratadas, produtos em vidros, etc.)]	NÃO CONSUMO	-	,195
	MENOS DE 1 VEZ	,792	,592
	DE 1 A 3 VEZES	,605	,263
40. Quantas vezes por semana, aproximadamente, você consome os alimentos listados abaixo? [Linguiça, salsicha, fiambre, presunto, mortadela, etc]	NÃO CONSUMO	-	,099
	MENOS DE 1 VEZ	,547	,217
	DE 1 A 3 VEZES	1,156	,761
40. Quantas vezes por semana, aproximadamente, você consome os alimentos listados abaixo? [Carne de vaca]	NÃO CONSUMO	-	,109
	MENOS DE 1 VEZ	,143	,024
	DE 1 A 3 VEZES	,229	,040
40. Quantas vezes por semana, aproximadamente, você consome os alimentos listados abaixo? [Balas, doces, geleias, bombons ou chocolate]	NÃO CONSUMO	-	,034
	MENOS DE 1 VEZ	1,411	,494
	DE 1 A 3 VEZES	1,895	,194
	4 OU MAIS VEZES	4,776	,005

	NÃO SEI INFORMAR;	3,714	,374
40. Quantas vezes por semana, aproximadamente, você consome os alimentos listados abaixo? [Ovos (crus, cozidos, fritos, pochê, etc.)]	NÃO CONSUMO	-	,198
	MENOS DE 1 VEZ	4,643	,186
	DE 1 A 3 VEZES	3,173	,302
	4 OU MAIS VEZES	1,838	,587
	NÃO SEI INFORMAR;	,000	1,000
45. Em relação ao aparelho respiratório, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Rinite alérgica]	SIM	1,472	,185
45. Em relação ao aparelho respiratório, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Sinusite]	SIM	2,366	,004
45. Em relação ao aparelho respiratório, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Pneumonia]	SIM	12,738	,020
46. Em relação a problemas do coração e aparelho circulatório, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Hipertensão arterial (pressão alta)]	SIM	1,754	,102
47. Em relação ao sistema digestivo, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Cálculos (pedras) na vesícula biliar]	SIM	12,738	,020
47. Em relação ao sistema digestivo, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Úlcera]	SIM	4,090	,109
47. Em relação ao sistema digestivo, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Gastrite crônica]	SIM	2,133	,095
47. Em relação ao sistema digestivo, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Indigestão frequente]	SIM	3,229	,002
47. Em relação ao sistema digestivo, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Constipação frequente (prisão de ventre)]	SIM	3,246	,032
47. Em relação ao sistema digestivo, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Qualquer outra doença do aparelho digestivo]	SIM	3,250	,015

48. Em relação a músculos, ossos e pele, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Ciática]	SIM	1,960	,050
48. Em relação a músculos, ossos e pele, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Hérnia de disco ou pinçamento de nervo]	SIM	2,514	,003
48. Em relação a músculos, ossos e pele, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Frequentes dores no pescoço, costas ou coluna]	SIM	2,181	,017
48. Em relação a músculos, ossos e pele, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Torção ou luxação de articulação]	SIM	1,631	,137
48. Em relação a músculos, ossos e pele, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Qualquer outro problema de ossos ou cartilagens]	SIM	2,943	,003
48. Em relação a músculos, ossos e pele, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Qualquer outro problema de músculos ou tendões]	SIM	3,206	,000
48. Em relação a músculos, ossos e pele, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Qualquer outro problema de pele]	SIM	4,250	,045
49. Em relação a problemas glandulares e das células sanguíneas, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Diabetes]	SIM	5,112	,055
50. Em relação a problemas do sistema nervoso (cérebro, medula e nervos), quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Dores de cabeça frequentes / enxaquecas]	SIM	5,033	,000
50. Em relação a problemas do sistema nervoso (cérebro, medula e nervos), quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Nevralgias / neurites]	SIM	10,615	,033

50. Em relação a problemas do sistema nervoso (cérebro, medula e nervos), quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Outro problema do sistema nervoso]	SIM	30,931	,001
51. Em relação a problemas do aparelho urinário (rins, ureteres, bexiga e uretra), quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Cistite / uretrite]	SIM	2,519	,179
54. Em relação a Doenças transmissíveis, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Outra Doença infecciosa]	SIM	8,179	,062
55. Em relação a visão, audição e fala, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Deficiência auditiva em um ou ambos os ouvidos]	SIM	2,373	,021
55. Em relação a visão, audição e fala, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses? [Outro problema de audição em um ou ambos os ouvidos]	SIM	8,749	,001
56. Nos últimos 12 meses, quais das situações abaixo você sofreu durante seu trabalho na Polícia? [Sofreu agressão verbal]	SIM	2,731	,001
56. Nos últimos 12 meses, quais das situações abaixo você sofreu durante seu trabalho na Polícia? [Acidentes com animais usados no trabalho policial (ex: cão)]	SIM	6,179	,118
56. Nos últimos 12 meses, quais das situações abaixo você sofreu durante seu trabalho na Polícia? [Contaminação por bactérias ou outros microrganismos (risco biológico)]	SIM	3,861	,020
57. Em relação a lesões permanentes, quais das condições abaixo você apresenta? [Alguma deformidade permanente ou rigidez constante de pé, perna ou coluna]	SIM	2,714	,036
57. Em relação a lesões permanentes, quais das condições abaixo você apresenta? [Qualquer outra incapacidade]	SIM	4,913	,005
58. Alguma dessas lesões permanentes foi causada pelo trabalho policial?	NÃO TENHO LESÕES PERMANENTES	-	,298
	NÃO	2,176	,165

	SIM;	1,415	,379
59. Nos últimos 12 meses, você sofreu alguma incapacidade temporária decorrente de seu trabalho?	SIM	2,137	,021
63. Há quanto tempo você fez um tratamento dentário?	NUNCA TRATEI	-	,004
	HÁ MAIS DE 3 ANOS	1,042	,977
	ENTRE 1 E 3 ANOS	,610	,731
	HÁ MENOS DE 1 ANO;	,270	,362
64. Há quanto tempo você fez um exame de vista?	NUNCA TRATEI	-	,042
	HÁ MAIS DE 3 ANOS	,667	,749
	ENTRE 1 E 3 ANOS	1,829	,629
	HÁ MENOS DE 1 ANO;	,818	,872